

GÊNERO

Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG
do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social



Equipe Editorial

Editor-Chefe

Professor João Bôsko Hora Góis
Universidade Federal Fluminense

Editores

Professor João Luís Pinheiro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Professora Kamila Cristina da Silva Teixeira
Universidade Estadual do Paraná

Professora Sidimara Cristina de Souza
Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri

Conselho Editorial

Adriana Mesquita - Universidade Federal de Ouro Preto

Lucilene Morandi - Universidade Federal Fluminense

Ana Cristina Santos - Universidade de Coimbra

Bruna Andrade Irineu - Universidade Federal do Mato Grosso

Carla Milar Peñaloza Palma - Universidade do Chile

Constância Lima Duarte - Universidade Federal de Minas Gerais

Eva Blay - Universidade de São Paulo

Françoise Thebaud - Université d'Avignon

Gabrielle Houbre - Universidade de Paris VII

Helena Hirata - Universidade Paris VII

James Green - Brown University

Jaqueline Pitanguy - Cidadnia, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA)

June Hahner - State University of New York

Leila Linhares - Cidadnia, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação/CEPIA

Lena Lavinas - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Luciana Zucco - Universidade Federal de Santa Catarina

Luis Mott - Universidade Federal da Bahia

Magali Gouveia Engel - Universidade Federal da Bahia

Marcelo Natividade - Universidade Federal do Ceará

Maria Helena Santana Cruz - Universidade Federal de Sergipe

Maria Izilda Matos - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Michelle Perrot - Universidade de Paris VII

Miriam Adelman - Universidade Federal do Paraná

Pauline Schmidt-Pantel - Universidade de Paris I

Rachel Soihet - Universidade Federal Fluminense

Rick Santos - State University of New York

EDITORIAL

É com alegria que publicamos a nova edição da Revista Gênero. Este volume se dedica a apresentar diversos artigos, em diferentes tradições teórico-metodológicas, com temas de significativa relevância para os estudos de gênero, tais como: relações de gênero na polícia militar e o processo de formação de militares femininas; pobreza menstrual e cárcere; mulheres que escolhem não ter filhos; mulheres catadoras; relação entre mulheres e lazer; masculinidade e educação; arte e teoria feminista; mulheres na gestão; lugar de fala; entre outros.

Diante disso, convidamos a comunidade acadêmica ou pessoas interessadas pelo tema a conhecer este rico material e desfrutar de uma ótima leitura.

Comitê editorial:

João Bosco Hora Góis
Kamila Cristina da Silva Teixeira
Sidimara Cristina de Souza

ARTIGOS

MEMÓRIAS DE CASERNA: UMA AUTOETNOGRAFIA SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO NA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA¹

Carla Marques dos Santos²

Fábio Gomes de França³

Resumo: O presente artigo pretende, por meio de uma autoetnografia realizada pela autora principal, estudar as relações de gênero na Polícia Militar da Paraíba. Para tanto, pretende-se rememorar experiências profissionais vivenciadas ao longo de catorze anos na instituição policial militar, no intuito de que elas esclareçam ou questionem a subjetivação do “eu feminino” como um mecanismo legitimador de práticas predominantemente patriarcais, no contexto do processo formador de policiais militares femininas daquela instituição. Acredita-se, desse modo, que o método autoetnográfico se mostra um instrumento antropológico que possibilita certa compreensão acerca das relações de gênero na corporação policial militar e suas transformações no cenário institucional. Apesar dos avanços, conclui-se que muito ainda há para se construir e desconstruir para um verdadeiro empoderamento feminino nesse meio organizacional.

Palavras-chave: Polícia Militar; Gênero; Autoetnografia.

Abstract: This article aims a study on gender relations in the Military Police of Paraíba through of an autoethnography. Therefore it is intended to recall professional experiences of over fourteen years in the military police institution. The purpose is that they clarify or question the subjectivity of “feminine self” as a legitimating mechanism of predominantly patriarchal practices during the formation process of female police officers of that institution. It is believed that the autobiographical method shows itself like a anthropological powerful tool that allows certain understanding of gender relations in the military police corps of Paraíba and its transformations in the institutional setting. In closing, despite of advances there is still much to build and deconstruct for a true female empowerment in this organizational environment.

Keywords: Military Police; Gender; Autobiography.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Este artigo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso da primeira autora na Especialização em Segurança Pública ofertada pela Polícia Militar da Paraíba, o qual foi orientado pelo segundo autor. Portanto, a narrativa autoetnográfica encontrada no texto diz respeito às experiências vivenciadas pela autora principal.

2 Especialista em Segurança Pública pelo Centro de Educação da PMPB. Servidora do Centro de Educação da PMPB. E-mail: carlamarquesam@gmail.com.

3 Doutor em Sociologia pela UFPB. Professor de Sociologia e Criminologia do Centro de Educação da UFPB. E-mail: ffsociologia@gmail.com.

Introdução

A entrada de mulheres nas forças policiais data de um período recente em comparação ao tempo de existência dessas Forças. Na Polícia Militar da Paraíba há apenas 33 anos as primeiras mulheres entraram na Corporação. Quando eu ingressei na Polícia Militar no ano de 2002, após submeter-me ao concurso para o Curso de Formação de Soldados (CFSd)⁴, esse tempo era de apenas 15 anos. Durante meus 18 anos completados de caserna, sofri várias transformações de comportamento, que não refletiram apenas em minha vida profissional, mas também na vida pessoal. Nesse contexto, como compreender as relações de gênero na instituição policial militar a partir das minhas experiências profissionais?

○ que busco neste artigo é refletir sobre as identidades sociais outrora internalizadas que me obrigavam a estar o quanto mais próximo possível da figura masculina idealizada pela instituição PM. Isto para que eu pudesse exercer autoridade em meio a uma instituição predominantemente patriarcal e que ainda está em processo de absorção da presença das mulheres em suas fileiras, o que culmina em um cenário onde as relações de gênero e poder ainda acabam sofrendo significativas influências de uma cultura patriarcal que se mostra machista. Essa reflexão é feita através do relato de certas experiências pessoais na caserna ou a serviço dela, algumas das quais levaram a que eu mesma, como tantas outras mulheres policiais, legitimasse esse discurso de necessidade de identificação com uma tipologia masculina para consolidação de uma autêntica imagem de profissional policial militar.

Para tanto, foi usado o método autoetnográfico, o qual se baseia em narrativas pessoais sob um enfoque etnográfico, ou melhor, a “autoetnografia é uma abordagem para pesquisar e escrever que busca descrever e sistematicamente analisar experiências pessoais a fim de compreender experiências culturais” (ELLIS; ADAMS e BOCHNER, 2011, n. p., tradução nossa).⁵ Nesse sentido, diante da literatura já existente sobre a autoetnografia (ELLIS; ADAMS e BOCHNER, 2011; MÉNDEZ, 2013; SANTOS, 2017; WALL, 2006), segui especialmente os passos de Leal (2011), que usou a mesma perspectiva metodológica em sua pesquisa sobre o currículo oculto ou cultural na formação dos alunos oficiais da Academia de Polícia Militar do Mato Grosso.

4 Existem duas formas de se ingressar na Polícia Militar da Paraíba: uma delas é através do Curso de Formação de Soldados – CFSd, e a outra através do Curso de Formação de Oficiais – CFO. Ambos através de concurso público dividido em quatro etapas: exame intelectual, exame médico, teste de aptidão física e avaliação psicológica.

5 “Autoethnography is an approach to research and writing that seeks to describe and systematically analyze personal experience in order to understand cultural experience”.

Nesse contexto, a memória é um dos componentes efetivos para que seja possível (re)construir elementos de análise que ajudem na concepção do objeto de estudo. Sobre a memória, Halbwachs (2006, p. 26) afirma que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”. Por isso, esta relação entre a minha memória individual e os acontecimentos coletivos que incluem outros atores institucionais se apresenta aqui como uma combinação das memórias de diferentes eventos dos quais participei. Ainda assevera Halbwachs (2006, p. 54) que, “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente”.

Portanto, ao longo deste trabalho discorro sobre a dialética identitária que encontrei, enquanto mulher, na minha formação policial militar, a qual eu chamei metaforicamente de “síndrome de Diadorim”.⁶ Narro os primeiros contatos que tive com o ambiente militar e como internalizei o ethos guerreiro masculino, sobretudo, nos curso de formação. Reflito ainda sobre como este processo influenciou minhas práticas como profissional de segurança pública e também meu comportamento como mulher.

1 Mulher policial ou policial mulher?

Estudar e compreender como se estabelecem as relações de gênero em instituições fechadas em certo sentido é uma tarefa desafiadora. Sobretudo, quando tais instituições estão organizadas sob a perspectiva da cultura militar, como é o caso das PMs, as quais apresentam características das instituições totais estudadas por Goffman (2015)⁷, o que demonstra possuírem uma estrutura hierarquizada.

Neste artigo, intenciono apresentar algumas estruturas presentes nessas relações através da descrição de relatos de experiências pessoais vividas

⁶ França (2016), ao pesquisar sobre a homofobia na formação policial militar também usa esse recurso metafórico ao cunhar o termo “síndrome de Esparta” ao discorrer sobre a situação paradoxal na qual se encontram alunos PMs homoafetivos que resolvem se tornar policiais mesmo sabendo do forte preconceito presente nas casernas PM. No mesmo caminho, Rolim (2006) usa a expressão “síndrome da rainha vermelha” quando discorre sobre a situação paradoxal da segurança pública no Brasil, pois ele deixa claro que, por exemplo, a atuação policial acaba não passando de um eterno processo de “enxugar gelo”, assim como ocorre na cena de Alice no país das maravilhas, na qual a própria Alice se vê correndo com a rainha cada vez mais rápido para permanecer no mesmo lugar.

⁷ Entenda-se, nesse sentido, que não estamos a afirmar que as PMs são instituições totais, como alguns autores já o fizeram como Silva (2002), por exemplo, mas que apresentam algumas características como a relação entre uma equipe dirigente e outra de dirigidos durante a formação profissional, a existência de um processo de ‘mortificação do self’ quando da chegada de novos alunos nessa formação profissionalizante, os quais precisam internalizar as regras da caserna, como se habituar a ser reconhecido por um número e um nome de guerra, dentre outras. Para mais esclarecimentos sobre o estudo indevido das PMs como instituições totais ver Cotta (2021).

ao longo dos meus 18 anos de caserna.⁸ Acredito que essas experiências podem esclarecer ou ajudar a questionarmos melhor até que ponto a subjetivação do “eu feminino” torna-se um mecanismo legitimador de práticas predominantemente patriarcais e com inferências machistas dentro do processo formador de policiais militares femininas na Polícia Militar da Paraíba.

Escolhi como ponto de partida um aspecto da obra “Grande Sertão Veredas”, do escritor Guimarães Rosa, publicada pela primeira vez em 1956. Na obra, passada no sertão brasileiro, o autor narra a história da personagem protagonista Riobaldo, que acaba ingressando num grupo de jagunços e uma das personagens mediadoras para que este ingresso ocorra é o jagunço Reinaldo/Diadorim⁹, figura andrógena revestida de elementos femininos e masculinos que desassossegam Riobaldo. No fim da história, revela-se que Diadorim usava um “disfarce” de homem desde menina, quando ela e Riobaldo se conheceram em uma travessia no Rio São Francisco. Diadorim era uma mulher que aderiu e externalizou características masculinas para permanecer no grupo de jagunços, movida por um sentimento de vingança pela morte de seu pai.

Eis o paradoxo que intenciono trabalhar. Diadorim era jagunço considerado e respeitado, cheio de habilidades, mas o fato de ser mulher certamente o afastaria da possibilidade de fazer parte daquele grupo, motivo pelo qual Diadorim passou a ser um dos “homens” da equipe de jagunços, não sabendo, portanto, o grupo, de sua real identidade. Dessa forma, os homens do grupo não a subjugaram, pelo contrário, valorizaram suas virtudes, mas por acharem que suas qualidades pertenciam a um homem e não a uma mulher.

Há nessa metáfora um ser feminino que em silêncio se esconde, ou que na realidade é silenciado. Assim, a personagem Diadorim é a mulher que se traveste de homem para legitimar a violência, silenciando a mulher que há em si, ainda que a violência não seja masculina, mas fruto de um complexo de processos socializadores aos quais não se pode atribuir sexo. Uma mulher por trás das “calças de vaqueiro, em couro de veado macho, curtido com aroeira-brava e campestre” (ROSA, 2001, p. 241), da mesma forma que a mulher que calça os coturnos, esconde os cabelos em coque e disfarça a voz aguda nas PMs.

Em certo momento da trama Diadorim chega a lamentar sua condição: “Mulher é gente tão infeliz... me disse Diadorim, uma vez, depois que tinha ouvido as estórias” (ROSA, 2001, p. 188). Assim, a mulher dentro do homem

8 Caserna significa quartel, local onde se serve, mas, num sentido mais extensivo na linguagem nativa significa a própria corporação em si.

9 Durante o enredo Diadorim se apresenta para o grupo de jagunços como Reinaldo, e apenas para Riobaldo revela seu verdadeiro nome, Diadorim.

se espremia silente na carcaça¹⁰ que se autoinfligiu e que lhe foi infligida. Então está Diadorim dissimulando, fingindo sua identidade, para permanecer inserida no grupo e cumprir seus objetivos.

Assim como na obra de Guimarães Rosa, nas polícias militares de modo geral há uma dialética entre o ser mulher e o ser policial bastante presente. Digamos que seja como uma “síndrome de Diadorim”. A mulher que não apenas não pode ser mulher, mas que é levada a parecer o homem guerreiro “cabra-macho” como narra Rosa (2001, p. 208) em outra passagem da obra: “Gritei, disse, mesmo ofendendo. Ele saiu para longe de mim; desconfio que, com mais, até ele chorasse. E era para eu ter pena? Homem não chora!”.

A representatividade social da mulher em nossa sociedade está comumente ligada à fragilidade e docilidade inatas. Este conjunto de valores construído socialmente se verifica também na formação de policiais militares femininas. Nos cursos de formação pelos quais passei dentro da polícia militar, aderi à estruturação de um perfil comportamental marcado por traços masculinos, para não me sentir excluída, já que, no período dos cursos, entendia que não podia apresentar aspectos muito femininos, pois tais condições poderiam ser vistas como sinônimo de fragilidade. Se com os homens, nas instituições militares, desenvolve-se a necessidade de que as características do guerreiro sejam internalizadas, pois do contrário, eles não são considerados bons profissionais, para as mulheres isso desemboca em um grande paradoxo identitário.

Castro (2004) em sua obra “O espírito militar: um antropólogo na caserna”, que se trata de uma etnografia sobre a formação dos alunos-oficiais do Exército brasileiro na Academia Militar das Agulhas Negras, fala sobre esse processo de formação identitária e capta que, por exemplo, quanto à formação dos infantess¹¹, tidos como os combatentes de primeira linha numa batalha, que há a necessidade de simbolizar as qualidades másculas do infante. Considerando-se que, na Polícia Militar da Paraíba o quadro funcional no qual as praças¹² são classificadas chama-se quadro de praças combatentes – QPC, e o quadro principal de oficiais é o Quadro de Oficiais Combatentes, verificamos essa influência do militarismo quanto ao “espírito da arma” na formação focada na construção de um profissional com aspectos viris e másculos que seriam evidências de sua combatividade.

10 Carcaça é um termo comumente usado na cultura militar para se referir a corpo, estrutura física.

11 Infantes são os componentes de uma das chamadas “Armas” do exército. Os integrantes da Arma de Infantaria são aqueles que estão na linha de frente e que por isso em sua formação são instruídos a desenvolver habilidades mais ligadas à resistência física que a conhecimentos técnicos. São tidos como os “combatentes diretos na batalha”. Na polícia militar é comum os PMs se tratarem pelo adjetivo de combatente.

12 Nas instituições militares, os componentes são divididos entre dois grandes grupos: praças e oficiais. Pela hierarquia militar as praças (soldados, cabos, sargentos, subtenentes) estão mais ligadas às funções de execução e ligação, os oficiais às de gerência e comando.

Por outro lado, o debate nas polícias militares em torno das políticas afirmativas, num período em que o espaço jurídico mergulha nas discussões eclodidas em torno dos chamados direitos humanos de terceira geração, emerge também essa questão da inserção da mulher nas instituições policiais. Esta inserção baseia-se numa perspectiva essencialista, que vê as mulheres como menos violentas por “natureza” e que por isso se adaptariam melhor ao momento no qual as instituições policiais militares passaram a tentar incorporar um discurso mais humanístico e formar policiais aptos a lidar com a comunidade e seus integrantes e não com inimigos de guerra. Neste momento entram em crise valores prevaletentes das instituições policiais, valores estes ligados à sobreposição da força física e da identificação exclusiva destes profissionais com a figura masculina ou masculinizada, passando a se buscar outros valores como, por exemplo, os ligados à capacidade de resolução de conflitos.

Assim, as policiais militares em formação parecem trafegar, após ingressar em instituições militares, em polos misóginos, a partir dos quais o “ser mulher” parece, por vezes, não poder equivaler ou coabitar com o “ser policial”, pois a subjetivação do eu se coloca como um processo natural, para o alcance de uma padronização comportamental necessária para o exercício profissional. Sobre isso afirma Goffman (2014, p. 48) que “quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade, e até realmente mais que o comportamento do indivíduo como um todo”.

Através de narrativas autoetnográficas discorro neste artigo sobre como essas relações de gênero são construídas dentro da corporação e como as próprias mulheres, assim como eu, durante e após o período de formação, acabamos também sendo legitimadoras dos discursos de dominação de gênero que alimentam a ideia de inferioridade feminina (BOURDIEU, 2002). Assim, é como se as mulheres PMs, para serem consideradas aptas ao serviço policial militar, necessitassem constantemente adquirir e internalizar um ethos guerreiro masculino, que seria uma espécie de modelo policial combatente ideal.

Sobre a perspectiva autoetnográfica, a partir da qual me insiro como pesquisadora num ambiente do qual sou nativa, verificamos a possibilidade de uma exploração mais densa (ABU-LUGHOD, 1991). Ainda quanto aos estudos autobiográficos, Ferrarotti (1998, p. 30) relata que eles são capazes de evidenciar o entrançamento entre o eu pessoal e o eu social, o que traz à baila a possibilidade de “reconstruir os processos que fazem de um comportamento a síntese ativa de um sistema social e a interpretar a

objetividade de um fragmento da história social a partir da subjetividade não iludida de uma história individual”.

Para Cavilha (2009, p. 129-132), o ambiente militar “ritualizado e masculinizado” leva à estranheza por parte dos homens quanto à presença de mulheres nos intramuros das casernas. Constitui-se, portanto, um processo de subjetivação no qual as mulheres acabam apropriando-se de um complexo de forças formais e outras “invisíveis” e de processos de aprendizagem, criando modos de ser, conforme exigem os regulamentos disciplinares, sejam aqueles expressos formalmente ou aqueles moldados no universo subjetivo das relações. A memória aparecerá sempre como elemento fundamental dessa construção. Segundo Albertini (2009, p. 77), os primeiros esforços de sistematização acadêmica de instituições militares se deram através de “trabalhos de construção e análise da memória militar”.

Para atingir o objetivo aspirado se faz necessário destacar a relação que se estabelece entre a posição que assumi de pesquisadora e a identidade social que carrego sendo uma policial militar, o que se caracteriza como a prática do estranhamento do que é familiar no campo antropológico. Apesar disso, Peirano (1995) relata que o estranhamento possibilita o confronto entre teoria e pesquisa e favorece a autorreflexão. Da Matta (1978) expõe que considerando que as transformações (seja a do exótico em familiar, ou a do familiar em exótico) não são totais, elas permanecem se constituindo com a presença de “resíduos” entre um e o outro. No caso desta pesquisa, o estranhamento é ponto de partida. Ainda conforme o mesmo autor, “é necessário um desligamento emocional, já que a familiaridade do costume não foi obtida via intelecto, mas via coerção socializadora” (DA MATTA, 1978, p. 30).

Nesse contexto, verificamos que experiências pontuais, individuais, dentro deste ambiente aquartelado¹³, podem manifestar a estruturação e o itinerário da construção dos processos estabelecidos nas relações de gênero. Este debate excede a discussão para além dos papéis socialmente determinados como típicos para mulheres e homens, permitindo as formas de construção cultural, social e modos para subjetivação. Para Meyer e Soares (2004), a questão relacional quanto à construção identitária de homens e mulheres são marcados pelo conceito de gênero.

Portanto, verificamos que, para o objetivo aspirado, as narrativas autoetnográficas acabam se estabelecendo como campo de reflexão sobre si, lançando o sujeito para um universo que possibilite a “auto-escuta de

¹³ Significa estar dentro dos quartéis.

si mesmo, como se estivesse contando para si próprio suas experiências e aprendizagens que construiu ao longo da vida, através do conhecimento de si” (SOUZA, 2004, p. 42).

2 Apresentando-se¹⁴ na caserna

Para ingressar na Polícia Militar da Paraíba inscrevi-me no concurso para o CFSd no ano de 2002, e, após ser aprovada em todas as etapas do certame, no dia 15 de agosto de 2002, apresentei-me no quartel do Centro de Educação da Polícia Militar, que funciona no bairro de Mangabeira, zona sul da capital João Pessoa. É válido ressaltar que no ano do meu ingresso fazia apenas 15 anos da inclusão das primeiras mulheres na Corporação, e a instituição ainda parecia estar se acostumando com essa realidade (como até hoje, em alguns aspectos, ainda parece permanecer neste processo).

Neste dia, conforme regia o edital do concurso, deveríamos nos apresentar com o nosso enxoval¹⁵ para o primeiro contato com a caserna e início do curso de formação. Confesso que alguns trechos de todos os ocorridos neste dia me fogem da memória, talvez pelo lapso temporal (lá se vão 18 anos), ou talvez ainda pelo nervosismo e ansiedade (destes, eu recordo) que me tomavam no momento. Afinal, o que me aguardaria dentro do quartel? Como tratariam as mulheres naquele lugar? Contudo, alguns eventos que, a partir dessa data, começaram a pautar meu comportamento, pensamento e sentimentos, esses certamente serão aqui descritos.

Eram 50 jovens que então passariam a ser chamadas de alunas CFSd PM Fem¹⁶ Fulana de tal. A maioria delas com o mesmo olhar de “o que me espera aqui?”. Destaco que esta turma de formação do ano de 2002 foi diferenciada de outras turmas de formação de soldados pelo fato de que a turma feminina foi formada por um pelotão¹⁷ exclusivamente de mulheres, o que diferiu de outros cursos que admitiam turmas mistas, nas quais as mulheres eram distribuídas em diversas turmas, misturando-se aos alunos homens.

14 O termo “apresentação” está ligado à questão de comparecer, estar presente “em” ou “diante de”. Muito usado para quando o militar deve estar diante de um superior ou em uma unidade, onde este deverá “apresentar-se” ao superior ou na unidade militar.

15 Ao sermos convocados para o curso de formação, uma lista com vários materiais que devemos levar para o curso nos é repassada. Nela constam itens como quantidades e cores de blusas e calças, meias, shorts, entre outros objetos.

16 Na Polícia Militar da Paraíba, assim como em todas as PMs brasileiras, as policiais femininas são, via de regra, referenciadas com o sufixo “FEM” após o posto ou graduação funcional que assumem. Outras vezes apenas o termo “FEM” isolado é usado para se referir a uma policial feminina.

17 Pelotão – uma das frações de tropa dentro da estrutura militar. A menor unidade militar comandada por um oficial e composto por entre 20 a 50 pessoas.

Já no quartel do Centro de Educação, após nos apresentarmos no horário determinado, uma sargento¹⁸ ficou responsável por nos apresentar as edificações do quartel e por ter as primeiras conversas conosco acerca do que teríamos pela frente. Foi orientado que o deslocamento fosse feito de forma organizada e durante este primeiro momento ouvi (não recorde se de uma das alunas ou se da sargento) uma das frases que acabou por pautar meu comportamento por alguns anos na instituição: “As pessoas sempre dizem que mulher quando entra na polícia ou é prostituta ou homossexual”. Esta frase ecoou por algum tempo na minha cabeça e foi ouvida por mim algumas outras vezes ao longo dos 18 anos na instituição. Na verdade, do que se falou dali por diante, pouco absorvi. Certa agitação tomou conta dos meus pensamentos. Já estava planejando dezenas de maneiras para que as pessoas não achessem que eu era nem uma coisa nem outra. Foi como se tivessem me dado um recado: “Olha moça, para ser respeitada aqui, tem que ser bem-comportada e politicamente correta”.

Seguiram-se os dias e as instruções¹⁹ começaram. Uma sargento ficou responsável por ser a coordenadora²⁰ da turma. As instruções duravam manhã, tarde e às vezes noite. Ainda durante os primeiros dias ouvimos de uma das graduadas²¹ que a “turma anterior das fems havia sido muito promíscua e que esta turma deveria ser diferente”. Em princípio não compreendi se o termo “promíscua” se referia a algo ligado à questão profissional propriamente dita ou se à promiscuidade sexual. Tentei entender, e os discursos posteriores que reforçavam essa mensagem me possibilitaram alcançar um entendimento que me deixou um pouco surpresa quando compreendi que ali na caserna, na vida militar, no curso de formação, as duas coisas estavam interligadas. Assim, uma mulher “promíscua” sexualmente seria também considerada uma profissional que fugiria do ideal adequado para ser considerada uma boa policial militar feminina.

Eu era uma jovem de 19 anos, cheia de conceitos e preconceitos sociais, religiosos e, admito, tão disseminadora de perspectivas machistas quanto a maioria dos homens. Mas mesmo para mim, criada sob valores morais relativamente fortes, dos quais ainda luto para libertar-me, a ideia de que a vida amorosa de uma mulher era fator para sua constituição como boa ou má policial me soou, no mínimo, estranho. Eu achava que se a mulher aprendesse

18 Além da divisão entre praças e oficiais, existem subdivisões funcionais que são hierarquicamente distribuídas dentro destes círculos. No círculo de praças existem as seguintes graduações: aluno soldado, soldado, cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento, subtenente e as chamadas praças especiais, que são os aspirantes-a-oficial.

19 Nos cursos de formação militar as aulas são costumeiramente chamadas de instruções.

20 Os pelotões em formação possuem graduados e graduadas, que coordenam as turmas, sendo, sobretudo, responsáveis pelo controle disciplinar desses pelotões.

21 Com exceção dos soldados, as demais praças são chamadas também de graduados.

a atirar bem, a praticar defesa pessoal e tivesse um bom condicionamento físico, isto seria o suficiente para ela ser uma boa policial, assim como para os homens (eis aqui uma visão também minimalista sobre o papel de um policial militar que lida diariamente com a sociedade: atirar, correr e lutar, mas este é outro aspecto cujo foco não está contido neste artigo).

O fato é que a preocupação com a possível “promiscuidade” da turma feminina foi uma tensão constante durante os quatro meses de formação. Alunos do Curso de Formação de Oficiais (CFO) - cadetes²²- eram proibidos, pelo comandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP²³, de transitar nas proximidades da turma feminina, bem como nós também fomos advertidas de que deveríamos evitar as alamedas dos blocos onde funcionavam as salas de aula dos cadetes.

Lembro que, enquanto aluna soldada, transitei por uma dessas alamedas apenas uma vez, próximo ao fim do curso, acompanhando um oficial masculino, para o qual expressei resistência de trafegar ali pelas recomendações aqui já citadas, tendo ouvido da parte dele que “não teria problema, pois eu estava com ele”. Habita nesse contexto outra questão interessante: entendi, pelo referido oficial, que o “não ter problema” naquela situação teria se dado por dois motivos: primeiro, ele era um oficial, ou seja, superior hierárquico dos cadetes; segundo, ele era um policial masculino. O questionamento interno acerca do motivo pelo qual eu necessitaria estar acompanhada de um oficial ou de um homem para poder transitar livremente e sem problemas por uma simples alameda quis florescer dentro de mim, mas, àquela altura, já bastante submetida aos regulamentos e regras oficiais e não oficiais que construíam minha formação, eu já entendera que a coisa era “assim mesmo” e este questionamento adormeceu com a mesma velocidade que surgiu.

Recordo-me que as “FEMs” eram constantemente ridicularizadas pelos alunos masculinos ou mesmo por instrutores e instrutoras quando da execução de exercícios de ordem unida, onde obrigatoriamente tinham que emitir voz de comando, a qual soava aguda. A cobrança era que essa voz tinha que ser encorpada, grave, masculina. “Desse jeito nem sua tropa vai lhe obedecer nem o bandido vai pôr a mão na cabeça quando você falar”, foi o que ouviu de uma superiora uma das minhas colegas de turma, que tinha a voz mais “fina”. Mesmo quando algumas das meninas tentavam empostar a voz, dando mais volume a ela, mas sem conseguir, por questões fisiológicas

22 Os alunos do CFO são chamados de cadetes. O curso é realizado em três anos, e os cadetes são nomeados conforme o ano em que se encontram: cadete 1º ano, cadete 2º ano, cadete 3º ano.

23 Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças é o local onde ocorre a formação e capacitação das praças. Os oficiais formam-se em um setor diferente chamado de APMCB – Academia de Polícia Militar do Cabo Branco. Ambos ficam dentro do Centro de Educação da Polícia Militar.

óbvias relativas ao seu timbre vocal, ainda eram ridicularizadas, sendo alvo de brincadeiras sarcásticas do público masculino que repetidamente imitava as vozes femininas em tom jocoso. Eu só consegui questionar essa situação dentro de mim anos depois, tentando entender o porquê de sermos, de certa forma, “forçadas” a adquirir um tom de voz mais masculino, sendo que só seria possível para algumas a custo do ganho de alguns calos vocais.

Por sempre desejar ser uma “policia padrão²⁴”, tratei logo de, em casa, ensaiar exaustivamente de frente ao espelho as vozes de comando: “Pelotão, sentido!”, “Descansar!”, “Direita, volver!”. Lembro-me de minha mãe dizendo que eu estava ficando doida. Gritava repetidas vezes, por momentos passando de um lado para o outro da casa em uma atividade corriqueira como, por exemplo, varrer o chão, aos gritos de “Tropa, sentido!” e os demais.

Nas primeiras semanas fiquei rouca, o que acabou “engrossando” um pouco a minha voz, e então estava pronta para ter uma voz de comando “exemplar” quando chegasse minha vez de emanar as ordens para minha turma. Foi o que ocorreu, voz de comando elogiada. “Esta é uma voz de comando padrão, parece um homem comandando”, foi o que ouvi, e o pior, foi o que ouvi sem compreender que todo esforço feito para atingir o ideal culturalmente enfatizado para aquele tipo de ação, não valeria de nada se não tivesse ficado parecido com a voz de um homem. Parece que não importava o quão audível e clara a voz fosse, se aguda, ou seja, feminina demais, não seria o suficiente para ser uma boa voz de comando. A essa altura eu já havia naturalizado certas práticas e corroborava com a ideia disseminada de que quanto mais masculinas certas ações e comportamentos nas instruções, mais próximo do ideal de policia padrão. Eis aqui a cultura do rito patriarcal impactando a “constituição da própria subjetividade, da própria identidade e da pessoa como um ator social” (HALL, 1997, p. 24).

Diante do quadro que se me apresentava, naturalizei e internalizei psicológica e fisicamente, de forma dócil (FOUCAULT, 2007), praticamente todos os preceitos formais e culturais que estava conhecendo ao passar dos dias durante minha vivência na caserna. Eu queria ser uma policia padrão (militarizada), e respeitada, conforme o modelo que diziam que eu tinha que ser, mas não conforme aquilo que eu realmente era. Tomei a decisão de treinar exaustivamente as atividades e instruções que nos eram repassadas, afinal não queria correr o risco de ouvir o que algumas colegas ouviam quando erravam algo durante as aulas, sobretudo, as práticas: “Só podia ser uma FEM”. Essa experiência retrata algo tratado por Foucault (2007, p. 164) quando fala dos corpos docilizados:

24 No ambiente social militar a palavra padrão não é apenas atribuída com a significação de uniformidade, mas atrela-se como um adjetivo quando se quer referenciar que um policial, procedimento ou instrução atingiu um nível de excelência e pode ser tido como referência para os demais.

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças dos corpos (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). A coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e a dominação acentuada.

Ainda quanto às questões de ser julgada ou tachada pelo comportamento pessoal, também resolvi que de forma alguma me envolveria afetivamente com qualquer policial, fosse aluno, fosse graduado, fosse oficial, durante o período de curso. Afinal, outra frase que muito se falava remetia ao fato de que o rótulo que ganhássemos durante o curso seria o rótulo que levaríamos por toda a vida profissional, como um estigma irreparável. Para Goffman (2015, p.13), este estigma seria “na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo”.

Descobri, posteriormente, durante o CFO, no qual ingressei no ano de 2004, que na verdade esse estigma não era necessariamente adquirido apenas durante o período de formação, mas que informações acerca da vida pregressa pessoal das alunas eram fatores determinantes, inclusive influenciando significativamente sobre a forma como alguns instrutores e oficiais as tratavam.

Certo dia, ainda durante o CFSd, em uma conversa no alojamento, uma das alunas comentou que alguns dos meninos estariam fazendo questionamentos acerca do jeitinho masculino que eu ganhei. Eu perguntei por que eles estariam questionando isso, e segundo uma das alunas, seria pelo fato de ninguém ter me visto relacionar-me com alguém do sexo masculino desde que entrei no curso. Pensei comigo: “Pronto, tentei não ser vista como promíscua, e vão me rotular como homossexual”. Ressalto que, à época, a grande influência religiosa da minha formação familiar me enchia de preconceitos quanto às pessoas de orientação sexual homoafetiva, assim como também nutria preconceitos quanto às mulheres que dispunham de certa liberdade sexual.

Parecia estar entre a cruz e a espada: não me envolver com ninguém para não carregar o estigma de promíscua e aderir ao ethos guerreiro masculino tão introjetado nos processos formadores em nossas instruções, parecia que ganhara automática significação de que eu fosse meio “homenzinho”. Eu não estava sendo o que era para parecer ser, o que queriam que eu fosse, ou o que diziam que eu deveria ser, mas corria o risco de não ser definida nem como uma coisa nem como outra. Ter aderido fervorosamente à identidade militar, ao rigor dos regulamentos e das regras subjetivadoras parecia não me “proteger” tanto quanto eu imaginei. Goffman (2015a, p. 11-12), fala sobre

este tipo de intercorrência quando trata sobre a chamada “identidade social virtual”, onde os ambientes sociais acabam por estabelecer categorias de pessoas que neles têm possibilidade de serem encontradas. O autor escreve acerca dessa questão:

As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com ‘outras pessoas’, previstas sem atenção ou reflexão particular. Baseando-se nessas concepções, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso. Assim as exigências que fazemos poderiam ser mais adequadamente denominadas demandas feitas ‘efetivamente’, e o caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial – uma caracterização ‘efetiva’, uma identidade social virtual (GOFFMAN, 2015a, p. 12).

Pensei no esforço que achava estar fazendo para ser uma “PM FEM padrão”, contudo, as relações estabelecidas entre as imputações de atributos feitas pelo ambiente em que me formara e o padrão comportamental que tentara adotar fugiam cada vez mais da minha compreensão e eu simplesmente obedecia ao que estava escrito, ao que era dito, comentado. Isso evidencia o quanto “esse aspecto ethos militar extrapola os aspectos profissionais e penetra na vida doméstica” (CHINELLI, 2015, p. 97), já que, ainda segundo essa autora, os militares são levados a ver como padrão ideal de mulher aquela que absorve voluntariamente os serviços domésticos, “os cuidados com casa e filhos” (CHINELLI, 2015, p. 96), soando contrastante com este padrão a mulher que ingressa numa corporação militar.

Eis aqui a internalização da obrigação do minucioso cumprimento das regras estabelecidas, seja nos regulamentos, seja através das relações que se davam na caserna ensejando a naturalização de práticas pelo próprio objeto da dominação (no caso o eu feminino), como se estas fossem naturais. Apenas anos após, já no oficialato, percebi que o discurso construído culturalmente neste meu período de formação acabava por obrigar as mulheres, inclusive a mim, a adotar uma postura masculinizada.

Era paradoxal a exigência cultural do meio militar pelo padrão de mulher “submissa” e bem-comportada na vida pessoal para se “fazer respeitar”. Portanto, as habilidades técnicas e o empenho laboral não seriam suficientes, caso aquela mulher ainda preservasse, durante o período que estivesse na caserna, ou utilizando o uniforme, características de “mocinha”, as quais conotariam um sentido de fragilidade. No tocante a isto, recordo que já no

CFO, ainda no 1º ano²⁵, ouvi de um dos oficiais integrantes da coordenação da Academia de Polícia Militar do Cabo Branco²⁶, que os cadetes masculinos deveriam namorar não a namorada do cadete, mas a esposa do coronel. Essa observação também foi bem marcante para mim, embora, para parecer cada vez mais entrosada e enquadrada no modelo de PM “padrão”, também aderi ao mesmo discurso e até o multipliquei para alguns colegas de curso. Trata-se de um “incentivo institucional velado e não oficial à generalização para o ambiente doméstico de valores fundamentais ao ‘espírito militar’” (CHINELLI, 2015, p. 97).

Após o término do curso de soldados, fui designada para trabalhar no Comando Geral da PM, tendo passado quase dois meses na seção de planejamento e depois sido designada para a seção de inteligência.²⁷ No período de cerca de um ano que passei trabalhando como soldado, mais uma face destes “mecanismos invisíveis” me foi evidenciada. A mulher solteira seria constantemente alvo de assédios e galanteios, uma vez que parecia soar para a maioria do público masculino, dentro da instituição, que as solteiras eram, ou deveriam ser “disponíveis”. A hierarquia parecia funcionar, na cabeça de alguns “superiores”, como pressuposto de precedência quanto à “conquista” de mulheres policiais.

Foi então durante essa etapa que mais um conceito entrou para o rol daqueles que acabaram por alicerçar muito do meu comportamento na caserna e fora dela por considerável tempo: “dentro da polícia é melhor a mulher estar comprometida”. Assim como a maioria de outras frases de certo teor machista essa também foi ouvida por mim, pela primeira vez, da boca de uma policial mulher. A frase reproduz a ideia de que a mulher só estaria protegida dos assédios e de um provável questionamento sobre seu comportamento se estivesse casada ou comprometida com um homem, pois, do contrário, ela seria alvo de um dos dois apontamentos em torno da sua sexualidade tão já referidos neste texto.

Assim, a “regra” seria que a mulher, por si só, não seria autossuficiente para se proteger moralmente e se manter respeitada dentro da instituição. Tratei então de embrenhar-me em um relacionamento, que acabei arrastando por mais tempo do que realmente queria e deveria, simplesmente para não ser tachada de “namoradeira” ou lésbica e ficar “protegida”. Afinal, eu seria uma

25 O CFO é dividido em três anos e há uma hierarquia entre eles. O cadete do 1º ano é hierarquicamente subalterno ao do 2º, que, por sua vez, é subalterno ao do 3º, que possui precedência sobre ambos.

26 Academia de Polícia Militar do Cabo Branco (APMCB) é o local onde são formados os oficiais da Polícia Militar da Paraíba.

27 O setor de inteligência, na época chamado de PM2, era responsável pelas ações de inteligência e policiamento velado.

comandante e, segundo as outras “teorias” que ouvi, as mulheres que não se davam ao respeito na sua vida sexual e amorosa dificilmente conseguiram comandar seus subalternos sem ser por eles julgada e sofrer certa resistência quanto à subordinação deles. Portanto, de um lado havia a ideia de que a mulher policial militar deveria desenvolver habilidades, através de um padrão masculinizado, para atuar como policial, mas por outra vertente era, subjetivamente cobrado, um comportamento de vida pessoal digno das mais resignadas “Amélias”²⁸.

E essa ideia rendeu-me uma preocupação quanto a isto e durante todo período do curso do CFO procurei estar “comprometida”, pois o “estar sozinha” poderia, com base no que já apontamos, me deixar “desprotegida”. Eu compreendi, apenas alguns anos depois, que isso nada mais era do que uma tendência de submissão em mim introjetada, descrita por Bourdieu (2002, p. 52) como uma resultante “das estruturas objetivas”, as quais devem sua eficácia aos “mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para reprodução”. Quanto ao domínio constituído por uma força simbólica:

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. Se ela pode agir como um *macaco mecânico*, isto é, com um gasto extremamente pequeno de energia, ela só o consegue porque desencadeia disposições que o trabalho de inculcação e de incorporação realizou naqueles ou naquelas que, em virtude desse trabalho, se vêem por elas capturados (BOURDIEU, 2002, p. 50).

○ interessante neste ponto é que, ao passo que me via “obrigada” a revestir-me de características masculinizadas em meu comportamento como policial, a exemplo do falar mais grosso, ter uma postura corporal mais rústica, entre outros, ao mesmo tempo era levada a adotar ações que me colocavam sempre numa situação de dependência em relação a uma figura masculina. Nesse caso, a mulher policial, para ser operacional²⁹, deveria ter uma postura de guerreiro tão virilmente masculina quanto a de um homem, mas não poderia abandonar o padrão de submissão nas relações pelas quais, em nossa sociedade, as mulheres estão sujeitas. Quanto a este “embaraço”:

28 Referência ao jargão popular de que Amélia seria as mulheres que são donas de casa e domésticas.

29 Termo usado para descrever policiais, ações ou unidades aptos para o serviço fim da corporação, ou seja, o policiamento ostensivo, na rua. Os(as) policiais chamados(as) de operacionais, no ambiente seriam aqueles(as) que possuem aptidões de combatividade para trabalhar no enfrentamento direto à criminalidade nas ruas.

Ao pensar o corpo militar, atendo-me à preocupação com os significados do corpo viril postos em xeque no momento da inclusão de mulheres em espaços considerados construtores da masculinidade; considerando também que o espaço da guerra enquanto instituição, abarca tanto a atividade militar propriamente dita quanto a atividade policial (MOREIRA, 2010, p. 322).

Logo, o que ocorre quando as mulheres PMs passam a se comportar de acordo com a internalização socializadora do ethos masculino institucional?

3 Externalizando o androcentrismo

Durante o período de formação, seja no CFSd, seja no CFO, passei por processos socializadores que constituíram em mim, por vezes, um ser policial em detrimento de um ser mulher em uma policial. Já quando profissional, trabalhando em alguns setores da corporação, muitos desses processos internalizados se personificavam em ações no dia a dia do meu trabalho, sobretudo até a fase que passei como oficial subalterna.³⁰

Assim que concluí o CFSd fui designada para trabalhar no Comando Geral da Polícia Militar no setor chamado PM/1.³¹ Na verdade, meu desejo era ter ido trabalhar no pelotão da ciclopatrolha³², para o qual me inscrevi como voluntária, antes do término do curso, para compô-lo. Entretanto, por questões institucionais – que, na verdade, não sei quais foram, mas repito essa frase por ter sido a justificativa que ouvi de um oficial para o fato de ter sido enviada para o QCG e não para a ciclopatrolha, como eu achava que iria – no momento da distribuição dos alunos, acabei sendo designada para o Comando Geral.

Este desejo de ir trabalhar em uma unidade operacional era fruto da necessidade de provar para os demais colegas de farda, principalmente aos homens, que, mesmo sendo mulher, eu seria capaz de trabalhar na rua e ser operacional. Percebam bem o termo que usei: “mesmo sendo mulher”. Era assim que pensava à época. A realidade instrumentalizada em meu ser de que, por ser mulher, o natural era que eu fosse frágil e por isso a necessidade instigante de “provar pra todo mundo” que eu estaria acima da média e seria uma mulher diferenciada no meio policial militar, não cedendo aos estereótipos de fraqueza comumente atribuídos às “FEMs”.

30 Dentro do círculo dos oficiais da Polícia Militar da Paraíba existem três divisões: oficiais subalternos (2º tenente e 1º tenente), oficiais intermediários (capitães) e oficiais superiores (major, tenente-coronel e coronel).

31 Setor que, na época, controlava questões como o quantitativo de efetivo.

32 Na época (2002) era uma modalidade de policiamento recém-estabelecida na Paraíba. Consiste na realização do policiamento em bicicletas, sobretudo em áreas turísticas.

Na verdade, a preocupação existente deveria ser a de permanecer mulher apesar de tudo que me era formal e subjetivamente imposto, reservando para meu papel policial apenas a obrigação de ser uma boa profissional, embora, como já discutido aqui, este conceito de “boa profissional” dentro da instituição comumente entrelaça os conceitos ligados à constituição do ser pessoal.

Ao chegar à PM1, mantive o desejo de ir trabalhar em um setor mais operacional, foi quando resolvi tentar a transferência para a PM/2³³, setor responsável pelo trabalho de inteligência. Ora, a ideia de trabalhar no policiamento velado, fazendo campanhas e talvez usando disfarces me pareceu um caminho interessante para que eu conseguisse provar minha operacionalidade e “fazer meu nome”. Tentei ser transferida através das possibilidades administrativas que estavam ao meu alcance. Um desses passos foi conversar com o chefe da PM/2, que demonstrou interesse em incluir uma mulher na equipe, já que há algum tempo nenhuma mulher a integrava. Após quase dois meses de tentativas, fui designada para trabalhar na PM/2. O detalhe é que passei cerca de duas semanas trabalhando (de forma informal) nos dois setores, organizando pendências do setor do qual saíra e familiarizando-me com as atividades da minha nova função. O desejo de ser “operacional” me fez aceitar de bom grado passar este pequeno período nesta dupla jornada.

A atividade de policiamento velado requeria uma habilidade permeada de certa sagacidade, uma vez que lidava com atividades de coleta de informações e observação. Recordo que uma das primeiras coisas que ouvi foi “menina, na rua é diferente do que você aprende na sala de aula”. Eu queria ser uma policial, padrão, operacional, mas, por mais que eu tentasse externalizar as ações viris e guerreiras que havia começado a aprender, a garota escondida atrás da “combatente” volta e meia insistia em querer emergir. Contudo, eu tratava logo de lembrá-la que ela não seria capaz de enfrentar a vida policial e por muitas vezes a silencieei. Teria que demonstrar que ser “desenrolada”³⁴ e não me importar de ver alguém sendo machucado (na verdade, eu me importava sim) ou de correr o risco de me machucar, seriam coisas que eu deveria ser capaz de realizar sem titubear. Afinal, isto reforçaria a imagem da policial operacional.

Certa vez houve uma fuga de muitos presos de um dos estabelecimentos prisionais de João Pessoa. Fomos todos convocados para trabalhar na captura desses fugitivos. Recordo que pensei: “Agora vou ser polícia de verdade.

33 Era, na época, o setor de ações de inteligência do Comando Geral.

34 Nas relações de caserna na PMPB, o termo “desenrolado(a)” pode ser usado em duas significações. Tanto pode querer dizer que o(a) policial é competente, proativo(a), habilidoso(a), como também pode ser usado como adjetivo depreciativo, significando que o(a) policial seria desdioso(a), preguiçoso(a), malandro(a).

Quero trocar tiro”. A equipe se reuniu no quartel do Comando Geral e fomos à captura dos foragidos. Cara fechada, andar mais duro e fala grossa, foi essa a postura que adotei, afinal, de outra forma não havia como ser respeitada, era o que me passava em pensamento. A preocupação quanto ao ser respeitada que falo aqui não é o respeito das pessoas que abordamos ou que prendemos neste dia, mas é sobre o respeito dos colegas homens para comigo, afinal, como tantas vezes ouvi, “a rua não era lugar de mulherzinha”, e na ocasião eu definitivamente não queria ser a mulherzinha da história, embora, na verdade eu o fosse, porque mulher é a identidade social que assumo para mim.

As experiências vividas no tempo que fui soldada diferem um pouco das vividas quando passei a ser oficial, uma vez que durante as primeiras eu era elemento de execução, não tinha poder de gerência sobre qualquer coisa, e na segunda fase comando e gerência me foram atribuídos. Quando concluí o CFO e fui declarada aspirante-a-oficial³⁵ fui designada para trabalhar na unidade sediada na cidade de Guarabira, brejo paraibano, onde permaneci por um ano e quatro meses. Assumi a função de Coordenadora do CFSd, acumulando com algumas outras funções durante minha permanência. A turma era composta por 114 (cento e quatorze) alunos, sendo 110 (cento e dez) homens e 4 (quatro) mulheres em uma unidade policial militar, numa cidade do interior, onde este universo predominantemente masculino assumia feições ainda mais profundas. Nesta oportunidade acabei sendo ainda mais multiplicadora desta ideologia de dominação de gênero, que acaba por vezes inferiorizando a mulher e direcionando-a a assumir o ethos guerreiro masculino.

Insisti durante várias oportunidades na formação desses alunos que deveriam ser operacionais, e ainda mais com as meninas que elas deixassem as “frescuras” de lado para poderem ser boas policiais. Todavia, nessa fase, o fato de não ser um mero elemento de execução, mas de ter, ainda que bem limitada, uma certa autonomia de gerência, me fez sentir, aos poucos e sutilmente, de certa forma livre para assumir certos posicionamentos e questionar alguns “padrões”. Este pequeno respiro de liberdade me possibilitou ir aos poucos inserindo o que realmente pensava quanto a certas questões e ir exercendo em ações do dia a dia policial.

Apesar de querer manter o estereótipo da oficial operacional, disposta a tudo, “pronta para qualquer missão”, o silêncio que tacitamente me foi infligindo e que me autoinfligi começou a ser gradativamente quebrado. Àquela altura, eu já estava começando a ter um “nome”, já havia adquirido certo respeito

35 Após o término do curso de oficiais, os alunos passam por uma espécie de estágio probatório que dura oito meses, durante este ínterim, nem são alunos nem oficiais, mas aspirantes-a-oficial.

da tropa e parecia não precisar mais tanto viver provando minha capacidade. Válido ressaltar que este caminho foi percorrido através de um itinerário que cruzou a subjetivação do eu feminino, em detrimento do ideal de virilidade de combatividade. Após ter alcançado certo reconhecimento institucional, poderia agora usar este capital “hierárquico”, que tanto o posto quanto o envolvimento em atividades operacionais me concederam, para iniciar minha libertação, contudo, repito, ela foi e vem sendo gradual, silente e sutil.

Em uma festa numa das pequenas cidades das quais o 4º batalhão era responsável pelo policiamento, estive trabalhando e comandando uma pequena fração de policiais. É comum haver nessas festas de rua brigas entre pessoas. Em uma dessas situações um jovem se desentendeu com outro e, iniciadas algumas agressões, minha guarnição³⁶ passava por perto e então separamos os brigões. Orientei que fossem embora e que evitassem confusão pois, do contrário, seriam detidos por mim. A confusão já estava dissipada e dei as costas quando ouvi um dos jovens dizer enquanto se retirava: “E eu sou homem pra ser preso por mulher?! Mulher não me prende não!”. Automaticamente fui em direção ao jovem, ordenei que um dos policiais que comigo estavam me ajudasse a conduzi-lo à delegacia e lá chegando dei-lhe duas bofetadas no rosto, pois havia aprendido, em uma das “doutrinações” do período de rua, que para desmoralizar um homem ele teria que apanhar no rosto e que para isso eu teria que ser mais homem que ele.

Toda cena se passou na presença dos meus comandados. Perguntei ao rapaz porque ele havia dito aquilo e qual era o problema de uma mulher prender ele. Diante da circunstância, ele primeiro tentou dizer que eu tinha entendido errado e depois pediu desculpas. “Doutora, quis dizer isso não, me desculpe doutora”, ele estava com sintomas de embriaguez. O ato de dar bofetadas na face do rapaz parece ter atribuído a mim, pela perspectiva dos homens que ali eu comandava, um valor simbólico de respeito e “honra”. A violência era, como muitos deles diziam, a linguagem que eles entendiam e a qual eu deveria falar para ganhar moral³⁷ diante da tropa.

No ano de 2008, depois de transferida para uma unidade da capital, fui apresentar-me ao comandante do meu novo local de serviço. Eu estava com o tornozelo direito imobilizado devido a uma lesão sofrida no batalhão anterior, e por isso estava de licença médica. Em tese, só deveria me apresentar após o término do atestado médico, mas, para evitar a falácia, a qual já era comum relativamente às policiais femininas, me apresentei de gesso no pé. Queria continuar sustentando a imagem de guerreira e combatente.

36 Pequena fração de policiais, geralmente composto por três a seis homens que policiam em uma viatura ou a pé.
37 O termo “moral” é corriqueiramente usado na caserna como significado de admiração ou força de vontade.

A primeira coisa que escutei quando cheguei à Unidade Policial, de uma das praças que lá trabalhavam e que havia sido colega de turma no CFSd, foi que os oficiais homens da unidade, ao saberem que a nova oficial da unidade seria uma mulher, fizeram comentários como: “Uma FEM? Pronto, não vai mudar em nada a escala da rua, vem uma FEM pra enfeitar o quartel”. A mesma praça me relatou ainda que na hora respondeu que eles não sabiam quem era e quando eles vissem quem era a oficial iriam “queimar a língua”.

Confesso que neste momento uma sensação de “estou conseguindo fazer meu nome” tomou conta de mim. Mas, atualmente, sobretudo após começar a trabalhar no setor de comunicação da Polícia Militar da Paraíba chamado EM/5, e ainda mais, após ingressar no Curso e Especialização em Segurança Pública, promovido pela própria instituição para capitães, pude perceber a dialética que habitava em toda essa conjuntura que eu defendia e legitimava com suor e sangue.³⁸ Antes de ingressar no EM5, ainda passei por mais outras duas Unidades, onde vivi experiências interessantes quanto às visões sob as quais as mulheres eram dimensionadas na instituição, e quando falo instituição aqui, me refiro àqueles que a compõem, obviamente.

Um momento interessante e bem típico das relações de poder e gênero, visto por mim dentro da instituição, ocorreu quando trabalhava em uma outra unidade da capital. Ao chegar nesta unidade fui designada para comandar uma fração chamada de Força Tática. Não nego que a designação me deixou eufórica, pois, uma tropa cuja operacionalidade era bem presente, era o arremate que eu necessitava para concluir o ciclo de construção do meu “nome”. Fui bem recebida no batalhão pelo então comandante e outros oficiais e estava disposta a mostrar serviço. Então, como de praxe, acatava todas as escalas e tipo de serviço para os quais fosse designada, afinal reclamar seria ceder à ideia de que eu seria “fraca” fugindo ao combate.

Dois meses após assumir o comando da Força Tática desta unidade, descobri uma gravidez não programada. E, por razões óbvias, não pude mais exercer as atividades na rua. Uma das coisas que ouvi do então comandante da unidade quando ele soube da minha gravidez foi que eu acabei “sendo uma perda para o batalhão”, pois eu tinha ido para lá no lugar de um tenente homem e agora, estando grávida e que não sabia o que ele “faria comigo”. Este foi o questionamento que eu ouvi: “O que vou fazer com você, já que perdi um homem de rua?”. Este foi o exato momento que uma consciência quanto às estruturas sociais que permearam minha vivência na instituição começou a incidir em mim e eu comecei a perceber o tamanho da problemática que tudo isto envolvia. E, ainda que o problema não estava em mim ou nas outras

38 Há uma máxima informal na caserna que toda conquista deve ser regada a “sangue, suor e lágrimas”.

mulheres, mas numa estrutura arraigada de machismo e patriarcalismo, onde o ser mulher atrapalharia a engrenagem prática, caso esta mulher não conseguisse, em certos aspectos (e apenas aqueles reforçavam a dominação masculina), ser um homem. Conheci bem o significado da expressão “caiu a ficha”. Nos meses seguintes, os elogios à viva voz que me foram ouvidos em outras ocasiões por eu nunca recusar um serviço deixaram de existir porque eu não era mais uma guerreira combatente, mas era uma policial mulher gestante.

Esse ponto da história foi determinante para o início de uma mudança de comportamento de minha parte. Qual era o mal em ser mulher? Qual o problema de estar grávida? Por isso eu teria sido uma perda para o batalhão? Estes questionamentos me tiraram o sossego e me despertaram para a busca do entendimento e resistência às estruturas que me silenciavam, que me compactavam a um padrão que não me permitia por vezes, assumir livremente a identidade social que assumi por meio da figura feminina.

O período de mudança iniciou-se aí e estendeu-se durante o período que comecei a trabalhar no setor de comunicação social e marketing, mas alcançou um ponto que julgo significativo durante minha passagem no Curso de Especialização em Segurança Pública. O contato com leituras, até então desconhecidas, despertaram-me para uma consciência não só do ser mulher, mas da profissional de segurança pública, saindo de um espaço passivo de mera reprodução automática de ideias e estruturas para um momento de compreensão, reflexão e questionamento delas.

4 Considerações finais

As estratégias contemporâneas de trabalho da Polícia Militar da Paraíba vêm tentando acompanhar a tendência nacional de proximidade com a comunidade e o ingresso das mulheres está estreitamente ligado a essa questão. Contudo, é necessária uma profunda reflexão quanto aos encontros encarados pelas mulheres no decorrer dos 33 anos já transcorridos de permanência delas em meio aos quase 189 anos que a corporação possui. Importante frisar que a intenção deste trabalho não foi definir em certo sentido as estruturas que configuram as relações de gênero na Polícia Militar da Paraíba, mas tentar refletir, a partir de um relato autoetnográfico, sobre essas relações e compreender um pouco do seu itinerário.

Obviamente não conseguimos traçar um mapa de como se estruturam essas relações, mas por certo as descrições fornecem um norte dessa construção, na qual mulheres que ingressam em uma instituição cheia de

paradigmas sobre as relações de gênero acabam aderindo a um padrão comportamental fortemente masculinizado para serem socialmente aceitas no grupo. Eu passei por esse processo que ainda está intensamente arraigado em minhas ações, dos quais só tomei consciência a partir de determinado momento profissional, imersa em acontecimentos, anteriormente narrados, que me fizeram refletir sobre o tema. Deparei-me por inúmeras vezes com paradoxos identitários dentro da instituição, reforçados pelos mecanismos de formação militar, os quais, na maioria das vezes, “resolvi” silenciando-me. Assim, eu, como outras mulheres policiais, enfrentei no processo de formação e nas práticas profissionais um constante embate entre o ser policial e o ser mulher.

Finalizo destacando a percepção de que não há de se negar que houve pequenos avanços quanto às estruturas relacionais de gênero dentro da corporação, mas também há de revelar-se que muito ainda há para se construir e desconstruir para um verdadeiro empoderamento feminino neste meio, sobretudo, quanto ao entendimento das próprias mulheres sobre sua identidade social dentro da instituição. Desse modo, percebemos que não só as estruturas formais devem ser repensadas, mas também as projeções sociais e culturais inerentes aos valores sobre os quais se constroem essas estruturas.

Referências

ABU-LUGHOD, Lila. *Escribiendo contra la cultura. Recapturing Anthropology: Working in the Present*, Santa Fe, Nuevo Mexico, 1991. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/365007/mod_resource/content/1/Abu%20Lughod%2C%20Escribiendo%20contra%20la%20cultura.pdf>. Acesso em: 14 out. 2016.

ALBERTINI, Lauriani Porto. O exército e os outros. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (Orgs.). **Antropologia dos militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 75-90.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**: um antropólogo na caserna. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

CAVILHA, Juliana. Das entrevistas aos rituais: dialogando com os militares. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (Orgs.). **Antropologia dos militares**:

reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 129-150.

CHINELLI, Fernanda. Pesquisa e aliança: o trabalho de campo com mulheres de militares. CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (Orgs.). **Antropologia dos militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. P. 91-106.

COTTA, Francis Albert. Para além da “instituição total”: as “gramáticas do indivíduo” como possibilidade metodológica para o estudo de instituições policiais-militares no século XXI. In: FRANÇA, Fábio Gomes de (Org.). **Questões de segurança pública**. João Pessoa: Ideia Editora, 2021. p. 66-99.

DAMATTA, Roberto. **O Ofício do Etnólogo ou como ter anthropological blues**. Rio de Janeiro: Boletim do Museu Nacional, 1978.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. Autoethnography: na overview. Forum Qualitative Social Research, v. 12, n. 1, art. 10, jan 2011. Disponível em: <View of Autoethnography: An Overview | Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research (qualitative-research.net)>. Acesso em: 30 jun 2021.

FERRAROTTI, Franco. **Sobre a autonomia do método biográfico**. In: NÓVOA, Antônio; FINGER, Mathias. O método (auto)biográfico e a formação. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 34. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2007.

FRANÇA, Fábio Gomes de. “Hierarquia da invisibilidade”: preconceito e homofobia na formação policial militar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 154-170, ago/set 2016. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/700>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

----- **Estigma**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015a.

----- **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2015b.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: nota sobre as revoluções culturais de nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 1997.

LEIRNER, Piero. **Meia-volta volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LEAL Gabriel Rodrigues. **Currículo cultural**: uma autoetnografia na Academia de Polícia Militar Costa Verde. 2011. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMT, 2011.

MÉNDEZ, Mariza. Autoethnography as a research method: Advantages, limitations and criticisms. *Colomb. Appl. Linguist. J.*, v.15, n. 2, Bogotá, July/Dec. 2013. Disponível em: <Autoethnography as a research method: Advantages, limitations and criticisms (scielo.org.co)>. Acesso em: 30 jun 2021.

MEYER, D. E.; Soares, R. F. R. **Corpo, gênero e sexualidade nas práticas escolares**: um início de reflexão. In: Meyer, D. E. (org.). *Corpo, gênero e sexualidade*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MOREIRA, Rosemeri. Virilidade e o corpo militar. **Revista História: Debates e Tendências**, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/2466>>. Acesso em: 03 out. 2016.

PEIRANO, Marisa. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SANTOS, Sílvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 24.1, p. 214-241, 2017. Disponível em: <113972-Texto do artigo-265725-1-10-20170829 (1).pdf>. Acesso em: 30 jun 2021.

SILVA, Agnaldo José da. **Praça Velho**: um estudo sobre o processo de socialização policial militar. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

SOUZA, Elizeu Clementino de. **O conhecimento de si**: Narrativas do itinerário escolar e formação de professores. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Bahia, 2004.

WALL, Sarah. An Autoethnography on Learning About Autoethnography. International Journal of Qualitative Methods. Jun 2006. Disponível em: <An Autoethnography on Learning About Autoethnography - Sarah Wall, 2006 (sagepub.com)>. Acesso em: 30 jun 2021.

Recebido em agosto de 2021

Aprovado em dezembro de 2021

DONZELA-GUERREIRA? IMAGINÁRIO LITERÁRIO BRASILEIRO SOBRE BALTASAR DO COUTO CARDOSO/MARIA ÚRSULA DE ABREU E LENCASTRO

Helder Thiago Maia¹

Resumo: Após breve apresentação dos estudos literários em torno das donzelas-guerreiras, e sobre o lugar ocupado por Baltasar do Couto Cardoso/Maria Úrsula de Abreu e Lencastro (1682-1730) dentro dessa perspectiva crítica, examinamos textos históricos e literários brasileiros que narram a vida dessa personagem. Estamos interessados em perceber as repetições e as rupturas entre o discurso histórico e o literário, mas também em observar como é narrado o trânsito de gênero de Baltasar/Maria Úrsula. Foram analisados dezenove textos históricos, além do romance *A Senhora de Pangim* (1932), de Barroso, e dos quadrinhos *A Senhora de Pangim* (1956), de Monteiro e Barroso.

Palavras-chave: Donzelas-guerreiras; Baltasar do Couto Cardoso; Maria Úrsula de Abreu e Lencastro.

Abstract: After a brief presentation on literary studies around the warrior maidens, and the place occupied by Baltasar do Couto Cardoso/Maria Úrsula de Abreu e Lencastro (1682-1730) within this critical perspective, we examine Brazilian historical and literary texts that narrate the life of this character. We are interested in perceiving the repetitions and ruptures between historical and literary discourse, and observing how Baltasar/Maria Úrsula's gender transit is narrated. Nineteen historical texts were analyzed, in addition to the novel *A Senhora de Pangim* (1932), by Barroso, and the comic book *A Senhora de Pangim* (1956), by Monteiro and Barroso.

Keywords: Warrior Maidens; Baltasar do Couto Cardoso; Maria Ursula de Abreu and Lencastro.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

¹ Doutor em literatura comparada pela Universidade Federal Fluminense. Investigador no Centro de Estudos Comparatistas, da Faculdade de Letras, na Universidade de Lisboa. heldermaia@edu.ulisboa.pt

A donzela-guerreira é um paradigma literário que tem servido como base, padrão e modelo tanto para a criação quanto para a crítica literária. De forma geral, podemos resumir-lo a duas características fundamentais: o trânsito de gênero e a ida à guerra. Assim sendo, temos uma personagem que é definida em seu nascimento como uma mulher, que passa a viver e ser reconhecido como homem, que vai à guerra, onde luta e é estimado pela sua bravura como soldado. Essas duas características produzem um enredo bastante específico, o que tem permitido não só que a personagem faça constantes reaparições na literatura, mas que também seja facilmente reconhecível pela crítica literária. Nesse sentido, estamos falando, por exemplo, da balada chinesa *Mulan*, do século VII, do romance ibérico *Da donzela que vai à guerra*, do século XII, e de novelas, poemas e textos dramáticos que vêm sendo publicadas na Europa e nas Américas, desde o século XV.

Outras características que aparecem com relativa frequência, mas que podem sofrer variações, são: a vida e o reconhecimento social como homem geralmente é longo; há a utilização de nomes masculinos para a nova identidade; as outras personagens em geral desconhecem o trânsito de gênero; a descoberta do trânsito de gênero é um ponto importante da narrativa; a personagem é reconhecida pela bravura e ascende militarmente; sexualmente é virgem ou assexuado, o que serve para tranquilizar o leitor de que a “transgressão” de gênero não implica uma transgressão sexual; na guerra é ferido ou se envolve afetivamente com algum soldado, o que leva à “descoberta” o trânsito; após o fim da guerra alguns passam a viver como mulheres, enquanto outros seguem vivendo como homens.

Apesar dessas características serem bastante específicas, há, no entanto, um uso bastante exagerado deste paradigma por parte da crítica literária brasileira, que muitas vezes tem entendido o “trânsito de gênero” e o “ir à guerra” como elementos metafóricos. Ao contrário dessa perspectiva, seguindo a Valdeci Oliveira (2005, p. 143), acreditamos que as donzelas-guerreiras devem ser distinguidas de outras personagens, que também rompem normatividades de gênero e/ou sexualidade, sob o risco de perdermos a potência que as donzelas-guerreiras possuem de borrar e ultrapassar as normatividades de gênero. Nesse sentido, o uso alargado do conceito tem homogeneizado a leitura dessas personagens, que passam a ser compreendidas exclusivamente como mulheres cisgêneras, ao mesmo tempo que tem considerado o trânsito de gênero como algo menor, incompleto e/ou patológico².

2 Para uma leitura mais específica sobre como a crítica literária brasileira tem desconsiderado o trânsito de gênero, apelando inclusive para uma perspectiva patologizante das donzelas-guerreiras, consultar Maia (2018).

Quando analisamos, a ampla e exagerada constelação literária do que a crítica brasileira tem entendido e definido como donzela-guerreira, podemos perceber que há pelo menos quatro expressões de gênero vividas pelas personagens que são significativamente distintas. Assim, podemos dizer que há as “mulheres masculinas”, personagens que não foram à guerra e nem viveram como homens, como *Luzia-Homem* (1903), de Domingos Olímpio; há as “mulheres guerreiras”, personagens que não viveram como homens, mas foram à guerra, como as narrativas em torno de Anita Garibaldi; há as “donzelas-guerreiras”, personagens que foram à guerra e que viveram como homens unicamente durante a guerra, como no romanceiro ibérico; e há as “transgêneridades guerreiras”, personagens que foram à guerra e que viveram sempre que possível como homens, como *Diadorim* (ROSA, 1956).

Nesse sentido, o trânsito de gênero não é uma característica nem das “mulheres masculinas” nem das “mulheres guerreiras”, enquanto para as “donzelas-guerreiras” é uma prática circunstancial e relativa à guerra, e para as “transgêneridades guerreiras” parece revelar mais uma compreensão de si do que algo provisório, uma vez que é vivido e experimentado sempre que possível, desejado e para além da guerra. Essa proposta de leitura repartida em quatro personagens paradigmáticas considera, portanto, que o trânsito de gênero é um dispositivo de leitura que visa não só pensar as diferenças dentro do que se tem entendido tradicionalmente como donzelas-guerreiras, mas principalmente analisar as diferenças dentro de cada uma dessas expressões de gênero.

Isto posto, é parte dos interesses deste artigo examinar, a partir da perspectiva crítica das donzelas-guerreiras, assim como das quatro expressões de gênero elencadas anteriormente, narrativas históricas e literárias em torno de Baltasar do Couto Cardoso/Maria Úrsula de Abreu e Lencastro. Nesse sentido, pretendemos não só repensar o paradigma das donzelas-guerreiras a partir desta personagem, como também pretendemos preencher um vazio da crítica literária, uma vez que Baltasar/Maria Úrsula tem sido apontado pela crítica como uma “donzela-guerreira perfeita” (GALVÃO, 1998, p. 84), mas os seus textos literários e históricos têm sido efetivamente pouco lidos e comentados.

Estamos interessados também em analisar o imaginário histórico e literário brasileiro sobre a personagem, assim como as repetições e as rupturas entre esses discursos. Para isto, foram observados setenta e nove relatos históricos e jornalísticos, publicados entre 1822 e 1955, o que corresponde ao primeiro texto brasileiro encontrado sobre a personagem (PIZARRO E ARAUJO, 1822) e ao último relato histórico antes da publicação do mais recente

texto literário sobre a personagem (MEIRELES, 1955). No entanto, devido às restrições ao tamanho deste artigo, abordaremos diretamente a apenas dezenove desses textos, uma vez que os outros sessenta pouco acrescentam à leitura proposta aqui sobre a personagem. Além disso, analisamos também as únicas duas obras literárias brasileiras que abordam a personagem, o romance *A Senhora de Pangim* (1932), de Gustavo Barroso, e a revista em quadrinhos *A Senhora de Pangim* (1956), de Gutenberg Monteiro e Gustavo Barroso.

Por fim, é preciso dizer que Baltasar do Couto Cardoso/Maria Úrsula de Abreu e Lencastro foi uma pessoa de existência factual, que no seu nascimento, em 1682, no Rio de Janeiro, recebeu o nome de Maria Úrsula de Abreu e Lencastro, e que aos dezoito anos, em 1º de setembro de 1700, assentou praça em Lisboa como o soldado Baltasar do Couto Cardoso, tendo servido no exército colonial português, em Portugal e na Índia Portuguesa, por quase quatorze anos. Pelo seu excelente desempenho militar, primeiro como soldado e depois como cabo, recebeu, como Maria Úrsula, o reconhecimento do Império português através de uma pensão e da mercê do Paço de Pangim por seis anos. Algumas fontes históricas afirmam ainda que morreu provavelmente em 1730, casada com Afonso Teixeira Arrais de Melo, sem nunca ter abandonado os trajas masculinos e a espada.

1 Imaginário Histórico sobre Baltasar/Maria Úrsula

As fontes históricas sobre Baltasar/Maria Úrsula, especialmente aquelas utilizadas pelo romance *A Senhora de Pangim* (1932), já foram alvo de grande controvérsia pública entre o escritor português Alfredo Pimenta (1942) e o escritor brasileiro Gustavo Barroso (1932, 1949)³. No entanto, de forma geral, podemos dizer que os relatos históricos portugueses sobre a personagem, cuja primeira referência encontrada é a notícia do jornal português *Gazeta de Lisboa* de 24 de março de 1718, não se preocupam em explicar as motivações de Baltasar/Maria Úrsula nem para o trânsito de gênero nem para a ida à guerra. Além disso, com exceção do texto de Damião de Froes Perim (1740), não falam sobre um possível casamento da personagem, assim como também não narram sobre como viveu depois de dar baixa como soldado.

Ao contrário dos relatos portugueses, as fontes históricas brasileiras, cuja primeira referência é o texto do monsenhor Jozé de Souza Azevedo Pizarro e Araujo de 1822, de forma geral, procuram explicar as motivações da personagem para o trânsito de gênero e para a ida à guerra, assim como também

3 Sobre isto consultar Costa (2016) e Maia (2022).

afirmam o casamento com Arrais de Melo e descrevem como a personagem viveu após dar baixa como soldado. Nessa perspectiva, na narração da vida após deixar o serviço militar, há uma preocupação recorrente em afirmar que Baltasar/Maria Úrsula teria morrido cercado de glória e gozando de grande fama entre seus contemporâneos, o que serve principalmente à reafirmação da heroicidade não só da personagem, mas também das “brasileiras” em geral. Ademais, podemos dizer também que a afirmação do casamento é sempre uma forma de reafirmar a mulheridade da personagem, ao mesmo tempo em que se nega o trânsito de gênero, entendido sempre como um “disfarce”.

Por fim, antes de entrarmos em uma análise detalhada dos relatos históricos brasileiros, podemos dizer que há na historiografia três formas de explicar as motivações da personagem para o trânsito de gênero e para a ida à guerra. A primeira, de caráter mais subjetivo, inaugurada em 1841, por Joaquim Norberto Souza Silva, explica as motivações a partir da “índole extremamente belicosa”, do “ardente desejo de assinalar-se nos campos da guerra” e do “coração varonil” da personagem (SOUZA SILVA, 1841, p. 226); a segunda, de caráter mais melodramático, inaugurada em 1876, por Joaquim Manoel de Macedo, explica as motivações a partir de um “ardente amor contrariado” (MACEDO, 1876, p. 1); a última, de perspectiva mais patologizante, inaugurada em 1899, por Ignez Sabino, narra as motivações a partir de uma “vocação” infantil, entendida como abjeta e doentia, e de um “desejo ardente de servir à pátria” (SABINO, 1899, p. 89).

Como dissemos, a primeira referência histórica brasileira aparece em Pizarro e Araujo (1822) quase cem anos após a data provável da morte de Baltasar/Maria Úrsula. Neste relato, a personagem é narrada como uma “mulher guerreira”, e o trânsito de gênero é entendido como imitação de “procedimentos famosos” utilizados por mulheres portuguesas. O texto reafirma, portanto, o valor militar dos brasileiros, incluindo como exceção algumas mulheres, como Baltasar/Maria Úrsula e D. Maria de Souza. No entanto, como uma forma de não sugerir essa “transgressão” às suas leitoras, faz questão de afirmar que as mulheres brasileiras também se distinguem por suas virtudes cristãs. O relato não dá informações sobre um possível casamento, ou sobre como viveu após dar baixa do serviço militar colonial.

Dezenove anos depois, aparece o primeiro relato a tentar explicar as motivações de Baltasar/Maria Úrsula, o texto de Souza Silva, publicado em 1841, na revista do Instituto Geográfico Brasileiro. Como no texto anterior, Baltasar/Maria Úrsula está acompanhada de outra importante “mulher guerreira”, D. Rosa Maria de Siqueira. Assim, ao mesmo tempo em que questiona o silêncio da historiografia brasileira sobre essas importantes

“guerreiras brasileiras”, o autor reafirma Baltasar/Maria Úrsula como parte do “bello sexo brasileiro”, atribuindo, portanto, pouco valor ao trânsito de gênero. Nesse mesmo sentido, Souza Silva (1841) não só diz que a personagem morreu coberta de bençãos e rodeada de homenagens, como também afirma que seguiu usando trajes varonis e espada ainda após dar baixa como soldado e se casar. No entanto, mesmo que essa informação nos permita uma leitura contra o próprio autor, é preciso dizer que a manutenção dos trajes de soldado é reduzida no texto a uma espécie de vaidade, um testemunho dos grandes feitos da personagem. Por fim, como vimos, o autor explica as motivações para a vida como uma “mulher guerreira” a partir da índole belicosa, do desejo de glória e do coração varonil da personagem.

Em 1845, o jornal fluminense *Ostensor Brasileiro* publica dois textos sobre Baltasar/Maria Úrsula. O primeiro, na edição 4, na coluna *Fastos Brasileiros*, sem identificação de autoria, apesar das atualizações ortográficas, é idêntico ao texto de *Gazeta de Lisboa* (1718). Ademais, o mesmo texto é republicado em 1872, na edição 01, do jornal fluminense *A Luz*. O segundo relato, publicado na edição 49, assinado por Souza Silva, é idêntico ao texto publicado na revista do IHGB em 1841. Além disso, o mesmo texto também é republicado, em 1854, na edição 22, do jornal capixaba *Correio da Victoria*.

Dezoito anos depois de seu primeiro relato, Souza Silva publica, em *Revista Popular* (1859), “novo” texto sobre a personagem. No entanto, ao contrário do primeiro, onde a história de Baltasar/Maria Úrsula estava acompanhada da história de D. Rosa Maria de Siqueira, nesta nova publicação Baltasar/Maria Úrsula é narrado juntamente com Dona Clara Camarão. O relato, no entanto, é praticamente o mesmo, uma vez que as principais mudanças são o apagamento do primeiro parágrafo, onde o autor falava das heroínas esquecidas pela história, e do último, onde estava indicada as fontes bibliográficas. Este mesmo texto é republicado no livro *Brasileiras Célebres* em 1862, onde aparecem narrativas individuais de outras “mulheres guerreiras”, como as mulheres de Tejucupapo, Dona Clara Camarão, Dona Maria de Sousa e Dona Rosa de Siqueira. Por fim, em 1883, na edição 77, do jornal *O Apostolo*, sem indicação de autoria, é republicado, com pequenas alterações, sob o título *Heroínas Brasileiras*, o texto de Souza Silva (1859).

Trinta e cinco anos depois da primeira publicação de Souza Silva, inaugurando um novo gênero no imaginário histórico sobre Baltasar/Maria Úrsula, Macedo (1876) inclui a personagem em um livro de efemérides de personalidades brasileiras e propõe uma nova explicação para o trânsito de gênero e para a vida como soldado. É importante dizer que a data escolhida para contar a história de Baltasar/Maria Úrsula não é o dia de seu

nascimento, nem de sua provável morte, nem da vitória sobre a fortaleza de Amboná, nem da entrega da mercê do Paço de Pangim, ao contrário, 1º de setembro é a data em que a personagem assenta praça em Lisboa e passa a ser oficialmente reconhecida como homem e soldado pelo Império português. No entanto, contra a própria simbologia da data, Macedo insiste na afirmação da mulheridade da personagem, apesar de outras dissonâncias no texto, como “A heroína Balthazar do Couto Cardoso foi militar na Índia” (MACEDO, 1876, p. 2), o que possibilitar uma leitura sobre o gênero e o trânsito de gênero da personagem contra o próprio autor.

Macedo, como nenhum outro texto antes, investe na normatização e normalização do sexo-gênero da personagem, e não só diz que foi um erro a vida de Baltasar/Maria Úrsula como soldado e que sua atitude como filha foi repreensível, como também sugere o “retorno” à feminilidade, após dar baixa como soldado, como o cumprimento da “missão doce e grandiosa de seu sexo”. Nesse mesmo sentido, o autor não só entende o trânsito de gênero como uma impossibilidade, um “disfarce”, como também afirma que Baltasar/Maria Úrsula nunca conseguiu “dissimular o seu sexo” (feminino) para o futuro esposo, o “vallente oficial” Arrais de Melo. Ademais, Macedo não só explica as motivações da personagem para a vida como homem e soldado a partir da ideia de um amor contrariado, como também explica o “retorno” à vida como mulher a partir da ideia de um amor bem resolvido. Nesse sentido, de forma melodramática, romântica e cisheteronormativa, a personagem é sempre explicada e reduzida não só às emoções, como também ao amor romântico e à dependência amorosa masculina. Da mesma forma, a manutenção de trajes varonis após o casamento não passaria de uma “ vaidade” feminina, o que seria perdoável devido a glória conseguida pela “guerreira”.

Esse mesmo texto foi republicado, sem alterações e sem autoria, em 1º de setembro de 1877, na edição 131, do jornal soteropolitano *Correio da Bahia*, e em 3 de fevereiro de 1935, sob o título *Uma Heroína Brasileira*, na edição 4697, do fluminense *O Jornal*. Ademais, uma versão reduzida e sem autoria, foi publicada em 9 de maio de 1879, na edição 104, do jornal fluminense *Monitor Campista*, e em 07 de agosto de 1879, na edição 54, do jornal soteropolitano *O Monitor*, o que faz de Macedo, portanto, outro grande intérprete e divulgador, ao lado de Souza Silva, da história de Baltasar/Maria Úrsula. Nesse sentido, podemos dizer que a leitura de Souza Silva (1841) predomina na primeira metade do século XIX, enquanto a de Macedo (1876) predomina na segunda metade.

Em 1899, a poetisa e romancista baiana Ignez Sabino publica, junto a outras quarenta mulheres brasileiras ilustres esquecidas pela história, nova

interpretação sobre Baltasar/Maria Úrsula. De acordo com Sabino, o livro é um estudo da psicologia feminina, que deve ser entendido como “uma Bíblia de instrução moral e cívica” (SABINO, 1899, p. IX). Essas afirmações do prefácio não passam despercebidas no capítulo Maria Úrsula de Alencastro, uma vez que há tanto uma reafirmação violenta da mulheridade de Baltasar/Maria Úrsula, como também há uma leitura patologizante sobre o trânsito de gênero, que é entendido como “verdadeira aberração da natureza” (SABINO, 1899, p. 89), e sobre a personagem, que é entendida como uma pessoa “doente”, que precisaria ser estudada e curada pela ciência (SABINO, 1899, p. 92). Ainda de acordo com Sabino (1899, p. 89), Deus teria dado maior beleza às mulheres para que elas pudessem melhor governar os homens, por isso seriam também mais mimosas e mais fracas. Maria Úrsula, no entanto, apesar de “excessivamente formosa” teria desprezado esses dotes divinos, e “inflammada pelo desejo ardente de servir a pátria”, mas também por uma “vocação”, teria negado tanto a Deus como a sua “natureza” feminina, e passado a viver como homem e soldado.

Sabino (1899), portanto, inova não só ao afirmar o desejo de servir à pátria como motivação para a vida como homem e soldado, mas principalmente por também procurar na infância de Baltasar/Maria Úrsula as motivações para o trânsito de gênero e para a ida à guerra. Nesse sentido, para explicar o que entende por “vocação”, a autora baiana fantasia e narra uma infância para Baltasar/Maria Úrsula, onde este não só se afasta e transgride as normatividades do sexo feminino, como também afirma não ser uma mulher, mas um soldado. A autora aponta, então, que o trânsito de gênero não só era desejado, mas também era vivido desde a infância. No entanto, para tranquilizar os leitores de que a transgressão de gênero não implicava uma devassidão sexual, descreve a vida adulta da personagem sob “severíssima” moralidade (SABINO, 1899, p. 90). Por fim, destaca ainda que a “vocação” foi derrotada pela “natureza”. Assim, teria havido uma “grande methamorphose”, que a levou a abandonar a vida militar, a compreender a “verdadeira missão da mulher na sociedade” e a casar com o “tenente” Arrais de Melo. Além disso, a personagem teria morrido cercada de reconhecimento, mas sem nunca mais ter trajado roupas masculinas ou empunhado uma espada.

Essa interpretação patologizante de Sabino (1899) sobre Baltasar/Maria Úrsula não reverbera em outras leituras históricas, ao menos não nos textos históricos publicados até 1955. No entanto, pelo menos duas outras publicações recorreram à infância da personagem como forma de explicar as motivações para a vida como homem e soldado, ao mesmo tempo em que também reafirmam a mulheridade e entendem o trânsito de gênero como “disfarce”. Nesse sentido, podemos falar da efeméride *Uma mulher-soldado*,

publicada sem autoria, em 8 de março de 1917, no jornal fluminense *O Paiz*, e republicada em 8 de março de 1928, no jornal pernambucano *Jornal do Recife*.

Por fim, em 1º de maio de 1955, Cecília Meireles publica, no fluminense *Diário de Notícias*, a crônica *Caminho de Goa*, republicada em 23 de julho de 1955, no gaúcho *Correio do Povo*. Nestas, sem propor qualquer explicação para o trânsito de gênero e para a ida à guerra, Meireles, reafirma a mulheridade da personagem, e reduz toda a complexa experiência da vida de Baltasar/Maria Úrsula como homem e soldado à ideia de que esta viveu “vestida de homem”. A grande novidade do texto é o paralelo que a poeta estabelece entre a vida de Baltasar/Maria Úrsula e o romance ibérico *A donzela que foi à guerra*. Nesse sentido, Meireles é, provavelmente, a primeira a ler a personagem a partir da tradição da crítica literária portuguesa e brasileira sobre as donzelas-guerreiras. No entanto, assim como os outros textos críticos, não só reafirma a mulheridade dessas personagens, como também mais sugere a leitura de Baltasar/Maria Úrsula do que faz realmente um exercício analítico a partir dessa perspectiva.

2 O romance *A Senhora de Pangim*

O romance *A Senhora de Pangim*, de Gustavo Barroso, possui pelo menos duas edições. A primeira, de 1932, publicada pela editora carioca Guanabara, está direcionada ao público brasileiro, enquanto a segunda, de 1940, publicada pela editora colonial portuguesa da Agência Geral das Colônias, está direcionada ao público português. Na edição brasileira, não há prefácio, mas há no final do romance o capítulo *Nota*, onde o autor aponta as suas fontes históricas, além de afirmar que se trata de romance e não de biografia. Assim, podemos dizer que desde a primeira edição o autor tentou se defender das críticas sobre possíveis inexatidões históricas. Na edição portuguesa, aquilo que é *Nota* na 1ª edição é transformado em *Prefácio* na 2ª edição. No entanto, esse texto ganha o acréscimo de três parágrafos, os dois primeiros e o último. No parágrafo final, Barroso afirma ter tido acesso a documentos portugueses sobre Baltasar/Maria Úrsula, mas que reservaria esses documentos para um estudo “não mais literário e sim absolutamente histórico” (BARROSO, 1940, p. 9)⁴. Nos dois primeiros, Barroso parece justificar a edição portuguesa do livro. Nesse sentido, não só afirma que o romance abrange o “Mundo Português”, como também diz

4 Apesar de publicar pelo menos três outros relatos não literários sobre Baltasar/Maria Úrsula (1942, 1948 e 1958), podemos dizer que o estudo “absolutamente histórico” se refere à publicação de 1949. Uma análise de todos os textos de Barroso pode ser encontrada em Maia (2022).

que as personagens viveram nesses espaços onde “Portugal encheu com sua glória”. Assim, Baltasar/Maria Úrsula seria não só um “símbolo desse Mundo Português”, como também seria uma “figura única e tão fora do comum que parece lendária” (BARROSO, 1940, p. 7).

Apesar de ser um romance histórico, a narrativa, obviamente, não tem um compromisso absoluto, como acredita e exige o crítico português Pimenta (1942), em seu pacto ficcional, com a verdade histórica, o que permite ao autor preencher, ao longo de seus quatorze capítulos, com maior liberdade, as lacunas históricas sobre a vida de Baltasar/Maria Úrsula. De forma geral, podemos dizer que a obra de Barroso (1932) está mais próxima dos relatos de Macedo (1876) e do Barão de Rio Branco (1891), no que se refere às motivações para o trânsito de gênero e para a vida como soldado, do que dos textos de Teixeira de Mello (1881) e de Souza Silva (1862), indicados pelo autor⁵. Nesse sentido, podemos dizer que prevalece a versão de um amor contrariado como motivação para a vida como homem e soldado. No entanto, não há um julgamento moral sobre as escolhas da personagem, como faz Macedo (1876), ao contrário, Barroso prefere destacar o modo irrepreensível de Baltasar/Maria Úrsula como homem e soldado, como faz Teixeira de Mello (1881, p. 112), a afirmar a vida do soldado Baltasar como erro ou a atitude da filha Maria Úrsula como repreensível, como faz Macedo (1876, p. 1).

No que se refere ao trânsito de gênero, a primeira coisa a se dizer é que o leitor não sabe que Baltasar viveu anteriormente como Maria Úrsula, uma vez que o romance começa com a personagem deixando o Brasil como pajem. No entanto, ainda que o trânsito de gênero da personagem só seja forçosamente “confessado” nos quatro capítulos finais do romance, o texto recorrentemente sugere, principalmente através do canto da personagem, desde o primeiro capítulo, que há algo de feminino em Baltasar. Nesse sentido, por exemplo, quando canta, o “rapazelho desconhecido”, não só mostra uma feminilidade que tensiona as masculinidades dos outros soldados, como também denuncia que ali há algo de mágoa amorosa, como podemos ver abaixo:

Um silêncio profundo pesou sobre a baía imensa enrolada no lençol negro da noite [...] E uma voz vibrou, acompanhada de trinos de guitarra, na quietude nocturna do galeão, dolentemente, de saudade e de amor. Era o novo pagem que cantava. Havia qualquer coisa de feminino na sua voz clara e triste. Qualquer coisa de feminino e de magoado (BARROSO, 1940, p. 16).

⁵ Em Nota ao final do romance, Barroso (1932, p. 205-206) indica, como fontes bibliográficas para o seu romance, as efemérides de Teixeira de Mello (1881) e de Rio Branco (1891), além do relato de Souza Silva (1862).

Ademais, é preciso dizer que a publicização do trânsito de gênero da personagem não é vivida uma única vez, ao contrário, por três vezes Baltasar foi levado a “confessar” ou se tentou “confessar” por ele. Na primeira dessas cenas, ainda no terceiro capítulo, o capitão Nuno de Mascarenhas, à beira da morte, na travessia entre o Brasil e Portugal, não só reforça o pedido para que o guardião Vasco de Brito cuide do seu pajem, mas também tenta contar ao guardião “o grave segredo” de Baltasar. No entanto, para alegria do pajem, o capitão morre enquanto tenta contar a história (BARROSO, 1940, p. 34). A morte do capitão, portanto, assegura o silêncio e permite que Baltasar viva em Portugal e na Índia como homem e soldado.

Esse segredo também tece as relações entre Baltasar e Manuela, amiga e antiga paixão de Vasco, que acompanha o soldado à Índia e vive com ele até o final de sua vida. Ao longo do texto, há sugestões de que Manuela sabe do trânsito de gênero, no entanto, essa situação só é tratada abertamente nos capítulos dez e treze. No décimo, o suspense sobre essa história ainda é mantido, uma vez que Baltasar, diante do “carinho maternal” de Manuela, confessa a sua história à amiga, mas o leitor não tem acesso ao teor dessa confissão. No capítulo treze, o narrador descreve aos leitores o teor da conversa entre Manuela e Baltasar, no entanto, a história do trânsito de gênero já é conhecida pelo leitor, uma vez que Baltasar é ferido em combate e Arrais de Melo cuida de sua convalescência. Assim, ao retomar a confissão de Baltasar a Manuela, o narrador, em diálogo com parte da tradição histórica brasileira (MACEDO, 1876; RIO BRANCO, 1891), não só passa a tratar o soldado no feminino, como também sugere (novamente) que a motivação inicial para o trânsito e para ir à guerra foi um “grande sofrimento” amoroso.

Diante da confissão de Baltasar, visto agora exclusivamente como Maria Úrsula, tanto pelo narrador quanto pela amiga, Manuela diz que sempre foi uma cúmplice silenciosa, não só porque sempre admirou o seu “ânimo varonil”, mas principalmente porque sentia muito orgulho em ver uma “mulher” dar lições de coragem aos homens, “que tanto se orgulham de sua bravura e tanto se riem da nossa fraqueza” (BARROSO, 1940, p. 114). Assim, ao mesmo tempo em que se instaura uma normalização de Baltasar a partir da cisgeneridade, e que se revela uma rede de proteção silenciosamente tecida por Manuela, cria-se também uma cumplicidade entre as personagens que desafia as normatividades de gênero. Afinal, mesmo Baltasar sendo entendido exclusivamente como mulher, não há soldado, como afirma Manuela, mais valente do que Maria Úrsula.

Assim como acontece com a maior parte das donzelas-guerreiras, o trânsito de gênero é narrado ao leitor através do ferimento e a consequente convalescência de Baltasar. Por sugestão de Manuela, que vê na expedição de caça ao tigre do Mandovi a possibilidade de aproximar Baltasar e Afonso,

o soldado se alista na expedição comandada por Arrais de Melo, que busca localizar e matar um tigre que vem amedrontando a população local. Nessa viagem pelo campo, há um clima de companheirismo, de cumplicidade, mas também de grande sedução entre os dois militares. Aliás, desde o primeiro encontro, quando Baltasar resgata Afonso de ser executado, há forte tensão erótica entre eles. Afinal, neste primeiro encontro, não só ambos se impressionam com a beleza um do outro, mas também sentem calafrios ao se tocarem (BARROSO, 1940, pp. 74-78).

Baltasar, da mesma forma como na tomada de Amboino (BARROSO, 1940, p. 86), na defesa do galeão S. Rafael (BARROSO, 1940, p. 29) e no resgate de Arrais de Melo (BARROSO, 1940, p. 74), é o primeiro a atacar. No entanto, recebe uma patada do tigre que o deixa gravemente ferido no ombro direito (BARROSO, 1940, p. 101). Na convalescência, Baltasar, por várias vezes, impede que lhe rasguem o casaco para que seja avaliado e tratado o ferimento. Por isso, somente quando o companheiro desmaia é que Afonso consegue, após dispensar os outros soldados, cuidar sozinho de Baltasar. É curioso esse momento da narrativa porque Arrais de Melo começa a falar sozinho, como se estivesse justificando ao leitor que o desnudamento daquele corpo visava apenas o cuidado. Assim, ao mesmo tempo em que se justifica a falta de consentimento de Baltasar, tenta-se afastar também o desejo erótico entre os dois homens. Por fim, depois de todo o cuidado, Afonso usa suas roupas para vestir Baltasar, e decide “guardar segredo” sobre o soldado (BARROSO, 1940, p. 111).

Na noite seguinte, percebendo pela camisa que usava que o seu segredo já era conhecido por Afonso, Baltasar narra a sua vida e fala de seu trânsito de gênero para o capitão. Arrais de Melo, então, pergunta porque ele se alistou para a expedição, ao que Baltasar responde que tinha se alistado porque o amava. O capitão rapidamente passa a enxergar no soldado convalescente apenas a mulher amada, e aquilo que era entendido como desejo homoerótico, passa a ser narrado como desejo erótico heterossexual. Assim sendo, a ordem de gênero é não só de algum modo restabelecida, uma vez que a personagem se anuncia como uma mulher, mas é também reforçada, apesar das dissonâncias, uma vez que Maria Úrsula promete a Afonso submissão, não como soldado, mas como mulher, como podemos ver no trecho abaixo.

– Amar, Afonso, é uma cousa. Amar como eu sei amar, outra bem diversa. A par da coragem dum homem, Deus me favoreceu com um terno coração de mulher capaz de todos os sacrifícios pelo ente querido. Sinto que êste amor me ligará a ti de tal maneira que nada nos poderá separar e que um sem o outro não poderemos viver. Serei para o senhor da minha

afeição como um cão fiel. Não me enganes nunca, porque já sofri muito e o segundo golpe me faria morrer ou tornar-me um verdadeiro monstro. Ninguém mais livre do que eu. Entretanto, ninguém sabe se escravizar mais espontânea e completamente. Creio que te conheço hoje melhor do que ninguém e o coração me diz que melhor do que tu mesmo. Confio em ti, certa de que me compreenderás e me amarás com toda a tua alma, como eu mereço. Eu, o guerreiro de Amboino e das ilhas do Bounsuló, serei de barro nas tuas mãos. De barro, acredita! para que me moldes ao teu feitio... (BARROSO, 1940, p. 118-119).

Ainda sobre o gênero, precisamos dizer, que exceto por Manuela, nenhuma outra personagem desconfia ou duvida de sua masculinidade. Ao contrário, Baltasar é uma figura desejada pelas mulheres não só por seu aspecto de adolescente, mas também pela sua força e bravura. No que se refere à sua sexualidade, ainda que seja questionado sobre a falta de envolvimento com mulheres, Baltasar é compreendido como um novo D. Sebastião (BARROSO, 1940, p. 47 e 75), o que parece sugerir que se trata de alguém belo, desejado, mas celibatário⁶. Nesse mesmo sentido, como se o narrador estivesse justificando que a “transgressão” de gênero não implicaria uma transgressão sexual, Baltasar também sente grande pudor diante da nudez masculina, ao contrário de seus companheiros que comentam com galhofa a nudez de pessoas negras africanas (BARROSO, 1940, p. 64). Vejamos um trecho que narra a vida exemplar de Baltasar:

Suas folgas passavam-se em repouso ou diversões convenientes. Ninguém de melhor procedimento. Não jogava. Não bebia. Não fumava tabaco ou banguê entorpecente. Não frequentava as bailadeiras impudicas que se prostituem à porta dos templos. Si não ficava em casa a chalrear com a caseira e o ancião, ia pescar ao longo do rio, nos tanques dos arrecifes que bordavam a Aguada, caçar argalas e patos bravos nos juncais, ouvir sermões e novenas à paróquia de S. Tomaz ou à freguesia de S. Pedro, e assistir o brinco dos palhaços bengalis no terreiro do pelourinho (BARROSO, 1940, p. 77).

Podemos dizer, então, que o trânsito de gênero é tolerado tanto pela excepcional capacidade guerreira da personagem, quanto por sua luta pela pátria (portuguesa). No entanto, a descrição de sua vida de modo tão exemplar cumpre no romance uma outra função, que é a comparação com outra “donzela-guerreira”, o espanhol Alonso Díaz de Guzmán/Catalina de Erauso. Nesse sentido, não só Maria Úrsula era uma “heroína autêntica” como

⁶ Sobre D. Sebastião como uma figura bela, desejada, mas celibatário ler Hermann (2012).

a “famigerada D. Catarina de Erauso, a monja alferes de que se orgulhava a Espanha”, como também seria mais bonita, virgem, honesta e de “muito bom procedimento”, como podemos ver em:

Portugal tinha agora, graças à brasileira, rosnava o duque de Lagões para o marquês de Valença, na sala do Conselho do Estado, [...] Portugal tinha agora sua heroína autêntica para contrapor à famigerada D. Catarina de Erauso, a monja alferes de que se orgulhava a Espanha.

– Com uma grande diferença para melhor, adiantou o valido de Sua Majestade. Ouço dizer por todos que a brasileira teve sempre muito bom procedimento e que só descobriu seu sexo para casar-se honestamente, que nunca bebeu, nem jogou, nem se deu a outras irregularidades, enquanto que a espanhola, pelo que me contam, tinha todos os vícios e defeitos, admirando-se mesmo alguns eclesiásticos que Sua Santidade o Papa lhe tenha permitido continuar no uso dos trajes de homem e da espada. Mais merece a nossa, que não chegou a alferes e somente a cabo, pois além de tudo é bela. A espanhola, segundo informaram El-Rei era um estupor (BARROSO, 1940, p. 123).

Sobrepôr Baltasar a Alonso, Maria Úrsula a Catalina, é, portanto, uma forma de sobrepôr Portugal à Espanha. Enquanto é uma verdade histórica que Alonso Díaz de Guzmán/Catalina de Erauso não só foi recebido pelo rei Felipe IV, que lhe garantiu uma pensão vitalícia, como também pelo papa Urbano VIII, que lhe permitiu continuar vivendo como homem (MAIA, 2013, p. 4), no que se refere a Baltasar/Maria Úrsula, como aponta o trecho anterior, não há relatos históricos de qualquer encontro entre o Papa e o soldado brasileiro, no entanto, sabemos que o rei D. João V lhe concedeu uma pensão, além da mercê do Paço de Pangim por seis anos. Apesar disso, não há informações históricas que confirmem a permissão do rei de Portugal para a personagem seguir usando trajes varonis e espada, como aparece no romance (BARROSO, 1940, p. 122).

Seguindo alguns relatos históricos, especialmente os brasileiros, o romance de Barroso, portanto, não só sugere a manutenção dos trajes varonis, apesar do casamento com Arrais de Melo (BARROSO, 1940, p. 122), como também sugere que a personagem morreu cercada de grande popularidade não só na Índia Portuguesa, mas também em todo o império colonial português (BARROSO, 1940, p. 122). Além disso, assim como Macedo (1876) e Rio Branco (1891), ao longo da narrativa, há vários momentos que sugerem que a causa primeira para deixar a casa paterna e viver como soldado teria sido uma grande desilusão amorosa e um casamento forçado. Isto é confirmado, ao

final do romance, através da “confissão” de Baltasar/Maria Ursula a Manuela, como podemos ver neste trecho:

– Nesse tempo, eu amava loucamente o meu primo José Estevam e por isso mais me doeu têrem disposto de mim como de qualquer mercadoria. Senti mais o mal que pensava lhe iriam causar do que o que me pretendiam fazer. Amava-o com todas as ilusões da adolescencia e com todo o ardor do meu temperamento bravio. Era um belo rapaz de vinte e dois anos, trigueiro, forte, criado como eu na vida livre do sertão brasileiro, um pouco frio talvez em relação a mim. Conteí-lhe o que desejavam praticar e pedi-lhe para fugirmos juntos. Iriamos para bem longe, para as lavras do Tijuco, para os garimpos de Goiás, para os confins da Vacaria, fôsse para onde fôsse, um com o outro, contanto que não nos pudessem encontrar. Pediu-me dois dias para arrumar as suas cousas e nunca mais me apareceu. Soube depois que dera parte de meus projectos ao comendador em troca de boa paga, com a qual fôra estabelecer-se e casar-se em Taubaté. Meu pai teve o gôsto de me dar todos os pormenores da traição. Ouvi-o calada, mordendo os labios, o odio a referver no intimo contra o miseravel que amara!... (BARROSO, 1940, p. 116).

Isto posto, podemos dizer que o romance de Barroso (1932), de forma geral, valoriza os feitos militares de Baltasar, não só por destacar que ele é sempre um dos primeiros soldados nas ações de combate (BARROSO, 1940, p. 86); afirma o reconhecimento público da personagem, para além do espaço da Índia portuguesa (BARROSO, 1940, p. 122); afirma a mulheridade e o casamento, ainda que aponte para a manutenção dos trajes varonis com aprovação real (BARROSO, 1940, p. 122); justifica e valoriza a vida de Baltasar/Maria Úrsula, a partir da vida de Alonso/Catalina (BARROSO, 1940, p. 123); afirma a desilusão amorosa como causa primeira para as decisões da personagem, apesar de sugerir que Baltasar/Maria Úrsula tem um ânimo varonil (BARROSO, 1940, p. 114); e apesar de não trazer informações biográficas sobre Arrais de Melo, descreve o primeiro encontro com Baltasar com alta tensão homoerótica (BARROSO, 1940, p. 76-78).

3 A revista em quadrinhos *A Senhora de Pangim*

A Senhora de Pangim: romance histórico de Gustavo Barroso foi publicado em janeiro de 1956, em edição extra da revista em quadrinhos mensal *Edição Maravilhosa*, n.116, com desenhos de Gutenberg Monteiro e textos de Gustavo Barroso. De acordo com as informações da contracapa, as revistas publicadas pela editora Brasil-América visavam não só extasiar os leitores

com a história do Brasil, mas também moralizar as histórias em quadrinhos. Nesse sentido, a informação “Para Adultos”, que consta na capa, procura manter as “transgressões” de gênero da personagem distante de crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que destaca para os adultos o caráter “controverso” deste romance histórico em quadrinhos.

Figura 1. Capa da Edição Maravilhosa, n. 116.



Fonte: Barroso, Monteiro (1956).

A capa, como podemos ver acima, recria uma cena, presente em quase todas as narrativas históricas, a tomada de um forte, provavelmente o de Amboino. Nesta, não só podemos ver Baltasar entrando sozinho e à frente de todos na fortaleza, empunhando uma espada e uma bandeira portuguesa, como também podemos ver ao fundo da imagem um oficial, cujas roupas indicam pertencer à alta patente do exército português, que parece comandar a ação e também celebrar a entrada de Baltasar no forte. Entre o capitão que

comanda e celebra a ação e Baltasar que avança sozinho sobre o forte, a massa anônima e sem rosto de soldados luta pela posse da fortaleza. Desde a capa, portanto, podemos ver que o guerreiro centralizado e destacado pela imagem não só se diferencia da massa anônima dos outros soldados, como também ofusca os seus comandantes.

A imagem da capa também nos apresenta um guerreiro elegantemente vestido e de aparência excessivamente jovem. O leitor que desconhece a história que será narrada provavelmente entenderá, pela capa, que o herói é um adolescente. No entanto, a primeira imagem de Baltasar, após a capa, aproxima-o de uma imagem mais andrógina, o que certamente provoca e perturba a perspectiva cisgênera dos leitores. Nesta página, como podemos ver abaixo na Figura 2, aparecem os rostos das quatro personagens principais, além de breve fragmento escrito de Barroso. No entanto, o texto, contradizendo o indicado pelo prefácio do romance, onde o autor afirma se tratar de romance e não de biografia, e por isso teria se utilizado da “fantasia” (BARROSO, 1940, p. 9), como se também respondesse e provocasse Pimenta (1942), destaca, ao contrário, que nos quadinhos há pouco espaço para a “fantasia” dos autores, reafirmando, portanto, o caráter de verdade histórica da obra.

Figura 2. Edição Maravilhosa, n. 116, p. 3.



Fonte: Barroso, Monteiro, 1956, p. 3.

Sobre a relação entre texto escrito e texto visual, podemos dizer que há um uso excessivo de palavras, uma vez que não só quase todos os quadros possuem longos textos, como há também quadros que dispensam completamente o uso de imagens. Ademais, os desenhos em sua grande maioria servem unicamente para materializar o que está descrito no texto, normalmente sem trazer qualquer informação nova à narrativa. Nesse sentido, podemos dizer que o texto escrito por Barroso, copiado quase integralmente de seu livro homônimo, não só se sobrepõe às imagens de Monteiro, como também as tornam muitas vezes dispensáveis.

Há no romance um jogo dúbio sobre o trânsito de gênero que também se repete nos quadrinhos. Nesse sentido, enquanto no romance há uma constante sugestão, através do canto do jovem soldado, de que há algo de feminino em Baltasar, nos quadrinhos essa sugestão é simplesmente suprimida do texto. No entanto, enquanto no romance há pequenos trechos que apenas sugerem ser o trânsito conhecida por Manuela, nos quadrinhos esse possível conhecimento é explicitado pelo texto. Dessa forma, ainda que o trânsito de gênero da personagem seja desconhecido, as duas narrativas fornecem, ao longo da obra, elementos para que o leitor não seja surpreendido, ao final do texto, pela “confissão” de Baltasar.

Assim como a maior parte das narrativas sobre “donzelas-guerreiras”, apesar dos temores e das reações violentas de Baltasar em relação ao não reconhecimento de sua masculinidade (BARROSO; MONTEIRO, 1956, p. 34-35), o trânsito de gênero não só é desconhecido, como a masculinidade de Baltasar é reafirmada pela maior parte das personagens. Nesse sentido, o desejo que o soldado provoca, por sua força e beleza, em mulheres, é também parte do reconhecimento público de sua masculinidade, e, nem mesmo a negativa diante do assédio feminino é entendida como falta de masculinidade, uma vez que, como já dissemos, é equiparado ao mítico D. Sebastião, o que significaria ser belo e forte, mas também celibatário (BARROSO; MONTEIRO, 1956, p. 20).

A “confissão” de Baltasar e a publicização do trânsito de gênero, assim como no romance, são pontos importantes da narrativa em quadrinhos. Talvez, por isso, essa experiência não seja narrada uma única vez, mas, ao contrário, por três vezes Baltasar foi levado a “confessar” ou se tentou “confessar” por ele. Na primeira dessas cenas, o capitão Nuno de Mascarenhas, à beira da morte, na travessia entre Brasil e Portugal, tenta contar ao guardião Vasco de Brito “o grave segredo” de Baltasar. No entanto, como também acontece no romance, para alegria do pajem, o capitão morre enquanto tenta confessar a história, o que assegura a manutenção do segredo e permite a Baltasar viver

em Portugal e na Índia como soldado (BARROSO; MONTEIRO, 1956, p. 15-16).

Esse “segredo” também organiza as relações entre Baltasar e Manuela, mas a situação só é verbalizada no desfecho da narrativa, quando um quadro sem desenhos explica o teor da “confissão” de Baltasar. Neste, o soldado não só afirma que é uma mulher, como também afirma que um amor mal resolvido, e a imposição de um casamento sem amor, algo que já vinha sendo sugerido ao longo dos quadrinhos, são as causas para a fuga da casa paterna e para a vida como homem e soldado (BARROSO; MONTEIRO, 1956, p. 44). O trânsito de gênero, no entanto, já era conhecido pelo leitor, uma vez que Baltasar é mortalmente ferido no combate ao tigre do Mandovi, e Arrais de Melo, durante a sua convalescência, o desnuda para cuidar de seus ferimentos.

Assim como no romance, Baltasar ao ser ferido impede que lhe rasguem o casaco para que seja avaliado e tratado o ferimento. Por isso, somente quando desmaia é que Afonso consegue, após dispensar os outros soldados, cuidar sozinho de Baltasar. Depois de todo o tratamento, Afonso usa suas roupas para vestir o amigo, e decide “guardar segredo”. No dia seguinte, Baltasar, ao imaginar que seu “segredo” já era conhecido, narra a sua vida e “confessa” o trânsito de gênero para o capitão. Arrais de Melo, então, pergunta porque ele se alistou para a expedição, ao que Baltasar/Maria Úrsula responde que havia se alistado porque o amava. O capitão, a partir de então, passa a enxergar o soldado convalescente apenas e somente como a mulher amada, e logo os dois se beijam (BARROSO; MONTEIRO, 1956, p. 44-45).

Com o casamento de Baltasar/Maria Úrsula e Arrais de Melo, a ordem de gênero é reestabelecida, e assim como um amor mal resolvido foi a causa para o trânsito e para ir à guerra, um novo amor, agora bem resolvido, torna-se também a causa para o novo trânsito de gênero e para o fim de sua vida como soldado, uma vez que a personagem não só passa a se afirmar como mulher, como também passa a ser reconhecida como tal. A partir desse momento, Baltasar/Maria Úrsula passa a se submeter não só a Arrais de Melo, mas à ordem de gênero. Nesse sentido, por exemplo, quando recebe a pensão e a mercê do Paço de Pangim do rei D. João V, não é Baltasar/Maria Úrsula que agradece e fala publicamente, mas é Arrais de Melo que fala em seu nome, ainda que esteja ao seu lado (BARROSO; MONTEIRO, 1956, p. 47). Além disso, mesmo sendo autorizada a seguir usando traje varonil e espada, Baltasar/Maria Úrsula é, talvez no único momento em que a imagem se recusa a ser mera transcrição gráfica do texto, desenhada trajando vestido (BARROSO; MONTEIRO, 1956, p. 48).

Nesse sentido, podemos dizer que o trânsito de gênero da personagem é tolerado tanto pela excepcional capacidade guerreira e pela luta pela pátria, quanto pelo “retorno” a uma feminilidade submissa à ordem de gênero. De forma geral, portanto, os quadrinhos de Barroso e Monteiro (1956), assim como o romance de Barroso (1932), valorizam os feitos militares de Baltasar, destacando sempre que ele é um dos primeiros soldados nas ações de combate; afirma o reconhecimento público da personagem, sugerindo que viveu após dar baixa como soldado cercado de glória e reconhecimento de seus contemporâneos; afirma a mulheridade e o casamento, ainda que reconheça a vida como homem; aponta para a permissão da manutenção dos trajes varonis e da espada com aprovação real, ainda que a personagem seja desenhada trajando vestido; justifica e valoriza a vida de Baltasar/Maria Úrsula através da vida de Alonso/Catalina; e afirma a desilusão amorosa como a causa primeira para as decisões da personagem.

4 Considerações finais

Como vimos, ao contrário da historiografia portuguesa sobre Baltasar/Maria Úrsula, a historiografia brasileira propõe explicações para o trânsito de gênero e para a vida como soldado. Nesse sentido, ao longo do tempo, pudemos perceber que há cada vez mais uma afirmação da mulheridade e uma negação do trânsito de gênero, o que leva mais recentemente a uma leitura se não patologizante pelo menos psiquiatrizante da personagem. Nesse mesmo sentido, nem mesmo a leitura a partir da chave da “donzela-guerreira” modifica a percepção sobre a impossibilidade do trânsito de gênero. Assim, podemos dizer que os textos históricos não negam que a personagem tenha vivido como soldado, mas negam que essa vida como soldado, apesar de longa, possa ser entendida para além da ideia de “disfarce”, o que sugere que os relatos históricos brasileiros entendem hegemonicamente Baltasar/Maria Úrsula como uma “mulher guerreira”.

No que se refere ao romance e à revista em quadrinhos, e ao trânsito de gênero e à vida como soldado, podemos dizer que as principais referências históricas são os textos de Macedo (1876) e Rio Branco (1891) que, apesar de não emitir juízo de valor sobre as decisões da personagem como faz Teixeira de Mello (1881), reafirma o amor como causa tanto para o primeiro trânsito de gênero e para a vida como soldado, como causa para o segundo trânsito de gênero e a vida como esposa. Nesse sentido, prevalece uma perspectiva romântica e melodramática, de origem histórica, sobre a personagem. No entanto, ainda que prevaleça uma visão normativa sobre gênero e trânsito de gênero, podemos dizer que há um jogo dúbio nas narrativas literárias, feito

de suspenses, ocultamentos, segredos e confissões, que pode facilitar uma leitura contra às normatividades do próprio texto.

Por fim, podemos dizer também que o imaginário literário brasileiro é criado exclusivamente a partir das obras de Barroso (1932) e de Barroso e Gutenberg (1956), uma vez que não há outros textos literários em português que narrem a vida de Baltasar/Maria Úrsula. Nesse sentido, diferentemente dos textos históricos, ambos reafirmam o lugar da personagem como uma “donzela-guerreira”, uma vez que entende o trânsito como uma prática circunstancial relativa à guerra. No entanto, apesar de reconhecer a vida como homem e soldado, os textos entendem o trânsito não como uma possibilidade de reconhecimento de si, mas como uma circunstância que não nega a mulheridade da personagem.

Referências

- BARROSO, G. **A Senhora de Pangim**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1932.
- BARROSO, G. **A Senhora de Pangim**. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.
- BARROSO, G. Amboino: o noticiário da guerra. **A Manhã**. Rio de Janeiro, n. 173, p. 4, 1942.
- BARROSO, G. A mulher na história. **A Cigarra**, n. 173, pp. 108-109, 1948.
- BARROSO, G. Uma heroína brasileira na Índia. **O Cruzeiro**, n. 7, pp. 32, 36, 54, 1949.
- BARROSO, G., MONTEIRO, G. **A Senhora de Pangim: romance histórico de Gustavo Barroso**. Edição Maravilhosa Extra, n. 116, jan. 1956.
- BARROSO, G. O governo feminino numa capitania brasileira. **O Cruzeiro**, n. 34, p. 77, 1958.
- BRAZILEIRA notavel. **Monitor Campista**. Rio de Janeiro, n. 104, p. 2, 1879.
- BRAZILEIRA notavel. **O Monitor**. Salvador, n. 54, p. 1, 1879.
- COSTA, L. M. F. Relações intelectuais assimétricas: a “polêmica” histórica entre Alfredo Pimenta e Gustavo Barroso. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 115-130, 2016.
- D. MARIA Ursula D’Abreu e Alencastro. **Ostensor Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 04, p. 50, 1845.

D. MARIA Ursula D'Abreu e Alencastro. **A Luz: publicação semanal**. Rio de Janeiro, n. 01, p. 106, 1872.

D. MARIA Ursula D'Abreu e Lencastro. **Correio da Bahia**. Salvador, n. 131, p. 01, 1877.

FROES PERIM, D. **Theatro Heroino, Abcedario das Mulheres Ilustres em Armas, Letras, Acçoes heroicas, e artes liberaes**. Tomo II. Lisboa: Regia Officina Sylviana, 1740.

GALVÃO, W. **A donzela-guerreira: um estudo de gênero**. São Paulo: Senac, 1998.

GAZETA DE LISBOA. Lisboa, n. 12, 24 de março 1718, p. 96, 1718.

HERMANN, J. **D. Sebastião, sebastianismo e “memória sebástica”: as invasões francesas e os impasses da história portuguesa**. In HERMANN, Jacqueline; AZEVEDO, Francisca; CATROGA, Fernando (Org.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

HEROINAS Brasileiras. **O Apostolo: periodico religioso, moral e doutrinario, consagrado aos interesses da religião e da sociedade**. Rio de Janeiro, n. 77, p. 3, 1883.

MACEDO, J. M. **Anno Biographico Brasileiro**. Terceiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial, 1876.

MAIA, H. T. **Retratos da sexualidade: Uma Análise das Obras ‘La Monja Alférez’ de Juan Pérez de Montalbán e ‘Historia de la Monja Alférez, Catalina de Erauso, escrita por ella misma’ de Catalina de Erauso**. *Revista Feminismos*, vol. 1, n.º 3, p. 72-87, 2013.

MAIA, H. T. **Transgressões Canônicas: Queerizando a Donzela-Guerreira**. *Cadernos de literatura comparada*, n. 39, p. 91-108, 2018.

MAIA, H. T. **Baltasar do Couto Cardoso: transgeneridades guerreiras no império colonial português**. *Revista Letras & Letras*, v. 38, p. 1-29, 2022.

MEIRELES, C. Caminho de Goa. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, n. 9964, pp. 1 e 4, 1955.

MEIRELES, C. Caminho de Goa. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 23 de julho, 1955.

OLIVEIRA, V. **Figurações da donzela-guerreira: Luzia-Homem e Dona Guidinha do Poço**. São Paulo: Annablume, 2005.

- PIMENTA, A. **A Senhora de Pangim**. Coimbra: Coimbra Editora, 1942.
- PIZARRO E ARAUJO, J. S. A. **Memorias Historicas do Rio de Janeiro e das Provincias Annexas à Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil**. Tomo VII. Rio de Janeiro: Typografia de Silva Porto, 1822.
- RIO BRANCO, B. **Ephemerides Brasileiras**. Jornal do Brasil, n. 146, p. 2, 1891.
- ROSA, G. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- SABINO, I. **Mulheres Illustres do Brazil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1899.
- SOUZA SILVA, J. N. D. **Maria Ursula de Abreu Lencastre**. Revista Trimensal de História e Geografia. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1841.
- SOUZA SILVA, J. N. D. Maria Ursula de Abreu Lencastre. **Ostentor Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 49, p. 387-388, 1845.
- SOUZA SILVA, J. N. D. Maria Ursula de Abreu Lencastre. **Correio da Victoria**. Espírito Santo, n. 22, p. 3-4, 1854.
- SOUZA SILVA, J. N. **Dona Maria Ursula de Abreu Lencastre**. Revista Popular. Anno 1 - Tomo 1. Rio de Janeiro: Garnier, 1859.
- SOUZA SILVA, J. N. **Brasileiras Célebres**. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.
- TEIXEIRA DE MELLO, J. A. **Ephemerides Nacionaes**. Tomo Segundo (Julho-Dezembro). Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Noticias, 1881.
- UMA Heroína Brasileira. **O Jornal**. Rio de Janeiro, n. 4697, p. 20, 1935.
- UMA mulher-soldado. **O Paiz**. Rio de Janeiro, n. 11839, p. 5, 1917.
- UMA mulher-soldado. **Jornal do Recife**. Recife, n. 57, p. 1, 1928.

Recebido em dezembro de 2022

Aprovado em março de 2024

AS EXPERIÊNCIAS, OS GÊNEROS E A HISTORIOGRAFIA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Otto Osvaldo da Silva Vasconcelos¹

Resumo: Este artigo tem como objetivos refletir sobre a recepção da historiografia para novos sujeitos e o processo pelo qual a História se abriu para esses indivíduos anônimos, cujas vidas permaneceram durante algum tempo no limbo do conhecimento histórico. Além disso, a discussão destaca a importância da experiência para a construção de entendimentos não somente de classe, como então havia imaginado Edward Thompson, mas ampliar para contemplar diversas outras subjetividades, cujos objetivos vão muito além de pertencimento de classe. Para isso, o aporte teórico se concentrou nos estudos de Joan Scott, Adriana Piscitelli e Ana María Bach, dentre outras/os. Concluiu-se que é por meio das experiências que os gêneros vão se ampliando e ganhando cada vez mais espaços na historiografia.

Palavras-chave: Experiências; Gênero; Historiografia.

Abstract: This article aims to reflect on the reception of historiography to new subjects and the process by which History opened itself to these anonymous individuals, whose lives remained for some time in the limbo of historical knowledge. Moreover, the discussion highlights the importance of experience for the construction of understandings not only of class, as Edward Thompson had then imagined, but to broaden to contemplate several other subjectivities, whose goals go far beyond class belonging. To this end, the theoretical contribution was concentrated on the studies of Joan Scott, Adriana Piscitelli, and Ana María Bach, among others. The conclusion is that it is through experiences that genders expand and gain more and more space in historiography.

Keywords: Experiences; Gender; Historiography.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

¹ Doutor em História Social da Amazônia, UFPA. Professor da Secretaria de Educação do Pará. E-mail: ottosvasconcelos@gmail.com.

Introdução

Abedellah Taïa é um escritor contemporâneo relativamente jovem. Mora em Paris. É marroquino de nascimento, de modo que, por ter nascido naquele país, que foi colônia formal da França até meados da década de 1950, não teve muita dificuldade em aprender o idioma do colonizador. Deve ter tido algum contratempo para assimilar os encantos idiomáticos que só existem em profusão na plantaçoão coloquial, mas conseguiu se fazer entender. Mas não foi entendido. Ao menos subjetivamente. Por ter nascido num país que considera a homossexualidade um crime, com detençaão de até três anos, e também por ter uma relação belicosa com a família, Taïa migrou para o país francês. Em seus livros, costuma misturar ficção e vida pessoal.

Em solo parisiense, continuou os estudos. Tinha um fascínio gigantesco pela cultura francófona. Um amor sem questionamentos, como ele faz questão de frisar logo no início do livro *Aquele que é digno de ser amado*. Na obra autobiográfica, Taïa é Ahmed, e escolhe dois grandes demônios para exorcizar: a família e a francofonia. Ao descrever os desejos que sentia por outros homens, no início da puberdade, o autor mostra o sofrimento que impingia a si por ter assimilado que era uma aberração um homem sentir desejos por outro homem. Era assim que diziam em casa, na rua, no Estado marroquino. Como forma de não deixar que ninguém desconfiasse dos seus segredos, Ahmed silenciou. Passou a falar somente o necessário e mesmo assim quando era interpelado.

Ao vislumbrar a possibilidade de migrar para a França, após flertar com um francês num cemitério, e que o convenceu a ir embora com ele, Ahmed parte para um, até então desconhecido, degredo. No início, consumido por ver de perto tudo aquilo que lia nos jornais, nos livros e via nos filmes, deixou-se seduzir pelas luzes parisienses. O então companheiro era progressista, votava na esquerda francesa e se mostrava a favor da independência dos ainda restantes protetorados que o próprio país ainda possui mundo afora. Também era vegetariano. Mas a experiência adquirida fez Ahmed passar a ver que o que antes era fascínio, seja pelo homem com quem dormia, seja pela francofonia que consumia, foi, lentamente, se transformando.

O autor reflete que, ao aprender o idioma do colonizador, assimilar a cultura dele e, mais importante, conviver com eles, aprendeu mais sobre si, pois nunca abriu mão das suas raízes. Taïa, aos poucos, conduz Ahmed na experiência cotidiana. O protagonista descobre que o Outro, representado pelo imigrante marroquino, só é visto com simpatia quando mantém a cordialidade e a paciência bovina na assimilação daquilo que não possui. O autor percebe que a homossexualidade é tolerada, não respeitada, e que

ninguém ali se importava com o que os homossexuais marroquinos, por exemplo, passavam. Era mais importante, para os progressistas franceses, fazer protestos contra a globalização ao invés de conhecer as realidades miseráveis do povo que o país deles colonizou.

Você não é nem racista nem conservador, sempre vota na esquerda e não sonega imposto. No entanto, você não teve escrúpulo nenhum em reproduzir em mim, no meu corpo, no meu coração, tudo o que a França se recusa a ver: o neocolonialismo. [...] Tudo em nós acontece em francês, numa língua que não é minha, e isso parece normal para você. Que eu reflita sobre meu novo *status* (privilegiadíssimo graças a você, obrigado) terminou te deixando de saco cheio. Às vezes, você diz que compreende perfeitamente, mas que, mesmo assim, melhor não abusar. Eu deveria agradecer aos céus. Existem muitos que vêm de lá que invejam dia e noite minha sorte (TAÏA, 2018, p. 100).

Ao decidir cortar aqueles laços, Taïa decide, também, trazer para o debate as experiências dos marginais que só conseguem deliberar se impuserem suas urgências. Dialogar talvez não seja o primeiro passo a ser dado quando demandas são medidas pela régua da civilidade que o Outro instituiu. O autor tem consciência que o percurso é mais longo e doloroso, mas que aprendendo a usar as armas do Outro terá a segurança de que ninguém “do lado de lá” falará por ele. Após ter surgido no cenário literário com uma obra considerada muito pessoal, Taïa lançou outro livro, *Um país para morrer*, no qual aborda a situação das prostitutas africanas nas ruas de Paris e também a transexualidade das pessoas marroquinas que fogem do país natal para ter outro tipo de sofrimento na França (TAÏA, 2021). Aliás, este último livro citado, ao abordar a situação das pessoas trans no Marrocos, nos mostra que o Brasil, cujas instituições parecem sólidas e em funcionamento, não é muito diferente do país africano na homotransfobia.

Assim, Taïa passou a utilizar a visibilidade que conquistou no meio literário, sendo considerado uma estrela em ascensão, para lançar luz sobre outras pessoas, que assim como ele, têm suas experiências silenciadas, quiçá, eliminadas. A experiência apontada pelo autor, e ele toma o cuidado de alertar, não é de se colocar como porta-voz de outras pessoas marginalizadas, mas de falar com elas, de tornar possível um palco no qual elas possam discorrer sobre suas misérias e experimentar protagonismos.

1 A emergência das experiências

Joan Scott talvez tenha sido a primeira historiadora a sugerir um diálogo com o conceito de experiência, não necessariamente o de Edward Palmer Thompson em particular, mas incluindo-o, de modo a dessencializá-lo para aproximá-lo de outras realidades. Scott, muito objetivamente, afirma ser importante tirar o véu de invisibilidade que cobre algumas experiências em benefício de outras, ou, dito em suas palavras: “tornar o movimento visível quebra o silêncio sobre ele, desafia noções prevaletentes e abre novas possibilidades para todos” (SCOTT, 1998, p. 298).

De acordo com ela, experiência é o processo pelo qual “os sujeitos são criados”, os fatores e enquadramentos que são vivenciados pelos indivíduos no transcorrer de suas vidas. O entendimento de experiência proposto por Scott foi estruturado nos pressupostos da, assim entendida, terceira onda feminista, diferente, portanto, de Thompson. Há semelhanças, contudo, principalmente quando ambos argumentam que é necessário que se rompa com o entendimento de fatos históricos, bem como as fontes que podem atestá-los.

Em relação à experiência thompsoniana, Scott afirma que, ao trabalhá-la, o historiador inglês destaca que ela, em última instância, é moldada pelas relações de produção, se transformando num fenômeno com a característica de unir e que é dominada por diversidades outras. Scott diz, ainda, que a experiência de Thompson tem seu ápice na realização e articulação da consciência social, se transformando numa unidade comum de classe.

A principal crítica de Scott em relação à experiência de Thompson se concentra no caráter unificador do conceito. A historiadora estadunidense esclarece que a unificação desejada acaba por excluir muitos domínios da atividade humana ao desconsiderá-los como experiência, ou seja, não provoca qualquer fissura na política e nem na estrutura social, o que, por fim, engrossa mais ainda o véu de invisibilidade. A classe, enquanto identidade que exclui outras categorias de articulação, acaba por colocar todas as outras à sua predominância no debate, tais como gênero, raça e sexualidade.

Edward Thompson, ao esmiuçar o conceito de experiência e atrelá-lo à consciência de classe, fez uma importante consideração acerca do alcance daquele postulado. Segundo o autor, não houve, da parte dele, intenção de esmiuçar o conceito de experiência para além daquilo realizado, embora ele mesmo reconheça que deixaria isso para historiadores posteriores (THOMPSON, 2005, p. 290). Entretanto, alicerçados nas contribuições thompsonianas, e nos destaques feitos por Scott em relação à experiência,

delinerei um caminho que contemple o que há de mais salutar para esta proposta.

Nesse sentido, Scott destaca que a missão dos historiadores não ortodoxos é documentar “as vidas de pessoas omitidas ou negligenciadas em relatos do passado”, chamando a atenção de epistemologias que contemplem as “dimensões da atividade e da vida humanas normalmente consideradas indignas de menção para serem contadas nas histórias convencionais” (SCOTT, 1998, p, 301). Assim, entendendo, como afirma Scott, que a identidade social é produzida socialmente no cerne das possibilidades culturais de cada período e contexto, e das normas de gênero, este não explorado por Thompson, é possível analisar outros universos além do doméstico e familiar.

Dessa forma, Scott – além de Ana María Bach, que será trazida para o debate mais adiante –, exorta a presença do conceito de gênero ao entendimento de experiência. Segundo a autora, não se trata de uma ontologia masculina, ou uma ontologia feminina em seus universos, mas da produção de sentidos não refratários a homens e mulheres no tempo. Os sentidos de experiências de homens e mulheres, destaca Scott, variam histórica e socialmente, contribuindo, retraindo, ampliando as identificações e solidificações dos indivíduos entre si e entre os produtores de desigualdades mais amplas.

[...] a experiência, concebida tanto por meio de uma metáfora de visibilidade, quanto por outro modo que tome o significado como transparente, reproduz, mais que contesta, sistemas ideológicos dados – aqueles que presumem que os fatos da história falam por si mesmos e aqueles que se fundamentam em ideias de uma oposição natural ou estabelecida entre, digamos, práticas sexuais e convenções sociais, ou entre homossexualidade e heterossexualidade. Histórias que documentam o mundo escondido da homossexualidade, por exemplo, mostram o impacto do silêncio e repressão nas vidas que foram afetadas e trazem à luz a história de como foram suprimidos e explorados. [...] Práticas homossexuais são vistas como resultado do desejo, concebido como força natural operando fora ou em oposição a regras sociais. Nessas histórias, a homossexualidade é apresentada como um desejo reprimido (experiência negada), feita para parecer invisível, anormal e silenciada por uma sociedade que legisla a heterossexualidade como a única prática normal. Uma vez que esse tipo de desejo homossexual não pode, em última instância, ser reprimido – uma vez que a experiência existe – instituições são inventadas para acomodá-lo. Essas instituições realmente não são reconhecidas, muito embora não sejam invisíveis; na verdade, é a possibilidade de que possam ser vistas que ameaça a ordem e, em última instância, supera a repressão (SCOTT, 1998, pp. 302-303).

Dentre as instituições que Scott evidencia, a linguagem é aquela que ela usará para tornar mais robusto o argumento de uma experiência que tire muitos indivíduos da zona cinzenta do esquecimento. Em busca da experiência contida na linguagem, Scott afirma que não busca historicizar, via palavras e coisas, mas destacar aquilo que está por trás dos discursos, dos que falam pelos outros, dos que falam por si, dos que deixam que falem por si, dos que são impedidos de falar, dos que se recusam a falar. Scott destaca que a “experiência é a história do sujeito”, concordando em parte com Thompson, mas também acrescentando que é a “linguagem o local onde a história é encenada” e que “a explicação histórica não pode separar as duas” (SCOTT, 1998, p. 319).

A pensadora argentina Ana María Bach, na obra *Las voces de la experiencia: el viraje de la filosofía feminista*, problematiza o conceito de experiência, evidenciando os aspectos dos estudos culturais e decoloniais de maneira a destacar que as experiências marginais têm, sistematicamente, sido invisibilizadas por privilégios epistêmicos. No entanto, Bach entende que, teoricamente, a experiência está restrita a nichos solidamente estabelecidos, sendo preciso romper com tal tradição de maneira a colocar dentro dela, experiência, os processos de subjetivação, que, de acordo com ela, são pouco analisados academicamente (BACH, 2010).

Bach defende que aqueles que habitam as margens assumam seu protagonismo enquanto deliberadores de conceitos, não permitindo que suas experiências sejam moldadas a conceitos que foram erguidos sem que suas vozes fossem ouvidas. A autora afirma, dentro desta perspectiva, que as mulheres começaram a tornar valioso o pensamento contextual e narrativo em detrimento da formalidade e da abstração tipicamente masculina, comprovando que, sim, a desnaturalização das posições dos sujeitos e, por conseguinte, suas experiências negadas e/ou denegadas, causam transformações na produção do conhecimento (BACH, 2010, p. 9). A ideia de Bach, nesse ponto específico, é que não se naturalize os vivos e os mortos, atingidos pelos “epistemicidas cotidianos”, mas que se desnaturalize o que se pretende natural desde sempre.

De acordo com Bach, houve, a partir da década de 1970, uma significativa teorização, dentro e fora da academia, permeada por nuances políticas, surgindo daí fortes epistemologias feministas, que tiveram sua validação com a criação de diversos departamentos cujas mulheres eram não apenas líderes, mas produtoras de conhecimentos. A autora assegura que a “experiência das mulheres”, ferozmente reivindicada pelas feministas acadêmicas, serviu tanto para as mulheres em geral, como para outras categorias invisíveis, como as homossexualidades (BACH, 2010, p. 10).

A autora, no entanto, destaca as desigualdades contidas no cerne das lutas feministas, que acabam fossilizando algumas lacunas, como, por exemplo, os privilégios de fala e a autoridade da experiência de mulheres cis brancas do Norte quando comparadas às mulheres do Sul, notadamente as latinas, bem como as mulheres transgênero. Bach (2010, p. 12) destaca que o que alimenta a desigualdade na autoridade da experiência são justamente as conexões e desconexões entre as produções acadêmicas e as condições de classe, de orientação sexual, de sexualidade, de raça, de migração, a biografia do indivíduo, além de sua experiência de vida.

Dessa forma, Bach entende que a “experiência sexualizada”, quando situada no cerne dos debates políticos e históricos, tende a ser mais produtiva e combativa, pois os processos de formação da subjetividade, bem como da produção do conhecimento, necessitam da alteridade para se contrapor às “experiências de quase sempre”. A autora destaca na experiência uma dimensão tripartite, cujas faces são a cognitiva, a política e a psicológica. Bach entende que para se construir a alteridade no marginal é preciso que ele/ela/elu tenha consciência da sua experiência e história negadas, bem como da real possibilidade de se inserir no debate de modo a alterar a lógica da produção epistemológica (BACH, 2010, p. 31).

A partir desse entendimento, Bach entende que é preciso que se problematize a sempre tensa relação entre experiência e política. O destaque que a autora dá, ao ilustrar esse ponto da análise realizada, é evidenciar as vozes das experiências de mulheres negras, trabalhadoras, latinas, indígenas, lésbicas, mulheres trans, de modo a desestabilizar a lógica epistêmica cujo itinerário sempre foi “do centro para a margem”. A autora propõe, dessa forma, que o pensamento teórico feminista desnude a farsa de imparcialidade que as feministas brancas do Norte apregoam (BACH, 2018, p. 51).

A autora percebe, e aqui neste texto não será diferente, que os preceitos epistêmicos vindos do Norte são bem-vindos, desde que sejam devidamente protagonizados por quem se fala. Assumir a condição de marginal, de indivíduo produtor de conhecimento e experiência marginais, talvez seja, pondera a autora, a subversão necessária aos conhecimentos produzidos mais ao Sul do mundo. Bach defende que experiências construídas e evidenciadas a partir das margens podem historicizar qualquer grupo/indivíduo invisibilizado (BACH, 2010, p. 48).

Em outro trabalho, Ana María Bach relata sobre como foi capaz de compreender, por meio da obra de Marc Bloch, a importância de se questionar não apenas o passado, mas os vestígios deixados à guisa de atenção. Bach aponta fissuras significativas nas iniciativas revolucionárias dos Annales,

mas enaltece a iniciativa, pois compreende que, embora ainda reforçasse determinados estereótipos epistêmicos, como a ocultação feminina na academia², foi de suma importância para uma ampliação da produção não apenas historiográfica, mas das ciências humanas.

Embora houvesse uma história de mulheres que mostrava que não somos inferiores aos homens, como se acreditava e em alguns casos ainda se acredita, considera-se que essa reivindicação começa com o Iluminismo e a Revolução Francesa, que rapidamente mostrou que seu lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” não se aplicava a todos os seres humanos, pois para mulheres e membros de algumas classes sociais isso não prevalecia (BACH, 2015, p. 17). (tradução minha).

Da ruptura causada pelos Annales até a contemporaneidade houve uma profusão de novos caminhos e temáticas historiográficas. A revolução capitaneada por Marc Bloch e Lucien Febvre trouxe consigo temáticas inovadoras, como a morte, a loucura, a infância, o gênero e as mulheres, que passaram a ser encaradas como sujeitos, sendo as trajetórias desses agentes sociais, até então anônimos, analisadas e debatidas enquanto sujeitos secundários na historiografia.

Tornando mais claro, a discussão passou a ser medida pela régua das escolas históricas, pelas análises sobre o real ofício do historiador, pela intensa reflexão do papel do historiador para com a disciplina, bem como para o fazer-se historiador (LOPES, 2018, p. 80). Ainda há de se colocar no caldeirão epistemológico os quentes debates entre história e verdade, e, principalmente, sobre os estudos das mentalidades.

2 Gêneros

As preconizações dos Annales se fizeram sentir, mudando a nomenclatura, ora sendo conhecida como miséria da teoria, micro-história, história em migalhas, história enquanto areia da praia, resultado da erosão das falésias epistemológicas positivas (LOPES, 2018, p. 80). Os nomes são muitos, bem de acordo com a pluralidade que se fazia sentir desde que a fissura passou a existir na historiografia tradicional. Nessa efervescência epistêmica, muitos temas/objetos de reflexão histórica e historiográfica vieram à tona, tornando visíveis grupos que passaram anos, quiçá, séculos, de obscurantismo, de opacidade, de negação, de subalternização, de negligência. Foi daí que a

² As mulheres só passaram a ter espaço na corrente dos Annales na terceira geração dos seus historiadores, quando se tornaram membros do grupo Mona Osuf e Michele Perrot.

História das Mulheres surgiu e, conseqüentemente, o que logo depois passou a ser denominado de *gênero* (PISCITELLI, 2009)³.

As mulheres, tendo sido deixadas à margem, ausentes dos relatos historiográficos enquanto protagonistas ou enquanto produtoras de conhecimento historiográfico, passaram a modificar tal percepção. Há de se levar em consideração o importante papel que as mulheres têm como historiadoras, assim como filósofas e cientistas sociais, vide os importantes trabalhos de Natalie Davis e Michele Perrot. A partir de então, as mulheres começaram não apenas a protagonizar lutas e narrativas, mas também a produzir discursos. Em outras palavras, pode-se dizer que as mulheres, tão hostilizadas pelos silêncios da historiografia tradicional, passaram a, paulatinamente, ocupar espaços antes marcados pela ausência delas.

A historiadora feminista Margareth Rago, ao analisar alguns argumentos de Michele Perrot quanto às características da ótica feminina ao fazer historiográfico, destaca um ponto importante sobre o porquê da resistência epistêmica ante os questionamentos das historiadoras:

Mais recentemente, outro prestigiado historiador francês advertiu contra os perigos de se investir a diferença entre os sexos de uma força explicativa universal; de se observar os usos sexualmente diferenciados dos modelos culturais comuns aos dois sexos; de se definir a natureza da diferença que marca a prática feminina; e da incorporação feminina da dominação masculina. Muito preocupado em reconhecer a importância da diferenciação sexual das experiências sociais, Chartier revelava certo constrangimento em relação à incorporação da categoria gênero, numa atitude bastante comum entre muitos historiadores, principalmente do sexo masculino (RAGO, 1998a, p. 3).

O constrangimento que Rago destaca também foi percebido, mas de forma mais ampla, por Raewyn Connell, historiadora trans australiana, quando esta analisa um movimento chamado “Movimento pela liberação dos Homens⁴”, que, dentre outras coisas, elaborava críticas ao “papel masculino”. Diz Connell (1995, p. 187):

3 O recorte que faço, neste momento, é sobre mulheres/gênero na historiografia. Há um amplo debate acerca da luta das mulheres no ambiente acadêmico como um todo, e abordarei alguns pontos mais adiante, mas o que quero frisar é que não objetivo fazer uma reflexão mais fidedigna e linear sobre o assunto. Em relação a isso, ver: PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de & SZWAKO, José Eduardo (orgs.) *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. Ver também: PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezam (org.) *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2002.

4 Embora eu tenha informado que a autora é uma mulher trans, o texto citado foi produzido quando ela ainda assumia a identidade de gênero masculina e assinava suas produções com o nome de registro, de modo que usarei a referência daquele período.

O reconhecimento da historicidade do gênero, de seu caráter histórico, constitui agora um pressuposto estabelecido e não mais uma heresia. Mesmo os conservadores que se transferiram para esse terreno estão envolvidos num pensamento histórico sobre masculinidade. Eles aceitam o fato da transformação social do gênero, embora deplorem ou tentem revertê-lo. Essa consciência histórica constitui a característica distintiva da política de masculinidade contemporânea e o horizonte do pensamento contemporâneo sobre masculinidade.

Em outro texto, Rago argumenta que tais incômodos deixaram, ao menos, dois pontos para reflexão: 1) a significativa transformação temática e metodológica, alargando a percepção graças também às contribuições das outras ciências, o que possibilitou uma sólida contestação dos cânones tradicionais; 2) a maior participação de intelectuais feministas na academia. Sobre este último ponto, Margareth Rago afirma que, mesmo na academia (inseridas nesse ambiente) e perfeitamente capacitadas, as mulheres produtoras de conhecimentos historiográficos eram classificadas como aquelas que queriam “tornar os saberes acadêmicos em saberes femininos” (RAGO, 1998b, p. 94).

Sobre o segundo ponto, Adriana Piscitelli (2009, p. 135) argumenta, ampliando a análise para além da historiografia, que a perspectiva aventada era de que as mulheres comungavam uma realidade diferente da dos homens. Destaca, ainda, que se argumentou que a “dominação masculina excluía as mulheres da história, da política e da reflexão teórica”. Diante disso, continua Piscitelli, as teóricas feministas promoveram um revisionismo das produções disciplinares, questionando-se como seriam diferentes as ciências se “o ponto de vista feminino” tivesse sido levado em consideração (PISCITELLI, 2009. p. 135).

Joan Scott (1998, p. 73) mergulha mais fundo no ponto levantado por Margareth Rago, em particular, e de Adriana Piscitelli, no geral, ao precisar o momento em que as mulheres passaram a protagonizar autoria e atuação dentro da disciplina, chamando atenção para o fato de que a presença das mulheres na historiografia é resultado direto das lutas feministas empreendidas por teóricas de outros campos do saber, como os estudos literários e a filosofia, por exemplo, e, principalmente, na figura de Simone de Beauvoir, representante do que se convencionou chamar de “segunda onda feminista”.

Segundo Scott, as ativistas feministas reivindicavam uma história que as colocasse como heroínas e também que trouxesse à tona todo o processo de subalternização pelo qual passaram ao longo dos séculos, mas, tal exortação

às ativistas, principalmente por conta das transformações sexuais pelas quais a Europa passava, trouxe consigo uma carga política significativa. No entanto, continua a autora, no final da década de 1970, a história das mulheres afastou-se da política (SCOTT, 1995, p. 75).

A princípio, pode-se pensar como um recuo estratégico, haja vista a intensa pressão sexista no âmbito acadêmico do período. Assim, para se evitar confrontos ideológico e político, a história das mulheres alterou a nomenclatura, desviando para o conceito de gênero:

Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres” [...] dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa do feminismo) [...]. Enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos, o termo “gênero” inclui as mulheres sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. [...] O termo “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro (SCOTT, 1995, p. 75).

Scott afirma que essa mudança foi definitiva, uma vez que tudo aquilo que havia sido construído em prol das mulheres, no âmbito acadêmico, corria o sério risco de ser pulverizado com o levante masculino de resistência. Essa opção pelo conceito de gênero foi, antes que qualquer apelo epistemológico, de sobrevivência, pois, naquele contexto – década de 1980 –, gênero era encarado como um termo neutro, desprovido de essência ideológica mais imediata, o que salvaguardou a luta política das mulheres dentro da historiografia.

No entendimento de Scott, a produção acadêmica surgida após a luta das mulheres para uma revisão historiográfica, ao substituir “mulheres” por “gênero”, fez uma substituição emblemática e pertinente. Segundo ela, essa alteração não possui nada de inocente, pois o objetivo seria a retirada da carga política que o termo “mulheres” possui, e uma adequação mais neutra trazida pelo termo gênero (SCOTT, 1992, pp. 64-65). Em outras palavras, gênero passou a ser o verniz científico que a história das mulheres carecia, segundo a visão dos mais tradicionalistas.

Recuando um pouco no tempo para se compreender como o conceito de gênero passou a germinar, Donna Haraway, num ensaio intitulado ‘Gênero’ para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra, afirma

que o psicanalista Robert Stoller cunhou o termo “identidade de gênero”, apresentando-o num congresso sueco. Segundo Haraway, Stoller formulou o conceito de identidade de gênero baseado no binômio “biologia/cultura”, no qual o sexo era intrínseco à biologia (hormônios, genes, morfologia etc) e gênero à cultura (psicologia, antropologia, história). Assim, para Stoller, de acordo com Haraway, o resultado da interação entre cultura e biologia resultava num centro, ou seja, “a pessoa produzida pelo gênero – um homem ou uma mulher” (HARAWAY, 2004, p. 216).

Haraway prossegue e destaca que tal raciocínio rápido provocou críticas das feministas, principalmente aquelas da denominada segunda onda feminista, cuja uma das principais expoentes e combatentes foi Simone de Beauvoir. No entanto, como argumenta Haraway, as críticas, por mais válidas que fossem, ao invés de atacar pontos específicos, esbarraram em abstrações e/ou conceitos sem tanta densidade analítica, como o entendimento de “patriarcado”, também destacado por Piscitelli. Dessa forma, conclui Haraway (2004, p. 220):

Fatalmente, nesse clima político limitado, aquelas primeiras críticas não historicizaram ou relativizaram culturalmente as categorias “passivas” de sexo ou natureza. Assim, as formulações de uma identidade essencial como homem ou como mulher permaneceram analiticamente intocadas e politicamente perigosas.

Também confrontando esse entendimento acerca do gênero e reverberando as críticas ao entendimento de Stoller, não necessariamente ao conceito por ele empregado, mas pelos usos disseminados que vieram posteriormente, Raewyn Connell faz uma síntese:

[...] o gênero é uma estrutura ampla, englobando a economia e o Estado, assim como a família e a sexualidade, tendo, na verdade, uma importante dimensão internacional. O gênero é também uma estrutura complexa, muito mais complexa do que as dicotomias dos “papeis de sexo” ou a biologia reprodutiva sugeririam. [...] as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Uma determinada forma de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela. [...] o gênero é sempre uma estrutura contraditória. É isso que torna possível sua dinâmica histórica e impede que a história do gênero seja um eterno e repetitivo ciclo das mesmas e imutáveis categorias (CONNEL, 1995, p. 189).

Por sua vez, Scott afirma, também, que refletir sobre homens e mulheres nos contextos históricos que concernem a cada um, requer, antes de qualquer

coisa, cruzar outras categorias, como etnia e classe, por exemplo, pois, não levar em conta a interseccionalidade, é reforçar a hegemonia masculina enquanto detentora de poder e verdade (SCOTT, 1995, p. 83). No entanto, se, por um prisma, estas categorias tiram as máscaras das desigualdades quando do confronto com as relações de poder em sua interação social, econômica e cultural; por outro, denunciam falhas quanto à falta de limpidez e coerência na deliberação acadêmica quanto à problematização de tais conceitos.

Assim, Scott afirma que será essencial reconhecer o gênero nos mais diversos âmbitos, seja de etnia, seja no de classe, por exemplo, objetivando visibilizar desigualdades e experiências sociais diametralmente diferentes nos mais diversificados recantos sociais. Pretende-se, dessa forma, solidificar e ampliar o uso do gênero enquanto categoria de análise que dê sentido e sistematização ao conhecimento histórico.

As problematizações sinalizam para afirmar que a lógica binária da diferença sexual macho/fêmea e homem/mulher, mesmo que hegemônico, não é eterno nem fixo e tem seus alicerces em contextos históricos e sociais. Nesse sentido, para além de compreender as dinâmicas da dominação, é necessário refletir sobre as construções de gênero e suas respectivas ramificações, isto é, naquilo que a nomeia, significa, nas regulações, nas criações de papéis sociais, nas subjetividades, nas práticas sexuais dos indivíduos, para, enfim, elevar o gênero a uma categoria que seja além de visível, também intensamente debatida dentro das ciências humanas de modo geral.

○ gênero, enquanto categoria analítica e teórica, apesar da polissemia e amplitude, tem limitações. ○ indivíduo é encarado como parte essencial do gênero, mas não somente em sua alteridade sexual, que escancaram suas complexidades e possibilidades sociais. Nessa perspectiva, os limites do gênero estão justamente por ele estar no cerne da deliberação da alteridade sexual.

3 Conclusão

A história científica produzida pelas/os historiadora/es é um campo de saber atravessado por relações de poder, resultado das escolhas pessoais da/do pesquisadora/or, bem como do lugar para e no qual determinado saber é produzido (CERTEAU, 1982, p. 152). Somente quando entendido que o saber científico é uma construção social e também quando este entendimento é envolvido pela crítica sobre os modos do “fazer historiográfico”, questionando

a soberania das “verdades” cristalizadas estabelecidas pela hegemonia difundida na historiografia, é que será possível perceber as ausências, os esquecimentos, as subalternizações de determinados sujeitos/as enquanto agentes que protagonizam e produzem discursos historiográficos (COLLING, 2016, p. 12).

As invisibilidades e os silêncios de determinados grupos sociais não foram pontos fora da curva, mas projetos de dominação, principalmente masculina, (BOURDIEU, 1999, p. 43) que são responsáveis por hierarquias e dependências que ratificam a supremacia de privilegiados grupos hegemônicos e, conseqüentemente, das teorias científicas por eles elaboradas⁵. Muito embora a epistemologia historiográfica contemporânea, tendo sua estrutura secular abalada pela crise de objetividade dos postulados científicos, já tenha reconhecido que as teorias são sistemas de pensamentos derivados de culturas que se propagam por meio da linguagem e que marcam indelevelmente os saberes difundidos e assimilados pelo pesquisador (WHITE, 2001, p. 55).

Entretanto, ainda há a carência por parte de muitos historiadores, pesquisadora/res do gênero ou não, de uma prática científica reflexiva acerca do “conhecimento do conhecimento”. Muito dos hiatos existentes na produção científica historiográfica diz respeito não ao que se deixou de analisar, mas por que se ignorou, num questionamento tão ao gosto daquilo que Marc Bloch vaticinou no desenvolvimento da primeira geração dos *Annales* (BLOCH, 2002).

Pensando nos diversos silêncios reservados às mulheres na produção historiográfica e trazendo para o debate as problematizações de Gayatri Spivak, que analisou o papel reservado às mulheres indianas de determinadas camadas sociais, podemos ampliar o debate ao pensar na subalternização de determinados indivíduos em alguns contextos sociais. Assim, para Spivak, (2010, p. 15), o indivíduo subalterno é aquele que faz parte das camadas sociais mais vilipendiadas, caracterizadas como aglomerados humanos de exclusão, com raras possibilidades de alterar o *status* social no qual nasceu.

As reflexões da autora indiana têm como ponto inicial a história de uma mulher viúva, que é duplamente impedida de falar por si, primeiro por ser mulher, segundo por sua situação de viuvez. No entendimento de Spivak, (2010, p. 16), a marginalidade do subalterno é mais acentuada quando a vítima é do sexo feminino, pois a “mulher subalterna não pode falar e quanto

5 Como os conhecimentos e práticas culturais do Ocidente acabam influenciando os comportamentos do restante do mundo, que perpassam, por exemplo, as relações de gênero, o feminismo, as masculinidades, as homossexualidades, o saber. Sobre isso ver: BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonial. *Rev. Estud. Fem.* vol.21 no.2 Florianópolis May/Aug. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000200018.

tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir”.

O sentido transdisciplinar que Spivak caracteriza o próprio pensamento, ao analisar a subalternização pelos prismas filosófico, literário, cultural e histórico, transforma o aspecto meramente local da situação indiana para uma situação maior, mais marcadamente global. Um dos pontos mais nevrálgicos abordados por Spivak diz respeito à “violência epistêmica”, que tem por objetivo, se não a eliminação social, pelo menos a “neutralização do outro”, impedindo que esse outro tenha capacidade de representação, silenciando-o (SPIVAK, 2010, p. 16).

Dos pontos já apresentados até aqui, expostos, principalmente, no papel da mulher dentro da produção historiográfica, e, ao ampliarmos o entendimento de gênero, não será tarefa das mais complexas perceber que das homossexualidades e identidades de gênero divergentes do princípio heteronormativo, travestis e mulheres trans podem ser imaginadas enquanto sujeitos dos mais subalternos. Os silenciamentos denunciados por Spivak encontram reverberações nos enunciados de Eni Orlandi (2002, p. 12) quando esta afirma que o silêncio do subalterno é “relegado a uma posição secundária [...] como resto de linguagem”, logo, com chances quase nulas de se produzir discursos que contemplem as próprias trajetórias de vida.

Da forma como Scott questionou, o gênero, enquanto categoria de análise historiográfica provocou fissuras na historiografia tradicional⁶ e, após a querela gerada, foi o conceito em si, enquanto sinônimo de homem/mulher, que entrou em crise, uma vez que, talvez não tenha imaginado a autora, do binômio surgiu mais caos, não no sentido destruidor, mas pura e simplesmente desestabilizador de mais verdades.

Referências

BACH, Ana María. **Las voces de la experiencia**: el viraje de la filosofía feminista. Buenos Aires: Biblos, 2010.

BACH, Ana María. Género, estereotipos y otras discriminaciones como puntos ciegos. In: BACH, Ana María (org.). **Para una didáctica con perspectiva de género**. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2015.

BACH, Ana María. Epistemología, feminismo y los saberes de las gentes indígenas. **Descentrada** 2 (2), e051, 2018. Disponível em: <http://www.descentrada.fahce.unlp.edu.ar/article/view/DESe051> Acesso em: 25/12/2021.

⁶ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. 20 (2): p. 71-99. Jul/dez, 1995, p. 87.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonial. Rev. Estud. Fem. vol.21 no.2 Florianópolis May/Aug. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000200018 Acesso em: 20/11/2021.

BLOCH, Marc. **A apologia da história**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COLLING, Ana Maria. Dos silêncios da história ao desejo de liberdade. In: SOUZA, Wlaumir Doniseti de. **Sociedade, História e Relações de Gênero**. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

CONNEL, Robert. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**. 20 (2): p. 71-99. Jul/dez, 1995.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu** (22): pp.201-246, 2004.

LOPES, Fábio Henrique. Cisgeneridade e historiografia: um debate necessário. In: SOUZA NETO, Miguel Rodrigues de & GÔMES, Aguinaldo Rodrigues (orgs.). **História e Teoria queer**. Salvador: Editora Devires, 2018.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezam (org.) **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2002.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de & SZWAKO, José Eduardo (orgs.) **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 2009.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 11, p. 89-98, 1998a.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e História. In: PEDRO, Joana & GROSSI, Miriam (orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998b.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. 20 (2): p. 71-99. Jul/dez, 1995.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. Tradução: Lúcia Haddad. **Proj. História**, (16), fev, 1998.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TAÏA, Abdellah. **Aquele que é digno de ser amado**. São Paulo: Editora Nós, 2018.

TAÏA, Abdellah. **Um país para morrer**. São Paulo: Editora Nós, 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 2001.

Recebido em fevereiro de 2022

Aprovado em março de 2024

MULHERES QUE ESCOLHEM NÃO TER FILHOS: EXPERIÊNCIAS DE NÃO MATERNIDADE À LUZ DOS ESTUDOS DE GÊNERO

Fabíola Langaro¹

Giuliana Camilotti²

Resumo: Esta pesquisa objetivou a compreensão das experiências de não maternidade de mulheres que escolhem não ter filhos. Foram realizadas entrevistas com seis mulheres e realizada análise de conteúdo. Nos resultados, apresentam-se três categorias temáticas: as mulheres e suas histórias e projetos de vida; a escolha pela não maternidade; e os impactos psicológicos, sociais e familiares relacionados a essa escolha. Observa-se que a não maternidade marca uma diferenciação do que é esperado para os referenciais tradicionais de gênero, porém aponta para aberturas de vir a ser mulher para além da maternidade.

Palavras-chave: Não maternidade; Estudos de gênero; Psicologia.

Abstract: This research aimed the understanding of the non-motherhood experiences of women who choose not to have children. Surveys was performed with 6 women and content analysis was carried out. The results presents 3 thematic categories: The women and their histories and life projects, The choice for the non-motherhood, and Psychological, social and family impacts related to this choice. We can observe that the non-motherhood stablish the difference between what is expected for the gender traditional references, although it points out to the possibility of become a woman beyond motherhood.

Keywords: Non-motherhood; Gender studies; Psychology.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Psicologia. Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: flangaro@hotmail.com.

2 Pós-graduada em Saúde Mental e Desenvolvimento Humano. Universidade do Sul de Santa Catarina, giulianacamilotti.psi@gmail.com.

Introdução

A inclinação por estudar as experiências de mulheres que escolhem não ter filhos decorre da multiplicidade de fatores envolvidos nesse fenômeno e da importância de a psicologia se debruçar sobre ele. É relevante contextualizar que as experiências de mulheres são atravessadas por uma vivência de mundo com um recorte de gênero. Os estudos que pensam o gênero como uma categoria analítica compreendem-no “como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86). Nesse sentido, homens e mulheres passam a ser pensados como pessoas situadas em uma cultura e em certo momento histórico, que se apropriam das distinções biológicas para “naturalizar funções que são, na verdade, fruto do tipo de educação e socialização de uma época” (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2012, p. 2).

A adoção do conceito de gênero refere-se a importantes mudanças epistemológicas, em que, ao passar a utilizar esse conceito, nos referimos a uma compreensão de que “ao longo da vida, através das mais diversas instituições e práticas sociais, nos constituímos como homens e mulheres, num processo que nunca está finalizado ou completo” (MEYER, 2003, p. 40). Ainda segundo a autora, o conceito de gênero sugere a existência de muitas maneiras de se constituir a feminilidade e a masculinidade, também associando essas a um caráter multifacetado da construção social e histórica dos sujeitos, compreendendo uma pluralidade de expressões possíveis, em articulação com as variadas dimensões sociais, como classe, raça/etnia, geração, religião e nacionalidade (MEYER, 2003).

Com relação à possibilidade de definição do que é ser mulher, Beauvoir (1949a, p. 16) aponta que o que caracteriza fundamentalmente uma mulher é ser o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro. Nesse sentido, a autora explica que as mulheres e os homens nunca partilharam o mundo em igualdade de condições, e, mesmo quando os direitos são abstratamente reconhecidos, “um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta” (BEAUVOIR, 1949a, p. 17). Com relação ao controle dos corpos das mulheres e à atribuição de certas características comportamentais e subjetivas a elas, Beauvoir (1949a) destaca que, de acordo com a construção social de um modelo hegemônico relacionado ao que se espera de uma mulher, cabe ao ser humano do sexo feminino participar de uma realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade. A autora questiona: “Será esta secretada pelos ovários? Ou estará congelada no fundo de um céu platônico? E bastará uma saia fru-

fru para fazê-la descer à Terra? Embora certas mulheres se esforcem por encarná-lo, o modelo nunca foi registrado” (BEAUVOIR, 1949a, p. 10).

A maternidade, assim como o gênero, também foi construída socialmente e desde a Antiguidade é um símbolo importante e definidor da identidade de gênero mulher (MACHADO; PENNA, 2016). Tal condição, conforme Machado e Penna (2016, p. 2), “legitima-se por meio dos discursos religiosos, filosóficos, médicos, científicos e políticos”. De acordo com Moura e Araújo (2004), a partir do século XVIII e XIX, surgem como valores essenciais a devoção e a presença vigilante da mãe como cuidados necessários à preservação das crianças, além de “uma crescente valorização da mulher-mãe, a ‘rainha do lar’, dotada de poder e respeitabilidade desde que não transcendesse o domínio doméstico” (p. 47). Segundo as autoras, surge no discurso médico e filosófico a valorização do devotamento e do sacrifício feminino em prol dos filhos e da família como algo inerente à natureza da mulher. No entanto, ao observar historicamente a evolução das atitudes maternas, Badinter (1985, p. 2) escreve sobre o mito do amor materno e demonstra que “o interesse e a dedicação à criança não existiram em todas as épocas e em todos os meios sociais”.

As crenças generalizadas com relação ao amor materno visto como instinto e a existência de uma natureza feminina corroboram para uma estigmatização e patologização das mulheres que optam por não ter filhos, ou mesmo daquelas que questionam o amor pelos seus filhos. Como Moura e Araújo (2004, p. 47) apontam, afastar-se do status que a mulher havia adquirido na família e na sociedade trazia uma enorme culpa, “além de um novo sentimento de ‘anormalidade’, visto que contrariava a natureza, o que só podia ser explicado como desvio ou patologia”. Do ponto de vista do ideal de uma natureza feminina, “uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a anormal por excelência” (BADINTER, 1985, p. 9).

A questão da maternidade, nos seus mais diversos aspectos, esteve presente ao longo da luta libertária das mulheres, e as reflexões teóricas feministas, dessa forma, contribuíram e contribuem para pensar as implicações sociais e políticas da maternidade (SCAVONE, 2001). Desde posições que ressaltavam as implicações negativas da maternidade até as que valorizavam seus aspectos psicoafetivos; no seu conjunto, essas reflexões constituem uma crítica feminista ao discurso dominante e contribuem também para uma “maior tomada de consciência das mulheres na construção de uma escolha reflexiva da maternidade” (SCAVONE, 2001, p. 53). Com

relação às proposições e teorizações que pensavam as práticas possíveis de escolha reflexiva pela maternidade, Beauvoir (1949b, p. 326), por exemplo, já destacava que “uma obrigação nada tem de natural: a natureza nunca poderá ditar uma escolha moral”, assim como a relação dos pais com os filhos, ou mesmo da mulher com o marido, deveria ser livremente desejada.

Com relação à realidade brasileira, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de fecundidade total no Brasil no ano 2000 era de 2,38 filhos por mulher, já as projeções para o ano 2015 atestavam que essa média passava a ser 1,72 filhos por mulher (IBGE, 2013). Os dados apresentados pelo instituto mostram uma redução da quantidade de filhos por mulher, principalmente quando comparados com os anos de 1940, por exemplo, em que a média era de 6,16 filhos por mulher (IBGE, 2020). Patias e Buaes (2012) comentam sobre a diminuição do número de filhos por mulher, bem como o aumento dos casais sem filhos, mas destacam que isso ocorre nas camadas médias da população brasileira, relacionando ao aumento da escolarização das mulheres, a sua inserção no mercado de trabalho e à maior expectativa de vida da população como fatores que alteram os arranjos familiares. Fidelis e Mosmann (2013) comentam que os dados da diminuição de filhos por mulher aparentam mostrar um aumento na opção pela não maternidade ou por seu adiamento, o que justificaria estudos sobre o tema. Mansur (2003), por sua vez, menciona que há necessidade de serem feitas abordagens descritivas e compreensivas sobre o tema. Novamente Fidelis e Mosmann (2013) comentam sobre o fato de os estudos serem controversos e refletirem um processo em desenvolvimento, além de referirem uma escassez de pesquisas que abordem esse tema, sendo relevante a sua investigação no âmbito científico.

No tocante à vivência da não maternidade, Vazquez (2016) analisa em seu estudo que a ausência de filhos evidencia múltiplas formas de ser: mulheres que desejaram ter filhos e não os tiveram, mulheres que optaram por vidas sem filhos e outras que não tiveram filhos por ausência de casamento ou par afetivo. Estas últimas eram nascidas nas primeiras décadas do século XX, quando os padrões morais estabelecidos socialmente impediam qualquer sonho planejado de maternidade se a mulher fosse solteira (VAZQUEZ, 2016). Com relação às motivações para a escolha da não maternidade, Mansur (2003) também aponta em seu estudo algumas questões, como quando, em decorrência de um aborto, por escolha, algumas mulheres continuaram desejando ser mães, outras só continuaram não tendo filhos, e ainda há um terceiro grupo, para quem a maternidade não fazia parte do seu projeto de vida. Já no estudo de Fidelis e Mosmann (2013, p. 1), a carreira profissional é indicada como principal motivo associado à vivência da não maternidade.

Anãomaternidade, portanto, é um fenômeno “complexo, multidimensional, e dificilmente redutível a um único determinante” (MANSUR, 2003, p. 10). Segundo a autora, essa escolha e suas consequências implicam rompimento de um modelo feminino tradicional, que ensejam uma desconstrução do mito do amor materno e necessitam da ampliação das diversas dimensões que a vida de uma mulher possui para além do exercício da maternidade. Nesse sentido, levando em conta esse contexto social e as crenças relacionadas a esse tema, a pergunta sobre a qual a presente pesquisa se debruçou foi: quais são as experiências de não maternidade de mulheres que escolhem não ter filhos?

Com o intuito de responder a essa pergunta, o objetivo geral da pesquisa consistiu em compreender as experiências de não maternidade de mulheres que escolhem não ter filhos, e os objetivos específicos consistiram em: conhecer a realidade e o contexto social de mulheres que escolhem não ter filhos; investigar como as mulheres lidam com a opção de não ter filhos, articulando essa escolha também com outras escolhas no percurso de suas vidas, como trabalho, família, amigos e relacionamento amoroso; e conhecer os possíveis impactos familiares, psicológicos e sociais em relação à experiência de não maternidade dessas mulheres.

1 Método

A abordagem desta pesquisa classifica-se como qualitativa, visto que se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado (MINAYO, 2002, p. 21). Quanto à classificação, a pesquisa é definida como exploratória, pois buscou se aproximar do tema sem a pretensão de esgotá-lo, podendo ter sido esta a primeira etapa de uma investigação mais ampla (GIL, 2008). Em relação ao procedimento adotado, este caracterizou-se como um estudo de campo. Considerando que o estudo de campo se preocupa com o lugar ocupado pelas pessoas e pelos grupos convivendo numa dinâmica de interação social (CRUZ NETO, 2002, p. 54), o lugar da não maternidade por escolha foi aquele sobre o qual a pesquisa se debruçou.

A seleção das participantes se deu a partir da rede de relações da pesquisadora, caracterizando a amostragem do estudo como sendo por acessibilidade ou conveniência, como cita Gil (2008, p. 94). Nesse contexto, selecionam-se os elementos a que se tem acesso, admitindo que possam representar o universo de alguma forma. Assim, a pesquisadora informou pessoas conhecidas sobre sua pesquisa, a fim de entrevistar pessoas que fossem indicadas pelas pessoas próximas, e que estivessem dentro do perfil da pesquisa. Esse perfil consistiu em mulheres que escolheram não ter filhos,

fossem estes biológicos ou adotivos, e que não apresentassem qualquer impossibilidade biológica de engravidar. Este último critério adotado visava fazer com que a seleção das entrevistadas estivesse relacionada com a questão da não maternidade por uma escolha reflexiva, e não decorrente de limitações impostas pelo corpo. Após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob parecer nº 4.174.029, e de posse da indicação e do contato das possíveis participantes, a pesquisadora realizou uma primeira abordagem, explicando os objetivos e procedimentos da pesquisa.

Ao ter um aceite prévio para a participação, a pesquisadora agendou entrevistas, que foram realizadas por meio de videochamada, com o uso de ferramentas tecnológicas e da rede internacional de computadores, pela plataforma Google Meet. As entrevistas foram realizadas em local que pudesse haver sigilo das informações apresentadas, tanto para a pesquisadora quanto para as participantes, e houve também a gravação de voz, com o consentimento das entrevistadas, para a transcrição e análise dos dados posteriormente. No início das videochamadas, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo sido lido junto com as participantes. O consentimento de participação se deu por meio de formulário on-line, via Google Forms³, sendo que apenas mediante o aceite foi realizada a entrevista. Após a sua realização, o termo foi enviado por e-mail para as participantes, com a assinatura da professora orientadora e da pesquisadora principal.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada, elaborada com base nos objetivos da pesquisa, e que, conforme Cruz Neto (2002), é o procedimento mais usual no trabalho de campo. A entrevista semiestruturada é entendida como uma conversa a dois, com propósitos bem definidos, reforçando a importância da linguagem e do significado da fala. Ao total, foram entrevistadas seis mulheres cisgênero, ou seja, cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhes foi atribuído no nascimento, com diferentes idades e etnias. Todas as participantes residiam na região da Grande Florianópolis, em Santa Catarina.

A tabela exposta a seguir apresenta a caracterização das participantes.

³ Consiste em um aplicativo de gerenciamento de pesquisas criado pela Google. Nele, podem ser realizados questionários e formulários para registro.

Tabela 1: Caracterização das participantes

Participantes	Idade	Raça/etnia autodeclarada	Grau de escolaridade	Ocupação	Relacionamento afetivo-sexual
Participante 1	36 anos	Parda	Graduação incompleta	Empresária	Casada
Participante 2	25 anos	Branca	Mestrado	Desempregada	Solteira
Participante 3	28 anos	Negra	Graduação incompleta	Professora particular e estudante	Em relação amorosa
Participante 4	25 anos	Branca	Graduação incompleta	Estudante	Solteira
Participante 5	31 anos	Branca	Graduação incompleta	Acompanhante terapêutica	Relacionamento estável
Participante 6	24 anos	Negra	Graduação	Desempregada e empresária	Solteira

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas (2020).

Para a efetivação da análise de dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que, de acordo com Gomes (2002), tem a função encontrar respostas para as questões formuladas e confirmar ou não afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação. Nesse processo, foram elaboradas categorias temáticas, o que consistiu em agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger os conteúdos semelhantes (GOMES, 2002). A análise de dados foi realizada em três fases, como propõe o autor: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Dessa forma, em um primeiro momento, foi realizada uma leitura geral da transcrição das entrevistas, em um segundo momento foi destacado aquilo que se repetia nas falas das entrevistadas e elaborado um quadro com esses trechos. Depois, visou-se agrupar os temas em três grandes categorias de análise e, por fim, seguiu-se à interpretação dos dados categorizados.

As três grandes categorias elaboradas para a análise de dados foram: quem são as mulheres que escolheram não ter filhos, a escolha pela não maternidade, e impactos psicológicos, sociais e familiares relacionados à escolha da não maternidade.

2 Análise e discussão dos resultados

A seguir, são apresentadas as três categorias de análise resultantes da exploração do material e do tratamento dos resultados obtidos a partir das entrevistas.

As mulheres e suas histórias e projetos de vida

Essa categoria de análise descreve quem são as mulheres que estiveram presentes na construção desta pesquisa, um pouco de suas histórias e seus projetos de vida, nos pontos que mais chamaram a atenção da pesquisadora, tanto pela repetição das falas como pelo conteúdo verbalizado. Dessa forma, apresenta-se o contexto de vida das participantes, acrescentando algumas informações articuladas aos seus dados de caracterização:

A participante 1 tinha 36 anos, era casada há 8 anos, realizava trabalhos de forma empreendedora, com o seu negócio próprio, após sentir a necessidade de retornar ao mercado de trabalho, pois havia sido dona de casa durante 10 anos. Inicialmente, vendia seus produtos para os clientes com horário marcado, depois passou a ter um quiosque para venda e, após trabalhar sem ter folgas, começou a encontrar seu tempo ideal de trabalho, dentro de suas possibilidades. Tinha muita facilidade em fazer amigos.

A participante 2 tinha 25 anos, havia concluído o mestrado há pouco tempo, estava em busca de emprego no momento e não estava em nenhuma relação amorosa, comentando que a questão amorosa “*não era uma prioridade*” para ela ou algo que ela ficasse “*dando muita importância*”. Gostava muito dos seus bichos de estimação, os seus dois cachorros. Estava buscando ser mais independente, fazer as coisas que gostava, sem precisar necessariamente de companhia.

A participante 3 tinha 28 anos, havia sido casada uma vez e se separado, estando no momento da pesquisa em uma relação amorosa que ela nomeou como “*sem grandes questões*”. Atuava como professora particular e estava cursando a graduação e, no momento da pesquisa, durante a pandemia de Covid-19, estava também fazendo serviços freelancer e entregas de moto para complementar a sua renda. Tinha variados planos para o futuro com relação à sua carreira profissional, desejando seguir uma carreira acadêmica, bem como fazer outras graduações para agregar à sua área de formação.

A participante 4 tinha 25 anos, estava cursando a graduação, tinha metas objetivas com relação aos seus planos futuros de trabalho, visando mudar de cidade para atuar diretamente com a área que gostaria de seguir dentro de sua profissão, e estava solteira no momento da pesquisa. Se nomeou como uma pessoa mais introvertida, que gostava dos seus poucos, mas bons amigos, com os quais ela estava sempre fazendo coisas em conjunto.

A participante 5 tinha 31 anos, estava cursando a graduação e trabalhava como acompanhante terapêutica, havia realizado uma intervenção de laqueadura há alguns anos e estava em um relacionamento estável há 9 anos.

Iniciou a sua vida laboral desde muito pequena, aos 7 anos, ajudando a sua mãe em faxinas, visto que tinham uma “condição financeira precária” e que sempre quis ter a sua independência e as suas coisas. Tinha o sonho de realizar uma determinada graduação e, após percalços em sua trajetória, desfrutava no momento da pesquisa desse lugar de estudante.

A participante 6 tinha 24 anos, graduação completa, estava desempregada, mas iniciando projetos de consultoria para empresas, o que também era um planeamento que a demandaria bastante tempo e dedicação. Estava sempre pensando no que iria fazer, como iria fazer e se estava gostando do que estava fazendo, com relação aos seus planeamentos; e comentou que isso estava dando certo até então. Havia terminado um relacionamento há pouco tempo, portanto estava solteira no momento da pesquisa.

Um aspecto importante a ser pensado é que as participantes da pesquisa tinham todas o nível de escolaridade mínimo de graduação incompleta. Nesse caso, pensando sobre a escolha da não maternidade, o recorte social de escolaridade é um fator a ser considerado como um acesso diferenciado à informação e ampliação da visualização de possibilidades, visto que, de acordo com Fidelis e Mosmann (2013), a primeira e esperada escolha para as mulheres é ainda a maternidade. Dessa forma, muitas mulheres optam por ela, algumas vezes mesmo sem desejá-la, “pela própria impossibilidade de questionar essa imposição social” (FIDELIS; MOSMANN, 2013, p. 3). Com isso, vale ressaltar que as possibilidades de questionar as imposições sociais e fazer escolhas mais reflexivas podem ser maiores, quanto maior for “a possibilidade de acesso à informação, à cultura e ao conhecimento especializado” (SCAVONE, 2001, p. 11). Sendo assim, segundo Scavone (2001), a maternidade e sua escolha é um fenômeno social marcado pelas desigualdades sociais, raciais/étnicas e de gênero subjacentes a ela. Nesse sentido, a opção pela não maternidade é mais frequentemente associada à classe média, tal como a mulheres que possuem nível superior (PATIAS; BUAES, 2012). Trata-se, portanto, de reconhecer que esse recorte de classe e escolaridade foi um marcador das participantes desta pesquisa.

Quanto ao aspecto da raça/etnia, foi realizado um cuidado para que as vezes participantes fossem diversas, buscando que as mulheres que participassem deste estudo pudessem ter vivências diferentes com relação à escolha pela não maternidade em intersecção com suas identidades raciais. Akotirene (2019) comenta sobre a simultaneidade em que acontecem as opressões de raça, classe e sexo para as mulheres negras, seguindo uma perspectiva interseccional. Nesse sentido, Martin (2006 *apud* ZANELLO, 2018, p. 168) aponta que, na cultura ocidental, “quanto mais chances uma

mulher tem de produzir (ter acesso a uma boa escolaridade, bons empregos, mobilidade social), menos ela precisa reproduzir (passa a ser opção)”, pois, nos casos em que as mulheres têm baixa escolaridade e pouco acesso a empregos bem remunerados, “a maternidade permanece como uma forte âncora identitária, garantindo um papel e lugar na comunidade” (ZANELLO, 2018, p. 169).

Pensando que pessoas negras estão, conforme dados do IBGE (2019), ocupando 29,9% dos cargos gerenciais contra 68,6% de pessoas brancas; estão presentes nas maiores taxas de subutilização da força de trabalho; estão em maior número nos menores índices de escolarização e também em maior número em ocupações informais, sendo 47,8% de mulheres pretas ou pardas contra 34,7% de mulheres brancas na ocupação informal no Brasil, a intersecção das opressões é um fator que pode influenciar na escolha pela não maternidade. Para as participantes desta pesquisa, visto que todas tinham o grau de escolaridade mínimo de graduação incompleta e já haviam optado por não ter filhos, o fator da classe e escolaridade, junto com a raça/etnia, pareceu influenciar essa escolha no sentido de gerar uma maior possibilidade para a opção pela não maternidade, tendo em vista os seus contextos sociais e seus acessos a outros aspectos da vida, para além da maternidade, como fatores geradores de lugares sociais e diferentes papéis na comunidade.

Uma das questões que permeou a fala da maioria das entrevistadas foi o trabalho como um aspecto importante de suas vidas, pensado muitas vezes como algo central, bem como o interesse em continuar aprimoramentos profissionais ao longo de suas trajetórias. A primeira e a sexta participantes se colocaram como empreendedoras e relacionaram esse vínculo de trabalho como algo prioritário em suas vidas, demonstrando estarem em uma relação de bastante tempo e dedicação para a execução de um negócio próprio. A terceira participante comentou:

Tenho muitos planejamentos para o futuro, de continuar essa formação e ter uma pós formação de mestrado e doutorado. Tenho também outras áreas de estudo, já que sou da área da educação, tenho bastante interesse por pedagogia, por filosofia também. E são coisas que eu pretendo para complementar minha formação futuramente, assim. (P3)

Outras duas participantes comentaram que têm uma relação bastante focada no trabalho e na faculdade, a quinta participante tendo iniciado sua vida laboral bastante cedo e a quarta participante nomeou-se “bem focada e viciada em trabalhar”. A literatura sobre mulheres, gênero e psicologia aponta o trabalho como dimensão de vida que intervém na escolha pela

não maternidade, ou mesmo amplia as possibilidades de vida da mulher para além do exercício desta como única fonte de satisfação e realização pessoal (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007; FIDELIS; MOSMANN, 2013; MACHADO; PENNA, 2016; PATIAS; BUAES, 2012; SCAVONE, 2001; SMEHA; CALVANO, 2009). Segundo Patias e Buaes (2012, p. 2), a figura feminina vem ganhando novo status, pois, além de mãe, vem se fazendo presente na esfera pública e no mercado de trabalho, podendo obter benefícios pessoais e prestígio profissional a partir da profissão. Fidelis e Mosmann (2013) expõem que as mulheres vêm conquistando novos papéis e cargos que seriam impensáveis em outros momentos, como o da Presidência da República, e, para as mulheres que colaboraram com o estudo das autoras, o trabalho também tinha um papel central como um fator que intervinha na escolha pela não maternidade.

Outro ponto que chamou a atenção foi a relação com os parceiros atuais das entrevistadas, sendo que três delas estavam em uma relação amorosa no momento da pesquisa. As três referiram as suas relações como de parceria e fortalecimento de suas opções e escolhas pessoais:

Com a parte do companheiro, assim foi a minha força principal de auxílio pra eu conseguir acho que ter a maturidade que eu tenho hoje. Foi com o apoio, porque assim, ele sempre foi aquela pessoa que nunca me privou de nada, nunca me barrou a nada; pelo contrário, sempre me incentivou. (P1)

Eu já tive outros relacionamentos, né, já fui casada. Hoje tenho esse relacionamento há 3 anos e é um relacionamento tranquilo assim, hiper leve, e sem grandes questões [] meu companheiro amoroso, de vez em quando a gente conversa sobre isso e ele sempre dá o maior apoio do mundo, exatamente por ele ter a experiência de ser pai e ele sempre fala 'nossa é isso mesmo, é isso mesmo'. (P3)

Eu acho que é uma relação de bastante companheirismo, de bastante amizade, é uma relação gostosa, assim, sabe [] meu companheiro em nenhum momento ele foi ao contrário assim, ele me apoiou, me auxiliou nesse momento de ir lá, fazer a intervenção (de laqueadura), acompanhou, e em nenhum momento se opôs a isso. (P5)

Esse ponto se torna interessante de ser destacado na medida em que, para essas mulheres, a maternidade não foi algo imposto pelos seus companheiros, mas um ponto de concordância e apoio diante dessa escolha. De acordo com Beauvoir (1949b, p. 328), “a inferioridade da mulher provinha originalmente

de ela ter-se limitado a repetir a vida, enquanto o homem inventava razões de viver”. Nesse sentido, encerrar a mulher na maternidade seria perpetuar essa situação, mas, aparentemente, o apoio pela opção relativa à não maternidade torna-se um elemento de emancipação dessas mulheres, oportunizando a criação de outras razões de viver, inclusive por meio da relação amorosa.

Um último aspecto que chamou atenção relativo à situação e ao contexto das participantes foi a experiência de já conviver e ter relações com outras crianças de forma significativa. A primeira participante comenta que o cônjuge já tinha filho e que “é interessante que assim ó, mesmo a gente escolhendo não ter filho, no caso nós dois, né, a gente teve por um período uma sobrinha filha, então assim né, a minha sobrinha mais velha sempre foi muito grudada a mim”. A quinta participante comenta que “*de todos os sobrinhos eu sou a dinda*”, assim como a terceira participante acompanhou o processo de gestação da irmã até o nascimento do seu sobrinho, experienciando em alguns momentos também a convivência e colaboração com a sua educação.

Nesse ponto, cabe fazer uma associação, pois, de acordo com Zanella (2018, p. 154), “as mulheres têm seu processo de subjetivação marcado pelo hetero-centramento”, ou seja, centrado no outro, e dessa forma existe uma naturalização da capacidade de cuidar nas mulheres. Sendo assim, segundo Zanella (2018, p. 153), “uma mulher, ainda que sem filhos, será interpelada a funcionar em maior ou menor grau nesse dispositivo”. Nesse caso, as relações de cuidado relatadas pelas participantes da pesquisa corroboram com a confirmação do que é dito pela autora, já que ali existem relações de cuidado alternativas, para além da relação de maternidade propriamente dita, como algo que fazia parte de suas histórias de vida.

A escolha pela não maternidade

Essa categoria surge a partir do segundo objetivo específico da pesquisa, que consistia em investigar como as mulheres lidam com a opção por não ter filhos, articulando essa escolha também com outras escolhas no percurso de suas vidas, como trabalho, família, amigos e relacionamento amoroso. Assim, apareceram questões como: a grande responsabilidade que um filho demanda, associada ao fenômeno da culpa materna a partir da responsabilização das mulheres acerca de todas as possíveis necessidades e dos percalços na vida da criança, e o desejo por outras coisas para além da maternidade como algo prioritário em suas vidas, bem como a não manifestação do desejo de ser mãe.

Sobre a questão de um filho demandar grande responsabilidade, seguem algumas falas das entrevistadas:

Opotei por não ter, e hoje eu vejo que, assim, foi a melhor escolha que eu fiz na minha vida. Quando eu vejo a trabalhadeira que as minhas irmãs tomam, eu falo ai que coisa boa! Hoje eu sou feliz da vida com os meus gatinhos. (P1)

Vi que talvez só uma questão de ter uma estrutura financeira para ter um filho, talvez precisasse de muito mais, né, como tempo, como dedicação, como realmente vontade de educar um ser humano na sociedade e tudo mais, [] é realmente uma demanda muito grande e quando se tem alguém pra dividir você divide, se não soma uma pessoa a mais, né, porque no final das contas muitas mulheres que estão com o marido que não querem ter filhos, mas têm, acabam sendo mãe tanto do filho quanto do esposo. (P2)

E, claro, eu também tenho medo de que, tipo se eu tivesse um filho, que ele fosse uma pessoa péssima, sabe, uma pessoa horrível e aí cresce e vai fazer coisas horríveis e eu vou sentir que a culpa é totalmente minha e que eu criei errado essa pessoa. Eu sei que eu sentiria culpa por essa pessoa por tudo que ela fizesse, então isso também me influenciou. (P3)

A gente sabe que quando tem um casamento é geralmente a mãe que vai absorver toda essa questão da maternidade, de ter que cuidar do filho, de se responsabilizar por toda essa construção social que tem aí, né, sobre esse patriarcado geralmente os filhos acabam ficando pra mãe então aquela realidade não era algo que eu queria, não me veio como algo desejante, sabe? (P5)

Eu acho que seria muito ruim estar viajando, rodando o mundo, ou então estar trabalhando 24 horas ou mais e não se dedicar um tempo pra criação, pro cuidado, pra atenção. E eu sei que eu não faria isso porque eu gosto muito de estar fazendo as coisas que eu escolhi fazer. E ficaria ruim para a criança, então melhor não tê-la. (P6)

A partir dessas falas, é possível problematizar o que tem se esperado acerca das maternidades por meio de um discurso social hegemônico, reproduzido também na fala das entrevistadas. Nesse aspecto, Meyer (2003) comenta que, na contemporaneidade, existe uma nova politização acerca do exercício da maternidade, na qual “gerar e criar filhos ‘equilibrados e saudáveis’ passa a ser social e culturalmente definido, também, como um ‘projeto’ de vida, responsabilidade individual de cada mulher que se torna mãe, independente das condições sociais em que essa mulher vive e dos problemas que ela enfrenta” (MEYER, 2003, p. 37). Nesse contexto, ainda segundo a autora,

o exercício da maternidade se transforma em uma tarefa extremamente difícil e abrangente. Uma revisão sistemática de literatura sobre o não desejo de maternidade feita por Leal e Zanello (2019, p. 135) observou que esse não desejo pode “estar questionando sobre certo tipo de maternagem e o que ela impõe às mulheres, como a hiper concentração de responsabilidades, ainda pouco divididas em geral, mais ainda no mundo latino”, o que também corrobora com as falas das entrevistadas na presente pesquisa.

Na continuidade, aparecem outras prioridades que essas mulheres demonstraram ter, para além da maternidade, como algo desejado:

Eu pretendo focar, eu pretendo ter um tempo mais pra mim, então tipo eu vou estar trabalhando, só que quando eu for descansar eu vou querer estar descansando de verdade, eu não vou querer estar me preocupando com outra coisa a intenção é viajar, então é também um dos fatores que me preocuparia, me prenderia, na verdade, porque daí eu ia ter que pensar, ‘ah não, tenho que deixar com alguém’, e aí tem que cuidar, ou então tem que levar. (P6)

Há outras falas nesse sentido: “Bom, se eu quero trabalhar tanto, se eu quero me dedicar tanto, se eu quero fazer uma carreira, se eu quero tantas coisas, então por que eu vou gerar uma outra vida, que faça passar pela angústia que eu passei, sabe?”, da terceira participante, sendo a sua angústia referente à distância que teve da mãe em sua infância em razão do trabalho dela; “Eu acho que eu queria sempre outras coisas, que não ser a mãe, sabe?”, da quinta participante; e “Eu acho que a coisa principal de eu não querer ter um filho é porque simplesmente eu não tenho desejo nenhum”, da quarta participante.

Essas falas convergem com o que é demonstrado por Badinter (1985) acerca do mito do amor materno, enraizado na construção social do ser mulher como algo necessariamente ligado ao ser mãe, muitas vezes por justificativas biológicas. Nesse ponto, a autora questiona, pelas mais variadas demonstrações das atitudes maternas ao longo da história, se não temos uma tendência a confundir determinismo social com imperativo biológico. As falas das entrevistadas, portanto, confirmam e remetem, assim como Badinter (1985, p. 2) expõe, que “o amor materno pode existir ou não, aparecer e desaparecer, e é um sentimento humano como outro qualquer, incerto, frágil e imperfeito”, podendo as mulheres estarem atentas e inteiradas a outras prioridades em suas vidas, inclusive relatando o não aparecimento desse desejo.

Impactos psicológicos, sociais e familiares relacionados à escolha da não maternidade

A terceira e última categoria buscou aprofundar-se diante dos impactos psicológicos, sociais e familiares sobre a escolha de não exercer a maternidade. Nesse sentido, apareceram algumas questões como: as construções sociais da maternidade; a visão dos outros sobre isso juntamente com alguns impactos familiares; algumas situações de apoio e novas elaborações sobre a maternidade, que transgridem de alguma forma aquilo que é preconizado socialmente.

Relativo às construções sociais acerca da maternidade, quatro participantes comentaram sobre a influência do modelo hegemônico de família e a construção do ser mulher estar atrelada ao ser mãe como algo que vinha a afetar suas concepções até um certo período da vida, como seguem nas falas: *“Eu imaginava, assim, na minha cabeça, que um casal pra ele ser um casal completo ele tinha que ter filhos, né, então assim, era casar e ter filho. Na minha cabeça era assim e na minha adolescência eu pensei sempre assim”*, da primeira participante; *“Pequeninha, obviamente, como a gente não tinha muita noção, acho que é enraizado em ti que tu precisa ter filhos, precisa constituir família e etc. Então eu cresci pensando nisso assim”*, da segunda participante; *“Porque eu tinha vontade de ser mãe, né, quando eu era criança até o início da adolescência. Eu tinha muito uma concepção de não ter relacionamento amoroso, mas ter filhos”*, da quarta participante; *“Antes de eu namorar, ali pelos 14, 13 anos o mundo girava no que as pessoas falavam que seria bom, né, que era casar, ter filho e aí arranjar um emprego, então, meu Deus, naquela época a minha ideia era ter 6 filhos (risos), eu lembro bem”*, da sexta participante.

Os estudos de gênero, nesse sentido, trazem contribuições importantes para pensar a constituição dos sujeitos no contexto social marcado pelo atravessamento do ser mulher, em que, por exemplo, desde pequenas as meninas são socializadas por meio de brincadeiras com bonecas, e, como comenta Zanella (2018, p. 150), “o processo de interpelação da performance do cuidar ocorre desde o dia em que nascemos, por meio dos brinquedos que recebemos”. O que também remete à reflexão de Meyer (2003), que ao nos deslocarmos a uma abordagem mais ampla daquilo que é analisado como papéis/funções de mulher e de homem, admite-se que “as próprias instituições, os campos de saber, os símbolos, as normas, as leis de uma sociedade são constituídas pelas representações de feminino e de masculino e expressam e reproduzem essas representações” (MEYER, 2003, p. 40). Sendo assim, a fala das participantes acerca de suas concepções até um certo período da vida descortina a reprodução dessas representações pré-

moldadas ao conceito de “ser mulher”, “ser um casal” e “precisar constituir família”.

Com relação à visão dos outros sobre essa escolha, a principal questão que apareceu nas falas das entrevistadas a partir do âmbito familiar foi de que a escolha “*não era séria*” e que elas iriam mudar de ideia. Isso demonstra o aspecto de a maternidade ser colocada no lugar do esperado e “natural” para as mulheres, visto que, nas falas dos familiares das participantes, natural seria que desejassem ser mães, e, portanto, o não desejo seria temporário e passageiro. As autoras Trindade, Coutinho e Cortez (2016, p. 144) comentam sobre um “bombardeio de estímulos, advindos das mais diversas fontes (familiares, religiosas, institucionais e midiáticas)” que dificultam, ainda hoje, o pensar na mulher sem associá-la à maternidade, sendo esse aspecto das falas dos familiares das participantes convergentes com isso.

Com relação aos outros para além da família, apresentaram-se nas falas também a questão de que “*é muito nova, é capaz de mudar de ideia, então não seja radical*”, como relata ter ouvido a segunda, a terceira e a sexta participantes, ou também:

Eu sou vista como imatura, como irresponsável, como egoísta como alguém que não quer ter responsabilidade na vida. Então o fato de trabalhar, ter horários, pagar minhas próprias contas desde os meus 15 anos de idade não foi o suficiente. O suficiente é como se eu só fosse responsável a partir do momento em que eu gerasse uma vida. (P3)

Ainda, há a geração de estranheza, como relata a quarta participante: “*Uma das minhas melhores amigas uma vez me falou que é super estranho ver uma mulher tão decidida, e que saiba desde pequena que não quer ter filho, que isso não é comum*”. Patias e Buaes (2012) comentam que toda escolha traz em si ambivalência, cobranças e consequências, sendo que, quando o sujeito toma outras posições diferentes daquelas já conformadas, como a da identidade feminina relacionada à maternidade, desestabilizam-se referenciais. Conjuntamente, a escolha do outro afeta as escolhas que são feitas individualmente, podendo ser essa estranheza, visão de egoísmo e irresponsabilidade, para além de uma desestabilização de referenciais daquilo que é enraizado socialmente, também uma abertura para o sujeito que escuta questionar a sua própria escolha. Segundo Johanson (2018, p. 244), “a subjetividade se constitui, ela também, no mundo, por sujeitos, em meio a, junto de, concomitantemente a outros sujeitos”, ou seja, é pensada em conjunto com os outros e é afetada por essas relações.

Em relação às situações de apoio, duas participantes comentaram sobre as pessoas da sua faixa etária respeitarem as suas escolhas, como a fala da segunda participante: “As pessoas da minha faixa etária que eu comento, respeitam. Acho que hoje em dia é uma coisa muito falada, então e a maioria das minhas amigas são feministas e então respeitam a minha escolha e tudo”; e a fala da sexta participante: “Tem uns que não tão nem aí, porque a vida é minha. Mas o pessoal da minha idade que tem os mesmos pensamentos que eu, super concordam”. Sobre esse aspecto de faixa etária, Vazquez (2016) comenta que os caminhos, as escolhas e as possibilidades são mais amplos para o que ela chamou de “mulheres da terceira geração”, as quais, no seu estudo, seriam as nascidas entre 1960 e 1970. A autora destaca que, cada vez mais, “a decisão de não ter filhos pode ser, simplesmente, apenas mais uma das muitas escolhas da vida” (VAZQUEZ, 2016, p. 359). É importante lembrar que as mulheres que nasceram nas décadas de 1920 e 1930 tinham poucas opções para evitar ter filhos, como celibato para mulheres solteiras e coito interrompido ou abortos para as casadas; as nascidas entre 1940 e 1950 presenciaram a revolução sexual; e as nascidas nas décadas de 1960 e 1970 já conviveram com discursos sobre reprodução assistida, disponibilidade comercial da pílula anticoncepcional e “barriga fraterna ou solidária” (VAZQUEZ, 2016, p. 341). Como essas mudanças de discursos e práticas são produtoras também de mudanças subjetivas, abrem-se maiores possibilidades de compreensão acerca do fenômeno da não maternidade por escolha, quando pensadas em articulação ao contexto histórico e social em que os sujeitos estão localizados.

○ ponto destacado pela participante 2, sobre suas amigas serem feministas e, portanto, respeitarem a sua escolha, torna relevante realizar uma breve contextualização com relação ao movimento feminista, apontando um pouco do seu histórico e das suas relevantes contribuições. Ressalta-se que o movimento feminista possui variadas vertentes e correntes de pensamento, nesse caso, ele não é um só, mas faz parte de uma totalidade de expressões. Dito isso, a primeira onda do movimento feminista, conforme Marques e Xavier (2018), consistiu na busca por direitos políticos, educação e mudanças na legislação sobre o casamento a partir da perspectiva das mulheres burguesas; a vivência com lutas operárias e a aproximação com os estudos marxistas das mulheres trabalhadoras; e o movimento sufragista, de direito ao voto, que alcançava tanto as mulheres burguesas como as operárias.

A segunda onda do movimento feminista, por sua vez, carregava o lema “o político é pessoal”, abordando “questões da violência social e doméstica que as mulheres sofriam, afirmando que essa questão deveria ser tratada pela esfera pública em busca de soluções” (MARQUES; XAVIER, 2018, p.

4). Além disso, de acordo com as autoras, a segunda onda também inicia discussões sobre papéis de gênero, opressão da mulher, sexualidade e dominação. Nesse sentido, é nessa segunda onda que começam discussões sobre a liberdade sexual da mulher, o aborto e a discussão sobre o direito pela decisão de ter ou não filhos, incluindo a abordagem sobre o desejo de ser ou não ser mãe.

A terceira onda, ainda segundo Marques e Xavier (2018), constituiu-se de questionamentos dentro do próprio movimento com relação ao fato de os estudos feministas abordarem somente experiências que representavam mulheres de classe média e brancas. Portanto, a terceira onda vem ampliar as discussões e agregar novas correntes, que passam a considerar raça, classe e localidade. Nessa onda, como exposto pelas autoras, desenvolvem-se perspectivas na linha do movimento negro, buscando representar a pluralidade feminina, como também o movimento feminista lésbico, interseccional, transfeminismo, entre outras vertentes. Essa contextualização acerca das ondas feministas e da constituição das pautas do movimento, considerando uma variabilidade de expressões, aparece como necessária de ser ressaltada diante da experiência relatada pela participante 2 e pela escolha de todas as participantes que fizeram parte da pesquisa, visto que são atravessadas pelas vivências do ser mulher e do optar pela não maternidade nesse contexto.

Por fim, surgiram algumas elaborações sobre o exercício da maternidade, que transgridem de alguma forma aquilo que é preconizado socialmente. Surgiram falas como: *“Se eu optar por não ter, né? Eu não sou obrigada a ter filho pra ser feliz. Eu não preciso ter filho pra cuidar de mim quando eu ficar velha”*, da primeira participante; *“Eu fui vendo que ter filhos não é um sinal de ser bem-sucedida na vida, etc. e tal, tem outras coisas consideradas como ser bem-sucedida na carreira, ser estável emocionalmente, coisas assim”*, da segunda participante; *“Eu sou muito mais mesmo de fazer minha carreira, ter dinheiro e quando eu ficar velha e se eu precisar de um cuidador pagar um bom enfermeiro ou uma boa casa de repouso e eu fico bem mais tranquila”*, da terceira participante; *“Se tu não quiser ter filho não tem nada demais, não tem problema, a gente não precisa, assim, de um ser humano saindo da gente ou adotado pra gente se sentir completa ou bem ou realmente mulher”*, da quarta participante; *“Então fazer uma intervenção no próprio corpo reafirmando esse desejo de não ser mãe, foi algo muito satisfatório pra mim. Tipo foi algo, é o meu corpo”*, da quinta participante; e *“Mas gente, eu não sou obrigada a ter um filho porque quem vai ter sou eu, então eu não quero um filho. Eu não vou ter um filho para agradar os outros”*, da sexta participante.

Com relação a essas colocações, é preciso reconhecer que, como apontam Barbosa e Rocha-Coutinho (2012), apesar da evidenciada pressão para o exercício da maternidade e o seguimento de um padrão feminino

tradicional, a escolha pela maternidade está começando a ser relativizada para muitas mulheres e homens atuais, destacando novas maneiras de lidar com essa pressão para serem mães e com os sentimentos decorrentes dessa vivência. A partir disso, surgem novas elaborações possíveis para questionar aquilo que é “esperado” ou “certo” acerca do ser mulher, bem como as formas de se colocar diante desse não desejo de ser mãe, evidenciadas nas falas das entrevistadas por meio de um discurso que poderia ser considerado como contra-hegemônico.

3 Considerações finais

Com esta pesquisa, entende-se que foi possível, de alguma maneira, efetuar uma compreensão sobre as experiências de não maternidade de mulheres que escolhem não ter filhos. Considerando, no entanto, que esse é um fenômeno amplo e multideterminado, mais estudos são bem-vindos sobre o tema, buscando ampliar a capacidade de abranger os aspectos relacionados a esse lugar social. No que concerne aos objetivos específicos da pesquisa, acredita-se que foi possível conhecer alguns elementos da realidade e do contexto social dessas mulheres, e investigar perspectivas de como lidam com essa opção, relacionadas a alguns pontos, como trabalho, família e relacionamento amoroso.

Um dos aspectos da investigação da opção por não ter filhos articulada a outras vivências que poderia ter sido melhor abordado foi o da vida social/afetiva relacionada às amizades. Em virtude de estarmos vivenciando, no momento da pesquisa, o distanciamento e isolamento social em função da pandemia de Covid-19, essa área da vida estava visivelmente afetada no contexto das participantes da pesquisa, sendo esse um ponto que ficou, de certo modo, deslocado da experiência em tempos em que não houvesse a condição de isolamento social. Com relação aos impactos familiares, psicológicos e sociais, acredita-se que foi possível conhecer alguns deles e relacioná-los com as teorias presentes em outros artigos científicos e referências publicadas sobre o tema da não maternidade.

Pensando sobre algumas limitações da pesquisa, novamente devido a ela ter sido realizada durante a pandemia do novo coronavírus e as entrevistas terem se dado por meio da virtualidade, por videochamada, a percepção de alguns aspectos como a tonalidade da voz, a comunicação não verbal e corporal foram dificultadas. Visto que a pesquisa foi efetuada por meio dessas plataformas virtuais, houve também um recorte de classe relativo ao acesso à internet e aos dispositivos eletrônicos para realizar a entrevista, interferindo, dessa forma, na amostra das participantes da pesquisa, assim como na idade

das participantes com as quais a pesquisadora poderia ter contato por esses meios, em virtude da facilidade e intimidade com o acesso virtual. Destaca-se, entretanto, que o processo de escuta se deu de forma rica por meio da troca de palavras e dos momentos em que foi possível conectar-se com as participantes.

A partir das análises realizadas, percebe-se que alguns pontos relatados pelas participantes reforçam quanto a escolha pela não maternidade ainda marca uma diferenciação acerca daquilo que é esperado para os referenciais tradicionais pensados para homens e mulheres em nossa sociedade, porém seus discursos também demonstram aberturas a novas possibilidades de vir a ser mulher para além da maternidade. As elaborações feitas pelas participantes diante do lugar social de escolha pela não maternidade demonstraram algumas transgressões relativas ao discurso hegemônico, descortinando prazeres, possibilidades, certezas e satisfações provenientes desse lugar.

Uma direção interessante trazida por uma das participantes foi o aspecto da orientação sexual como algo essencial de ser destacado sobre a sua vivência de não maternidade. A participante relatou a sua bissexualidade como um fator importante para pensar a cobrança social a respeito dessa escolha. Surgiram comentários sobre as diferenças que ela percebe no tratamento com mulheres heterossexuais, bissexuais e lésbicas, sendo que, com as mulheres heterossexuais, a cobrança seria maior; com as mulheres bissexuais, a cobrança dependeria do sexo da pessoa com quem elas estariam se relacionando; e, com as mulheres lésbicas, ela praticamente não via uma cobrança com relação a exercer a maternidade. Esse recorte, portanto, torna-se uma possibilidade mais específica de estudo a ser feito em próximas pesquisas científicas sobre o assunto.

Ressalta-se, por fim, que esta pesquisa não poderia materializar-se sem a existência do feminismo, o qual, como movimento, se organiza e reorganiza a todo momento desenvolvendo a teoria e a prática para uma efetivação da equidade de gênero e direitos para todas e todos. Sem esse movimento de luta libertária das mulheres, não haveria a possibilidade de diálogo diante da escolha pela não maternidade, com sentimentos, vivências e implicações atreladas a essa escolha de forma aberta e, inclusive, realizada por meio da ciência.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 163-185, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 abr. 2020.

BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Ser mulher hoje: a visão de mulheres que não desejam ter filhos. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 577-587, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 mar. 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a. v. 1.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b. v. 2.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 51-66.

FIDELIS, Daiana Quadros; MOSMANN, Clarisse Pereira. A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos. **Aletheia**, Canoas, n. 42, p. 122-135, dez. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942013000300011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 67-80.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Estudos e pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Fecundidade no Brasil (1940 a 2010)**. IBGE educa, 2020. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/professores/educa-atividades/17658-fecundidade-no-brasil-1940-a-2010.html>. Acesso em: 27 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taxas de fecundidade total**. IBGE, Projeção para a população do Brasil, 2013. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total.html>. Acesso em: 27 mar. 2020.

JOHANSON, Izilda. Moral da ambiguidade, liberdade e libertação: filosofia e feminismo em Simone de Beauvoir. **Ethic@**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 239-257, 31 dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2018v17n2p239>. Acesso em: 1º nov. 2020.

LEAL, Daniele; ZANELLO, Valeska. O não desejo de maternidade: um fenômeno crescente, mas ainda pouco pesquisado no Brasil. In: OLIVEIRA, Susane; SILVA, Edlene; ZANELLO, Valeska. **Gênero, subjetivação e perspectivas feministas**. Brasília, DF: Technopolitik, 2019. p. 210-243.

MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida; PENNA, Claudia Maria de Mattos. Reprodução feminina e saúde sob os olhares de mulheres sem filhos. **REME – Rev Min Enferm**, v. 20, p. 1-7, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-835279>. Acesso em: 21 mar. 2020.

MANSUR, Luci Helena Baraldo. Experiências de mulheres sem filhos: a mulher singular no plural. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, DF, v. 23, n. 4, p. 2-11, dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000400002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2020.

MARQUES, Melanie Cavalcante; XAVIER, Kella Rivetria Lucena. A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil. In: SEMINÁRIO CÉTROS, 6., 2018, Itaperi. **Anais []**. Itaperi, 2018. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51237-16072018-192558.pdf. Acesso em: 9 dez. 2020.

MEYER, Dagmar Estermann. Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos. **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 33-58, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/2817/1432>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAUJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 44-55, mar. 2004. Disponível em: <http://www.scielo>

br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 out. 2020.

PATIAS, Naiana Dapieve; BUAES, Caroline Stumpf. “Tem que ser uma escolha da mulher”! representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 300-306, ago. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 mar. 2020.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface**, Botucatu, v. 5, n. 8, p. 47-59, fev. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832001000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 abr. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SMEHA, Luciane Najar; CALVANO, Lize. O que completa uma mulher? Um estudo sobre a relação entre não-maternidade e vida profissional. **Psicol. argum.**, Curitiba, v. 27, n. 58, p. 207-217, jul./set. 2009. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-540800>. Acesso em: 21 mar. 2020.

TRINDADE, Zeidi; COUTINHO, Sabrine; CORTEZ, Mirian. Ainda é proibido não ser mãe? A não maternidade tratada nas publicações científicas da Psicologia. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Aborto e (não) desejo de maternidade(s):** questões para a Psicologia. Brasília, DF: CFP, 2016. p. 143-165.

VAZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. Memórias de uma ausência: mulheres sem filhos e suas narrativas sobre maternidade no Paraná do século XX. **Revista de História Regional**, v. 21, n. 2, p. 338-363, 2016. Disponível em: <https://revistas.apps.uepg.br/index.php/rhr/article/view/9163>. Acesso em: 26 mar. 2020.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos:** cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

Recebido em julho de 2021

Aprovado em janeiro de 2022

CATAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM ESTUDO SOBRE MULHERES CATADORAS

Ana Maria Paim Camardelo.¹

Alais Benedetti²

Kátia Cardoso Nostrane³

Resumo: Este artigo objetiva investigar as percepções das mulheres sobre sua inserção no trabalho da catação de resíduos sólidos nas associações de reciclagem de Caxias do Sul/RS. Para tanto, como metodologia, elaborou-se a análise de conteúdo de sete entrevistas semiestruturadas realizadas com catadoras. Constatou-se que as mulheres catadoras sofrem pela ausência de direitos trabalhistas e pela dupla jornada de trabalho. Em interface com a precarização do trabalho vivenciada, notou-se que elas são protagonistas das suas histórias e da construção de organizações políticas da profissão. Ainda, observou-se a emergência da maternidade como uma questão que se atravessa ao trabalho dessas mulheres catadoras.

Palavras-chave: Catação de resíduos sólidos; Mulheres catadoras; Relações de gênero.

Abstract: This article aims to investigate the perceptions of women about their insertion in the work of collecting solid waste in recycling associations in Caxias do Sul/RS. For that, as a methodology, the content analysis of seven semi-structured interviews carried out with waste pickers was elaborated. It was verified that women waste pickers suffer from the absence of labor rights and the double work shift. In interface with the precariousness of work experienced, it is noted that they are protagonists of their history and the construction of political organizations in the profession. Still, the emergence of maternity can be observed as an issue that crosses the work of waste pickers.

Keywords: Solid waste collection; Women pickers; Gender relations.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Serviço Social/PUCRS. Professora na Universidade de Caxias do Sul. E-mail: ampcomar@ucs.br.

2 Mestranda em Psicologia Social e Institucional UFRGS. E-mail: alaisbndtti@gmail.com.

3 Psicóloga residente do Programa de Saúde Mental Coletiva pela Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul. E-mail: nostranek@gmail.com.

Introdução

O trabalho das catadoras e dos catadores de resíduos sólidos surgiu, no cenário mundial, na segunda metade do século XX, em um panorama de crescimento econômico acelerado, baixo índice de desemprego e aumento dos padrões de consumo, principalmente nos países desenvolvidos. Foi, também, nesse período que surgiram os primeiros indícios da utilização excedente dos recursos naturais, em que se constatou que o padrão de consumo gerado pelo capital é superior à disponibilidade de recursos do planeta Terra (DEMAJOROVIC; LIMA, 2014). Nesse sentido, observa-se que a questão ambiental é atravessada por questões políticas, econômicas e sociais, nas quais o acesso aos bens de consumo é fornecido de forma desigual entre os países e as classes sociais. Enquanto os países desenvolvidos são marcados majoritariamente – dada sua constituição histórica – pelo excesso econômico, que gera elevados padrões de consumo, os países em desenvolvimento são marcados pelo baixo produto interno bruto (PIB) e elevado crescimento demográfico (NASCIMENTO, 2012).

Assim, há um paradoxo caracterizado por um cenário de aumento dos padrões de consumo e geração de resíduos sólidos, por um lado, e de um baixo PIB e elevado crescimento demográfico, por outro. É nesse contexto que sujeitos passaram a encontrar, nos aterros sanitários, subsídios que pudessem, minimamente, garantir a sua própria sobrevivência. Dessa forma, o surgimento do trabalho da catação de materiais recicláveis pode ser compreendido como resultado da exclusão de sujeitos do mercado formal e da necessidade de sobrevivência. Isso os submete a um trabalho precário, marcado pela insalubridade e pela ausência de direitos trabalhistas (ARRUDA, 2015).

No Brasil, devido ao não reconhecimento e às condições precárias de trabalho das catadoras e dos catadores, surgiu o Movimento Nacional dos Catadores de Resíduos Sólidos (MNCR) como uma organização de luta por direitos (SILVA, 2006). Esse movimento implica, principalmente, na luta pelos direitos trabalhistas, destacando-se no envolvimento das conquistas da categoria. Estas são encontradas na presença da catação na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que, embora não assegure condições de trabalho dignas, é um importante marco de instauração de uma identidade e de reconhecimento da catação como um trabalho (SILVA, 2006); e na criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que incluiu, pela primeira vez, as catadoras e os catadores no Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, apresentando diretrizes de inclusão e, conseqüentemente, de melhores condições (GONÇALVES-DIAS *et al.*, 2010). Porém, apesar

dessas conquistas, identifica-se que o trabalho na catação continua marginalizado, precarizado, com baixa remuneração e falta de reconhecimento social, em razão das marcas históricas de sua constituição no País (BRAGA; LIMA; MACIEL, 2016).

No que tange ao perfil dos catadores e das catadoras, o trabalho da catação, segundo o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é desenvolvido, majoritariamente, por homens, correspondendo a 68,9%, enquanto as mulheres representam 31,1% (apud SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013). No entanto, nota-se que há dificuldade no reconhecimento das mulheres que desenvolvem a catação no modelo familiar, em suas próprias residências. Ao se dedicarem também às tarefas domésticas, compreendidas como a atividade principal, elas são identificadas como “donas de casa”, considerando-se a catação apenas uma atividade complementar (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013). Já em pesquisas realizadas sobre a caracterização de associações de catadoras e catadores, percebe-se que estas são constituídas, em sua maioria, por mulheres (ARANTES; BORGES, 2013; CAMARDELO; STEDILE; OLIVEIRA, 2016; NASCIMENTO; CABRAL, 2019; PAIVA, 2016; UFRGS, 2009). Estima-se, ainda, que as catadoras compõem 70% do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR, 2014).

Segundo Silva e Menegat (2015), as mulheres catadoras das associações de reciclagem consideram que sua participação na produção social passou a ocorrer após integrarem o trabalho nas associações. Embora seja possível considerar que a inserção da mulher no trabalho da sociedade moderna é um meio de emancipação civilizatória, deve-se atentar que, ao desenvolverem os trabalhos domésticos, as mulheres sempre contribuíram para a manutenção e geração de riqueza (FEDERICI, 2017; SAFFIOTI, 2013). Cabe ressaltar que a entrada no mercado de trabalho também instaura a dupla jornada de trabalho, pois as mulheres não deixaram de ser consideradas as responsáveis pelas atividades domésticas, envolvendo os cuidados do lar e dos filhos (BRUSCHINI, 2006).

Assim, neste artigo, a questão de gênero é adotada como viés de análise em decorrência da constituição social e histórica dos gêneros, que envolvem as relações de poder traduzidas nas relações sociais (MOURA; SOPKO, 2018; SCOTT, 1995). Dessa forma, as relações de gênero impactam a dinâmica do trabalho da catação de resíduos sólidos, conforme apontado em pesquisas realizadas nesse âmbito (COELHO *et al.*, 2018c; NASCIMENTO; CABRAL, 2019; PAIVA, 2016; RIBEIRO; NARDI; MACHADO, 2012). Em um estudo desenvolvido por Camardelo, Benedetti e Nostrane (2020),

que apresenta um panorama das pesquisas realizadas na última década acerca das mulheres catadoras, constatou-se que as mulheres possuem vulnerabilidades que as distinguem dos homens ao realizar o trabalho da catação. Há, também, como resultado, a necessidade da abrangência de novas pesquisas que envolvam as mulheres catadoras como temática central, para ser possível ampliar a discussão das dinâmicas que envolvem a interface entre gênero e catação de resíduos sólidos.

A partir das concepções levantadas, objetiva-se investigar as percepções das mulheres sobre sua inserção no trabalho da catação de resíduos sólidos nas associações de reciclagem de Caxias do Sul/RS. Este estudo é parte das pesquisas realizadas pelo grupo de pesquisa do CNPq “Cultura Política, Políticas Públicas e Sociais”, no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais (NEPPPS) da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Há, como foco, a história dos catadores de resíduos sólidos da cidade de Caxias do Sul na construção da profissão, materializado no projeto de pesquisa “Catadores de resíduos: de ‘papeleiros’ a agentes ambientais”, financiado pelo CNPq, no período de 2017-2020.

1 Metodologia

Esta pesquisa tem, como base, uma abordagem qualitativa, cuja metodologia utilizada é teórico-empírica. O estudo qualitativo, no campo da pesquisa social, permite a compreensão daquilo que não se pode quantificar. Minayo (1994) explica que essa abordagem trabalha com os aspectos mais profundos das relações, dos fenômenos e dos processos que envolvem os sujeitos.

Na cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, há 13 associações que recebem materiais recicláveis da coleta seletiva realizada pelo Município. Os dados coletados são provenientes de entrevistas realizadas com catadoras e catadores de nove associações de reciclagem da cidade. Utilizou-se, como instrumento, um roteiro de entrevista semiestruturada, que foi áudio-gravada e transcrita na íntegra. A seleção dos participantes deu-se por uma amostragem denominada Bola de Neve, que acontece por meio da indicação dos entrevistados que sugerem novos participantes. De modo não probabilístico, essa amostragem permite estudar comunidades de difícil acesso e satura-se com a repetição do conteúdo ou das pessoas indicadas (VINUTO, 2014). Este artigo contempla um recorte, cuja análise centra-se em entrevistas realizadas com sete catadoras de resíduos sólidos de diferentes associações da cidade.

Os textos estabelecidos a partir das entrevistas foram analisados por meio da Análise do Conteúdo, que consiste em cinco etapas propostas por Moraes (1999): preparação da informação; transformação do conteúdo em unidades; classificação das unidades em categorias; descrição; e interpretação. Para compor o *corpus* do trabalho, optou-se pelas entrevistas realizadas somente com as catadoras de resíduos sólidos, uma vez que a Unidade de Análise centrou-se na relação entre trabalho da catação e gênero. Também, pois, entende-se que o lugar da catadora, enquanto sujeito-mulher, deve ser analisada por meio de sua própria narrativa, garantindo, assim, seu lugar de fala.

As categorias elencadas *a posteriori* foram classificadas a partir das principais questões emergentes relacionadas a gênero e trabalho: *Precariedade do trabalho*; *Liderança e protagonismo*; *Representação de ser catadora*. O aporte teórico escolhido para embasar as análises das categorias apresentam-se em consonância com os dados empíricos. Assim, de modo a corroborar com o estudo teórico-empírico, as categorias foram analisadas a partir de estudos recentes sobre mulheres no trabalho da catação de resíduos sólidos e, também, referentes às relações de gênero na ocupação.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade de Caxias do Sul, sendo os dados coletados a partir da autorização expressa dos sujeitos entrevistados, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esse termo garante o sigilo das informações e a preservação da identidade dos participantes da pesquisa, por conta disso, foram utilizadas siglas para referir-se às catadoras de resíduos sólidos, bem como às associações nas quais desenvolvem seu trabalho.

2 Resultados e discussão

Na categoria *Precariedade do trabalho*, os relatos das mulheres catadoras apontam para condições precárias de trabalho no que concerne, principalmente, aos riscos à saúde pela falta de equipamentos de proteção individuais (EPIs) e a estruturas inadequadas. Nas falas a seguir, é possível perceber os elementos que demonstram a precariedade do trabalho para as catadoras:

Bom, tudo é perigoso nesse serviço né, caco de vidro... Uma vez eu fui juntar um lixo ali, que os cachorros espalharam tudo, e eu enfiei uma agulha na minha mão. Guria de Deus, a minha mão ficou desse tamanho parecia que ia explodir. (Catadora G)

[...] me chamaram, daí eu fui atender e disseram que era do Ministério do Trabalho: “há uma denúncia que tu tem de menores que trabalham contigo, que as condições de trabalho são péssimas e que o trabalho é escravo” [...] Eu não quero que tu só fotografe o pessoal com uma luva de uma, uma luva de outra, com um tênis no pé, um sapatão no outro. Não quero que tu fotografe só isso. Quero que tu fotografe o resíduo que a gente recebe do município de Caxias, da linda Caxias, maravilhosa Caxias: a cidade limpa [...] na oportunidade tínhamos um cachorro morto, tiraram o cachorro morto, então eu disse pra ele: quem denunciou, fez uma denúncia muito bem colocada. O trabalho é escravo realmente e as condições de trabalho são péssimas. (Catadora J)

[...] tamo tentando melhorar daqui, dali, com convênios, com coisas que, que nos estruture porque a nossa estrutura ainda é muito precária. (Catadora E)

Uma das catadoras, cuja idade é 60 anos, denunciou, por meio de seu depoimento, os impactos do trabalho em sua saúde ao longo do tempo:

[...] hoje em dia, se eu estou arrebetada é de trabalhar. Para mim, não tinha peso nenhum, qualquer coisa. Quando precisava carregar nos lugares pesados eles diziam “leva G, leva fulana”, que a gente tinha força, a gente não tinha medo de trabalhar, né. Aí eu fui me arrebetando, vai saber se não vou ter que fazer uma cirurgia nesse ombro e daí? (Catadora G)

A literatura recente sobre as mulheres na catação (COELHO *et al.*, 2016d; COELHO *et al.*, 2018a) mostra que a organização estrutural afeta as condições de trabalho, uma vez que o espaço físico com estrutura insalubre e a falta de EPIs favorecem acidentes, como é notório nos relatos supracitados. De acordo com Coelho *et al.* (2018b), o desgaste físico também é resultado da sobrecarga do trabalho na reciclagem, o que potencializa o adoecimento dessas mulheres. Ainda, Coelho *et al.* (2016c) relacionam o adoecimento físico das catadoras às atividades executadas no cotidiano da catação. Assim, nota-se, como primeiro fator que precariza o trabalho das mulheres, o adoecimento proveniente das tarefas e da falta de estrutura física adequada para a execução da ocupação.

Além dessas questões relacionadas ao trabalho propriamente dito, há outro fator que deve ser considerado para a análise do trabalho feminino na catação: a dupla jornada. Coelho *et al.* (2018c) apontam que as relações de gênero favorecem a precariedade, visto que as tarefas femininas estendem-se para além do trabalho, sendo exigidas no ambiente privado. Logo, como os serviços domésticos e o cuidado com os filhos são atividades majoritariamente

ligadas às mulheres, isso as sobrecarregam. Compreende-se que esses fatores são determinantes nas relações de gênero estabelecidas na catação, pois, diferentemente do que se espera dos homens no imaginário social, às mulheres são atribuídas tarefas que, somadas às dificuldades do trabalho da reciclagem, aumentam a precarização das suas atividades laborais.

A catação de resíduos sólidos é marcada, também, pela ausência de direitos. Os trabalhadores e as trabalhadoras vivem em uma situação de informalidade, sem direitos sociais e trabalhistas, e são negligenciados em casos de doenças ou acidentes, demarcando a precarização do trabalho (NASCIMENTO; CABRAL, 2019), a qual é intensificada para as mulheres catadoras, principalmente em relação à gestação e à maternidade. Nas entrevistas realizadas, percebe-se que essas questões aparecem como um fator que atravessa a dinâmica do trabalho. Uma vez que estão desprovidas dos direitos trabalhistas, durante a gestação, ficam expostas e sem a proteção necessária. Isto pode ser observado no depoimento a seguir:

Aí trabalhei minha gravidez toda, catando e recebendo [material reciclável] à noite e, na madrugada, o excedente da Codeca⁴. Então, eu ia uma hora da manhã e ficava até as quatro da madrugada esperando material. Grávida, com a bebê pequena, foi até eu conseguir uma chance de receber o lixo seletivo do dia [...] fiquei oito meses catando, aguentei a gravidez toda. (Catadora J)

A relação do trabalho com a maternidade revela, portanto, aspectos culturais de gênero impostas às mulheres pela sociedade. Um estudo realizado por Ribeiro, Nardi e Machado (2012) demonstra que as mulheres catadoras sofrem não só pela precariedade das condições de trabalho em si, mas também pelas demais atribuições que lhes são feitas como mulher/mãe/catadora. Além de não possuírem direitos como a licença-maternidade, que garante à mulher trabalhadora um benefício previdenciário no período da maternidade, também estão desprovidas de assistência básica que as auxilie no cuidado com a criança. Nardi (2006) explica que, em trabalhos informais, como é o caso da catação de materiais recicláveis, o Estado é ausente na vida das mulheres, pela inexistência – ou pelo difícil acesso a – creches para o cuidado das crianças.

Rosa (2014) discute que as catadoras, ao não possuírem acesso aos direitos sociais básicos – como creche, educação e saúde – vivenciam ainda mais a opressão e a exploração. Embora alguns autores atribuam à maternidade a dificuldade de inserção feminina no trabalho (COELHO et

⁴ Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul (Codeca), entre outras atribuições, é responsável pela coleta e destinação dos resíduos sólidos do município.

al., 2016a; MOURA; SOPKO, 2018), o que se percebe, na realidade dessas mulheres, é que, por não possuírem escolhas, devido à desproteção social que sofrem, elas tornam o ambiente de trabalho um espaço de criação dos filhos. Assim, as relações de gênero também transparecem na fala das mulheres catadoras no tocante aos cuidados dos filhos nos galpões das associações:

[...] Se criaram aqui na reciclagem, a gente colocava eles na caixa de fruta e eles ficavam. (Catadora A).

[...] viu a moça que trouxe o café? Minha filha! Se criou dentro de reciclagem, ela faz o almoço, faz o café. (Catadora E).

Em última análise, a correlação entre a precariedade do trabalho e a maternidade permite tecer reflexões acerca da subalternidade que mulheres catadoras vivem na sociedade. Como bem apontam Moura e Sopko (2018), a mulher em qualquer situação no sistema capitalista sofre desigualdade, mas a mulher em situação de pobreza e vulnerabilidade – como as catadoras – sofre com mais reflexos, pois necessitam aceitar trabalhos precários que se somam à dupla jornada de trabalho.

Na categoria *Liderança e protagonismo*, é possível perceber que as catadoras assumem posições de liderança e protagonismo nas associações. Estas destacam-se por meio de ações que demonstram a consciência das mulheres em relação às dificuldades relacionadas à catação, como as condições precárias dos postos de trabalho, o não reconhecimento da sociedade e a escassez de resíduos sólidos em determinados períodos do ano. Frente a essas dificuldades, percebe-se que as mulheres catadoras buscam organizar ações coletivas de enfrentamento às adversidades, reivindicando o direito de trabalhar, como pode ser visto no trecho a seguir:

Nós já passamos por uma crise de não ter material uma vez, onde chegou aqui o caminhão, e a gente não estava mais trabalhando, fazia uns 15 dias que vinha só uns pingadinhos [...] a gente rendeu um motorista da Codeca aqui com o caminhão, entramos para dentro e obrigamos ele a levar nós. [...]. Nós estávamos dentro do caminhão. Daí quando ele chegou lá para guardar o caminhão, nós descemos, daí nós invadimos a sala do presidente, e a gente queria saber o que tinha acontecido com o material que não chegava mais até nós. Mas, enfim, foi só aquilo que aconteceu. A gente fez isso e foi resolvido. (Catadora F).

Percebe-se que a postura de liderança das mulheres catadoras repercute na organização interna dos trabalhadores das associações. Em pesquisa realizada, Souza e Fonseca (2015) constatam que as mulheres são as responsáveis pela

coordenação dos(as) trabalhadores(as) e pela comercialização dos resíduos sólidos. Pinto *et al.* (2011) referem que o protagonismo das catadoras está relacionado ao perfil que caracteriza os trabalhos informais. Estes, segundo os autores, são preenchidos, em sua maioria, por mulheres consideradas chefes de família, das quais exige-se uma postura de liderança no núcleo familiar, devido à manutenção financeira do lar. Nesse sentido, a entrada das mulheres no trabalho da catação é decorrente da exclusão do mercado formal e da necessidade de manter a subsistência de si e da própria família, cobrando-lhes posturas de protagonismo (COELHO *et al.*, 2016a; NASCIMENTO; CABRAL, 2019; SILVA; MENEGAT, 2015).

Considerando que as mulheres são a maioria nas associações de catadores e, também, levando em conta as posturas de liderança frente à necessidade financeira dos seus núcleos familiares, constata-se, por meio das entrevistas, que as catadoras são pioneiras nos postos e ocupam os cargos de presidência nas associações. Na posição de presidentes, demonstram conhecer a dinâmica de funcionamento dos associados e associadas, compreendendo as necessidades relacionadas ao trabalho e às dificuldades financeiras que perpassam esses(as) trabalhadores(as), como pode ser observado nos seguintes trechos:

Eu não aceito a partilha dar R\$ 500,00. Isso é inaceitável. Como tu vai criar... com R\$ 1.000,00 meu e R\$ 1.000,00 do [marido] três filhos. E eu não pago aluguel, então a gente, assim, batalha, mas tem muita gente aí dentro que paga aluguel. Tem muita gente que tem que comer. (Catadora J)

Teve um mês que eu fiz pagamento aqui, tu acredita, sabe quanto? Eu não vou te mentir, 400 reais. Sabe o que o pessoal disse para mim? “I, tu é louca”. [...] “E meu aluguel, e isso e aquilo?”. E daí tu pensa: o que é que eu vou fazer? Daí eu ia para casa chorando, chorando: “meu Deus do céu, aonde que eu vou buscar material?”. Eu pensei em fazer uma janta beneficente para arrecadar fundos. Pensei em fazer um brechó de novo, que na época eu fazia brechó aqui na associação, para arrecadar fundos. Tudo para investir aqui, no pessoal que tava aqui, para não desanimar eles. (Catadora I)

Ressalta-se que ao desempenharem a função de presidentes das associações, o que lhes exige dedicação a questões burocráticas, as mulheres catadoras também continuam a realizar o trabalho relacionado ao manejo dos resíduos sólidos com o restante dos trabalhadores. Do mesmo modo, não recebem salário superior, sendo o saldo da associação partilhado no final do mês de forma igualitária. Com isso, percebe-se que, ao assumirem a posição de presidentes, não objetivam estabelecer uma relação de

poder hierárquico sobre o próprio grupo de trabalhadores(as), e sim de coordenação, reconhecendo, ainda, que existem colegas de trabalho capazes de desempenhar a sua função. Esse aspecto pode ser observado nos seguintes relatos:

E tem líderes aqui escondidos, embaixo do seu boné, embaixo do seu guarda-pó, mas é aquele líder tímido, que nem eu era, sabe? Com medo de falar alguma besteira, às vezes, ao conversar: “Ah, eu vou falar alguma besteira, não vou falar nada, se é para falar besteira, fico quieta”. (Catadora I).

[...] elas ainda me consideram [líder] mas eu já estou pendurando as chuteiras. Amanhã, depois daqui dois anos, eu faço 60 anos e aí chega! [...] E para resolver problema e coisa é tudo comigo. Quando precisam de alguma coisa, eles me ligam da Codeca, eles me ligam para ver o negócio do lixo, de firma, tudo, mas devagarinho eu vou passando bastante, vou ensinando.” (Catadora G).

Nos relatos das catadoras I e G, observa-se o que afirmam Silva e Menegat (2015): a construção de figuras de liderança perpassa o próprio descobrimento de potencialidades desconhecidas pelas catadoras, que não tiveram oportunidades de desenvolverem-se em espaços públicos. O desenvolvimento dessas potencialidades, que está associado à saída da mulher da esfera privada, relaciona-se à satisfação com o trabalho que as catadoras realizam nas associações, caracterizando o conteúdo simbólico das suas atividades laborais (COELHO *et al.*, 2016a; COELHO *et al.*, 2016b; COELHO *et al.*, 2017). Segundo Paiva (2016), a participação das mulheres catadoras em espaços que envolvem tomadas de decisões favorece a construção da autonomia dessas trabalhadoras.

Identifica-se, ainda, que os espaços de tomada de decisão ocupados pelas mulheres catadoras não se restringem somente aos processos internos que envolvem as associações. As mulheres são protagonistas na constituição de organizações sociais e políticas de luta por melhores condições de trabalho. De acordo com Paiva (2016), os movimentos sociais constituem um espaço de formação política para essas trabalhadoras ao que se refere, por exemplo, às condições de trabalho da catação e à divisão histórica de gênero. Dessa forma, o desenvolvimento de potencialidades individuais está atrelado à luta

pelos direitos dos catadores e das catadoras, como pode ser observado nos depoimentos a seguir:

O pessoal gosta muito que eu converse, dê palestra na Associação. Eu sou bem simples, mas isso tudo foi através do movimento, que eu aprendi nas reuniões acompanhando. Hoje, eu sou o que eu sou devido à associação e ao movimento dos catadores. (Catadora I).

A gente criou o movimento, fez toda a papelada dele também [...] eu sou a presidente. Daí a Associação V é vice, daí a Associação Y tem o porta-voz [...]. Cada um ficou com uma função, para que todos nós fôssemos atrás e conseguíssemos, pelo menos, entrar como incubadora. Ter os mesmos direitos. (Catadora J).

Como fator de dificuldade na participação de organizações sociais e políticas, apresenta-se a questão da maternidade. Mesmo que os encontros do MNCR, conforme as próprias falas das catadoras, possuam espaços destinados ao cuidado das crianças, a maternidade ainda é um empecilho para a participação. Verifica-se que, na relação das mulheres catadoras com o movimento social da categoria, há a tradução de relações de gênero que centram na mulher a responsabilidade de criação dos filhos. Como é possível perceber no relato a seguir, a catadora deixa de participar politicamente de espaços da categoria, pelas atribuições sociais que envolvem a maternidade:

Hoje eu tô meia afastada [por este motivo] eu não consigo mais viajar. Não que a associação me impeça, entende [...] eu sou mãe hoje, né, e o meu filho, claro, tem 7 anos, sabe. (Catadora J).

Nota-se que, mesmo que as catadoras exerçam posições de protagonismo e liderança na constituição dos movimentos sociais e na organização interna das associações de reciclagem, elas ainda possuem dificuldade de reconhecerem-se como líderes. Isto é notório em diversos momentos das entrevistas em que, quando questionadas sobre sua posição de liderança, as catadoras apresentavam dificuldades de nomearem-se como líderes. Esse comportamento pode ser explicado pela atribuição de papéis sociais às mulheres, que, historicamente, colocaram-nas em posições coadjuvantes na sociedade. Diante dessa realidade social, conforme Silva e Menegat (2015), a participação das mulheres no trabalho e em cargos de liderança, com seus avanços e contradições, coloca a mulher catadora como centralidade de um acontecimento social e histórico.

Por fim, a categoria *Percepção de ser catadora* emergiu a partir dos depoimentos nos quais as mulheres revelaram aspectos sobre o que perpassa “ser catadora”. Ressalta-se que essa percepção é multifacetada, possuindo

características que se atravessam. Dentre os principais aspectos, destacam-se: a responsabilidade com os trabalhadores(as) e com a associação, o reconhecimento de que o exercício da reciclagem é um trabalho com perspectivas futuras e a atribuição de novos significados que ressignificam a ocupação.

Sobre a concepção das catadoras a respeito da responsabilidade com os membros da associação, é notória a interface entre os papéis tidos socialmente como femininos e a posição no trabalho da associação, principalmente ao que se refere à correlação entre ser catadora e ser mãe. Sobretudo, há aspectos ligados à concepção de cuidado e responsabilidade com o bem-estar dos associados, representando um ideal da função materna. Isso pode estar relacionado, conforme exalta Silva e Menegat (2015), ao fato de que, com a busca das mulheres por novos papéis sociais na esfera pública, foram atribuídas a elas posições e trabalhos que fossem consonantes com as atividades consideradas femininas na vida doméstica. Nesse sentido, estão incorporadas, na percepção de ser catadora, características de responsabilidade e cuidado com os associados(as). As catadoras colocam-se, em alguns momentos, em uma posição de maternidade, com as atribuições construídas no imaginário social do que caracteriza ser mãe. Esses aspectos são manifestados nas seguintes falas:

[...] criou muito esse cordão umbilical, de tu ser um pouco mãe, um pouco chefe, um pouco patrão, um pouco tu é só presidente [...] A associação, para mim, é igual a uma filha minha. (Catadora J)

Tu tem que tá aqui dentro mesmo, aprender as dificuldades que as pessoas passam. Eu tirava um dia por semana para escutar todos eles. Eles vinham e eles confiavam em mim, me contavam tudo que estava acontecendo em casa, o que eu podia fazer, como a gente podia se ajudar. (Catadora F)

Ainda, em uma das entrevistas, emergiu a percepção de que o trabalho desenvolvido é uma profissão que possui perspectivas de crescimento. Compreende-se que as catadoras possuem consciência do papel social que desempenham, visto que são trabalhadoras fundamentais na cadeia de reciclagem. Em pesquisa realizada por Coelho *et al.* (2016b), é possível perceber que o movimento de reconhecimento e de orgulho do trabalho desempenhado transpõe o preconceito e o estigma que, historicamente, cercam essa atividade laboral. Isto reflete na consciência sobre a importância do trabalho da catação de resíduos sólidos, pois, como referem Coelho *et al.* (2016b), para as mulheres, a reciclagem denota um sentido de preservação

do meio ambiente e sustentabilidade. Essa concepção pode ser observada no relato abaixo:

Como eu disse pra profe, reciclador é uma profissão do futuro, uma profissão que tem futuro (Catadora J)

Assim, constata-se que, mesmo diante de condições precárias e ausência de direitos trabalhistas, as catadoras estão em um movimento de autovalorização de seu trabalho. Percebem-no como fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Além disso, ressignificam a ocupação de modo que atribuem novos significados, os quais ultrapassam os ganhos financeiros. Em um primeiro momento, como apontam Silva e Menegat (2014), a reciclagem representa uma mudança na vida de mulheres, uma vez que as insere, embora de modo informal, no trabalho fora do lar. Segundo as autoras, criam oportunidades sociais e, também, melhores condições de vida para si e para sua família. Esse retorno à família e à sociedade proporciona vivências de prazer e satisfação.

Em uma pesquisa realizada por Scariot e Costa (2019), observou-se que as mulheres catadoras gostam da função que exercem na catação de resíduos sólidos, principalmente, pela liberdade que possuem em relação ao tempo e à organização do trabalho. Compreende-se que este seja um dos fatores que interferem na escolha das catadoras por essa atividade laboral. Embora a catação seja um trabalho realizado devido à exclusão do mercado formal, o que se verificou, nas entrevistas, é que algumas catadoras tiveram oportunidade de inserção em outras ocupações. No entanto, nem sempre foram oportunidades em que se sentissem bem ou conseguissem se adaptar às exigências, como relata a Catadora G:

Aí uma senhora lá do lado, que nós morava lá na Zona do Cemitério, me arrumou um serviço na casa de um doutor. O primeiro lugar que eu cheguei lá, ela me disse “então tá, tu faz isso, aquilo e aquele outro”, tá bom, não incluía esfregar pano em tanque e coisa como ela me mandou. Tá, terminei meu serviço, era hora do almoço, ela disse: “tu vai esfregando esses panos para mim aí na área de serviço”, tá bom, fui estragar. Todo mundo sentou e almoçou, e aí depois ela me chamou: “vem cá um pouquinho”. Eu já tinha terminado os pano, estava escorada: “mas tu não quer almoçar com nós?”. Eu disse: “não, muito obrigado”. Foram dizer por quê: “porque, na minha casa, se chegar pobre, rico, feio, bonito, todo mundo senta na mesa e come o que tiver, e eu não sou cachorro para comer resto. A senhora me dá o meu dinheiro que eu tô indo embora”. E nós não tinha feito plano de eu esfregar pano, ela só me mandou porque tava na hora do almoço, né? Então, aquilo me machucou tanto, que eu nunca mais [...] (Catadora G)

A partir do relato supracitado, verifica-se que cada uma tem uma história para lembrar sobre os motivos que as fizeram escolher essa profissão, que, por vezes, configura-se como uma estratégia para a diminuição do sofrimento frente à sua condição de vida. A seguir, os depoimentos evidenciam que algumas catadoras optam em trabalhar com a catação.

Ah, eu gosto! Eu adoro quando chego e vejo que tem bastante material bom para trabalhar. Eu me empolgo. [...] Eu gosto de trabalhar. Daí eu não tenho vontade de chegar numa firma, trabalhar na firma, com carteira assinada. Porque daí eu sei que vou ficar fechada lá dentro, e aqui eu já fico mais livre, e eu gosto demais de trabalhar em reciclagem. Se eu pudesse ficar, assim, direto, eu ficava. (Catadora H)

É bem difícil de trabalhar, mas é o que a gente gosta. (Catadora E)

Eu digo, prefiro estar juntando meu lixo na hora que eu quero. (Catadora G)

Coelho *et al.* (2016b) explicam que o significado do trabalho pode ser compreendido como a intersecção entre o conteúdo significativo em relação ao sujeito, que representa a significação relacionada à profissão e à posição social que esta possui; e, em relação ao objeto, que se refere aos conteúdos simbólicos e materiais construídos em torno da reciclagem. No caso das mulheres entrevistadas, os conteúdos simbólicos construídos por meio da catação são representados pelas aprendizagens que a ocupação proporcionou em suas vidas. Estas representam esse novo significado, que supera as dificuldades e a precarização. Nos relatos a seguir, é possível observar que a percepção sobre ser catadora está relacionada ao sentido atribuído ao trabalho:

Assim, eu nunca aprenderia dentro de uma metalúrgica o que eu aprendi dentro de uma reciclagem, nunca, em lugar nenhum. Sabe, trabalhar com as pessoas, eu aprendi mesmo. Não ganho maior que isso que eu ganhei aqui. Isso é uma coisa que vai ficar, assim, para sempre para os meus filhos para passar para os meus netos, e assim eu vou indo. (Catadora F).

[...] Pelo tempo que eu tô na associação, eu cresci muito, como eu falei no começo, cresci bastante, sabe. [...] Hoje, eu sou o que eu sou devido eu trabalhar aqui. Isso aqui me fez o que eu sou hoje, sabe, o conhecimento, o trabalho. Adoro meu serviço. (Catadora I).

Logo, compreende-se que “ser catadora” é atravessado por esses aspectos, pois as catadoras ressignificam o trabalho ao lhe atribuir novos sentidos. Coelho *et al.* (2016b) referem que essa ressignificação pode atuar como neutralizadores do sofrimento, porque as mulheres estabelecem estratégias que impedem que o trabalho seja doloroso a ponto de não darem conta das atividades. É nesse sentido que Coelho *et al.* (2016c) discorrem sobre as estratégias defensivas utilizadas pelas catadoras, cujo papel é “anestesiá-las” desse sofrimento, evitando sentimentos negativos em relação à ocupação. Dessa forma, entende-se que, mesmo que essas estratégias sejam entendidas como amenizadoras do sofrimento, os aspectos positivos elencados pelas catadoras entrevistadas podem servir como um impulso para a luta por melhores condições de trabalho. Isto denota que os novos sentidos atribuídos ao trabalho fortalecem algumas trabalhadoras, de modo que estas passam a acreditar no trabalho que realizam, afetando também a sua autovalorização enquanto mulher-catadora.

3 Considerações finais

Apartir do estudo desenvolvido acerca das mulheres catadoras de resíduos sólidos de associações de reciclagem da cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, observou-se o destaque de três principais aspectos: liderança e protagonismo, precariedade do trabalho e percepção de ser catadora. Essas categorias permitem a compreensão sobre a inserção da mulher no trabalho da catação, uma vez que abordam elementos que atravessam não só o trabalho em si, mas também as relações de gênero que circundam a esfera pública e privada. Portanto, tais categorias correlacionam-se de modo que as análises se deram como resultados desses atravessamentos. São mulheres que entraram para a catação pela necessidade de subsistência e que se tornaram líderes e protagonistas de sua própria história como uma forma de resistir à pobreza e à marginalidade, encontrando sentido no trabalho que realizam. No entanto, submetem-se a um trabalho precário que evidencia reflete a desigualdade social do País e, também, a desigualdade nas relações de gênero que, como um reflexo histórico, social e cultural da subalternidade da mulher na sociedade, precariza ainda mais o trabalho feminino. Assim, ao não possuírem um suporte suficiente do Estado, não têm outra opção a não ser fazer dessa ocupação um meio de sobrevivência e um ambiente de criação dos filhos.

A maternidade é encontrada como um eixo transversal que atravessa as categorias de análise. Há uma correlação entre gravidez e precariedade do trabalho; a influência na participação das mulheres em movimentos sociais, relacionado ao protagonismo e à liderança; e a percepção de serem catadoras, visto que as catadoras assumem responsabilidades com os membros das associações que condizentes com o ideário social de ser mãe. Essa temática mostra-se como um campo que necessita de novas pesquisas, pois percebe-se que há uma lacuna na tentativa de compreensão sobre o que é ser uma mulher catadora e como a maternidade afeta e é afetada pelo trabalho da catação.

Como limitações deste estudo, destaca-se a impossibilidade de generalização dos resultados e o foco em associações de reciclagem. Esta pesquisa fornece subsídios para a compreensão das relações de gênero que se estabelecem na catação local, considerando a dinâmica da própria coleta dos resíduos da região e o funcionamento das associações de reciclagem. Isto impede que os resultados sejam atribuídos a todas as mulheres que trabalham em situações parecidas. Mesmo assim, é interessante notar como os estudos relacionados a esse campo de pesquisa têm mostrado resultados semelhantes, como é possível perceber na discussão dos resultados. Outra limitação é que a população estudada refere-se a mulheres organizadas em associações, que, por mais precárias que sejam as condições de trabalho, ainda possuem mais estruturas quando comparadas a mulheres que catam na rua.

Por fim, entende-se que pesquisas científicas voltadas a essa população são imprescindíveis para dar voz a essas mulheres e retirá-las da invisibilidade social. Porém, isso não é suficiente para oferecer melhores condições de vida e de trabalho às mulheres catadoras. Trata-se de mulheres que ressignificam o trabalho da catação, de modo que se tornaram protagonistas de suas histórias, subvertendo a lógica de exploração imposta a elas. Portanto, estudos como este devem servir como o primeiro passo para a compreensão da realidade e como base para o fortalecimento de políticas públicas e sociais que assistam e acompanhem essas mulheres desamparadas pelo Estado.

Referências

ARANTES, Bruno Otávio; BORGES, Lívia de Oliveira. Catadores de materiais recicláveis: cadeia produtiva e precariedade. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 65, n. 3, p. 319-337, 2013.

ARRUDA, Silvana Galvão de. **Avaliação do mercado informal de reciclagem como atividade relevante ao processo de gerenciamento de resíduos sólidos**,

após encerramento de lixões: o caso de Aguazinha e Muribeca. 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Caruaru-PE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14960>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRAGA, Natalia Lopes; LIMA, Deyseane Maria Araújo; MACIEL, Regina Heloisa. “Sobrevivendo só da misericórdia”: a vivência de catadores de materiais recicláveis. **Revista CES Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 122-134, jan./jun. 2016.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n. 2, p. 331-353, jun./dez. 2006.

CAMARDELO, Ana Maria Paim; STEDILE, Nilva Lúcia Rech; OLIVEIRA, Mara de. Características Sociodemográficas dos catadores e catadoras de resíduos sólidos em Caxias do Sul. In: CAMARDELO, Ana Maria Paim; STEDILE, Nilva Lúcia Rech. (Orgs). **Catadores e catadoras de resíduos: prestadores de serviços fundamentais à conservação do meio ambiente.** Caxias do Sul: Educs, 2016. p. 13-41.

CAMARDELO, Ana Maria Paim; BENEDETTI, Alais; NOSTRANE, Kátia Cardoso. Mulheres e relações de gênero na catação de resíduos sólidos: uma revisão sistemática. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 1, n. 2, 179-193, nov. 2020.

COELHO, Alexa Pupiará Flores; BECK, Carmem Lúcia Colomé; FERNANDES, Marcelo Nunes da Silva; FREITAS, Natiellen Quadrin; PRESTES, Francine Cassol; TONEL, Juliana Zancan. Mulheres catadoras de materiais recicláveis: condições de vida, trabalho e saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. 3, p. 1-8, set. 2016a.

COELHO, Alexa Pupiará Flores; BECK, Carmem Lúcia Colomé; FERNANDES, Marcelo Nunes da Silva; MACHADO, Kátiusci Lehnhard; CAMPONOGARA, Silviamar. Mulher-guerreira, mulher-homem: reconhecimento do trabalho e seus sentidos na percepção de mulheres recicladoras. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 25, n. 2, p. 1-9, 2016b.

COELHO, Alexa Pupiará Flores; BECK, Carmem Lúcia Colomé; FERNANDES, Marcelo Nunes da Silva; PRESTES, Francine Cassol; SILVA, Rosângela Marion da. Risco de adoecimento relacionado ao trabalho e estratégias defensivas de mulheres catadoras de materiais recicláveis. **Escola Anna Nery**, v. 20, n. 3, jul./set. 2016c.

COELHO, Alexa Pupiará Flores; BECK, Carmem Lúcia Colomé; FERNANDES, Marcelo Nunes da Silva; SILVA, Rosângela Marion da; REIS,

Daiana Aparecida Martins do. Organização do trabalho em uma cooperativa de reciclagem: implicações para a saúde das catadoras. **Cogitare Enfermagem**, v. 21, n. 1, p. 1-8, jan./mar. 2016d.

COELHO, Alexa Pupiara Flores; BECK, Carmem Lúcia Colomé; SILVA, Rosângela Marion da; PRESTES, Francine Cassol; CAMPONOGARA, Silviamar; PESERICO, Anahlú. (2017). Satisfação e insatisfação no trabalho de catadoras de materiais recicláveis: estudo convergente-assistencial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 2, p. 384-391, mar./abr. 2017

COELHO, Alexa Pupiara Flores; BECK, Carmem Lúcia Colomé; SILVA, Rosângela Marion da; VEDOOTTO, Denise de Oliveira; PESERICO, Anahlú; SILVA, Jonatan da Rosa Pereira da. Condições de trabalho no contexto de catadoras de materiais recicláveis: desafios e perspectivas para o trabalho seguro. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 22, p. 1-8, p. 2018a.

COELHO, Alexa Pupiara Flores; BECK, Carmem Lúcia Colomé; SILVA, Rosângela Marion da; VEDOOTTO, Denise de Oliveira; PRESTES, Francine Cassol. Cargas de trabalho de catadoras de materiais recicláveis: proposta para o cuidado de enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 29, p. 1-9, 2018b.

COELHO, Alexa Pupiara Flores; BECK, Carmem Lúcia Colomé; SILVA, Rosângela Marion da; VEDOOTTO, Denise de Oliveira; SILVA, Jonatan da Rosa Pereira. Trabalho feminino e saúde na voz de catadoras de materiais recicláveis. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 27, n. 1, p. 1-10, 2018c.

DEMAJOROVIC, Jacques; LIMA, Márcia. **Cadeia de reciclagem: um olhar para os catadores**. São Paulo: Editora Senac, 2019.

FEDERICI, Silvia. Notas sobre gênero em *O capital* de Marx. **Cadernos Camarx**, n. 10, 2017.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino; MENDONÇA, Patrícia Mendes; TEODÓSIO, Armindo dos Santos Souza; SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. Frames de ação coletiva: uma análise da organização do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis no Brasil - MNCR. In: I Seminário Internacional e III Seminário Nacional de Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2010, Florianópolis. Anais de Congresso. Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, 2010. p. 2007-2029.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 9-30.

MNCR. **Mulheres são maioria entre catadores de materiais recicláveis**. 2014. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas?searchterm=70>

%25+s%C3%A3o. Acesso em: 05 mai. 2020.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOURA, Reidy Rolim; SOPKO, Camila. Desigualdade social e de gênero: a inserção da mulher no trabalho e a dupla jornada frente ao processo de catadores no Brasil. **Caderno Espaço Feminino**, v. 31, n. 1, p. 226- 242, jan./jun. 2018.

NARDI, Henrique Caetano. **Ética, trabalho e subjetividade**: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NASCIMENTO, Aline Gadelha; CABRAL, Carla Giovana. Catadoras de materiais recicláveis em Natal: gênero, meio ambiente e divisão sexual do trabalho. **Revista Gênero**, v. 20, n. 1, p. 18-33, nov. 2019.

PAIVA, Camila Capacle. Mulheres catadoras: articulação política e ressignificação social através do trabalho. **Idéias**, v. 7, n. 2, p. 151-174, jul./dez. 2016.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro; MICHELETTI, Fátima Aparecida Barbosa de Oliveira; BERNARDES, Luzana Mackevícus; FERNANDES, Joice Maria Pacheco Antonio; MONTEIRO, Gisela Vasconcellos; SILVA, Magda Lucia Novaes; BARREIRA, Tânia Maria Horneaux de Mendonça; MAKHOUL, Aparecida Favorêto; COHN, Amélia. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serviço Social & Sociedade**, v. 105, p. 167-179, jan./mar. 2011.

RIBEIRO, Izaque Machado; NARDI, Henrique Caetano; MACHADO, Paula Sandrine. Catadoras(es) de materiais recicláveis e as possíveis articulações entre trabalho precário e relações de gênero. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 15, n. 2, p. 243-254, 2012.

ROSA, Bárbara Oliveira. Mulheres invisíveis: a identidade das catadoras de materiais recicláveis. **Gênero**, v. 14, n. 2, p. 91-104, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SCARIOT, Nadia; COSTA, Cassiane da. Mulheres catadoras de materiais recicláveis de Santana do Livramento/RS: trajetórias de luta em busca da emancipação social. **Didáticas Específicas**, n. 20, p. 73-92, jun. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação &**

Realidade, v. 20, n. 2, p. 71-99, jun./dez. 1995.

SILVA, Rosemeire Barboza da. O movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, v. 3, n. 2, p. 1-40, jul./dez. 2006.

SILVA, Sandro Pereira; GOES, Fernanda Lira; ALVAREZ, Albino Rodrigues. **IPEA**: situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável. Brasília, DF: IPEA, 2013.

SILVA, Luciana Codognoto da; MENEGAT, Alzira Salete. Histórias de mulheres catadoras: rompendo silêncios, edificando resistências, construindo novas escritas históricas. **Em Tempos de História**, n. 24, p. 106-119, jan./jul. 2014.

SILVA, Luciana Codognoto da; MENEGAT, Alzira Salete. Trabalho e vida de mulheres catadoras: (re)construindo novas cartografias existenciais. **Emancipação**, v. 15, n. 2, p. 263-277, 2015.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. Relações de gênero e matemáticas: entre fios e tramas discursivas. **Educar em Revista**, n. 55, p. 261-276, jan./mar. 2015.

UFRGS. **Relatório parcial**: estudo do perfil sócio-educacional da população de catadores de materiais recicláveis organizados em Cooperativas, Associações e Grupos de Trabalho. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/biblioteca/publicacoes/relatorios-e-pesquisas/estudo-do-perfil-socio-educacional-da-populacao-de-catadores-de-materiais-reciclaveis-organizados-em-cooperativas-associacoes-e-grupos-de-trabalho>. Acesso em: 12 jul. 2021.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

Recebido em julho de 2021

Aprovado em dezembro de 2021

A OBRA DE RITA LEE ATRAVÉS DAS LENTES EXISTENCIALISTAS DE SIMONE DE BEAUVOIR

Tom Menezes Pedrosa¹

Sue Ellen Vieira²

Resumo: Através de sua arte, a cantora e compositora – Rita Lee – tornou-se um símbolo de transgressão feminina, no Brasil, tendo influenciado várias gerações com sua música. Este artigo visa, então, a interpretar o discurso desta artista, presente em duas canções: “Corista de Rock” e “De pés no chão”. Para essa análise, serão utilizados conceitos e ideias encontrados nas teorias feministas de Simone de Beauvoir, mais precisamente em *O Segundo Sexo*, sua obra mais célebre. Serão, portanto, identificadas e analisadas questões como o corpo vivido, a objetificação feminina, a emancipação e a transcendência das mulheres, entre outros elementos existencialistas presentes no discurso cantado de Rita Lee.

Palavras-chave: feminismo; beauvoir; rita lee.

Abstract: Through her art, the singer and songwriter – Rita Lee – has become a symbol of “female transgression” in Brazil, having influenced several generations with her music. Then this article aims to interpret this artist’s discourse, present in two songs written by her: “Corista de Rock” and “De pés no chão”. For this analysis, we will use concepts and ideas found in Simone de Beauvoir’s feminist theories, more precisely in *The Second Sex*, her most celebrated work. Issues such as the lived body, female objectification, women’s emancipation and transcendence, among other existential elements present in Rita Lee’s diction, will be identified and analyzed.

Keywords: feminism; beauvoir; rita lee.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

¹ Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco e especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Norte do Paraná. Oficial de Justiça Avaliador Federal no Tribunal Regional do Trabalho da 2 Região. E-mail: tomdireitounicap@yahoo.com.br.

² Doutoranda em Estudos Contemporâneos das Artes/PPGCA pela Universidade Federal Fluminense. Atua como Esquizeanalista desde 2018 na Universidade Federal Fluminense. E-mail: suesuenhamandu@gmail.com.

Introdução

A música e a filosofia estão profundamente interligadas entre si e com a sociedade, porquanto a música espelha condições sociais, bem como promove transformações, através da reflexão e do pensamento. A música tem, então, um poder multifacetado, já que expressa um conjunto de emoções, sentidas coletivamente, igualando – por algum instante – os indivíduos. Ela, ademais, influencia o comportamento social, através de mensagens implícitas e explícitas, melodicamente emanadas por suas letras (quando as possui).

Algumas vezes, a música é objeto de mero divertimento, causando sensações de bem-estar e euforia; em outras, a letra é seu foco. Em qualquer dos casos, “o prazer acústico se torna uma consciência adicional, que ilumina o sujeito sobre si mesmo - em uma sociedade antagônica” (EISLER, 1998, p. 1, tradução nossa)³. Pode-se dizer que todos estes aspectos, reunidos, fazem parte de um dos repertórios mais férteis da música brasileira, o da cantora e compositora Rita Lee.

Destarte, por trás da aparente leveza de suas composições, Rita Lee suscita uma reflexão crítica sobre os costumes e os valores da sociedade e, por conseguinte, põe em evidência questões de cunho político, mormente ligadas às pautas feministas. Há de se ressaltar, a partir disso, que seu sucesso musical rendeu-lhe enorme projeção social; logo, suas ideias reverberaram, através de suas atitudes, seus comportamentos, suas opiniões, sua literatura e, sobretudo, sua música.

Sendo assim, este artigo busca estabelecer um diálogo entre os ideais feministas observados no acervo musical de Rita Lee e aqueles presentes em *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir. Dessa forma, fazendo uso de ferramentas conceituais do repertório existencialista da filósofa francesa, tentaremos demonstrar como o discurso de Rita Lee traz à luz a questão da autoafirmação da subjetividade das mulheres, sob uma perspectiva beauvoiriana, segundo a qual a mulher é a alteridade (a Outra), e o homem é o Sujeito (absoluto). Isto é, a concepção existencialista de Beauvoir, que está focada na ideia de liberdade *situada* e de corpo vivo, parece estar presente nas letras de Rita Lee e, por isso, *O Segundo Sexo* é a obra que consideramos adequada como arsenal teórico desta análise.

A metodologia mobilizada para o exame discursivo aqui tratado, por conseguinte, vai muito além de uma mera análise textual: refletiremos sobre as ideologias que robustecem os discursos em tela e que são determinadas através do contexto político-sócio-cultural em que a compositora vive. Trata-se, outrossim, de um estudo (con)textual, abarcando a estrutura

³ Le plaisir acoustique devient un surcroît de conscience, qui éclaire le sujet sur lui-même — dans une société antagoniste (EISLER, 1998, p.1).

discursiva, mas também o espaço, o momento cronológico e o histórico das pautas trazidas pela artista em sua obra como um todo. A partir dessa lógica, as interpretações estarão alicerçadas em bibliografia especializada sobre a artista e seu repertório; de outra parte, cotejaremos tal bibliografia com a filosofia de Beauvoir, instrumentalizando-nos de uma vasta teoria que problematiza pontos presentes nas letras de Rita Lee, e é esta teoria que fornecerá as lentes para a leitura das canções.

Não há que se falar, contudo, em um enfraquecimento da figura de quem escreveu as letras, que são o objeto do presente estudo; ao contrário, trata-se de um reconhecimento de sua capacidade criativa, porquanto a primazia que é conferida à obra artística assevera que ela, a compositora, foi capaz de forjar algo novo o qual se firma como uma organicidade viva que rege seu próprio método interpretativo. Entrar em sintonia com essa permanência da compositora em sua própria obra é uma contingência constante, e o intérprete necessita apenas se embrenhar na tessitura composicional, apreciando e examinando o que a obra lhe sinaliza.

Levando isso em conta, a escolha do objeto de estudo em discussão dá-se devido à sua relevância no que concerne ao processo de emancipação das mulheres, já que parece estar atravessado por questões caras às agendas feministas, sendo possível traçar paralelos entre os discursos presentes nas letras e algumas das ideias beauvoirianas, provocando reflexões frutíferas sobre a situação das mulheres.

Neste sentido, a primeira música do repertório de Rita Lee a ser estudada⁴ é *De pés no chão*, lançada em 1974, cujo conteúdo evidencia temas como a liberdade existencial e a sexualidade femininas. Em seguida, com o mesmo objetivo de esmiuçar o teor que traz questões que fazem parte das pautas

4 Quanto a esse estudo interpretativo, faz-se necessário esclarecer que o ponto de vista do compositor, ao escrever uma letra, não é algo estático e imutável. Por isso, afirma a filósofa especialista em música, Sandra Neves Abdo, ao apresentar o pensamento de dois expoentes da hermenêutica: “À tese da fidelidade ao compositor, Gadamer faz uma dura crítica: tomar como referência privilegiada o significado dado pelo autor e seu tempo (...), além de acarretar um esforço inútil (pois tal significado é inalcançável), implica um desvio, um afastamento, pois significa relacionar-se com uma mediação e, por conseguinte, distanciar-se duplamente da obra e da sua verdade. O significado do autor e seu tempo é apenas um dentre os vários que a obra recebe ao longo de sua trajetória histórica, sendo todos igualmente legítimos. (GADAMER, 1977, p.165)” (ABDO, 2000, p. 17-18). Afinal, “Que maior riqueza do que possuir alguma coisa de inexaurível? [...] irremediável empobrecimento seria a presunção de uma posse exclusiva, que negaria a própria infnidade do seu objeto.” (PAREYSON, 1997, p. 231). (...) Tratando-se de uma relação dialética, na base da qual estão polos orgânicos, constitutivamente multifacetados, plurissêmicos e inexauríveis, o que, em suma, se pode esperar desse tipo de atividade é, ao mesmo tempo e inseparavelmente, a revelação da obra em uma de suas possibilidades e a expressão da pessoa que interpreta, condensada em um de seus múltiplos pontos de vista. Nada mais falso e absurdo do que esperar coisa diversa, seja desconhecendo a natureza pessoal do ato interpretativo e pregando uma “reevocaçãõ” fiel e impessoal, uma réplica, enfim, do significado concebido pelo compositor; seja ignorando a plurissematicidade constitutiva da obra de arte e pretendendo uma única interpretação correta; seja pregando uma execução tão pessoal e original que se sobreponha à obra, forçando-a a dizer o que ela não quer ou mais do que quer dizer, como se fosse a pessoa do executante, o centro primeiro das atenções e a obra um mero pretexto para a sua expressão” (ABDO, 2000, p. 23).

políticas das mulheres, será examinada *Corista de Rock*, de 1976, focando na mulher como Sujeito de sua existência.

Portanto, além da bibliografia complementar, será utilizado, como instrumento principal para esse diagnóstico, conceitos existencialistas constantes na já mencionada obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir. Dessa forma, terão destaque as noções de: alteridade; liberdade existencial, que se distingue da noção sartreana; transcendência; e corpo vivido. Serão aludidas, também, questões como a objetificação feminina e a mulher como Outro. Assim, o discurso emancipador de Rita Lee é o objeto desse estudo, que será realizado com o apoio da teoria feminista da filósofa Simone de Beauvoir⁵.

1 De pés no chão

A obra musical de Rita Lee apresenta temas variados, mas as questões que envolvem o universo feminino são um denominador comum entre grande parte de suas composições: “as letras apresentam elementos simbólicos que enfatizam um protagonismo feminino, com pretensões libertárias e altamente sexualizado” (ANAZ, 2014, p. 98). É a partir dessa perspectiva que será analisada a letra da música *De pés no chão* (LEE, 1974), que diz:

Sim, eu sou um deles
E gosto muito, muito de sê-lo
Porque faço coleção
De lacinho cor-de-rosa
E também de sapatão

Mas o que eu quero mesmo
É pôr os meus pés no chão
É só questão de gosto
Lacinhos cor-de-rosa ficam bem
Num sapatão, uh yeah?

⁵ Tendo em vista que pautas interseccionais ainda não faziam parte da agenda feminista, na época em que *O segundo sexo* foi escrito, frisa-se que Simone de Beauvoir (assim como Rita Lee) assina uma obra engendrada a partir de epistemologias brancas e eurocêntricas, apesar de haver resquícios de que ela não parecia estar completamente alheia a questões raciais e de classe, quando afirma, por exemplo, que “burguesas são solidárias dos burgueses e não das mulheres proletárias; brancas, dos homens brancos e não das mulheres negras” (BEAUVOIR, 2016, p. 16). Entretanto, é preciso enfatizar que o conceito de interseccionalidade tornou-se fundamental para a teoria feminista e que ele foi forjado, em 1989, por uma jurista estadunidense: Kimberlé Crenshaw, a qual elaborou uma das mais relevantes contribuições teóricas em torno deste conceito. Em seu artigo - *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics* (1989) - Crenshaw tenta entender por que as mulheres negras têm dificuldade em fazer com que os tribunais reconheçam a discriminação que elas sofrem no trabalho.

Eu nasci descalça Pra que tanta pergunta?

Ao se examinar a primeira estrofe da canção, que afirma: “Sim, eu sou um deles/E gosto muito, muito de sê-lo/Porque faço coleção/De lacinhos cor-de-rosa/E também de sapatão”, é possível notar que, de forma irreverente, a compositora assume a identidade de alguém que faz parte de um grupo social específico, já que é “um deles”. No entanto, a personagem que incorpora em sua canção não parece se importar com isso e, ao contrário, está satisfeita em ser o que é, pois – voluntariamente – “gosta muito, muito de sê-lo.”

Os versos seguintes, que combinam “lacinhos cor-de-rosa” com “sapatão”, fazem uma clara alusão à sexualidade da personagem, já que a cor rosa é uma cor ligada à feminilidade, e “sapatão” é uma forma pejorativa de nominar a orientação homossexual de uma mulher. Isto é, a cantora encarna uma mulher que não se priva de sua liberdade e vive sua sexualidade sem culpa, mesmo dentro de um âmbito machista e heteronormativo. Essa brincadeira sutil com a semântica das palavras, cheia de duplos sentidos, além de ser uma forma de enganar os censores da época, traz à luz a noção beauvoiriana de corpo vivido⁶.

Isso ocorre porque Rita Lee constrói uma anarquia poética em que confunde sexo, gênero e sexualidade. Por esse motivo, “a quebra das fronteiras entre os gêneros, que durante algum tempo – no início dos anos 70 – a associou à androginia, fazia parte da sua personalidade curiosa” (LIMA, 2019, p. 33): ela acaba misturando a teoria da subjetividade e a do corpo, assim como ocorre na noção de corpo vivido. Destarte, não é o corpo como instrumento de atuação social ou o “corpo-objeto descrito pelos cientistas que existe concretamente e sim o corpo vivido pelo sujeito” (BEAUVOIR, 2016a, p. 67), isto é, o corpo na primeira pessoa, a morada em que cada um de nós vive, a sede da vida afetiva e o ser pessoa.

Nessa vertente, na letra da obra *De pés no chão*, “Rita dialoga com boatos sobre sua suposta homossexualidade” (SANTOS, 2013, p. 52). Em outras palavras, a mensagem da música terá origem na condição de ela – a voz feminina que canta – ser “um deles”, e não “uma delas”, o que provoca desde já

⁶ Vale ressaltar que “a fenomenologia tradicional, de Husserl a Merleau-Ponty e Sartre, investiga o corpo vivido sempre enquanto experiências genéricas, no sentido de se identificarem certas estruturas fundamentais, apresentando uma perspectiva dita universal, numa dicção bastante masculina. Assim, a filosofia da primeira metade do século 20 não parece se destacar do pensamento tradicional, já que o sujeito masculino assume a voz da universalidade corpórea e essencial. Nesse contexto é que Simone de Beauvoir rompe com as bases tradicionais de pensar e fazer filosofia, ao adotar um ponto de vista feminino do corpo vivido, o que constitui uma autêntica fenomenologia da experiência de mulheres em sua especificidade de gênero, como afirma Sara Heinämaa.” (SANTOS, 2015)

uma ambiguidade. Neste seguimento, os versos que dizem que “lacinhos cor-de-rosa ficam bem num sapatão” – ligando feminilidade a uma sexualidade fora da norma – aludem à teorização da subjetividade sexuada, provocando uma instabilidade na categoria gênero ao mesmo tempo em que leva em conta a pluralidade de comportamentos. Dessa forma, “Rita ousou ser a diferente. (...) Meio menina, meio menino. Nem um nem outro. Rita transportou para suas músicas sentimentos complexos” (JONES, 2018, p. 218).

Não há, portanto, uma distinção entre cultura e corpo físico, a qual se apoia na diferença entre sexo e gênero: a junção de vários elementos, como uma voz feminina, palavras com significados dúbios que suscitam uma certa androginia, o vocábulo “pé” (atributo físico que dá a ideia de que há um corpo material), a expressão “questão de gosto”, tudo isso deságua num corpo vivido, que é um corpo aculturado. Assim, a filósofa argentina María Luisa Femenías explica que:

para Beauvoir o corpo é antes de tudo “corpo vivido”. Não se trata nem do corpo-objeto da ciência, nem do corpo-em-si. Ainda mais, o “corpo natural” não é um lugar a partir do qual se constrói o corpo-constituído-em-gênero, mas, pelo contrário, trata-se de uma *ficção heurística* que permite mostrar que o gênero não é natural, mas um aspecto culturalmente contingente da existência: o instrumento através do qual captamos o mundo. (FEMENIAS, 2012, p. 322).

Ademais, a liberdade voluntarista da protagonista da canção prova ser uma liberdade existencialista quando os últimos versos entoam: “Eu nasci descalça/Pra que tanta pergunta?”. Ora, em *O Existencialismo é um humanismo*, o filósofo francês Jean-Paul Sartre preconiza que “a existência precede a essência” (SARTRE, 2014, p. 20), e este é o axioma da noção de liberdade da filósofa Simone de Beauvoir. Destarte, “a liberdade coincide em seu fundo com o nada que está no âmago do homem. A realidade-humana é livre porque não é o bastante” (SARTRE, 2007, pp. 544-545).

Nesse contexto, quando Rita Lee diz, “eu nasci descalça”, ela acaba por ilustrar e ratificar o argumento de Sartre, porquanto a liberdade ontológica do indivíduo se dá por meio do Nada do seu Ser: o indivíduo é o Nada (“nasce descalço”), e isso lhe causa angústia (o para-si⁷ almeja ser). Como resultado

7 “Há dois conceitos fundamentais no existencialismo de origem sartreana e também constantemente utilizados por Beauvoir. A ideia de para-si e em-si. O para-si é o único possível enquanto sujeito e possui uma consciência intencional. Este se abre e doa sentido ao mundo, portanto, é o sujeito que se faz e faz o mundo ao seu redor. Por sua vez, o em-si é o objeto pensado, ele não se faz, posto que se fecha em si mesmo, foi pensado por outrem e não tem condições de pensar por si próprio. No para-si existe um sujeito que pensa e sempre que pensa está pensando em algo. Só na concepção do para-si é que há a possibilidade de existência, pois constituirá a essência pensada construída intencionalmente. Nesta, a condição humana está em aberto para o mundo, se abre para dar sentido e não é, portanto, definível (BEAUVOIR, 2005; SARTRE, 1988)”. (LOURENÇO e MENDONÇA, 2018, p. 538)

para esse impasse, cada ser humano é constantemente empurrado a criar sua essência, e isso significa construir a si mesmo. Logo, infere-se do mero ato de questionar (“pra que tanta pergunta?”) uma ignorância, que é uma forma de não-ser, mas também há a possibilidade da verdade, que é uma forma de ser: se o em-si é o ser em sua completude, denota-se que ele é inapto a encarnar esse não-ser no mundo; em contrapartida, o para-si tem o poder de, sendo um nada, introjetar o não-ser no mundo. Neste sentido, Sartre argumenta que:

o fato de não poder não ser livre é a facticidade da liberdade, e o fato de não poder não existir é a sua contingência. Contingência e facticidade identificam-se: há um ser cuja liberdade tem-de-ser em forma do não-ser (ou seja, da nadificação). Existir como o fato da liberdade ou ter-de-ser um ser no meio do mundo é a mesma coisa, o que significa que a liberdade é originariamente relação com o dado. (SARTRE, 2007, p. 599).

Outrossim, na segunda estrofe da canção, Rita Lee escreve, entre outros, os seguintes versos: “Mas o que eu quero mesmo/ É pôr os meus pés no chão/É só questão de gosto.” Essa seria justamente a capacidade do para-si em projetar o não-ser no mundo. Em outras palavras, a personagem da canção nasceu “descalça” (um não-ser) e quer pôr seus “pés no chão”, isto é, ela quer criar sua própria essência, projetando sua existência no mundo, sendo para-si.

No entanto, ao analisar essa canção, não se pode perder de vista que, embora Beauvoir compartilhasse com Sartre o conceito de liberdade ontológica, sua interpretação era mais maleável e ambígua do que a dele; melhor dizendo, seus pontos de vista divergiam quanto à influência da situação⁸ na liberdade do indivíduo. Tendo isso em vista, Sartre alega que a liberdade ontológica do ser humano jamais pode ser afetada, nem mesmo por uma situação, já que – para ele – a liberdade ontológica é absoluta. Beauvoir, por outro lado, deu enorme importância à situação, ao interpretar a liberdade, especialmente – segundo Kruks (1987, p. 111) – quando se refere aos oprimidos. Quanto a isso, a filósofa americana, Carol Ascher, argumenta que:

8 Pode-se dizer que o existencialismo beaivoiriano esquiva-se da liberdade absoluta de Sartre, ao notar que, apesar de serem colocados em liberdade e quererem agir livremente, sem dúvidas nem todos os seres humanos são capazes de fazê-lo, caso a facticidade de sua situação seja um obstáculo para isso. Logo, essa questão abre uma lacuna entre o pensamento de Sartre e o de Beauvoir, já que para ela a situação determina a abrangência da liberdade. Segundo a filósofa espanhola Tereza López Pardina (2011, p. 28), Beauvoir abraça, assim, uma noção mais opaca do que aquela defendida por Sartre, isto é, apesar de a situação não interpenetrar na liberdade, aquela pode construir uma barreira diante desta e, na maioria das vezes, tal barreira torna-se intransponível para o sujeito.

O *Segundo Sexo* se baseia fundamentalmente em *O Ser e o Nada*, de Sartre, mas, como outros observaram, “opera uma série de transformações na problemática existencialista”. Enquanto *O Ser e o Nada* desaprova as restrições sociais à liberdade, Simone amplia sua análise de *Pour une Morale de l’Ambiguïté*, argumentando que quando os atos de um indivíduo são repetidamente bloqueados pelo mundo exterior, o indivíduo é oprimido. (...) Incapaz de alcançar novas liberdades através de projetos no mundo, as mulheres vivem desmedidamente presas aos seus corpos, sua fisiologia, pelo narcisismo, fazem projetos de si mesmas, mas em consequência elas somente ampliam sua posição como a Outra (ou o Outro). (ASCHER, 1991, pp. 176-177).

Por essa perspectiva, podemos enquadrar a personagem da canção *De pés no chão* na situação de sujeito oprimido, já que – além de ser uma mulher – sua orientação sexual não se enquadra naquilo que é moralmente aceito numa sociedade patriarcal, a qual é dominada por valores heteronormativos. De acordo com Jack Reynolds (2014, p. 209), essa situação de opressão reduz ou modifica a liberdade prática do indivíduo (no caso em tela, da protagonista interpretada por Rita Lee) e, por conseguinte, pode afetar sua liberdade ontológica.

Dessa forma, a protagonista, em *De pés no chão*, poderia cair em má-fé, o que, para Sartre, consistiria, irremediavelmente, em uma falha moral do sujeito, uma inautenticidade, pois há a possibilidade de liberdade e, aos olhos do existencialismo sartreano, ao não aceitá-la, o indivíduo cai em má-fé. Não obstante Beauvoir considerar “que Sartre exagere no uso que faz de seu conceito de má-fé, ela o incorpora em cores mais suaves” (CYFER, 2015, p. 69), isto é, ela não o utiliza de forma tão radical e imperativa, já que o problema da situação será sempre ponderado.

Sendo assim, a situação de opressão, vivida pela protagonista da canção em tela, tenta aprisioná-la em sua imanência. Isso se dá quando há uma falência do para-si, dando lugar ao em-si, o qual exerce simples funções no lugar de transcender o dado através de projetos. A situação e a experiência vivida das mulheres são constituídas, portanto, por meio dessa dinâmica. Segundo Beauvoir (2016a, p. 26), “cada vez que a transcendência cai na imanência, há a degradação da existência em ‘em si’, da liberdade em facticidade; essa queda é uma falha moral, se consentida pelo sujeito.”

Contudo, Rita Lee encarna uma personagem que, apesar de sofrer dupla opressão – por ser do sexo feminino e por ter uma orientação sexual considerada “periférica” ou “diferenciada” –, representa a mulher como constructo de si mesma (isto é, uma identidade feminina não vinculada à

identidade dos homens). Em outras palavras, ela atinge o grande feito de Beauvoir em *O Segundo Sexo*, no qual proclama que as mulheres precisam se posicionar como Sujeitos. Para a filósofa, não se colocando como Sujeitos, as mulheres são objetificadas e seguem sonhando os sonhos dos homens, porquanto “não criaram o mito viril no qual seus projetos se refletiriam” (BEAUVOIR, 2016a, p. 202) como sujeitos transcendententes.

Interpreta-se, aliás, a noção beauvoiriana de transcendência, como um processo de “tornar-se”, do indivíduo, materializando sua liberdade, ao sobrepujar a situação que lhe foi dada, mediante projetos que impulsionam uma maior liberdade. Por esse ângulo, Beauvoir defende que, do mesmo modo que toda consciência, as mulheres são negatividade e transcendência, ou seja, elas não são seres imóveis.

O “ser mulher”, na teoria da filósofa existencialista, revela-se, portanto, como um contínuo devir (tornar-se), ao urdir projetos com apoio em outros projetos. É possível, então, encarar a feminilidade como um instrumento de opressão, porquanto tem o propósito de impedir, de maneira sistemática, a autoafirmação da subjetividade das mulheres, ou melhor: sua transcendência.

Em suma, pode-se dizer, alicerçado nisso, que a personagem feminina de *De pés no chão*, sendo “um deles”, pertence a um grupo social que está à margem da sociedade e, por essa razão, vulnerável a cair na imanência – tendo em vista que a facticidade de sua situação de opressão pode arruinar sua liberdade. Entretanto, ao contrário disso, “ela gosta muito, muito de sê-lo” (autenticidade) e faz “coleção de lacinhos cor-de-rosa e também de sapatão” (versos irônicos de quem assume sua sexualidade e a coloca como alternativa ao que já está dado). Em seguida, ela diz que o que quer mesmo é pôr seus “pés no chão” por ser “só questão de gosto”, ou seja, ela é para-si, com consciência intencional, dando oportunidade à existência e desafiando a angústia de sua liberdade, por isso reitera: “lacinhos cor-de-rosa ficam bem num sapatão.”

Por fim, a protagonista da canção examinada termina declarando que “já nasceu descalça” e indaga: “para que tanta pergunta?”. Se lidos sob a ótica existencialista, esses versos evocam elementos importantes, já que o “nascer descalça” revela, alegoricamente, o Nada existencial do indivíduo, que, para construir a si mesmo e criar sua essência, necessita existir e se projetar no mundo. E a pergunta final revela o caráter do não-ser contido no próprio questionamento, que espelha uma ignorância. É, a partir disso, que o para-si (estando consciente do Nada que é) atua, empoderando a protagonista desta canção para que transcenda a sua existência.

2 Corista de Rock

A história de opressão feminina, alega Simone de Beauvoir, está relacionada com o não reconhecimento da mulher como Sujeito: encarcerada em sua imanência, a mulher torna-se o Outro absoluto sem reciprocidade. Isso a exclui da esfera pública, bem como de representações simbólicas (culturais, literárias) e, principalmente, dos debates políticos e sociais. É por isso que o mito da feminilidade é, para Beauvoir, uma construção essencializante que ratifica a opressão sofrida pela mulher, vinculando-a a dados biológicos, como natureza, maternidade e sexualidade, que a conferem um mistério. Segundo o filósofo australiano Jack Reynolds:

O primeiro ponto principal a surgir de *O Segundo Sexo* é a noção da mulher como outro ou, como o título de seu livro sugere, como segundo. Para de Beauvoir, os homens historicamente assumiram a posição de sujeito e as mulheres têm sido designadas como o que é diferente do sujeito; em outras palavras, o homem é a norma e a mulher está fora da norma. (REYNOLDS, 2014, p. 203).

Sendo assim, o homem, sendo norma, isto é, sendo Sujeito que transcende, impede o acesso feminino a uma existência autônoma, restando à mulher encenar todos os seus vários ideais-mulher, projetados socialmente: a dona de casa, a mundana, a donzela, a solteirona, a máscula, a mal-amada, a narcisista, entre outros. Por outro lado, a fim de rejeitar sua objetificação e posicionar-se como sujeito livre e transcendente, à mulher faz-se necessário combater o arranjo social que lhe foi dado, pois constituído no intuito de coisificá-la para a manutenção do patriarcado. Neste sentido, proclama Beauvoir:

Nenhum sujeito se define imediata e espontaneamente como o inessencial; não é o Outro que se definindo como Outro define o Um; ele é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um. Mas para que o Outro não se transforme no Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio. (BEAUVOIR, 2016a, p. 14).

Ao interpretar essas questões, a filósofa percebe que a luta para a libertação feminina tem esteio na busca pela afirmação da mulher como Sujeito. Por isso, a emancipação feminina exige bastante esforço para ser conquistada: “se as dificuldades são mais evidentes na mulher independente é porque ela não escolheu a resignação e sim a luta” (BEAUVOIR, 2016, p. 510). Essa parece ter sido a inspiração de Rita Lee, ao escrever *Corista de Rock*, composição de 1976:

Disseram que o palco não é mais aquele lugar
 Mas do jeito que a gente me olha de frente
 Como eu vou parar?
 Pois eu sou corista num grupo de rock
 Que tem pra valer
 Um ponto de vista que não se limita
 De ser ou não ser
 Prefiro ser os dois

Não venha me dizer do meu compromisso
 Com isso ou aquilo
 Se o que a gente quer
 Não deixa de ser um belo motivo
 Pra se festejar de modo indiscreto
 O que vai nascer
 E todas as estórias
 Que o mundo imagina pra sobreviver
 Prefiro não saber

O que eu era ou sou por enquanto
 É tudo aquilo que eu digo e canto
 Com um pouco de espanto
 Num palco ou num canto

Como se pode notar, a letra, cuja protagonista é uma corista de rock, é escrita em primeira pessoa, num tom autobiográfico, porquanto Rita Lee liderava uma banda de rock, estilo que – nos anos 70 – era completamente dominado por homens. Transgredindo, então, as regras do patriarcado, no mundo do rock, Rita Lee “veio se destacando como uma espécie de símbolo da liberdade, tanto em termos de posturas (vestir-se de noiva grávida e escandalizar a família que usava longo e plumas nos Festivais), quanto de pioneirismos” (LIMA, 2019, p. 24). A esse respeito, Rita Lee afirma:

Essas coisas de feminismo e tudo, eu não tenho muito a teoria da coisa, nunca tive. Eu fui mais de ação. ‘Ah, mulher não pode usar calça comprida.’ Hã? Pode. Eu vou lá usar, usava. ‘Ah, mulher não pode fazer rock, para fazer rock tem que ter colhão.’ Eu pegava meus ovários e meu útero e ia fazer roquenrou. ‘Mulher não pode falar de sexo, de prazer’, eu ia lá e fazia música (sobre isso). Então (mulheres) vão lá e façam! (Rita Lee. [Entrevista]. Rio de Janeiro: Programa Conversa com Bial da TV Globo em 03 de maio de 2017. Entrevista a Pedro Bial.).

Todo esse pioneirismo e essa liberdade parecem, portanto, refletir-se na letra de *Corista de Rock* cujos versos iniciais dizem: “Disseram que o palco não é mais aquele lugar/Mas do jeito que a gente me olha de frente/Como eu vou parar?”. Nota-se que o palco simboliza seu lugar de fala, mas – por razões não evidentes – ele “não é mais aquele lugar” que outrora fora.

No entanto, quando entoa os versos, “Mas do jeito que a gente me olha de frente/Como eu vou parar?”, traz a noção de alteridade, que diz respeito ao que é o outro, isto é, àquilo que é externo a um eu. Destarte, pode-se dizer que a condição de Outro aos olhos do Um significa alteridade. Nessa perspectiva, a alteridade serve como instrumento de construção do Outro, com o fim de se constituir como Sujeito. Para Beauvoir, “a alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano. Nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si” (BEAUVOIR, 2016a, p. 13).

A pensadora existencialista, ademais, conceitua a alteridade como a consideração de outra consciência com a qual um sujeito firma um relacionamento assinalado por reciprocidade e reconhecimento, colocando-a como igual. De modo inverso, a categoria de Outro é atribuída no momento em que esse reconhecimento não é concedido; em outras palavras, isso ocorre quando o Um afirma-se como Sujeito e constitui a consciência que está diante de si como Outro, ou seja, como uma consciência inferior que é por ele objetificada.

Por conseguinte, o não reconhecimento de outra consciência é uma conduta reificante, e dela decorre efeitos negativos nas esferas políticas e ontológicas. Esse é o caso da opressão que sofrem as mulheres, porquanto manifesta-se como corolário da falta de reconhecimento, isto é, as mulheres são consideradas o Outro dos homens: “Pôr a Mulher é pôr o Outro absoluto, sem reciprocidade, recusando contra a experiência que ela seja um sujeito, um semelhante” (BEAUVOIR, 2016a, p. 330).

Em contrapartida, a *corista de rock*, interpretada por Rita Lee, reage aos olhares a que é submetida, autoindagando-se: “Como eu vou parar?”. Do verbo “parar” infere-se uma não continuidade, o que ensejaria um retorno à imanência. Isto é, essas outras consciências que a fitam não a encarceram em sua outridade, já que ela, no palco, não representa a pausa contemplativa para a ação dos homens; ao contrário, ela comanda a ação, reconhecendo-se enquanto Um, e não se sujeitando ao ponto de vista alheio.

Logo, revela que é “corista num grupo de rock”. Esse verso simples tem forte significado metafórico, pois essa mulher que está no palco, o qual é o local central onde a ação se desenvolve, integra uma banda de rock e, por

consequência, comanda o espetáculo, sendo o público apreciador deste estilo predominantemente masculino. Vale salientar, também, que o universo do rock é reconhecidamente machista. O vocábulo “corista”, aliás, não parece ter sido usado à toa, mas de forma irônica, porquanto esse é um termo muito mais corrente no meio religioso, a fim de nominar aquelas pessoas que cantam em coros de igrejas. Uma mulher corista, então, seria mais comumente uma beata, uma freira, uma religiosa, mas não uma roqueira. Dito de outro modo, a protagonista da música projeta sua existência no mundo, posicionando-se como Sujeito e transcendendo o que está dado. Realizando, assim, aquilo que Beauvoir preconiza em *O Segundo Sexo*.

Na sequência, a corista diz que o grupo de rock do qual faz parte tem um “ponto de vista que não se limita de ser ou não ser” e ressalta que prefere “ser os dois.” Esses versos flertam com a transgressão daquilo que já está dado no mundo. Isto é, o indivíduo que é livre não precisa se limitar a um ponto de vista único, não deve se adequar a uma verdade absoluta, mas, ao contrário, abrir-se às possibilidades de sua existência. Precisa, portanto, livrar-se de estruturas binárias⁹, quando se pode ser corpo vivido.

Mas esse movimento de transcendência não é, em geral, observado. Sob a ótica da filosofia existencialista, Beauvoir pondera que, apesar de a mulher surgir no mundo como um ser-para-si, com autonomia e com potencial de construir uma essência, ela é empurrada em direção a uma essência já dada (preconcebida), a qual deve assimilar, porquanto “é mais confortável suportar uma escravidão cega que trabalhar para se libertar: os mortos também estão mais bem adaptados à terra do que os vivos” (BEAUVOIR, 2016a, p. 339). A mulher que Rita Lee interpreta vai, não obstante, de encontro a essa essencialização, e isso:

viria a ser uma característica constante, não só das suas composições, como do seu repertório artístico: o questionamento a comportamentos padronizados, a interrogação ao establishment – diálogo que suas letras tentam estabelecer com um mundo guiado por certa ordem que a sua trajetória enfrentou em contexto no qual o rock ia se estabelecendo no Brasil, ao mesmo tempo em que o golpe

⁹ “Beauvoir defende que o sexo não causa o gênero, que o gênero não pode ser entendido como expressão ou reflexo do sexo. Ou seja, ser de um dado sexo não significaria tornar-se imediatamente de um gênero correspondente: a categoria de mulher não é necessariamente a construção cultural do corpo feminino, nem o homem precisa interpretar o corpo masculino. Pelo contrário, o gênero, enquanto construção variável do sexo, não se limitaria ao binarismo do sexo. Haveria uma ampla gama de gêneros, de maneiras de interpretar e atribuir significado ao corpo sexuado” (POMBO, 2017, p. 390-391). É conveniente salientar, porém, que autoras posteriores a Beauvoir, como Judith Butler, foram ainda mais além, argumentando que o sexo tampouco seria natural e imutável, mas uma construção discursiva e cultural.

militar se aliava à repressão, sendo um incompatível com o outro (DIAS, 2004, p. 273). (LIMA, 2019, p. 27).

Na continuação da música, Rita Lee escreve os seguintes versos: “Não venha me dizer do meu compromisso/Com isso ou aquilo/ Se o que a gente quer/Não deixa de ser um belo motivo/Pra se festejar de modo indiscreto/ O que vai nascer.” Fica, então, evidente a insistência da compositora, mais uma vez, em trazer à luz a questão da liberdade existencial e da transcendência, rejeitando o papel de Outro. Afinal, a personagem feminina, na voz de Rita Lee, coloca-se concretamente através de projetos, porque o que ela quer é motivo suficiente para realizar – “o que vai nascer” –, frustrando todo imanentismo idealista. É preciso, então, reconhecer às mulheres a capacidade de forjar suas próprias ideias, como o faz Beauvoir.

Contudo, “pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana.” (BEAUVOIR, 2016a, p. 26). Por isso, quando Rita Lee diz, “não venha me dizer do meu compromisso com isso ou aquilo”, significa que a mulher, sendo uma liberdade autônoma como todo ser humano, deve escolher-se e descobrir-se num mundo em que a condição de Outro lhe é imposta pelo homem. Destarte, sobre ter sido, alguns anos antes de compor *Corista de Rock*, expulsa da banda de rock Os Mutantes – integrada por ela e dois homens –, Rita Lee declarou:

eles eram um pouco machistas (...) para mim o que restava eram os backing-vocals (...) percebi que não dava para ficar assim, pois nem eu acrescentava nada a eles, como nem eles a mim. Então resolvi sair. (LESTINGE, 1979, p. 12). (...) eles começaram a dizer que rock era coisa de homem. Queriam que eu mostrasse as pernas e tocasse o meu pandeiro. Não deixavam espaço para mim. (...) quando eu resolvi mostrar que tinha talento, o ‘Clube do Bolinha’ me fez sair do grupo. Saí, mas disse que ia continuar na música. Eles riram e me aconselharam a desistir. (RIBAS, 1981, p. 6). (LIMA, 2019, p. 35 e 36).

Ao lançar mão do olhar existencialista de Beauvoir, pode-se dizer, a partir dos versos, “E todas as estórias/Que o mundo imagina pra sobreviver/Prefiro não saber”, que o infortúnio da mulher “consiste em ter sido biologicamente votada a repetir a Vida, quando a seus próprios olhos a Vida não apresenta em si suas razões de ser e essas razões são mais importantes do que a própria vida” (BEAUVOIR, 2016a, p. 99). É nesse sentido que, “em nossa civilização, em que as tradições patriarcais sobrevivem” (BEAUVOIR, 2016b, p. 359), ao interpretar de que forma o homem conquistou seu domínio sobre o princípio

feminino, Beauvoir examinou os dados etnográficos das tribos primitivas e constatou que a mulher permaneceu confinada à imanência, com a finalidade de preservar a tribo com a repetição da vida, por meio de suas “funções naturais”, e não através de projetos.

Por isso, “todas as estórias que o mundo (patriarcal) imagina pra sobreviver” impõem à mulher um destino biológico, ligando-a à natureza do seu sexo, o que a responsabiliza pela sobrevivência e preservação da humanidade, através da repetição e do desempenho de funções. Isto é, ambos – homens e mulheres – são necessários para a sobrevivência da humanidade, ficando, porém, o homem responsável pela produção (transcendência) e a mulher pela reprodução (imanência). A mulher deve, então, “assegurar a monótona repetição da vida em sua contingência e sua facticidade” (BEAUVOIR, 2016b, p. 414-415). Em resposta a essa concepção de sobrevivência do mundo patriarcal, Rita Lee afirma, “prefiro não saber”, assumindo uma existência autenticamente moral e rejeitando o destino predeterminado que a confina em seu sexo.

Chegando na última estrofe da canção, Rita Lee canta, “O que eu era ou sou por enquanto/É tudo aquilo que eu digo e canto/Com um pouco de espanto/ Num palco ou num canto.” Desde já, nota-se que a noção de devir reaparece em seu repertório, quando faz ressoar o verso, “o que eu era ou sou por enquanto”, visto que no “sentido dinâmico hegeliano: *ser* é ter-se tornado, é ter sido feito tal qual se manifesta” (BEAUVOIR, 2016a, p. 21). Deste modo, o devir-mulher beauvoiriano passa por uma série de circunstâncias, tanto simbólicas como materiais, não sendo, portanto, um destino natural e predeterminado que guia a mulher a *ser* algo. Logo, para Beauvoir, a mulher é um devir em movimento, um tornar-se *motu continuo*. Não são, portanto, seres fixos. E é nesse processo de devir que poderão existir como ser-para-si.

Nas palavras de Rita Lee, então, esse devir-mulher, que existe para-si, é reflexo de sua atitude diante da vida: está em seu discurso e em sua ação (“é tudo aquilo que eu digo e canto”). É por isso que a imanência precisa ser rejeitada, já que está no universo do em-si, da passividade, a inferioridade da mulher é colocada. A discrepância entre homem e mulher não é, portanto, natural em sua origem: ela é culturalmente construída. Ao nascerem, ambos os sexos são iguais, segundo o pensamento de Beauvoir.

Isso ocorre porque o homem, sendo Sujeito, encarcera a mulher em sua alteridade, transformando-a em mero ser biológico e reprodutor: “a humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele” (BEAUVOIR, 2016a, p. 12). E esse não parece ser o caso de Rita Lee, posto que seu comportamento não destoava de sua música; ao

contrário, sua atitude revelava que suas letras eram, em parte, autobiográficas. Isso ajuda a interpretar a mensagem que quer passar através de suas canções, como no início de 1970, quando ao ser entrevistada proferiu: “Faço o que eu quiser, na hora que eu quiser.” (LEE, 1970, s/p).” (LIMA, 2019, p. 33).

No último verso, Rita Lee diz que a mulher, representada pela corista de rock, em seu processo de tornar-se, existe para-si, “num palco ou num canto.” Essa metáfora – com os termos “palco” e “canto” – parece ser utilizada porque a protagonista faz parte do universo do rock (universo machista, vale lembrar). O “canto”, então, representaria o discurso, o poder da voz, de levantar pautas e expressar aquilo que se pensa, participar da vida como devir, como Sujeito. E o “palco”, sendo um local de protagonismo, parece simbolizar a possibilidade de a mulher poder estar onde ela quiser, inclusive em lugar de destaque, onde os homens são hegemônicos.

Isso traz à luz a ambiguidade – observada por Beauvoir – que envolve a complexa dinâmica entre o mundo patriarcal, que oprime a mulher, e sua liberdade de superar, transcendendo o que já está dado. Portanto, “a primeira luta não é com o Outro, mas com nós mesmos, (...) contra o medo de nossa liberdade (...). Assumir nossa ambiguidade (...) implica colocarmo-nos em risco. Esse é o primeiro passo para nos fazermos sujeitos” (CYFER, 2015, p. 71). Há, aliás, um episódio – ocorrido na vida de Rita Lee e relatado por ela – que ilustra bem o que é aqui argumentado:

Depois que eu passei a cantar sozinha, enfrentei uma série de obstáculos, que as pessoas nem imaginam. O preconceito contra a mulher no meio artístico é muito forte. (...) Os roqueiros brasileiros são supermachões. Então, quando uma mulher como eu sobe no palco e pega uma guitarra, eles exigem dela um virtuosismo que até mesmo poucos homens têm. A mulher, na verdade, é obrigada a ter este virtuosismo só porque ela se meteu numa área onde, até pouco tempo atrás, o domínio era quase exclusivamente masculino. (MENDONÇA, 1977, p. 41) (LIMA, 2019, p. 41).

É importante frisar, também, o penúltimo verso escrito por Rita Lee: “com um pouco de espanto.” Ao usar essa construção, ela acaba por suscitar – em certo sentido – a reflexão feita pelo filósofo alemão Martin Heidegger. Segundo ele, “o espanto é, enquanto pathos, a arché da filosofia” (HEIDEGGER, 1973, p. 21), ou seja, a filosofia deriva do espanto. Destarte, o espanto dirige os indivíduos à revelação de suas próprias ignorâncias e à investigação daquilo que desconhecem. A partir disso, o indivíduo é levado a questionamentos e reflexões, alargando suas perspectivas. Assim, se o

espanto desperta o campo do pensamento, das ideias e das problematizações, ele está ligado ao campo da existência, do para-si.

Ao explicar o vínculo do corpo à imanência e do espírito à transcendência, Beauvoir elucida que a condição de sujeito livre foi permitida apenas ao homem, visto que – hierarquicamente – a alma é considerada como mais valiosa do que o corpo, sendo aquela que representa o que é especificamente humano. As mulheres, por outro lado, só podem gerar filhos – corpo, carne, matéria perecível e fugaz. Contudo, para Beauvoir (2016b, p. 554), “em ambos os sexos representa-se o mesmo drama da carne e do espírito, da finitude e da transcendência; ambos são corroídos pelo tempo, vigiados pela morte.”

Neste sentido, a corista de rock, incorporada por Rita Lee, ao agir “com um pouco de espanto”, cria espaço para problematizar questões e ampliar os horizontes do intelecto. Isso ocorre justamente quando associa o seu discurso, cantado ou falado, ao espanto. Dessa forma, a protagonista da canção afirma-se como Sujeito, já que se liga ao espírito e, conseqüentemente, à transcendência, sendo capaz de forjar ideias e deixar sua marca no mundo.

3 Considerações finais

A influência do pensamento de Simone de Beauvoir criou um contexto em que elementos de sua obra permearam muitas discussões ao longo de décadas, incluindo o período em que Rita Lee iniciou sua carreira, momento em que os debates feministas ganhavam força. Destarte, através das lentes beauvoirianas, este exame do discurso de Rita Lee, a partir de sua música, tem o poder de evocar questões políticas relevantes, além de explorar conceitos filosóficos de *O Segundo Sexo*, uma obra pioneira na luta pela emancipação feminina e que é, até hoje, ponto de interlocução entre teóricas contemporâneas.

Neste sentido, ressaltamos que o conceito de *situação* – um dos mais destacados da obra de Beauvoir – está presente nas letras estudadas, tanto em *De pés no chão*, como em *Corista de Rock*: naquela, temos uma mulher que enfrenta as adversidades de fazer parte de um grupo socialmente marginalizado; nesta, uma mulher inserida num meio majoritariamente masculino e misógino. Em ambas, aliás, temos a representação de uma alteridade (a mulher) em sua relação com o princípio masculino (normativo), e esta relação Um-Outro é mais uma razão de pensarmos na obra de Beauvoir como apropriada para o aprofundamento das questões trazidas em tais canções, especialmente porque há uma busca pela liberdade prática,

apesar da situação na qual estão inseridas suas protagonistas.

Nos anos de 1970¹⁰, década na qual as letras aqui examinadas foram escritas, quase não havia mulheres compondo, e Rita Lee era um nome praticamente isolado nessa técnica, tornando-se uma artista bem-sucedida no mundo do rock, que, aliás, sempre foi um estilo misógino, com pouco ou quase nenhum espaço para figuras femininas. Por isso, “é notório perceber como a obra da artista reflete o percurso político-histórico do Brasil, ainda que a sua produção tenha sofrido (e ainda sofre) algum preconceito, devido a distintas razões: de gênero (por ser mulher), de estilo (*rock*; *Tropicália*).” (LIMA, 2019, p. 28).

Com essa postura *anti-establishment*, “por ser tida como uma mulher perigosa para os bons costumes da família brasileira” (LEE, 2020), Rita Lee ousou, portanto, invocar questões que ainda eram tabus, problematizando temas que diziam respeito ao mundo feminino, ao incitar as mulheres a buscar sua liberdade prática em todos os âmbitos, dando voz àquilo que foi idealizado por Beauvoir anos antes, ao escrever *O Segundo Sexo*. Embora muitos dos problemas aqui levantados sejam, hoje, vistos e recebidos de maneira distinta, graças às mudanças ocorridas desde então, tal problematização incita debates a respeito de questões que seguem relevantes.

Referências

ABDO, Sandra Neves. Execução/Interpretação musical: uma abordagem filosófica. **Per musi**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 16-24, jan-jun. 2000.

ANAZ, Sílvio A. L. A erotização do imaginário do pop-rock brasileiro nas canções de Rita Lee. **Música Popular em Revista**, Campinas, ano 3, v. 1, p. 80-100, jul-dez. 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**, volume 2; tradução Sérgio Milliet. - 3. ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.

_____. **O segundo sexo: fatos e mitos**; tradução Sérgio Milliet. - 3. ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.

10 Momento histórico de muita repressão, em que direitos humanos eram violados, a mídia e os meios de comunicação controlados, a liberdade de pensamento e a de expressão eram intoleráveis e, por conseguinte, as várias formas de manifestação cultural precisavam passar pelo crivo da censura, como observa Sílvio Anaz: “No contexto social e histórico, em que se inseriram os diálogos culturais que Rita Lee estabeleceu, ocorre o auge do movimento feminista e de um pensamento libertário e, ao mesmo tempo, as restrições políticas e de liberdade de expressão e organização impostas pelo regime militar e ditatorial no Brasil. Essas eram algumas das forças que impactavam na produção cultural da época no país. (ANAZ, 2014, p. 84). Como consequência, “Rita Lee tornou-se a artista nacional com maior número de composições vetadas pela censura dos anos de exceção, quando teve “o nome citado em pelo menos 250 documentos.” (JONES, 2018, p. 48).

BETZ, Albrecht. Introduction. In: EISLER, Hanns. **Musique et société**: essais choisis et présentés par Albrecht Betz; – Paris: Ed. de la Maison des sciences de l'homme, 1998, p. 1-21.

CYFER, Ingrid. Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e “a questão do sujeito” na teoria crítica feminista. **Lua Nova**, São Paulo, n. 94, pp. 41-77, 2015.

FEMENÍAS, María. A crítica de Judith Butler a Simone de Beauvoir. **Sapere Aude** – Belo Horizonte, v.3 - n.6, p.310-339 – 2º sem. 2012, pp. 310-339.

HEIDEGGER, Martin. **O fim da filosofia e a tarefa do pensamento**. In: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

JONES, Rita Lee. **favoRita**. – São Paulo: Editora Globo, 2018.

KRUKS, Sonia. “Simone De Beauvoir and the Limits to Freedom.” **Social Text**, n. 17, pp. 111–122, 1987. Disponível em: www.jstor.org/stable/466482. Acesso em: 5 mai. 2020.

LEE, Rita. **Atrás do porto tem uma cidade**. Rio de Janeiro: Philips, p. 1974. 1 disco sonoro.

----- **Entradas e Bandeiras**. São Paulo: Som Livre, p. 1976. 1 disco sonoro.

----- Rita Lee: ‘A humanidade, sim, tem sido o grande vírus’. Veja, 2020. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/entretenimento/rita-lee-a-humanidade-sim-tem-sido-o-grande-virus/>>. Acesso em: 23, jul 2020.

LIMA, Norma. **Ditadura no Brasil e censura nas canções de Rita Lee**. – Curitiba: Appris, 2019.

PARDINA, María Teresa López. **Simone de Beauvoir**. *Leyendo El segundo sexo*, Valencia: Universidad de Valencia, 2011.

POMBO, Mariana Ferreira. Desconstruindo e subvertendo o binarismo sexual e de gênero: apostas feministas e queer. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 7, p. 388-404, mai-out. 2017.

REYNOLDS, Jack. **Existencialismo**; tradução de Caesar Souza. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Série Pensamento Moderno).

Rita Lee. [Entrevista]. Rio de Janeiro: **Programa Conversa com Bial** da TV Globo em 03 de maio de 2017. Entrevista a Pedro Bial.

SANTOS, José Antônio Barbosa dos. **As faces de Eva: o universo feminino no léxico de Rita Lee**. Dissertação (Mestrado em Letras) – FFLCH-USP, São Paulo, 2013.

SANTOS, Magda Guadalupe dos. O pensamento filosófico-feminista de Simone de Beauvoir. **Revista Cult**, 2015. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/pensamento-filosofico-feminista-de-beauvoir/>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**; apresentação e notas, Arlette Elkaim-Sartre; tradução de João Batista Kreuch. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Vozes de Bolso)

_____, Jean-Paul. **O ser e o nada**; tradução de Paulo Perdigão. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. – (Coleção Textos Filosóficos)

Recebido em maio de 2021

Aprovado em setembro de 2022

O QUE É (E O QUE NÃO É) SER HOMEM?: MASCULINIDADE TÓXICA, CULTURA VISUAL E EDUCAÇÃO PARA E SOBRE CRIANÇAS¹

Maria Vitória Neri Pereira²

João Paulo Baliscei³

Resumo: Há, socialmente, estratégias visuais que atuam para a valorização de um modelo sobre o que é masculino. Artefatos da cultura visual promovem identificações sociais e de gênero. A partir disso, propomos, como objetivo, investigar os processos de produção de masculinidades, atuantes desde as infâncias, a partir da cultura visual e de espaços escolares. Para tanto, debruçamo-nos sobre os Estudos das Masculinidades e os Estudos da Cultura Visual, para a elaboração de uma pesquisa bibliográfica. No primeiro tópico abordamos o Projeto de Masculinização dos Meninos a partir de artefatos da cultura visual. No segundo, evidenciamos aprendizados semelhantes, porém, em espaços escolares.

Palavras-chave: Masculinidades; Cultura Visual; Educação.

Abstract: There are, socially, visual strategies that work to value a model about what is masculine. Artifacts of visual culture promote social and gender identifications. From this, we propose, as an objective, to investigate the processes of production of masculinities, active since childhood, from the visual culture and school spaces. Therefore, we focus on the Studies of Masculinities and the Studies of Visual Culture, for the elaboration of a bibliographical research. In the first topic, we approach the Boys Masculinization Project from visual culture artifacts. In the second, we evidenced similar learning, however, in school spaces.

Keywords: Masculinities; Visual Culture; Education.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

¹ Este artigo integra uma pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, intitulada “(Des)enrolando nós: Discussão sobre masculinidade tóxica e (des)construção de gênero no curta-metragem *Purl* (2019)”. Pesquisa financiada por Bolsas da Fundação Araucária. Processo: 1527/2021.

² Graduada em Artes Visuais da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Membro do Grupo de Pesquisa em Arte, Educação e Imagem – ARTEI. E-mail: mariavi_star@hotmail.com.

³ Doutor em Educação na Universidade Estadual de Maringá. Professor pelo Departamento de Teoria e Prática da Universidade Estadual de Maringá – UEM.. E-mail: jpbaliscei@uem.com.

Introdução

Em 2021, ocorreu uma grande polêmica nas redes sociais referente à publicação do Ministério da Educação da China sobre planos para “cultivar a masculinidade” em meninos desde o jardim infância até o Ensino Médio. De acordo com o governo chinês, a “feminilização” dos meninos chineses tem ameaçado o desenvolvimento e sobrevivência do país. Portanto, a iniciativa, como informa uma reportagem do VEJA (2021)⁴, propõe a contratação e formação de mais professores homens na área de Educação Física, obrigatoriedade da educação em saúde, mais avaliações da capacidade física dos alunos, entre outras frentes. Muitos/as internautas das redes criticaram a medida como machista e sexista, contudo, mídias relacionadas ao governo chinês parabenizaram a ideia e subjugaram, principalmente, as celebridades masculinas chinesas por seus traços delicados e bem tratados. Nesse caso, referiam-se aos cantores *pop* chineses do sexo masculino que se inspiram no gênero de estilo musical da Coreia do Sul, *K-Pop*. Nesse estilo é comum que os ídolos optem pelo uso de maquiagem e roupas andrógenas. As estrelas adotam um visual com estilo mais “gentil”, que é conhecido, no Oriente, como “masculinidade suave”. Utilizam-se, muitas vezes, de acessórios considerados femininos, como brincos, maquiagem, procedimentos estéticos, cirurgias plásticas, cabelos coloridos, entre outros exemplos de artefatos da cultura visual atribuídos às mulheres.

A partir dessa primeira demonstração de uma situação envolvendo a temática de masculinidade, iniciamos a discussão sobre o artigo “*Faça como homem*”: *cultura visual e o projeto de masculinização dos meninos* (2021), escrito por João Paulo Baliscei e Susana Rangel Vieira da Cunha, e apresentamos atravessamentos visuais e teóricos referentes ao assunto. O autor e autora formulam, inicialmente, o conceito de Projeto de Masculinização do Menino, composto por características recorrentes na educação das crianças do sexo masculino como uso da força e violência para resoluções dos conflitos. O conceito se refere a um conjunto de ações e enunciados direcionados aos meninos e às pedagogias culturais que aparecem, desde seu nascimento, para que assumam habilidades, comportamentos e interesses baseados no que a sociedade prioriza como “apropriados” a estes sujeitos. No texto, utilizam-se dos Estudos das Masculinidades para distinguir e problematizar enunciados culturais que concedem características restritas e estereotipadas a diversas identidades e formas que as masculinidades podem alcançar. Além disso, esse campo teórico promove tentativas de diversificação dos referências de masculinidades com os quais homens e meninos podam se identificar.

⁴ Disponível em <https://veja.abril.com.br/mundo/china-propoe-ensino-de-masculinidade-para-evitar-troca-de-papeis-de-genero/>. Acesso em 14 ago. 2021.

Baliscei e Cunha (2021) apresentam casos de violência de adultos homens contra meninos⁵, para expor a maneira com que os corpos adultos exibem terror psicológico e violência através da efetivação das agressões e dos modos como se dirigem aos corpos vulneráveis das crianças. Enverando, dessa maneira, não só os projetos de masculinização que atingem os envolvidos nas situações mencionadas, como também as demais crianças que presenciaram os episódios de agressão. Para a educação de meninos, conforme explicam, é recorrente a utilização de frases como “homem não leva desaforo para casa”, “não deve fugir de uma briga sem revidar”, “sempre há que revidar a agressão”, “precisa sempre ganhar” e outras que, substancialmente, são reflexos do que denominam como projeto de masculinização dos meninos.

Utilizando de um modelo de representação visual para demonstrar uma situação parecida, a cena do filme *Palmer* (2021)⁶ que envolve o protagonista, Eddie Palmer⁷, um homem adulto e que corresponde às normas de masculinidade valorizadas socialmente. No filme, Palmer cuida de Sam⁸ um menino doce, gentil e romântico que contradiz as consideradas normas de masculinidades quando, por exemplo, se interessa por artefatos na cor rosa e tematizados por fadas e princesas. Em uma cena em que Sam é insultado por colegas da turma, todos meninos, Palmer, o homem adulto, encoraja-o a recorrer a atitudes agressivas para resolver o problema, aproximando-se, assim, daquilo do projeto de masculinização dos meninos.

Tal projeto é evidente em outras expressões da cultura visual para além dos filmes. Na produção do artista carioca Fábio Carvalho (1965--)⁹, por exemplo, quem busca representar a pluralidade masculina, vemos críticas a esse projeto. Artista multimídia que trabalha com cerâmica, bordado, pintura, sobreposição, entre outras técnicas artísticas, Fábio, em suas obras, traz uma reflexão baseada em elementos que demonstram os estereótipos de gênero e sexualidade, através da sobreposição e conflitos entre os artefatos aceitos como viris e masculinos, e signos associados ao feminino. Identificamos, nos primeiros trabalhos do artista, abordagens em torno de como, na infância, já existe um ensino de padrões tidos como “corretos” para cada gênero, através do aceite ou encorajamento de certos brinquedos e brincadeiras. É possível perceber essa relação nas primeiras imagens da série *Macho Toys*, intitulada

5 Por exemplo, um ocorrido em que um padrasto chutou um menino de 4 anos de idade após a criança ser expulsa da creche por comportamento agressivo.

6 O filme conta a história de Eddie Palmer, um homem que, ao sair do presídio e retornar para sua casa para retomar sua vida, cria um vínculo com um garoto vindo de um lar problemático, chamado Sam.

7 Interpretado por Justin Timberlake (1981--).

8 Interpretado por Ryder Allen (2013--).

9 Ele nasceu no Rio de Janeiro, onde atualmente vive e trabalha. Formou-se, em 1986, em biologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e concluiu sua pós-graduação em Análise de Sistemas, em 1990, pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal - Ibam.

Parade (2010-2011), que foram realizadas com brinquedos e imagens do universo militar com a associação de elementos considerados femininos, como as flores. A série, apresentada na Figura 1, em específico, é constituída por intervenções em soldados, aviões e helicópteros de brinquedo, e flores de plástico e pires de porcelana.

Figura 1: Número 02 e 20, da série *Parade* (2010-2011)



Fonte: <https://www.fabiocarvalho.art.br/mt-24-20.htm>. Acesso em: 23 out. 2021.

Apesar do enfoque nas figuras militares que são consideradas pelo artista como um dos símbolos mais fortes de representação de brutalidade, virilidade e impetuosidade, ele também trabalha com outros estereótipos de virilidade, como o esportista de elite, o halterofilista e o cowboy. Mediante a isso, Fábio, em seus trabalhos, procura desnudar as fragilidades ocultas por traz da máscara homem-viril-bruto e evidenciar como ao homem não é permitido espaço para dar vazão às suas vulnerabilidades, sendo, sempre, obrigado a ser imbatível, viril e vitorioso. Além disso, a produção artística motiva-nos a questionar a noção geral de que força e delicadeza, virilidade e poesia, masculinidade e vulnerabilidade são qualidades humanas impossíveis de coexistirem juntas. Em suas obras, as representações de virilidade dividem espaços físicos e corpóreos com a feminilidade, sem que haja anulação ou mesmo hierarquização entre elas.

Num determinado momento de sua produção, conforme localizamos no vídeo *MACHO TOYS 2010/2020 - 10 Anos de Reflexão de Estereótipos de Gênero* (2021)¹⁰, o artista encontrou um antigo jogo de cama, de quando

¹⁰ Vídeo disponível em: <https://youtu.be/OyLmoZyJy5Y>. Acesso em: 05 fev. 2022.

ele era ainda pré-adolescente, com estampas de cowboys em ação em seus cavalos. O reencontro culminou nos primeiros trabalhos artísticos sobre tecidos e também na abordagem dos estereótipos e tabus sobre a virilidade mais bruta, um modelo de “macho ideal”: os vaqueiros e os cowboys. Outra série que também trata sobre os vaqueiros, *Se renda há* (2012), destacada na Figura 2, envolve intervenções sobre fotos antigas de cowboys, algumas do século XIX, sobre as quais foram aplicadas rendas, pérolas e cristais falsos. Em alusão ao contraponto do estereótipo evidente na masculinidade hegemônica desses homens brutos, representados em filmes de velho oeste, o artista trouxe referências às dançarinas de *saloon*¹¹.

Figura 2: Número 1 e 2, da série *Se renda há* (2012)



Fonte: <https://www.fabio-carvalho.art.br/serendaha02.htm>. Acesso em: 23 out. 2021.

O projeto de masculinização que aparece tanto no filme *Palmer* (2019) quanto nas obras de Fábio Carvalho e nos brinquedos, fotografias e demais artefatos da cultura visual que integram seu processo criativo, infelizmente não é exclusivo de histórias fictícias e são recorrentes na vida real, prejudicando, inclusive corpos infantis. Na contemporaneidade, encontramos exemplos disso no caso do filho da cantora de forró, Walkyria Santos (1978--), de 16 anos, Lucas de Santos (2006-2021), que foi encontrado morto, em casa, no ano de 2021¹². A motivação do suicídio guarda relação com comentários maldosos e homofóbicos feitos na internet, decorrentes de um vídeo que

¹¹ *Soloon*, traduzido literalmente para o português, *salão*, era um típico bar frequentado pelas pessoas do Velho Oeste estadunidense, normalmente soldados, garimpeiros, cowboys, entre outros exemplos.

¹² Notícia disponível em: <https://www.band.uol.com.br/entreterimento/melhor-da-tarde/noticias/filho-da-cantora-walkyria-santos-e-encontrado-morto-aos-16-anos-16363770/amp>. Acesso em: 05 fev. 2022.

o garoto havia publicado na rede social *TikTok*. No vídeo em questão, Lucas se divertia ao ver a reação de seus amigos e amigas, ao verem ele beijando um outro garoto. Quando viralizado, o vídeo fora recebido com calúnias preconceituosas e assédio contra Lucas. Depois de tanta repercussão, por medo desse assédio, Lucas fez um pronunciamento nas redes, pedindo desculpa e afirmando que ele era heterossexual, e que os beijos se tratavam de brincadeiras. Apesar desses esclarecimentos e da tentativa de assumir o controle da situação, Lucas acabou se suicidando em decorrência dessas violências virtuais.

A escola também é um dos locais onde essas violências características da generificação de meninos e meninas podem agir, seja de formas físicas, simbólicas e mesmo virtuais. Em meados de 2018, por exemplo, no decorrer das vivências que tive¹³ no Ensino Médio, era recorrente, entre as meninas, trocas de abraços ou demonstrações de carinho não românticas. Contudo, recordo-me que, em um dia, durante o tempo de descanso dos/as estudantes, eu abracei uma amiga em frente à coordenação do colégio. Ela me contou, posteriormente, que a coordenadora da escola havia telefonado para a sua casa para perguntar-lhe se nós duas estávamos namorando. Outro caso que exemplifica essa violência escolar para além das minhas vivências pessoais se refere àquelas vividas recentemente, em 2021, por um menino de 11 anos¹⁴, aluno da Escola Estadual Aníbal de Freitas, em Campinas (SP). Após sugerir em um grupo de *WhatsApp* que os/as professores/as trabalhassem com o tema de *LGBTfobia*, o menino foi ofendido por funcionários/as da escola e por familiares de outros/as alunos/as que afirmaram que a ideia era “absurda”, desapropriada e desnecessária, e diante do seu comentário, fora até solicitado, por parte de adultos/as, que o menino fosse retirado do grupo. Nesse caso, foi a irmã da vítima quem registrou o boletim de ocorrência contra a escola e também quem trouxe o relato para o *Facebook*, oportunizando a divulgação dele.

Podemos inserir como uma possível correlação com estes exemplos o conceito de Rita Segato (2018), *Pedagogias da Crueldade*, definido como todos os atos de exploração, retificação, rebaixamento e crueldade social exercidos sobre corpos alheios. São pedagogias machistas e patriarcais que trucidam, através de uma educação que exclui, tudo que não se encaixa nos moldes da masculinidade tóxico-normativa, isto é, os corpos vulneráveis e

13 Recorro à conjugação de verbos na primeira pessoa do singular, por ter compartilhado relatos sobre a minha vida pessoal. Posteriormente, utilizamos conjugações no plural para incluir outras vozes e olhares à discussão.

14 Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/06/13/familia-denuncia-preconceito-contr-a-aluno-de-11-anos-apos-sugestao-de-trabalho-com-tema-lgbt-em-grupo-da-escola.ghtml>. Acesso em 21 jan. 2022.

dissidentes. Nas palavras da autora, essas pedagogias são “[...] todos os atos e práticas que ensinam, habitam e programam os sujeitos a transmutar o vivo e sua vitalidade em coisas” (SEGATO, 2018, p.11). Citamos, por exemplo, casos de mortes registradas por penalização da sodomia¹⁵, no Brasil do século XVII. Em 1613 e 1678, respectivamente, um indígena Tupinambá foi amarrado à boca de um canhão e seu corpo destruído¹⁶ e um jovem negro foi açoitado até a morte¹⁷, como punição por suas práticas sexuais não hegemônicas (COSTA, 2019). Mais recentemente, em 2021, um outro caso indica que as masculinidades dissidentes são punidas e ajustadas para que se aproximem da norma. Em julho, desse ano, na Espanha, Samuel Luiz Muniz, brasileiro, foi espancado até a morte às portas de uma festa. Os agressores abordaram o jovem, acusando-o de estar filmando o grupo e testemunhas contam que ele fora xingado de “bicha”. A polícia suspeita que pelo menos setes pessoas começaram as agressões, chutando a vítima que não conseguiu se defender. O ocorrido repercutiu muito ocasionando diversos protestos contra homofobia em todo o país. Ambas as situações demonstram, veementemente, que todos os corpos que não são configurados a partir do “padrão” vigente para o gênero masculino são diminuídos, rejeitados, agredidos e mortos.

Diante desses exemplos cotidianos e contemporâneos, fictícios e reais, e da argumentação sobre o projeto de masculinização dos meninos, perguntamo-nos: De que maneira a educação e a cultura visual contribuem nas construções de masculinidades desde as infâncias? Como a escola e as imagens têm produzido masculinidades? Como as masculinidades são construídas imagetivamente e, principalmente, dentro das salas de aula? Para oferecer respostas a essas indagações, neste artigo, temos como objetivo investigar os processos de produção de masculinidades, atuantes desde as infâncias, a partir da cultura visual e de espaços escolares. Para desempenhá-lo, organizamos uma pesquisa bibliográfica organizada dois momentos, para além da introdução e da conclusão. No primeiro deles, apresentamos e problematizamos conceitos sobre masculinidade, relacionando-os às práticas afetas às infâncias, em especial, àquelas que operam a partir da visualidade. Em seguida, aprofundamo-nos sobre dois conceitos – o de

15 É uma palavra de origem bíblica, utilizada para definir qualquer prática realizada pelos moradores de Sodoma. Com o passar do tempo, o termo foi sendo utilizado também para se referir de modo pejorativos às práticas sexuais dissidentes das cristãs. De acordo com o dicionário da língua portuguesa é referente à prática de sexo anal, seja entre homens ou mulheres.

16 O indígena era conhecido como Tibira (indivíduo homossexual na cultura indígena) do Maranhão e é considerado um dos primeiros caso de morte por homofobia no Brasil. Recebeu batismo cristão antes de sua execução a partir do qual passou a ser chamado de Dimas, nome dado a um dos homens crucificados ao lado de Cristo que se redimiu.

17 O escravizado foi morto por ter mantido relações sodomíticas com um capitão do exército. O ocorrido foi registrado no 14º Caderno do Nefando da Inquisição de Lisboa e aconteceu na capitania brasileira, criada em 1590, Sergipe del Rey.

Heteronormatividade e o de Pedagogia do Armário – para refletir sobre como a escola está envolvida no intuito de masculinizar os meninos a partir de uma referência específica de masculinidade. Para o desenvolvimento desses tópicos, debruçamo-nos sobre os Estudos das Masculinidades e os Estudos da Cultura Visual. Por fim, mencionamos que este artigo é decorrente de uma pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC. Intitulada *(Des)enrolando nós: Discussão sobre masculinidade tóxica e (des)construção de gênero no curta-metragem Purl (2021-2022)*, a pesquisa em questão tem como objetivo analisar o curta-metragem *Purl (2019)*¹⁸, relacionando suas cenas, imagens e discursos às relações de gênero, com ênfase na concepção de masculinidade tóxica.

1 Masculinidades em debate: conceitos e problematizações

Contrário e contrária às concepções do senso comum, Baliscei e Cunha (2021, p. 378) afirmam que a masculinidade não possui uma definição exclusiva e “[...] que os significados e implicações que constituem ‘fazer como homem’ são disputados por diferentes grupos que tentam caracterizar as masculinidades de diferentes formas”. Essa variabilidade dos significados que atravessam o “ser homem”, então, acarreta consequências diretas para o projeto de masculinização. Para Maria Juracy Toneli Siqueira (2006), tudo aquilo que torna o homem um sujeito masculino pertence à ordem social, ao mundo da cultura e ao universo simbólica e historicamente construído. Assim, a figura do homem é inalienavelmente social.

Podemos citar um tipo diferente da masculinidade com a qual estamos acostumados a lidar através de imagens globalizadas, como a do homem europeu, estadunidense e brasileiro. Referimo-nos a um tipo de masculinidade recorrente na Coreia do Sul, chamada de *Kkonminam* - traduzido literalmente para “homem-flor”. De acordo com Joanna Elfving-Hwang (2011), é comum que na mídia coreana os homens apareçam representados como atenciosos, sensíveis e prontos para expressar seus sentimentos, se necessário. São comportados e elegantemente vestido e preocupados, excessivamente, com sua aparência. Em programas televisivos e em fotografias de moda e publicidade, aparecem, de modo geral, com um visual jovem e não são contrários ao uso de maquiagem ou procedimentos estéticos e cirúrgicos. Na Figura 3, por exemplo, trazemos duas imagens. Na primeira delas apresentamos o ator australiano Chris Hemsworth (1983-

18 Essa animação criada pela Pixar e escrita e dirigida por Kristen Lester, conta a história de uma personagem representada por um novelo de lã, chamada *Purl*, que consegue um emprego em uma empresa onde trabalham apenas homens. Em meio a piadas machistas e misóginas, ela tenta se encaixar.

-) para representar as masculinidades globalizadas, as quais nos referimos como hegemônicas, e que refletem uma espécie de modelo europeu, o qual propõe que os homens tenham corpo definido, cor dos olhos clara, barba, cor de pele branca, entre outros atributos. Já a segunda imagem, refere-se ao sul-coreano Kim Seok-jin (1992--), nome artístico Jin, membro do grupo de K-Pop BTS, exprimindo a masculinidade *Kkonminam*, a qual caracteriza os homens com feições delicadas, uso de maquiagem e estilo de cabelo mais andrógino.

Figura 3: Masculinidade “globalizada” e *Kkonminam*



Fonte: Imagens extraídas, respectivamente, de: https://theinheritors.fandom.com/wiki/Chris_Hemsworth e <https://br.pinterest.com/pin/648729521301520937/>. Acesso em: 20 set. 2021.

Balisci e Cunha (2021) afirmam que a masculinidade é caracterizada, desde a infância, pela negação. O homem, então, não é mulher; não é bebê; e não é homossexual. Na mesma direção, Maria Regina Azevedo Lisboa (2006) argumenta que a fuga do contato mais íntimo dos homens com as mulheres vem da necessidade da fuga do sentimento de fragilidade. Então, para a autora, o ato de “fundir-se” à mulher, para o homem, estaria relacionado a perder a sua “individualidade”, instaurando, assim, um jogo entre desejo e medo para com a mulher. Ademais, as convocações sobre homens não chorarem, não sentirem ou demonstrarem dor, medo e saudade, não falarem fino e outras proibições demonstram que o “título” concedido à masculinidade “de verdade”

é provisório, e que ele precisa estar, constantemente, sendo validado pelos seus pares a partir de seus gestos, ações e principalmente, negações. Em consonância com a formulação de projeto de masculinização dos meninos, mencionamos a pesquisa de Berenice Bento (2015, p. 98), quem afirma que “[...] a masculinidade pode ser tida como um projeto sempre inacabado, que está sempre sendo colocado à prova para ser avaliado por outros homens”. A isso acrescentamos que, o padrão da masculinidade implica inúmeras dificuldades para ser transposto à realidade social (LISBÔA, 2006).

Apropriarmo-nos de um termo utilizado por Bento (2015) para caracterizar o modelo de homem no poder, com poder e de poder, o qual, segundo a autora, torna-se sinônimo de força, sucesso, capacidade, domínio, confiança e controle: Masculinidade Hegemônica. A masculinidade hegemônica é uma definição de masculinidade que permanece como sendo o referencial, enquanto outras formas de masculinidades são avaliadas e julgadas como inferiores a ela. Esse modelo hegemônico exalta posse, violência, poder, competitividade e virilidade, contudo, não é uma porcentagem circunstancial da população masculina. Em outras palavras, a masculinidade hegemônica se torna hegemônica não por ser aquela assumida pela maioria, mas por ser a que detém mais poder. É, basicamente, a construção de “[...] uma ideologia que lhe dá sustentação, podendo ser caracterizada por um conjunto coerente de ideias que busca justificar, por meio de construções cognoscíveis e discursivas as práticas dos homens” (BENTO, 2015, p. 92). Ela define padrões de comportamento a serem seguidos pelos homens, e se dispõe com base em relações assimétricas entre os gêneros.

Carmem Sílvia Moraes Rial (2006) sintetiza esse pensamento ao discutir as questões da masculinidade, relacionando-as, especificamente, à prática de esporte. Para a autora, a dor, no esporte é vinculada à construção da masculinidade. O aprendizado de uma masculinidade se dá através de uma incorporação que é possível apenas através da dor. É o caso de trotes para o ingresso em equipes de rúgbi, como, por exemplo, a brincadeira do *cuecão*, na qual o rapaz novato é suspenso pela a cueca na frente dos jogadores veteranos. Essa brincadeira pressiona os testículos da vítima, um dos símbolos máximos de masculinidade, e dura ou até os companheiros cansarem de segurar o jovem ou até o tecido da cueca se rasgar. A dor, também, é exemplificada pelas exibições orgulhosas de cicatrizes advindas de partidas esportivas ou da persistência dos jovens em permanecer jogando, mesmo quando gravemente feridos. Ademais, mencionamos um outro trote destacado pela autora, por ele ser típico de Curitiba, a capital do Estado em que residimos. Conhecido como *chupa, chupa*, esse trote é praticado por jogares veteranos que causam marcas de *chupões* nos novatos para feminizá-los. O trote

coloca os mais experientes acima dos iniciantes, na cadeia hierárquica do esporte. Rial (2006, p. 248) denota que “[...] práticas de muitos esportes implicam esforço, sacrifício e dor. Sacrificar o corpo no esporte aporta um capital simbólico ao praticante. A derrota não desonra se o derrotado for capaz de suportar a dor até o final”. A autora ainda destaca que, enquanto o sucesso masculino no esporte se manifesta a partir da dor e essa, por sua vez, é pública e divulgada em atos de glorificação e aclamação, o sucesso feminino no esporte tem operado por outras vias. Nesse ponto, a autora não indica elementos específicos valorizados na prática do esporte feminino, porém, podemos supor que esses estariam relacionados, por exemplo, ao uso de uniformes justos e sexualizados (como é caso das jogadoras de vôlei), às ofensas contra atletas que apresentam aspectos mais masculinos devido à prática do seu esporte (como vemos na natação e no levantamento de peso) e também à escassa cobertura que as mídias dão aos esportes femininos.

Em contato com obras de Raewyn Connell (1995; 1997), referência pioneira nos Estudos das Masculinidades, identificamos que a autora se contrapõe à concepção de “papel sexual”, uma vez que o “papel masculino” não permite ver as complexidades no interior da masculinidade e as múltiplas formas que essa identidade de gênero pode assumir. Essa concepção da qual a autora se opõe também não permite compreender questões relacionadas ao poder, à desigualdade material e social. Para ela, a masculinidade é justamente “[...] uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (CONNELL, 1995, p. 188). Ela demonstra que, o gênero é uma forma na qual as diferenças sexuais dos corpos humanos e as capacidades reprodutivas redigidas pelas práticas sociais nos corpos se correlacionam. Dessa maneira, pelo gênero ser parte do processo histórico, faz-se com que as masculinidades sejam corporificadas ao mesmo tempo que são parte do aspecto social.

Em outro texto, a autora elabora mais sobre a questão de gênero em relação a masculinidade. Para Connell (1997, p. 35), a masculinidade é um conceito recente que pode ser, brevemente, definido como ao mesmo tempo “[...] la posición en las relaciones de género, las prácticas por las cuales los hombres y mujeres se comprometen con esa posición de género, y los efectos de estas prácticas en la experiencia corporal, en la personalidad y en la cultura”.

O gênero, segundo a autora, é uma forma de ordenamento da prática social que enfoca nos corpos e, conseqüentemente, no que eles fazem. Contudo, não é uma prática social reduzida ao corpo. Quando falamos sobre masculinidade e feminilidade estamos nomeando configurações de

práticas de gênero. Justamente pela prática social ser aquela que responde a situações particulares e se constrói dentro de estruturas definidas pelas relações sociais. Connell (1997) define as práticas de gênero como Projetos de Gênero: processos de configuração da prática social através do tempo que transformam seus pontos de partida nas estruturas de gênero. Em vista disso, pelo gênero não ser um tipo especial de prática social e sim uma maneira de estruturá-la em geral, está, normalmente, associado com outras estruturas sociais, como raça, classe, sexualidade, idade, etc.

Semelhantemente, Baliscai e Cunha (2021) refletem sobre como as diretrizes sobre “ser homem” também atravessam outras identidades que esses indivíduos possam apresentar, como por exemplo, a de “ser pai”. Argumentam que a vinculação emocional entre pais e filhos/as ou a ausência dela interfere diretamente no desenvolvimento e expressão das masculinidades tanto dos adultos como das crianças. Na sociedade patriarcal, a mulher é quem costuma ser responsabilizada pelos cuidados com as crianças e com a casa, e a ausência de referências positivas quanto à masculinidade na criação dos filhos meninos pode acarretar possíveis dificuldades de eles demonstrarem afetos e trocas com outros meninos, mesmo que amigos. O autor e a autora argumentam, ainda, sobre a importância da resignificação das maneiras como se têm vivido as masculinidades, afinal, elas agredem os próprios homens.

Pensamos em consonância com o autor e autora quando afirmam que há uma necessidade de refletir sobre os modos como os artefatos da cultura visual contemporânea estão envolvidos no projeto de masculinização dos meninos. Para além das mídias televisivas e jornalísticas, mencionadas no texto, acrescentamos que desenhos animados, brinquedos, jogos, personagens de super-heróis e outros artefatos da cultura visual, a partir de determinadas referências de masculinidade, caracterizam essa identidade ao conferir cores e formas específicas aos meninos. Na Figura 4, por exemplo, reunimos uma série de artefatos endereçados às infâncias que apresentam modos bastante específicos sobre como “ser homem/menino”. Reparem que a maioria das imagens reforça os estereótipos masculinos e ressalta a força física, rapidez e violência, como pode ser visto em super-heróis, carros e outros objetos que reforçam a atividade física. Os artefatos também se apegam à uma paleta de cores mais centralizada no azul, exterminando ou pelo menos evitando o uso de cores suaves, como o rosa.

Figura 4: Artefatos visuais endereçados aos meninos



Fonte: Imagens extraídas da internet. Montagem nossa. Acesso em: 20 set. 2021.

Além da atuação dessas pedagogias, o próprio espaço escolar, de diversas maneiras, replica posicionamentos semelhantes aos sugeridos por essas imagens, sem disponibilizar outros tipos e formas de masculinidades e feminilidades às crianças. Consequentemente, esses espaços e os/as profissionais neles envolvidos/as, tendem a estabelecer e reafirmar apenas aquelas masculinidades e feminilidades já consideradas como sendo “as corretas”. A partir da reflexão que temos desenvolvido neste tópico, questionamo-nos: como as masculinidades são abordadas nos espaços escolares? Para responder à essa pergunta, a seguir, comentamos sobre a heteronormatividade a partir de pesquisas de Rogério Diniz Junqueira (2013), e sobre um outro conceito, desta vez criado por ele, o de Pedagogia do Armário. Juntos, a heteronormatividade e a pedagogia do armário, ilustram o modo como os enunciados e as restrições à masculinidade hegemônica aparecem nos espaços escolares.

2 Heteronormatividade e Pedagogia do Armário

A heteronormatividade ou heterossexismo é definido por Junqueira (2013) como a prática exercida por indivíduos cujas referências são centradas no homem, adulto, branco, heterossexual e burguês. Entranhadas no currículo, as dimensões da heteronormatividade no cotidiano da escola se relacionam “[...] a práticas de controle, vigilância e gestão das fronteiras da heteronormalidade, produzindo classificações, hierarquizações, privilégios, marginalização, desigualdades” (JUNQUEIRA, 2013, p. 482), comprometendo a garantia ao direito de uma educação de qualidade para todas as pessoas. Assim, o currículo, sendo um artefato político de produção cultural e discursiva, revela-se, também, como um espaço que abriga formas de controle, relações de poder, resistência e possibilidades de conformismo que, todas elas, privilegia a heterossexualidade como norma.

Nesse sentido, podemos citar como exemplo: a divisão entre meninos e meninas em filas diferenciadas ou até mesmo durante os exercícios realizados nas aulas de Educação Física; a universalização em livros didáticos e materiais audiovisuais do corpo hétero como a única possibilidade de existência; e a apresentação de narrativas que apenas demonstram casais constituídos por um homem e uma mulher, como é o caso dos contos de fadas. Esses exemplos ilustram a conformação dos privilégios da heterossexualidade no ambiente escolar. Embora a escola tente se afirmar assexual - argumentando, muitas vezes inclusive, que essas questões são de responsabilidade única e exclusiva da família - ela potencializa e fomenta o desejo heterossexual e a teatralização dos códigos da heterossexualidade normativa. Siqueira (2006, p.210) ainda

afirma que “[...] processos verbais adquiridos e dominados pela criança, de início como atos tendentes à satisfações de determinadas necessidades, tornam-se instrumentos do pensamento e regulação de seu comportamento”. Podemos perceber, através da citação do autor, que os dispositivos escolares perpetuam uma narrativa heterossexual sobre as crianças durante seu processo educativo, sendo, essas, atitudes pensadas para satisfazer às necessidades de uma sociedade patriarcal que busca controlar a binariamente dos gêneros e as sexualidades desde o Educação Infantil.

De acordo com Renata Andrea Santana de Lucia e Baliscei (2020), no contexto político brasileiro atual, há a predominância da dispersão de um conservadorismo que prevê reação à visibilidade das populações que sempre foram marginalizadas. O acesso à educação pública e de qualidade é limitado na tentativa de impedir que haja uma formação de pessoas críticas e conscientes em relação àquilo que ocorre no contexto cultural e sócio-histórico em que vivem. Justamente por isso, a autora e o autor denotam a urgência na construção de estratégias de resistência, de “[...] disseminação de informações de qualidade, de sensibilização por meio da Arte e da educação, para que o povo se distancie ou transforme a ignorância em conhecimento e se levante contra as desigualdades e opressões sofridas”. (LUCIA; BALISCEI, 2020, p. 166).

Enquanto isso não ocorre, a escola, como vemos, torna-se um, dentre tantos, locais rotineiros onde circulam preconceitos que dispõem em movimento de discriminações e que atuam no fortalecimento das fronteiras que definem parâmetros de “normalidade”. Sendo, em consequente, um espaço construído para e na produção, reprodução e atualização dos parâmetros da heteronormatividade, regulando não apenas a sexualidade, mas também o gênero. Junqueira (2013) cita que as disposições heteronormativas são fundamentadas na ideologia do “dimorfismo sexual”, que sustenta a crença, ainda na contemporaneidade, de uma suposta existência natural de apenas dois sexos, que se traduzem, necessariamente, na expressão única e binária de dois gêneros.

O autor, ainda, caracteriza a homofobia não apenas a partir do sentido comumente atribuído à essa prática, envolvendo emoções negativas (como o medo e o repúdio) em relação a homens e mulheres homossexuais. Segundo o autor, a homofobia pode, também, ser entendida como um fenômeno social “[...] relacionado a preconceitos, discriminação e violência contra quaisquer sujeitos, expressões e estilos de vida que indiquem transgressão ou dissintonia em relação às normas de gênero, à matriz heterossexual, à heteronormatividade” (JUNQUEIRA, 2013, p.484).

A isso acrescentamos que as violências que tentam normatizar os corpos à matriz da heterossexualidade se manifestam de formas diferentes conforme os sujeitos vitimados. Homens e mulheres bissexuais, por exemplo, são acometidos/as pela bifobia. Quando estão em um relacionamento com uma pessoa do gênero oposto, os e as bissexuais podem ter aspectos de sua sexualidade (gostar também de alguém do mesmo gênero), desmerecidos, inclusive, pelos seus e suas pares da comunidade LGBTQIA+ que os/as olham como se fossem heterossexuais. Semelhantemente ocorre quando homens e mulheres bissexuais se relacionam com alguém do mesmo gênero e são, equivocadamente, avaliados/as como gays e lésbicas, respectivamente. Então, tanto no ambiente heterossexual quanto em grupos LGBTQIA+, muitas vezes, os/as bissexuais são invalidados/as. Ou não são “gays” demais ou não “héteros” o suficiente. Ambas as afirmativas são incorretas. Bissexuais são bissexuais.

A heterossexualidade é o principal monumento que sustenta a heteronormatividade e as violências decorrentes dela, de tal maneira que instaura regimes de vigilância e controle da conduta (heteros)sexual e das expressões e identidades de gênero, como exemplificamos com a homofobia e a bifobia. Em outras palavras, são manifestações de sexismo que, em muitos casos, são associadas a diversos regimes e a um arsenal normativo sobre os corpos, os sujeitos, as hierarquias entre eles e as instituições que eles ocupam. E ainda que essa imposição de “aparentar” ser “heterossexual” diga respeito a todos/as, é importante destacar que a homofobia também possui alvos preferencias, afinal, as lógicas da marginalização afetam os indivíduos de maneiras desiguais.

A pedagogia da sexualidade, conceito elaborado por Guacira Lopes Louro (1999), é a mira preferencial que destaca, também em espaços escolares, as pessoas dissidentes em relação aos padrões definidos pela normatividade heterossexual. Os estudos de Junqueira (2013, p. 484) dialogam com o conceito estabelecido pela autora, a partir da ideia de “pedagogia do insulto”, a qual, conforme explica,

Pessoas identificadas como dissonantes ou dissidentes em relação às normas de gênero e à matriz heterossexual são postas sob a mira preferencial de uma pedagogia da sexualidade (LOURO, 1999) geralmente traduzida [...] em uma pedagogia do insulto por meio de piadas, ridicularizações, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes e desumanizantes.

A partir das reflexões de Andrey Gabriel Souza Cruz e Baliscei (2020), percebemos que os corpos alvos de morte e discriminação são bem definidos e facilmente destacados dos demais. Os autores explicam que as narrativas performativas masculinas são múltiplas e organizadas de modo hierárquico, e que ainda que em uma sociedade patriarcal haja a asseguuração de vantagens e benefícios aos homens, de modo geral, os privilégios são gozados de maneiras distintas entre eles. Então, quanto mais divergente do “homem modelo” o sujeito for, menos privilégios portará. No texto em questão, os autores chamam a atenção para os aspectos étnico-raciais que atravessam as masculinidades, marcando os homens de maneiras distintas. Nesse caso, argumentam que são inegáveis as intervenções de classe, raça, sexualidade, faixa etária, gênero e geografia do sujeito no processo de construção de sua subjetividade. Existem hierarquias nos modos em que as performances masculinas são organizadas e performadas. Um homem *gay* branco, por exemplo, ocupa um espaço de privilégio e hierarquia quando comparado a um homem *gay* negro. E um homem hétero negro não possuía os mesmos acessos que um homem *gay* branco, já que este último detém uma suposta proximidade às visualidades e vantagens conferidas à branquitude. O racismo, portanto, faz com que, mesmo que sejam homens, estes corpos sejam separados entre superiores (brancos) e inferiores (negros, amarelos, indígenas, etc.). Somada à identidade de gênero, a identidade étnico-racial e outros marcadores, então, sinalizam quem deve ou ter a vida protegida e prolongada, e quem não – sendo, assim, submetidos à exposição à morte política, à expulsão, à rejeição, entre outros tipos de violência.

Segundo Connell (1995, p.190), há uma visão da narrativa convencional em visionar o gênero como um molde social e uma referência às crianças e aos adultos/as, “[...] como se as personalidades masculinas sáíssem, como numa fábrica de chocolate, da ponte de uma esteira”. A masculinidade é um projeto “estampador” de subjetividades e identidades sobre crianças e adultos/as, que pode ser aceita ou rejeitada por aqueles/as que interagem com ela. Connell (1995, p.190) afirma que,

Esses projetos envolvem encontros complexos com instituições (tais como escola e mercado de trabalho) e com forças culturais (tais como a comunicação de massa, a religião e o feminismo). Esses encontros têm uma estrutura dialética e não uma estrutura mecânica. Rapazes e garotas podem lutar contra a instituição ou a força cultural, bem como aceitar sua estampa.

Concordamos com a autora nesse ponto e acrescentamos que se rapazes e garotas podem lutar contra referências específicas de masculinidade, podem,

também, rejeitar a heteronormatividade ou, pelo menos, buscar alternativas para ela. A instituição heteronormativa concorre em diversos espaços sociais e institucionais, contudo, há que se destacar que é no ambiente escolar e no familiar onde podemos perceber seus momentos cruciais. Observamos, também, que para a construção de sujeitos masculinos heterossexuais existe uma espécie de obrigatoriedade da rejeição de tudo aquilo que, socialmente, é associado à feminilidade e à homossexualidade, alimentando, respectivamente, a misoginia e a homofobia entre homens, rapazes e mesmo entre meninos.

Em uma entrevista¹⁹, Rita Von Hunty (1990)²⁰ caracteriza a escola como o primeiro aparato ideológico repressor do Estado e que intenta despir os sujeitos que a frequentam, alunos e alunas, de todas as formas de expressões que destoem do que é estabelecido como “norma”. Ela ainda afirma que a escola é uma fábrica de subjetividade que ensina os/as estudantes, desde pequenos/as, que as representações fora da heteronormatividade serão tratadas violentamente, na intenção de corrigi-las ou, pelo menos, constrangê-las. Questiona, por fim, a falácia de uma educação (que supostamente é pensada para todos/as), e que, incoerentemente, colocada sujeitos e grupos específicos à margem das oportunidades ofertadas pelo ensino formal. Em consonância com o pensamento de Hunty, Paul B. Preciado (2020) traz colocações sobre como a escola é, fora o ambiente doméstico e familiar, a primeira instituição política na qual submetem-se as crianças à taxonomia binária de gênero, exigindo constantes nomeações e identificações normativas. Para o autor, a escola opera, logo, como uma fábrica de produção de identidade e de gênero.

Para a existência de uma ideia de “normalidade” não é apenas necessário que exista um contraponto, isto é, uma “anormalidade”, mas, também, que se naturalizem os padrões que definem a “norma”. Então, “[...] as operações da heterossexualização compulsória implicam processos classificatórios e hierarquizantes” (JUNQUEIRA, 2013, p. 486), onde os/as jovens serão expostos a subjetividades que agem como dispositivos de desqualificação e objetivação.

A isso associamos o conceito criado por Junqueira (2013), a pedagogia do armário, apresentado pelo autor como um processo de ocultação das pessoas que estão/são em dissonância ou em dissidência da matriz heterossexual, submetendo-as ao desprezo público e/ou ao silêncio. Implica, assim, uma

19 Link da Entrevista: <https://www.youtube.com/watch?v=We1RlnS1T0w>. Acesso em: 2 abr. 2022.

20 É o nome artístico de Guilherme Terreri Lima Pereira, professor, ator, youtuber, drag queen e comediante. Possui formação em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), e em Letras, pela Universidade de São Paulo (USP).

administração das fronteiras entre a “normatividade” (heterossexual) e a “anormalidade” e atua como um regime de controle de todo o dispositivo da sexualidade. “Estar no armário” é uma expressão utilizada pela comunidade LGBTQIA+ para definir pessoas que ainda não se sentem confortáveis para demonstrar social e livremente sua sexualidade ou gênero destoante da norma heterossexual. O conceito de pedagogia do armário vem, justamente, para definir práticas que fazem com que os indivíduos fiquem “dentro do armário”, ou seja, operam para que não se sintam confortáveis ou seguros para visibilizar suas expressões não heteronormativas. A pedagogia do armário, portanto, inquirir todos/as. Então, a vigilância das normas de gênero possui um papel central nessa pedagogia cujos dispositivos e práticas curriculares, nos espaços escolares, variam desde o silenciamento e invisibilização até o extermínio de alunos e alunas que não aparentam ser heterossexuais. As relações de gênero e de sexualidade são tomadas, pela escola, como um lugar de desconhecimento, ignorância, censura, violência, vergonha e medo.

Com a internalização das normas da heteronormatividade, temos a frequente confusão entre as diferenças entre gênero, identidades de gênero e sexualidades. Esses são conceitos que não possuem uma fronteira bem delimitada, e que estão em constante construção, demonstrando que comportamentos não correspondem necessariamente à desejos e identidades sexuais. Por exemplo, um homem pode ser heterossexual, isso é, atrair-se afetiva e sexualmente por uma pessoa do gênero oposto, e, ainda sim, ter expressões de gênero consideradas femininas, como pintar as unhas, ser vaidoso, usar saia, assumir um timbre de voz fino e delicado e se interessar por jardinagem ou culinária. Ou mesmo uma mulher lésbica que pode, independentemente de sua identidade sexual, interessar-se por maquiagem, maternidade, romantismo, afazeres domésticos e demais atividades comumente desempenhadas por mulheres heterossexuais. Uma característica não anula a outra.

Apesar disso, há uma busca eterna pelo modelo hegemônico de masculinidade e feminilidade que são, inevitavelmente, inatingíveis, e que, com isso, acarretam uma fonte permanente de angústia, violência e insatisfação entre homens e mulheres. No caso dos homens, em especial, consideramos, a partir da leitura dos autores/as supracitados/as, que o título de “homem de verdade” deve ser conquistado e constantemente defendido sob a implacável vigilância de todos/as. Quando um aluno adverte o outro, gritando-lhe, “vira homem!” não apenas está subjogando e desqualificando o seu alvo, como também está reforçando e se adequando às normas de gênero estabelecidas para as masculinidades. Em outras palavras, ao operar conforme a lógica da pedagogia do armário, repreendendo um colega por

ser “insuficientemente” masculino, o agressor acaba mostrando ao público que a sua conformidade com a masculinidade hegemônica é tamanha, que ele chega a ser capaz de policiar os corpos dos demais, como uma espécie de “fiscal de masculinidades”.

No ambiente escolar, dessa maneira, ocorre a generificação dos espaços e práticas, definindo as fronteiras de gênero por uma obsessiva binaridade, ainda que existam masculinidades e feminilidades plurais, dinâmicas, porosas e multifacetadas.

Cria-se nas escolas, a partir desse cenário, um local de constante intimidação, estresse, assédio, agressões, desqualificação e não acolhimentos que fazem com que alunos/as LGBTQIA+ sejam obrigados/as a incorporar desempenhos acima da média, quando não, a evadirem desses espaços. As formas de preconceito e discriminação demonstram um problema educacional que afeta a qualidade da educação de todas as pessoas. Muitos indivíduos acabam por internalizar as exigências da pedagogia do armário, assumindo posturas que são impostas a eles para “compensar” a “insuficiência” pela qual seu gênero fora marcado. No que tange às masculinidades, Junqueira (2013) exemplifica mencionando alunos dissidentes da heteronormatividade que, no contexto escolar, costumam ser reconhecidos como exímios contadores de piadas, ou até mesmo como os melhores amigos das meninas. O intruso, nesse caso, é arremetido ao limbo do cômico, do repugnante e do coadjuvante.

Ademais, no cotidiano escolar “[...] as normas de gênero podem aparecer em versão nua e crua nas pedagogias do insulto e do armário” (JUNQUEIRA, 2013, p. 489). Nesse contexto, disciplinar é muito mais do que controlar, torna-se um exercício de poder sobre os corpos com o objetivo de normalização através de uma identidade específica que é naturalizada. No processo de desumanização do “outro”, há uma indiferença ao seu sofrimento, sendo mais recorrente que certa atitude de distanciamento seja assumida, desqualificando o sujeito como ser moral. Não obstante, frente à fúria normativa das pedagogias de armário e do insulto, há uma insuficiência do discurso dos direitos humanos. Normalização, heteronomia e alheamento, juntos, criam um currículo e pedagogias que priorizam a desumanização, a marginalização e o enquadramento. Então, disso podemos inferir que a heteronormatividade é uma violação dos direitos humanos por cercear a autonomia do sujeito.

Um dos exemplos mais eficazes dessa desumanização por vias heteronormativas se dá quando um/a professor/a se recusa a chamar uma estudante travesti pelo seu nome social, incentivando os/as demais alunos/as a adotarem atitudes hostis à diferença em geral. Preciado (2020) cita um

caso, em Barcelona, de um jovem transexual de dezessete anos que, apesar de ter conseguido o direito de mudar seu nome na identidade (sendo um dos primeiros menores de idade a obter esse direito no estado espanhol), cometeu suicídio. Ao decorrer do texto, o autor é incisivo em afirmar que a legalidade nada muda se ainda houver pessoas que se negam a respeitá-la. Os constantes episódios de assédio e transfobia que Alan enfrentou durante três anos, nas escolas em que frequentara, culminaram no aniquilamento de sua existência. Conforme relata o autor, os/as estudantes da escola em que Alan estudava exigiam dele que levantasse a blusa para conferir a ausência de seios, provocavam-lhe com xingamentos, como sapatão, e se recusavam a chamar-lhe pelo seu nome social, Alan. Sobre isso, concordamos com Preciado (2020, p. 200) quando pontua que “[...] a escola é o primeiro espaço de aprendizado da violência de gênero e sexual”. Esses exemplos demonstram, ainda, que não são apenas os/as alunos/as, colegas de escola, que vigiam o garoto “afeminado” ou a estudante travesti, mas sim a instituição inteira, incluindo, inclusive, os/as professores/as e demais adultos/as quem, ao contrário, poderiam sair em defesa das vítimas. O próprio autor traz um caso positivo no texto mencionando que, na cidade de Nova York, há um instituto que funciona desde 2002, Harvey Milk²¹, que acolheu 110 estudantes *queer* e trans, vítimas de assédio e exclusão em seus centros de formação anteriores.

Portanto, a pedagogia do armário não se limita apenas a um conjunto de práticas formais ou informais por meio das quais preconceitos são transmitidos e cultivados, mas também, configura processos amplos, complexos, sutis e profundos ao longo dos quais cada sujeito da escola é implicado. O ambiente escolar consente, cultiva e promove heterossexismo e homofobia, atuando na contribuição para sua (re)produção, atualização e consolidação. A força dessa pedagogia, ainda conforme Junqueira (2013, p. 493), “[...] parece residir inclusive na sua capacidade de garantir a não nomeação de suas violências, o silenciamento de seus alvos e o apagamento de seus rastros”.

Dessa maneira, não é suficiente apenas denunciar as violências e almejar maior liberdade, deve-se, também, desestabilizar os alicerces dos processos de normalização e marginalização, questionando as questões sócio-curriculares e políticos por meio dos quais sujeitos são produzidos e nomeados. Para isso, a escola precisa se tornar um espaço onde as narrativas naturalizadas sejam confrontadas por pedagogias que disponham da promoção de diálogos, releituras e valorização dos/as diferentes.

21 Harvey Bernard Milk (1930-1978) foi o primeiro político abertamente gay eleito para um cargo público na Califórnia e um dos primeiros nos Estados Unidos. Foi assassinado por outro político estadunidense, Daniel James White (1946-1985), em 25 de novembro em 1978.

3 Considerações

A partir das discussões apresentadas, dos textos acadêmico-científicos citados e dos artefatos da cultura visual com os quais exemplificamos nossas ideias, podemos concluir que as masculinidades, principalmente, aquelas que se encontram nas salas de aula, passam por projetos de masculinização que permeiam o cotidiano das crianças e, em especial, dos meninos, definindo e determinando maneiras específicas de agir, ver e falar. Esse projeto estabelece, substancialmente, a noção do que é “ser homem”, desconsiderando outros tipos de masculinidades que não sejam aquela valorizada socialmente, logo, a masculinidade hegemônica. Essa é, por sua vez, uma expressão de gênero atravessada por conceitos e paradigmas advindos de culturas machistas e sexistas, que impelem os meninos a reverenciarem um modelo tóxico para si e para as demais crianças. Sendo assim, os modelos de masculinidades que escapam do “molde” que a masculinidade hegemônica propõe são subjugados, agredidos, violentados e inferiorizados, afetando as maneiras como crianças e adultos/as se relacionam com essa identidade de gênero. Sublinhamos, ainda, que essas são questões que aparecem não apenas em discursos, informações verbais e ações, como também nas imagens. Preocupamo-nos, em especial, com os artefatos da cultura visual engendrados para as infâncias, pois, como argumentamos, recorrem à noção de diversão e entretenimento para, sutilmente, legitimar uma única e exclusiva masculinidade como “verdadeira”. Brinquedos, materiais escolares, moda, desenhos animados, cinema e demais imagens endereçadas às crianças, assim, propõem aos meninos que se expressem a partir das características que lhes são socialmente desejadas, como aquelas relacionadas à virilidade, força, heterossexualidade, riqueza, coragem, arrogância e dominação.

Quando, mesmo em espaços escolares, ocorre a transgressão dos territórios definidos como masculino e feminino, por um indivíduo que não faz parte deles (por exemplo, um menino decido a utilizar-se de batom ou saia, ou uma menina empenhada em assumir a liderança de um grupo), há tentativas de fazer com que essa criança retorne aos lugares “adequados”, endereçados a sua identidade de gênero. Como afirmam Baliscei e Cunha (2021, p.386-387) “Há, portanto, nos espaços educativos, controle de enquadramento para que as crianças não ultrapassem as convenções pré-estabelecidas sobre ser menino e menina”.

Por fim, sinalizamos certa urgência em se debater sobre masculinidades tendo em vista as evidentes toxidades vivenciadas pelos homens, mesmo entre (se não principalmente) àqueles que possuem condições econômicas e de formação para assumir masculinidades mais saudáveis. Nesse ponto,

referimo-nos especificamente ao caso de Arthur Moledo do Val (1986), político brasileiro conhecido nas redes sociais como “Mamãe Falei”, que durante sua estadia na Ucrânia, durante a invasão do país pelas forças russas, lideradas pelo presidente russo Vladimir Putin (1952- -), enviou diversas mensagens de voz através de um grupo de *Whatsapp*, fazendo comentários sexistas e machistas sobre as refugiadas ucranianas. Dentre as mensagens de voz que enviou, referindo-se à aparência das ucranianas, destacamos: “É inacreditável a facilidade. Essas ‘minas’ em São Paulo se você dá bom dia elas ‘iam’ cuspir na tua cara. E aqui elas são supersimpáticas, super gente boa. É inacreditável” e “Mano, eu ‘tô’ mal. ‘Tô’ mal, ‘tô’ mal. Eu passei agora... são quatro barreiras alfandegárias. São duas casinhas em cada país. Mano, eu juro para vocês. Eu contei: foram 12 policiais deusas. Deusas, mas deusas, assim, que você casa e, assim, você faz tudo o que ela quiser. Eu ‘tô’ mal, cara. Assim, eu não tenho nem palavras ‘pra’ expressar. Quatro dessas eram ‘minas’, assim, que você, tipo... mano, nem sei o que dizer. Se ela cagasse, você limpa o c* dela com a língua. Assim que essa guerra passar eu vou voltar para cá”²².

Como consequência do envio dos áudios e do conteúdo violento deles, dias após, Arthur foi desfilado do partido político Podemos, assim como deixou o Movimento Brasil Livre (MBL). Até o momento da escrita desse artigo, o deputado enfrenta pelo menos 12 pedidos de cassação, na Alesp, assinados individual ou coletivamente por 26 outros deputados. Assim, do Val poderá receber quatro possíveis punições: censura escrita, advertência, censura verbal, perda temporária ou cassação. Ele reconheceu os áudios como verdadeiros e pediu desculpas pelos conteúdos vazados: “Foi errado o que falei, não é isso que eu penso. O que falei foi um erro num momento de empolgação. Pelo amor de Deus, gente, a impressão que está passando é que cheguei lá e tinha um monte de gente e falei ‘quem quer vir comigo aqui que eu vou comprar alguma coisa?’. Não é isso, nem poderia. Inclusive nos áudios, de modo jocoso, informal, falo que não tive tempo de fazer absolutamente nada. Nem tempo para tomar banho, estou há três dias sem banho”. Nas redes sociais, muitas pessoas se mostraram enojadas e contrárias às atitudes do deputado e reforçaram o quão machista e sexista foram seus discursos, coincidindo com os de muitos outros políticos que se manifestam semelhantemente na contemporaneidade brasileira.

Podemos perceber que as características intrínsecas à masculinidade de Arthur do Val se relacionam com a discussão apresentada neste texto em

22 Notícia disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-o-processo-que-pode-levar-a-cassacao-do-mandato-de-arthur-do-val/>. Acesso em: 27 mar. 2022.

que buscamos sinalizar como a masculinidade tóxica afeta negativamente os sujeitos. Trata-se de uma masculinidade que discrimina aqueles e aquelas diferentes do padrão imposto por narrativas machistas e sexistas. Homens dissidentes desse modelo e sobretudo mulheres são, na maioria dos casos, descartados/as ou considerados/as inferiores quando comparados/as àquilo que essa perspectiva define por “ser homem”.

Referências

BALISCEI, João Paulo; CUNHA, Susana Rangel Vieira da. “Faça como homem”: cultura visual e o projeto de masculinização dos meninos. In: *Gênero e processos educativos em instituições sociais e artefatos da cultura*. **Revista Textura**, Canoas, v.23, p. 368-391, 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5926>. Acesso em 14 ago. 2021.

BENTO, Berenice. **Homem não tece a dor**: queixas e perplexidades masculinas. Natal, RN: EDUFRN, 2015.

COSTA, Fábio José Rodrigues da. Ensino/Aprendizagem das Artes Visuais na América Latina: colonialidade cultural e emocional aliada a questões LGBT. **Revista GEARTE**, Porto Alegre, v. 6, n.2, p. 197-246, maio/ago. 2019.

CONNELL, R. W. Políticas da Masculinidade. **Educação & Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995.

CONNELL, R. W. La organización social de la masculinidad. In: *Masculinidad/ es: poder y crisis*. **Isis internacional**, Chile, p. 31-48. 1997.

CRUZ, Andrey; BALISCEI, João Paulo. Não é uma fantasia, este sou eu. Discussões sobre a representação e performance da masculinidade negra na série Sex Education. **Revista Crítica Histórica**, v.11, n. 22, p. 100-130, dezembro. 2020.

ELFYING-HWANG, Joanna` (2011).` *Not So Soft After All: Kkonminam Masculinities in Contemporary South Korean Popular Culture*. In: **Biennial Conference 7th, 2011, Sydney**. [Anais]. Sydney: The Korean Studies Association of Australasia (KSAA), 2011.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário. A normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.7, n. 13, p.481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 23 out. 2021.

LUCIA, Renata Andrea Santana; AUTOR. Vagina da artista – performance feminista em poéticas de duas artistas mulheres. **Revista Polêm!ca**, v. 20, n.3, p. 163-172, set./dez. 2020.

PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (org.). **Masculino, feminino, plural:** gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano:** Crônicas da travessia. Uma escola para Alan. Tradução: Eliana Aguiar. 1ª edição. Rio de Janeiro: Companhia das Letras (selo Zahar), 2020.

SEGATO, Rita. **Contra-pedagogias de La crueldad.** 1 ed. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

Recebido em abril de 2022

Aprovado em março de 2024

AS MULHERES NA GESTÃO DO IFSC — CÂMPUS FLORIANÓPOLIS¹

Gizelle Kaminski Corso²

Resumo: Esta pesquisa objetiva apresentar dificuldades, desafios e reflexões das mulheres na gestão do Instituto Federal de Santa Catarina - Câmpus Florianópolis. É uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, realizada por meio de fontes bibliográficas, documentais e aplicação de questionário. Como resultado principal, constatou-se que a maioria das servidoras não recebeu formação específica para atuar na gestão e não se sentia preparada para o cargo. Os maiores desafios estavam relacionados à gestão de pessoas e às relações interpessoais e as maiores dificuldades, ao fato de as servidoras não serem ouvidas e à existência de machismo no âmbito da instituição.

Palavras-chave: Mulheres na gestão; Instituto Federal de Santa Catarina; Dificuldades e desafios na gestão.

Abstract: This research presents difficulties, challenges and reflections of women in the management of the Federal Institute of Santa Catarina - Campus Florianópolis. It is a research with a qualitative and quantitative approach, through bibliographic and documentary sources and application of a questionnaire. As a main result, it was found that most women servers did not receive specific training to work in management and did not feel prepared for the position. The biggest challenges were related to people management and interpersonal relationships, and the biggest difficulties were related to the fact that they were not heard and the existence of machism.

Keywords: Women in management; Federal Institute of Santa Catarina; Difficulties and challenges in management.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição - NãoComercial 4.0 Internacional.

¹ Pesquisa realizada pelo Edital 26/2019/PROPII/FLUXO CONTÍNUO do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

² Doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Instituto Federal de Santa Catarina - Câmpus Florianópolis (IFSC). Orcid. <https://orcid.org/0000-0002-0716-2817>. E-mail: gikacorso@gmail.com.

Reflexões iniciais

Historicamente, às mulheres, tem sido relegado um espaço secundário, inferior e menor em diferentes ambientes da sociedade. Sua condição de ser e estar no mundo esteve, por muito tempo, ligada à esfera do privado, à manutenção do lar, por meio da responsabilidade de tarefas domésticas e da criação dos filhos. Aos homens, no entanto, sua atuação tem sido ampliada à esfera do público, sair de casa para trabalhar por serem os provedores do lar, sendo-lhes permitido conectar-se às relações mais amplas da sociedade e circular por diferentes lugares (TRINDADE; TRINDADE, 2006). A elas, portanto, tem sido atribuído o epíteto de “donas de casa”; a eles, o de “donos da casa”.

Embora o desejo pelo reconhecimento e pela igualdade de gênero tenha feito parte da vida das mulheres de diferentes áreas (Marie Curie³, Antonieta de Barros⁴, Simone de Beauvoir,⁵ por exemplo) e seja um princípio legal e internacional desde a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* de 1948 (CONNELL, 2016), foram necessárias muita persistência e luta ao longo dos tempos para que as mulheres obtivessem algumas conquistas. Segundo Trindade e Trindade (2006, p. 90):

As conquistas femininas foram marcadas por avanços e retrocessos. Durante o século XIX, as diferenças de tratamento entre homem e mulher, no mercado de trabalho e no âmbito social, foram se tornando mais acentuadas. As mulheres recebiam salários menores e eram colocadas em segundo plano nos processos de decisão, nos locais de trabalho, nos sindicatos e nos partidos políticos. Eram ainda obrigadas a trabalhar em jornada dupla, além de se submeterem às precárias leis de proteção à maternidade. (TRINDADE; TRINDADE, 2006, p. 90).

No Brasil, várias conquistas das mulheres, que fortaleceram sua condição de cidadãs, têm sido bem recentes e não ultrapassam um século: o direito ao voto foi adquirido apenas em 1932 e previsto em Constituição dois anos depois, em 1934; a lei do divórcio, que permitiria a dissolução do casamento, entrou em vigor na década de 1970; a Lei Maria da Penha, que intenciona coibir violências, foi sancionada em 2006; e a Lei do Feminicídio, somente em 2015. Apesar do retardo evidente dessas significativas mudanças, o

3 Marie Skłodowska-Curie (1897-1934), física e química polonesa que desenvolveu pesquisas sobre radioatividade, foi a primeira mulher a ganhar o Prêmio Nobel.

4 Antonieta de Barros (1901-1952), professora, jornalista e política, foi a primeira deputada catarinense e negra do Brasil.

5 Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir (1908-1986), escritora, intelectual e ativista francesa, autora de *O Segundo Sexo*.

movimento das mulheres alterou - e continuará a alterar - normas e condutas que são ainda frutos de uma ultrapassada sociedade patriarcal.

A inserção das mulheres em ambientes laborais também foi lenta. É importante registrar que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro ocorreu somente a partir da metade dos anos 70. Embora tenham conquistado bons empregos na década seguinte, junto com o aumento da escolarização, suas responsabilidades domésticas têm permanecido, gerando-lhes sobrecarga de trabalho (BRUSCHINI; PUPPIN, 2004). Essa divisão central de gênero, segundo Connell (2016), tem mudado paulatinamente. Em vez de separar homens e mulheres, essa divisão tem sido outra: mulheres com filhos de um lado, e homens e mulheres sem responsabilidade de cuidado com crianças de outro. Pode-se perceber, portanto, que as mulheres têm sofrido discriminação de toda ordem e natureza, e isso continua a ocorrer, segundo Connell (2016), inclusive dentro de mecanismos de baliza das sociedades modernas.

Connell (2016) discute sobre a inserção das mulheres no espaço laboral, bem como na vida organizacional de empresas e corporações quando ocupam cargos de gestão e posições de liderança, percebendo o quanto esses ambientes ainda são “generificados”. Ao realizar uma pesquisa em Nova Gales do Sul, na Austrália, em *agencies* (espaços estatais ligados ao governo), nos anos de 2001 e 2002, constatou as seguintes questões de gênero nesses espaços: 1) homens com dificuldades em aceitar as mudanças de gênero em seus locais de trabalho; 2) mulheres gerentes; e 3) discriminação de gênero tanto por homens quanto por mulheres. Em teoria, pode ser incontestável que mulheres ocupem posições de liderança, no entanto, na prática, a sua autoridade, bem como as suas decisões acabam sendo contestadas, ignoradas, desafiadas. Connell (2016) relembra que os homens continuam a ser a maioria em cargos de gestão e de liderança e também em cargos políticos. Segundo a pesquisadora, “ocupam nove em cada dez cargos de gabinete em governos nacionais, quase a mesma proporção de cadeiras no congresso e a maioria dos empregos de alto escalão em agências internacionais” (CONNELL, 2016, p. 97-98).

No Brasil, isso não é diferente: a representatividade feminina à frente de grandes empresas e negócios ainda é mísera. Segundo Bruschini e Puppini (2004, p. 111), “dos 42.276 cargos de diretoria computados pela Rais⁶ no ano 2000, 23,6% eram ocupados por mulheres”. E, ao fazer uma análise de empresas conforme o ramo da atividade, as pesquisadoras constataram que a predominância das mulheres em cargos de diretoria estava em empresas

6 Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

de serviços comunitários e sociais, e não em áreas popularmente vistas como “exatas”. Além disso, no cenário da política brasileira, o número de mulheres prefeitas, governadoras, deputadas e senadoras é baixo se comparado ao de homens. Embora mais mulheres tenham sido eleitas recentemente, e seu espaço esteja em constante ascensão, dados da Agência Câmara de Notícias, de 2021, apontam que “[...] a Câmara dos Deputados possui apenas 15% de mulheres; e o Senado Federal, 12%. Em âmbito municipal, 900 municípios não tiveram sequer uma vereadora eleita nas eleições de 2020”. Por mais que grande parte das pessoas da sociedade inseridas no mercado de trabalho se veja como “desgenerificada”, e afirme não haver discriminação e preconceito contra as mulheres, as pesquisas de Connell (2016) apontam justamente o contrário.

Bruschini e Puppini (2004), ao avaliarem o trabalho de mulheres executivas brasileiras no final do século XX, verificaram que as mulheres atingem posições mais elevadas em carreiras da administração pública em detrimento de setores privados. As autoras trazem dados de

[...] uma pesquisa da Escola Nacional de Administração Pública – Enap –, segundo a qual a proporção de mulheres em diretorias na Administração Pública Federal, em 1998, era de 44%. A maioria delas, no entanto, encontrava-se nos ministérios considerados de missão social (Cultura, Educação, Saúde, Previdência e Assistência Social). (BRUSCHINI; PUPPIN, 2004, p. 113-114).

Na esfera pública federal, qualquer pessoa, concursada em cargo efetivo, e que cumpra os requisitos exigidos, pode assumir posições de liderança e funções de gestão em instituições públicas, e isso também vale para as instituições federais de ensino. Diferentemente do que apontou Connell (2016), não há diferenças salariais e de carreira entre servidores e servidoras. Apesar disso, pode-se pensar que, por ser um ambiente de educação e de formação, em que se esperam atitudes coerentes e críticas de quem nele atua, não existam episódios de “generificação”, de discriminação e de exclusão em relação a mulheres que ocupam cargos de gestão em instituições educacionais - tema que precisa ser analisado e estudado. Portanto, a partir dessas problemáticas, este artigo objetiva apresentar reflexões das mulheres na gestão do Instituto Federal de Santa Catarina - Câmpus Florianópolis, no ano de 2021, bem como as dificuldades e desafios enfrentados por elas.

Este artigo está estruturado em cinco seções: na primeira delas, é feita uma introdução e contextualização sobre a condição das mulheres e a sua inserção no mundo do trabalho. Na seção seguinte, está contemplada

a metodologia utilizada para a referida pesquisa de abordagem quali-quantitativa. Na terceira seção, há reflexões históricas sobre o centenário Instituto Federal de Santa Catarina, sobre mulheres que atuaram na gestão e sobre o *locus* de investigação, o IFSC-Câmpus Florianópolis. Na penúltima seção, são discutidos os resultados e as informações obtidas acerca das mulheres na gestão do IFSC-Câmpus Florianópolis. A última seção finaliza com as considerações finais da pesquisa e apontamentos para investigações futuras.

1 Metodologia

Este artigo apresenta uma pesquisa de métodos mistos, elaborada por meio de pesquisas qualitativa e quantitativa. Em pesquisas qualitativas, são realizadas descrições de dados analisados subjetivamente, ou seja, que dependem do olhar interpretativo de cada pesquisador. Interpretar fenômenos e atribuir significados a eles são questões inerentes nessa dinâmica processual. Em contrapartida, em pesquisas quantitativas, considera-se tudo aquilo que pode ser medido, que pode ser quantificável, sendo utilizadas medidas numéricas, descrições matemáticas (percentagem, desvio-padrão, coeficiente de correlação, por exemplo), para a obtenção dos dados (PRODANOV; FREITAS, 2013; GIL, 2018).

No que se refere às fontes de informação, foram utilizadas fontes bibliográficas (físicas e virtuais), documentais (Relatórios de Gestores extraído do SIAPECAD - Sistema de Administração de Pessoal e Boletim de Serviços - SIPAC) e, quanto aos procedimentos técnicos, o levantamento de informações foi feito por meio de aplicação de questionário a servidoras no âmbito local do IFSC - Câmpus Florianópolis. O questionário foi enviado por e-mail institucional a servidoras ativas, docentes e técnicas, do referido câmpus, no primeiro semestre de 2021.

2 Mulheres na gestão do IFSC

Desde a criação da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina em 1909, passando por Liceu Industrial em 1937, Escola Industrial de Florianópolis em 1942, e Escola Técnica Federal de Santa Catarina em 1968, até a transformação oficial em Centro Federal de Educação Tecnológica em 2002, muitos diretores geriram a “escola técnica” de Santa Catarina. Dos 17 gestores listados no período de 1910 a 2004 (período que antecede a criação dos institutos federais), há somente três mulheres na listagem, o que corresponde a 17%. A primeira mulher na função de direção, Soni de

Carvalho, assumiu a gestão da instituição somente em 1994, 84 depois da criação, seguida de Waléria Kulkamp Haeming (*pro tempore*) em 1999, e de Consuelo Aparecida Sielski Santos em 2004, totalizando menos de 10 anos geridos por mulheres (ALMEIDA, 2010). Vale registrar que, nesse período, quem assumia a função de direção-geral era considerado dirigente máximo no âmbito da instituição, algo que, atualmente, é exercido pelo reitor da instituição. Cargo que apenas após o final de 1985 passou a ser, de certo modo, eletivo na Escola Técnica Federal de Santa Catarina, mediante uma “consulta à comunidade escolar visando, posteriormente, à composição de uma lista tríplice a ser enviada ao Ministério da Educação.” (ALMEIDA, 2010, p. 108). Nessa ocasião, o MEC optou por indicar o candidato mais votado entre os docentes da época, Alfeu Hermenegildo, substituindo o professor Frederico Guilherme Büendgens, que havia dirigido a instituição por 22 anos (ALMEIDA, 2010). Antes da década de 1980, todas as funções de diretor-geral eram indicadas pelo Ministério da Educação por intermédio de listas tríplices, enviadas ao órgão para escolha (OTTE, 2008).

Com a possibilidade de eleições, as mulheres tiveram mais protagonismo nas instituições. Segundo Otte (2008, p. 27), em 2007, havia um número significativo de mulheres em cargos de gestão nos CEFETs: ao considerar as 36 unidades que compunham a rede CEFETs, constatou “um percentual de 18% de mulheres em cargos de gestão entre diretorias gerais, de unidades sistêmicas e 10% em cargos de diretoras gerais.”

Com a publicação da Lei 11.892/2008, o CEFET-SC foi transformado no Instituto Federal de Santa Catarina. Por intermédio dessa lei, houve uma expansão da rede com a implantação de vários câmpus em diferentes regiões e cidades do estado de Santa Catarina, totalizando atualmente 22 câmpus, com reitoria em Florianópolis - uma responsabilidade compartilhada com o Instituto Federal Catarinense - IFC, oriundo das escolas agrotécnicas e cuja reitoria se encontra na cidade de Blumenau - SC.

De acordo com essa lei, podem se candidatar ao cargo de reitor docentes do Quadro de Pessoal Ativo Permanente que já tenham o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício e que ou disponham do título doutor ou estejam posicionados nas Classes DIV ou DV da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, ou na Classe de Professor Associado da Carreira do Magistério Superior (BRASIL, 2008). É importante registrar, portanto, que técnicos e técnicas não podem se candidatar a esse cargo, o que já sinaliza uma diferença em relação ao Decreto N° 5224 de 1° de outubro de 2004 que dispunha sobre a organização dos CEFETs e no qual não havia qualquer indicação dessa natureza: “Os CEFET serão dirigidos

por um Diretor-Geral, nomeado na forma da legislação em vigor, para um mandato de quatro anos, contados da data da posse, permitida uma recondução” (BRASIL, 2004).

Diferentemente do cenário anterior, desde a sua criação, as dirigentes máximas do IFSC - na reitoria - têm sido mulheres: Consuelo Aparecida Sielski Santos, primeira reitora *pro tempore* da instituição, no período de 2009 a 2011, e Maria Clara Kaschny Schneider, no período de 2011 a 2020. E, mesmo se forem considerados os dados mais recentes com todos os eleitos pela comunidade acadêmica para a reitoria (o atual reitor é Maurício Gariba Júnior), as mulheres foram as que geriram a instituição por mais tempo.

No entanto, na direção-geral dos câmpus, a presença delas não tem chegado nem à metade. Na comemoração do seu centenário, em 2009, a rede já contava com sete câmpus (Florianópolis, Chapecó, São José, Jaraguá do Sul, Joinville, Florianópolis-Continente e Araranguá), e apenas dois deles à época - os dois últimos - eram dirigidos por mulheres (ALMEIDA, 2010), o que correspondia a 28%. Mais de uma década depois, ao se analisar os dados do *Boletim de Serviços* do sistema SIPAC em 2021, dos 22 câmpus da rede, apenas sete deles tinham mulheres em funções de direção-geral (Caçador, Chapecó, Florianópolis-Continente, Garopaba, Gaspar, Palhoça-Bílingue, Urupema), aumentando o percentual para 31%. Otte (2008) destaca que isso não tem acontecido de forma natural, sendo preciso que as mulheres estejam em constante luta para comprovar sua capacidade para exercer trabalhos culturalmente vistos como masculinos e para gerir instituições de ensino profissionalizantes. Segundo Judith Butler (2008, p. 19), “[...] a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que torna as estruturas jurídicas como seu fundamento.”. Butler fala sobre questões que envolvem legitimação e exclusão no que se refere à construção política, e essas reflexões podem ser estendidas à política e gestão educacional.

As gestoras em instituições de educação profissional e tecnológica, muitas vezes, passam a ser vistas em condição de estrangeiras em seus próprios solos, pela consciência da diferença, “do estrangeiro que habita em nós [...], face oculta da nossa identidade” [...]. (KRISTEVA, 1994, p. 9). Segundo Kristeva (1994), o espaço do estrangeiro é uma transição, em que a origem é perdida, o enraizamento é impossível, o presente é suspenso e a memória emergente. Condições que sinalizam um entrelugar, um ambiente inabitado, sem enraizamento, que conduzem à reflexão acerca do espaço das

mulheres que atuaram na gestão do Instituto Federal de Santa Catarina - Câmpus - Florianópolis.

3 As gestoras do IFSC - Câmpus Florianópolis

Nesta seção, serão apresentados resultados e discussões sobre a presença das mulheres na gestão do IFSC - Câmpus Florianópolis. Em um primeiro momento, são feitas reflexões sobre o maior câmpus da Rede IFSC, bem como sobre a sua estrutura organizacional. Em um segundo momento, são discutidos os dados obtidos por meio do questionário aplicado a servidoras da instituição.

O Câmpus Florianópolis é o maior da rede IFSC em extensão, infraestrutura, número de cursos, estudantes e servidores⁷. É, também, o mais antigo do estado e acumula, desde a sua criação, mais de cem anos de história. Em virtude disso, possui uma estrutura organizacional específica, algo que o difere de outros câmpus da instituição. Desde a publicação de seu Regimento Interno, em 2011, conforme Resolução nº 39/2011/CS, de 14 de dezembro de 2011, passou a contar com cinco funções de direção (direção-geral, vice-direção, direção de ensino, direção de administração, direção de pesquisa e extensão). A partir de 2011, também foram criados seis departamentos acadêmicos, geridos por chefias de departamento, vinculados à Direção de Ensino: Departamento Acadêmico de Construção Civil (DACC), Departamento Acadêmico de Eletrotécnica (DAE), Departamento Acadêmico de Eletrônica (DAE), Departamento Acadêmico de Linguagem, Tecnologia, Educação e Ciência (DALTEC), Departamento Acadêmico de Saúde e Serviços (DASS) e Departamento Acadêmico de Metal Mecânica (DAMM). Até o ano de 2021, esses departamentos têm oferecido mais de 50 cursos que incluem: qualificação profissional, técnicos (integrados e subsequentes), superiores (bacharelados e tecnólogos), especializações (presencial e EaD) e mestrados. Além dos departamentos acadêmicos, existem, também, três departamentos administrativos que são vinculados à Direção de Administração do câmpus: Departamento de Gestão de Materiais e Finanças (DGMAF), Departamento de Gestão de Pessoas (DGPF) e Departamento de Infraestrutura (DINF).

Em análise realizada com base no Relatório de Gestores extraído do SIAPECAD - Sistema de Administração de Pessoal do Câmpus Florianópolis no período de 2010 a 2020 e informações publicadas no Boletim de Serviços

⁷ No ano de 2021, o IFSC - Câmpus Florianópolis contava com, aproximadamente, 538 servidores e servidoras do quadro efetivos. Desse total, apenas 179 eram mulheres, correspondendo a 33%.

do Sistema SIPAC do ano de 2021, tendo-se por base cargos exclusivamente de direção e de chefia⁸, pôde-se observar o quantitativo de gestores e de gestoras (conforme Quadro 1).

**Quadro 1 - Quantitativo de gestores e gestoras do IFSC -
Câmpus Florianópolis no período de 2010 a 2021**

CARGO	GESTORES	GESTORAS	TOTAL
Direção-geral	3	1	4
Vice-direção	4	0	4
Direção de Ensino	3	2	5
Direção de Administração	1	1	2
Direção de Pesquisa e Extensão	3	0	3
Chefia de Departamento Acadêmico	26	4	30
Chefia de Departamento Administrativo	3	8	11
SOMA	43	16	59

(Fonte: SIAPECAD, 2020; IFSC, 2021).

Esses dados demonstram que os cargos em que o número de mulheres tem sido mais expressivo dizem respeito a áreas vinculadas ao ensino e à administração (neste caso, é importante registrar que a maior parte delas concentra-se no departamento de gestão de pessoas). E, sobre essa questão, vale acrescentar as reflexões de Connell (2016) ao dizer que existe uma divisão do serviço por gênero em locais de trabalho. Enquanto que os homens concentram-se no alto escalão executivo, as mulheres compõem a maioria das equipes de serviço ao cliente e em recursos humanos (CONNELL, 2016). Sobre essa questão, acrescentam-se as considerações de uma gerente entrevistada por Bruschini e Puppini (2004), a qual chamava a atenção para a presença significativa de mulheres na área de recursos humanos, já que são formadas em Psicologia, Pedagogia, Assistência Social, áreas majoritariamente femininas. Outra entrevistada pelas pesquisadoras, mencionou uma palestra proferida por Domenico Masi, na qual o sociólogo italiano havia situado o setor como um prolongamento da maternidade (BRUSCHINI; PUPPIN, 2004).

⁸ O relatório apresentava também os cargos de Coordenação e de Assessorias, no entanto, a análise ficou centralizada no âmbito das Direções e Chefias, uma vez que todos recebem CD - Cargo de Direção - por exercerem a função.

A fim de aprofundar as reflexões sobre as dificuldades, desafios e conquistas de gestoras e de ex-gestoras no âmbito da instituição, foi elaborado um questionário para ser respondido por servidoras docentes e técnicas do câmpus.

O questionário foi enviado por e-mail institucional a servidoras docentes e técnicas do IFSC - Câmpus Florianópolis. A mensagem do e-mail apresentou o objetivo da pesquisa e fez um convite, destinado às servidoras, que eram gestoras ou que tinham atuado como gestoras na instituição, a responderem o questionário. Ao final do e-mail, foi fornecido o link para acesso ao referido formulário e informado o tempo em que estaria aberto para coleta das respostas: de 13/05/2021 a 31/05/2021. Esse recorte temporal compreendeu o período de “virada do semestre” no câmpus, uma vez o novo semestre iniciaria no dia 17/05/2021 e havia dois dias - 13 e 14/05/2021 - destinados a atividades pedagógicas e administrativas (sem atividades letivas) - conforme Calendário Acadêmico do Câmpus Florianópolis (2021), que poderiam ser utilizados para responder o formulário. Ressalta-se que esse calendário havia sido alterado em virtude da pandemia de Covid-19, e as atividades estavam sendo realizadas de forma remota, por meio de Atividades Não Presenciais (ANPs), uma vez que a vacinação da população - incluindo-se a de servidoras e servidores - seguia a passos lentos no cenário brasileiro.

Esse questionário foi submetido a 101 professoras docentes, cuja relação foi obtida na listagem publicada no site do câmpus Florianópolis em “Agenda IFSC - Gestores e Docentes” (IFSC, 2021), e a 43 técnicas, com base na listagem fornecida pelo Departamento de Gestão de Pessoas, de servidoras técnicas que atuaram como gestoras a partir de 2010. Foi composto por 12 questões, sendo oito perguntas objetivas e quatro perguntas discursivas. O questionário contemplou perguntas que possibilitaram agrupar as servidoras por cargo (professora ou técnica), área (departamento/setor/assessoria), faixa etária, cargos de gestão que assumiu e tempo de atuação como gestora. Procurou, também, questionar objetivamente se as servidoras se sentiam preparadas para o cargo, se já tinham experienciado a gestão antes do IFSC e se tinham enfrentado dificuldades por serem mulheres (esta questão se desdobrou em uma discursiva). As perguntas discursivas abordaram aspectos, como: motivações para candidatar-se ao cargo, maiores desafios e suas percepções sobre o que era necessário para ser uma gestora em uma Instituição de Educação Profissional e Tecnológica⁹.

O questionário foi respondido por 22% das servidoras, sendo que, desse

⁹ Nesta etapa da pesquisa, não foram incluídas questões étnico-raciais porque se pretende realizar um estudo à parte no âmbito da instituição para que se dê o merecido tratamento ao tema.

total de respondentes, 68,8% representaram servidoras docentes e 31,20%, servidoras técnicas. Em relação à faixa etária dessas gestoras, 50% possuem idade entre 31 e 40 anos, 31,3% têm entre 41 e 50 anos, 12,5%, entre 51 e 60 anos e 6,2% restantes concentram servidoras que possuem menos de 30 anos e mais de 61 anos. Vale registrar que a maior concentração de gestoras compreende um público que não ultrapassa a idade de 40 anos.

No que diz respeito às funções de gestão ocupadas pelas respondentes (Reitora, Pró-reitora, Diretora, Chefe, Coordenadora, Assessora), e considerando-se a possibilidade de assinalar mais de uma opção, ou seja, a mesma servidora pode ter exercido mais de uma função em sua trajetória, dos mais representativos, destaca-se que 93,8% atuaram como Coordenadoras, 25% como Chefes e 15,6% como diretoras e assessoras. Esses dados, também, enfatizam a possibilidade de atuação em mais de uma função, uma vez que 40,6% das servidoras ficaram por mais de quatro anos na gestão, 18,8% no período de um e dois anos, 15,6% estiveram entre dois e três anos, 15,6% também entre três e quatro anos e 9,4% por menos de um ano. Verifica-se que a maioria das respondentes passou por cargos de coordenação - visto, muitas vezes, como o primeiro degrau para quem pretende ter alguma experiência ou traçar uma carreira como gestor ou gestora.

No Regimento Interno (IFSC, 2011), a função de coordenação é a que tem o maior número de atribuições, sinalizadas neste documento, pelo quantitativo de incisos. Para exemplificar, são citadas três coordenações do campus nas quais muitas servidoras já atuaram: a Coordenação de Cursos tem 34 incisos, a Coordenação de Registro Acadêmico possui 30 incisos e a Coordenação de Infraestrutura, 22 incisos. Essas atribuições compreendem desde planejamentos, proposições diversas à Chefia de departamento e execuções de tarefas tanto de natureza administrativa quanto pedagógica.

Ao serem perguntadas se sentiam-se preparadas para assumir a função, 65,6% das servidoras responderam que não. Esse número é muito próximo também da resposta obtida ao questionamento a respeito da experiência prévia em gestão, havendo 68,8% de respostas negativas.

Apesar de a maioria não possuir experiência em gestão, as motivações para assumir o cargo envolveram o desejo de conhecer o funcionamento do IFSC, obter a experiência como gestora e oportunidade de crescimento profissional; a necessidade de rodízio entre servidores, inclusive por falta de opção, o incentivo e apoio de colegas e a motivação financeira. Isso pode ser constatado nas respostas de quatro servidoras a essa questão:

Recebi um convite da minha chefia e aproveitei a oportunidade, pois encarei como um novo desafio e oportunidade de crescimento e amadurecimento profissional. (Servidora 33)

Não tinha servidor para assumir a gestão no momento e entre os colegas do setor entramos em um consenso de que eu assumiria a função. (Servidora 14)

Incentivo dos colegas do setor e da gestão do câmpus. (Servidora 10)

Encarar o desafio e acreditar que eu poderia conseguir; aumentar os conhecimentos através da rica experiência e também o fator financeiro. tiveram outras, mas estas foras (sic) [foram] as principais. (Servidora 12)

No que diz respeito aos maiores desafios como gestoras, as respostas evidenciaram aspectos, como: lidar com a gestão de pessoas e relações interpessoais; tomar conhecimento de legislações, regulamentos, normativas e apropriar-se de processos institucionais; atender o excesso de demandas; enfrentar a sobrecarga de trabalho, bem como a dificuldade de conciliar horários. Algumas dessas percepções serão explicitadas a seguir por meio da resposta de algumas servidoras.

Em sua resposta, a Servidora 11 considera que o maior desafio consiste no gerenciamento de pessoas, especialmente quando há pontos de vista diferentes e a recusa de colegas a melhorias propostas à instituição:

O maior desafio é o gerenciamento de pessoas, no sentido de construir pontos em comuns quando há opiniões divergentes. Além disso, sinto uma recusa/aversão de colegas a **quaisquer sugestões** de mudanças/melhorias no âmbito da instituição. [...]. (Servidora 11) [**grifos nossos**]

Apesar de o maior desafio estar relacionado ao gerenciamento de pessoas, a Servidora 11 enfrenta também o desafio de lidar com a negação de suas proposições feitas em prol da instituição.

Já a Servidora 31 dá destaque à dificuldade de equilibrar a jornada de trabalho com a vida pessoal, algo que fica ainda mais comprometido quando se trata da falta de padrões procedimentais na instituição:

Em virtude do enorme envolvimento com as atividades, controlar o tempo dedicado e equilibrar com a vida pessoal. Também, a falta de procedimentos padrões para encaminhamentos das atividades de gestão. Muitas vezes tínhamos que “descobrir” como fazer, nos levando a retrabalho ou ainda perdendo muito tempo nessas descobertas. (Servidora 31)

A Servidora 5 faz coro às dificuldades apresentadas acima, dando ênfase à sobrecarga de trabalho e de demandas concernentes ao cargo, apresentando, inclusive, um desabafo ao sentir que não dá conta de todas as atividades, especialmente por conta do trabalho remoto:

Muita demanda! Perceber que mesmo que eu me dedique exatamente oito horas em frente ao computador, não dou conta das atividades. Um sentimento de nunca conseguir responder a tudo. Muita informação para dar conta ao mesmo tempo, e uma dificuldade de conciliar todo o trabalho em formato ANP com a vida pessoal. (Servidora 5)

A juventude, equivocadamente associada à “falta de experiência”, tem sido desafio de destaque para a Servidora 22, que precisou enfrentar situações de desconfiança no espaço institucional por parte de seus colegas:

[...] Junto a isso, ser mulher e jovem (de idade e na instituição) tornaram a minha atuação como gestora ainda mais desafiadora, pois precisei circular por espaços ainda ocupados por homens (heteros, *sic*) [héteros] na sua maioria) que me olhavam com certa desconfiança. (Servidora 22)

Em uma questão e em poucas palavras, as respostas acima sobre os desafios enfrentados por algumas servidoras já evidenciaram aspectos que envolvem a sua condição de mulher, algo que é abordado mais especificamente na questão seguinte.

Ao serem perguntadas se haviam enfrentado dificuldades na gestão por serem mulheres, 59,4% responderam que sim, por motivos de: não ser ouvida; machismo; dificuldade em conciliar maternidade e gestão; e assédio. Além disso, as servidoras foram questionadas sobre como haviam lidado com essas dificuldades levantadas por elas.

No que diz respeito a não ser ouvida, a Servidora 14 escreveu:

Infelizmente as minhas experiências não foram muito boas. Acredito que se fazer ser ouvida e principalmente em determinadas situações ter seu setor respeitado e suas demandas supridas é uma das maiores dificuldades (“ter voz e vez”). (no meu caso foi a maior dificuldade). Quanto ao modo como lidei no período em que estava como gestora acredito que a resposta mais correta é do jeito que foi possível. **Posteriormente tratei/ trato em terapia depois de adoecer.** (Servidora 14) [**grifos nossos**]

A Servidora 14 demonstra o quanto a falta de voz e de vez a afetou, inclusive a sua saúde, e como ela lidou com essa dificuldade: como “foi possível”, ou seja, por conta própria, procurando por acompanhamento especializado após ter adoecido.

Já a Servidora 33 revela ter precisado lidar com o machismo ao ver-se inserida em um ambiente em que muitos homens trabalham:

Lidei com machismo, pois atuo num ambiente majoritariamente masculino. Por vezes **fui boicotada por colegas que não aceitavam a minha presença**. Aos poucos fui mostrando a (sic) [ã] equipe que a minha intenção era colaborar para tornar o trabalho mais produtivo e harmonioso. Fui conquistando a confiança dos meus colegas ao me apropriar dos assuntos relacionados ao setor e resolvendo as questões pertinentes de maneira colaborativa. (Servidora 33)
[Grifos nossos]

Percebe-se que, além de a servidora ter enfrentado episódios de machismo e ser “boicotada” por seus pares, precisou encontrar, também sozinha, uma solução para as referidas situações, desdobrando-se para demonstrar a sua capacidade a fim conquistar a confiança de colegas e poder desempenhar a sua função de maneira colaborativa para realizar, assim, o seu trabalho.

A Servidora 15 vê a necessidade de conciliar maternidade e gestão como a maior dificuldade, especialmente pelo tempo que as atividades de gestão demandam.

As maiores dificuldades são sempre relacionadas ao conciliamento da maternidade e das atividades de gestão que tomam mais tempo do que o programado na carga horária. O gestor não consegue cumprir horário na nossa instituição, é difícil inclusive estabelecer os períodos de trabalho (se matutino e vespertino ou vespertino e noturno), pois eventualmente se trabalha em turnos diferenciados no decorrer da semana. (Servidora 15)

Por meio das respostas, constata-se a necessidade de escuta a um coro de mulheres, muitas vezes, silenciado, calado, ignorado e, também, percebe-se a oportunidade de desabafo sobre suas dificuldades e seus desafios na gestão por serem “mulheres”.

Vê-se, com isso, a necessidade de ampliação da discussão e da reflexão sobre as problemáticas apresentadas na instituição concernentes às dificuldades e desafios enfrentados pelas gestoras para que sejam promovidas ações coletivas a fim de evitar o que preconiza Connell: “Boa

parte dos problemas de gênero é tratada, informalmente, como uma questão individual” (2016, p. 81).

4 Considerações finais

Por meio da realização desta pesquisa, é possível constatar que a presença das mulheres em funções de gestão e de liderança tem aumentado com o tempo, conforme apontaram as pesquisas de Bruschini e Puppini (2004) e Otte (2008) apesar de elas enfrentarem algumas dificuldades no mercado de trabalho (CONNELL, 2016; TRINDADE; TRINDADE, 2006). No Instituto Federal de Catarina - Câmpus Florianópolis, foi possível observar o mesmo movimento, um aumento da participação de gestoras em diferentes setores da instituição. Mas ainda é lugar comum ver afirmações de que as escolas técnicas são espaços da dita esfera “masculina”, pela natureza dos cursos e, portanto, ambientes em que circulam predominantemente “os” professores, não havendo possibilidade de que elas se sobressaíam.

Com a aplicação do questionário, que contou com a participação de 22% das servidoras ativas (docentes e técnicas), do primeiro semestre do ano de 2021, constatou-se que a maioria delas não recebeu formação específica para atuar na gestão e não se sentia preparada para o exercício da função. A opção pela gestão foi, na maioria, para o conhecimento do funcionamento da instituição e para a obtenção de experiência. Ainda, segundo relatado pelas respondentes, os maiores desafios estavam relacionados à gestão de pessoas e relações interpessoais e as maiores dificuldades, ao fato de não “serem ouvidas” e à existência de machismo. Verificou-se, também, a necessidade de ampliação da discussão e da reflexão sobre as problemáticas apresentadas concernentes às dificuldades e desafios enfrentados pelas gestoras a fim de promover ações no âmbito institucional.

Evidencia-se, com isso, a necessidade de acolhimento, de escuta, de voz, de vez, bem como de formas de capacitação para preparar mulheres para a gestão. Faz-se necessário, ainda, abordar um olhar dos servidores, ou seja, dos homens (professores e técnicos), sobre a presença das mulheres em cargos de gestão para compreender mais a fundo essa temática por diferentes perspectivas e promover debates e ações. Segundo Connell (2016, p. 91), “Homens e meninos são, de maneiras significativas, controladores de acesso da igualdade de gêneros”.

Referências

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Especialistas lamentam baixa representatividade feminina na política

Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/800827-especialistas-lamentam-baixa-representatividade-feminina-na-politica/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ALMEIDA, Alcides Vieira de. **Dos aprendizes artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina**. reed. rev. e atual. – Florianópolis : Publicações do IF-SC, 2010.

BRASIL. **Decreto N° 5224 de 1° de outubro de 2004**. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5224.htm. Acesso em: 26 abr. 2022.

BRASIL. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 21 mar. 2022.

BRUSCHINI, Cristina; PUPPIN, Andrea Brandão. Trabalho de mulheres executivas no final do século XX. **Cadernos de Pesquisa**. v. 34, n. 121, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/nbmnX97KsCvpcyZ5DxhvMMd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 15 fev. 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar.

2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CONNELL, Raewyn. **Gêneros em termos reais**. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

ALMEIDA, Alcides Vieira de. **Dos aprendizes artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina**. reed. rev. e atual. – Florianópolis : Publicações do IF-SC, 2010.

IFSC. **Agenda IFSC**. Disponível em: <https://agenda.ifsc.edu.br/php/servidores.php?idCampus=2201>. Acesso em 04 abr. 2021.

IFSC. **Boletim de serviços do IFSC**. Disponível em: <https://sipac.ifsc.edu.br/public/jsp/portal.jsf>. Acesso em 22 jan. 2022.

IFSC. **Resolução 14, de 30 de novembro de 2020.** Aprova o Calendário Acadêmico do Câmpus Florianópolis. Disponível em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/e/2PACX-1vTJqnCpcmXQmoDO9lwpd5dU6Y47iHFtlhwn2CIOiUNK1hntqoGjzqilZ5ctPbPs4a1_qQw-Cm-cbSGP/pubhtml?gid=471628917&single=true. Acesso em: 21 mar. 2021.

IFSC. **Resolução Nº 39/2011/CS, de 14 de dezembro de 2011.** Aprova o Regimento Interno do Câmpus Florianópolis. Florianópolis, 2011. Disponível em: [http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/Resolucao%2039%20-%20Aprovacao%20Regimento%20Interno%20Campus%20Florianopolis\(1\).pdf](http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/Resolucao%2039%20-%20Aprovacao%20Regimento%20Interno%20Campus%20Florianopolis(1).pdf). Acesso em: 03 mar. 2022.

KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos.** Tradução de Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. FEEVALE: Novo Hamburgo-RS, 2013.

OTTE, Janete. **Trajetória de mulheres na gestão de instituições públicas profissionalizantes:** um olhar sobre os Centros Federais de Educação Tecnológica. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. p. 159. 2008.

TRINDADE, Diamantino Fernandes; TRINDADE, Ana Paula Pires. As conquistas das mulheres: avanços e retrocessos. **Sinergia.** São Paulo, v. 7, n. 2, jul./dez., 2006, p. 89-92.

Recebido em abril de 2022

Aprovado em março de 2024

O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COMO INSTRUMENTO PARA A SOLUÇÃO DA POBREZA MENSTRUAL ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE

Rafael Cândida Tavares Costa¹

Deilton Ribeiro Brasil²

Resumo: A pobreza menstrual é uma questão que vai muito além da falta de absorventes íntimos no período menstrual. É um problema de saúde pública potencializado quando as mulheres se encontram encarceradas. É sobre uma solução para a precariedade menstrual no cárcere que versa a presente pesquisa. Adotou-se, para tanto, como procedimento a análise documental e a revisão bibliográfica; e como método de inferência, o dedutivo. Foi analisada a problemática trazida por Nana Queiroz, em seu livro 'Presos que menstruam', adotando-se como marco teórico o artigo 'Compromisso de Ajustamento de Conduta' de Eduardo Cambi e Thadeu Augimeri de Goes Lima. Com relação aos resultados percebeu-se que o compromisso de ajustamento de conduta é o mecanismo mais eficaz para a concretização de uma política pública sanitária voltada a implementar o direito à higiene menstrual das detentas.

Palavras-chave: Compromisso de Ajustamento de Conduta; Sistema Prisional; Direito à Saúde; Pobreza Menstrual; Defensoria Pública.

Abstract: Menstrual poverty is an issue that goes far beyond the lack of intimate pads during menstruation. It is a potential public health problem when women are incarcerated. This research is about a solution to the precarious menstruation in prison. For this purpose, document analysis and bibliographic review were adopted as a procedure; and as a method of inference, the deductive. The problem brought up by Nana Queiroz, in her book 'Prisoners who menstruate', had been analyzed, adopting as a theoretical framework the article 'Conduct Adjustment Commitment' by Eduardo Cambi and Thadeu Augimeri from Goes Lima. Regarding the results, it was realized that the commitment to adjust conduct is the most effective mechanism for the realization of a public health policy aimed at implementing the inmates' right to menstrual hygiene.

Keywords: Conduct Adjustment Commitment; Prison System; Right to health; Menstrual Poverty; Public Defense.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito em Proteção dos Direitos Fundamentais da Universidade de Itaúna-MG. Docente da Universidade de Itaúna-MG. E-mail: rafaela.candida@live.com.

² Pós-Doutor em Direito pela Università Degli Studi di Messina, Itália. Doutor em Direito pela Universidade Gama Filho-Rio de Janeiro. Docente da Universidade de Itaúna-MG. E-mail: deilton.ribeiro@terra.com.br.

Introdução

Durante o ciclo menstrual a mulher necessita de trocar o absorvente íntimo várias vezes ao dia para fins de higiene, e principalmente, para se evitarem doenças. Todavia, a falta de acesso a este item básico de higiene pessoal reflete uma parte de um grave problema de saúde pública, que é pouco falado. A pobreza menstrual assola mulheres do mundo todo e das mais diversas faixas etárias. Esta adversidade é potencializada dentro do sistema carcerário. Às detentas falta o direito à higiene menstrual, refletido na ausência de políticas públicas direcionadas a resolver a pobreza menstrual no ambiente prisional.

Apresentado o tema, passa-se à problemática que permeia o trabalho, qual seja: a existência de algum mecanismo eficaz para solucionar a pobreza menstrual no cárcere, que não passe por questões legislativas ou judiciárias. O estudo tem como hipótese a utilização do compromisso de ajustamento de conduta como um mecanismo capaz de implementar uma política pública direcionada à saúde menstrual das presas.

O trabalho é resultado de uma pesquisa que adotou como procedimento a análise documental, bem como a revisão bibliográfica, tendo como recorte a problemática trazida por Queiroz, em seu livro ‘Presos que menstruam’, adotando como marco-teórico o artigo ‘Compromisso de Ajustamento de Conduta – um eficaz instrumento à disposição do Ministério Público para a implementação de políticas públicas e à efetivação de direitos fundamentais sociais’ de Cambi e Lima.

Estruturalmente, este estudo está dividido em três seções temáticas, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção, intitulada ‘Apresentação do problema’, é contextualizada a questão da precariedade menstrual no cárcere. Por sua vez, na seção seguinte, ‘Solução da pobreza menstrual no cárcere através da tomada de compromisso de ajustamento de conduta’, é apresentada uma solução que não passa pelas vias judiciais ou legislativas. E por fim, na seção ‘Legitimidade para a defesa extrajudicial das presas por meio do compromisso de ajustamento de conduta’, é apontado, dentre o rol de legitimados para propor um compromisso de ajuste de conduta, o mais indicado, levando-se em considerações as circunstâncias da questão.

No que se refere ao ponto de vista da abordagem do problema, a pesquisa é do tipo qualitativa, preocupando-se com o aprofundamento da compreensão do objeto de estudo. O objetivo geral é analisar a pobreza menstrual. Por sua vez, os objetivos específicos são estudar o melhor mecanismo de solução do problema, apresentado assim como verificar o melhor legitimado para a tarefa.

Os procedimentos técnicos utilizados na pesquisa para coleta de dados foram essencialmente a pesquisa bibliográfica e documental. O levantamento bibliográfico forneceu as bases teóricas e doutrinárias a partir de livros e textos de autores de referência, tanto nacionais como estrangeiros. Enquanto o enquadramento bibliográfico utiliza-se da fundamentação dos autores sobre um assunto; o documental articula materiais que não receberam ainda um devido tratamento analítico. A fonte primeira da pesquisa é documental e bibliográfica (que instruiu a análise da legislação constitucional e a infraconstitucional, bem como a doutrina que informa os conceitos de ordem dogmática).

1 Apresentação do problema

Segundo a nota técnica nº 17 de 2020, do Departamento Penitenciário Nacional (DPN), vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que se refere aos procedimentos quanto à custódia de mulheres no sistema prisional brasileiro, o país conta atualmente com uma população carcerária feminina de 36.929 (trinta e seis mil, novecentos e vinte e nove) presa, o que corresponderia a 4,94% (quatro vírgula noventa e quarto por cento) da população prisional (DPN, 2020).

Sabe-se que a população carcerária feminina requer uma atenção específica, principalmente quanto à sua proteção, à saúde e à higiene, além de manutenção de vínculos de mãe e filhos, entre outras necessidades. Sabe-se ainda, que as condições da vida prisional são determinantes na garantia da dignidade dos presos, e como bem menciona Quadros, “os presos não podem ter esquecida sua condição de ser humano e ter qualquer direito violado, salvo aqueles suspensos em razão dos efeitos jurídicos da sentença penal condenatória” (QUADROS, 2018, p. 58).

A despeito destas e de outras disposições, a Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, em seu artigo 10, dispõe que “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”, trazendo em seu parágrafo único que a “assistência se estende ao egresso.” Também, em seu artigo 11 é disposto que a assistência será, dentre outros itens, à saúde. Ainda sobre esta questão, as diretrizes da Política Nacional de Atenção às Mulheres Presas e Egressas (PNAMPE), determina em seu artigo 2º, item IV, a humanização das condições do cumprimento da pena, garantindo dentre outros direitos humanos, à saúde e assistência em diversas áreas, incluindo aqui, a assistência material (BRASIL, 1984). E por fim, a nota técnica nº 17/2020, do DPN, já mencionada, preceitua que são itens de higiene pessoal, compondo um

kit básico, o papel higiênico, sabonete, creme e escova dental, xampu, condicionador, desodorante e absorvente íntimo, em quantidades suficientes (DPN, 2020).

Em que pese a existência das determinações e orientações supracitadas, a prática apresenta uma realidade diferente, de políticas de execução penal e um sistema prisional que simplesmente ignoram as questões fisiológicas particulares das mulheres, até porque, conforme Pereira (2016, p. 55), no que se refere à distribuição dos estabelecimentos prisionais de acordo com o gênero a que ele se destina, percebe-se que a maior parte dos cárceres, três quartos, é voltada ao público masculino.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) realizada ainda em 2009 constatou, após casos de degradação à dignidade prisional feminina explicitados, segundo a própria CPI, pela imprensa nacional e internacional, que o sistema prisional, nos moldes em que se apresenta, não é adequado à mulher, que é tratada como um homem, tendo suas condições de gênero ignoradas, o que resulta em uma série de violências, colocando a integridade das presas em risco.

Merece destaque uma fala da Sra. Luciana Zaffalon Cardoso, da Pastoral Carcerária de São Paulo, no relatório emitido pela CPI do sistema carcerário, de que não há o devido acesso a produtos de higiene pelas presas. Que é corriqueiro ver “mulheres presas que não têm acesso nem a papel higiênico, tampouco a absorvente íntimo”. E que estas mesmas mulheres, “passam o mês juntando miolo de pão para usar como absorvente” (MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009, p. 286).

Todo este cenário reflete a pobreza menstrual no cárcere. Esta questão vai muito além da falta de absorventes íntimos no período menstrual. É uma questão que reflete um problema global de falta de acesso à água, saneamento básico, reforçando a desigualdade social; problema este potencializado quando a mulher se encontra encarcerada, visto que uma série de outros direitos restam sobrestados. É questão de saúde pública a falta de produtos básicos de higiene menstrual. Quando faltam condições básicas para que as mulheres lidem com os sangramentos periódicos, menstruar torna-se um fardo, além de um problema salutar.

Em 2014 a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu às mulheres o direito à higiene menstrual e asseverou tratar-se de uma questão de saúde pública e de direitos humanos. No mesmo ano, o Estado de São Paulo tomou compromisso de ajuste de conduta da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, pelo qual esta se comprometia a executar, num prazo de oito meses, a distribuição e padronização do kit de higiene, incluindo

aqui absorventes íntimos. O acordo fora firmado após o ajuizamento de uma ação civil pública por parte da Defensoria Pública do Estado.

Ocorre que este problema não fica restrito em apenas um Estado da Federação. No Paraná, mais especificamente na cidade de Piraquara, uma reportagem denunciou, além da falta de acompanhamento ginecológico às presas, uma distribuição de absorventes íntimos de baixa qualidade, com data de validade vencida, com cheiro forte e em quantidade insuficiente (CARVALHO, 2020). Ainda em 2020, presos do sistema carcerário de Minas Gerais gravaram um vídeo, reivindicando melhores condições de higiene no sistema prisional do Estado. Segundo eles, com a pandemia da COVID-19, os kits de higiene foram cortados (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2020).

A pobreza menstrual é uma questão crônica do sistema prisional brasileiro, afeta substancialmente a vida carcerária das detentas, que não têm acesso a itens básicos de higiene. Os moldes do sistema prisional violam a dignidade das mulheres presas ao ignorarem as questões de gênero, visto que a estrutura organizacional do cárcere demonstra que o sistema prisional fora pensado para o público masculino (QUADROS, 2018, p. 123). Rathbone (2006) tece críticas ainda mais severas, direcionadas ao sistema carcerário estadunidense, mas que serve à realidade brasileira, ao afirmar que é um crime a manutenção das mulheres no cárcere, na forma exposta.

Em 11 de dezembro de 2020, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos sugeriu, através da Recomendação n. 21, ao Presidente da República, ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Senado Federal, a criação de um marco legal para superar a pobreza menstrual e a garantia de isenções de impostos de produtos, prescrevendo inclusive, a criação de uma Política Nacional de superação do problema em questão, para garantir que itens como absorventes femininos, tampões íntimos e coletores estejam disponíveis para todas as mulheres e meninas, inclusive as que estejam privadas de liberdade, dando preferência a itens que importem em menor impacto ambiental.

Passa-se a discutir o melhor caminho para o enfrentamento da questão, sendo levados em consideração diversos fatores, como efetividade, razoabilidade e despesas de uma implementação de uma política pública adequada para resolver a pobreza menstrual no cárcere, atendo-se à urgência que a questão merece.

2 Solução da pobreza menstrual no cárcere por meio da tomada de compromisso de ajustamento de conduta

Há mais de 30 anos era promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e mesmo passado todo este tempo, algumas disposições constitucionais ainda carecem de efetivação. Uma série de direitos e garantias fundamentais e sociais, sejam eles individuais ou coletivos, encontram-se pendentes, muito em decorrência da ausência de políticas públicas³ necessárias a sua concretização.

Além dos direitos e garantias mencionados, necessário destaque à dignidade, apanágio da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil, encontrando-se esta no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, sendo ainda um valor supremo em qualquer Estado de Direito. A Constituição Federal de 1988 afirma ainda, que todos são iguais perante a lei, que ninguém será submetido a tratamento degradante, que é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral e que são direitos sociais, dentre outros, a saúde. Todavia, não é esta a realidade que se apresenta no sistema carcerário brasileiro (BRASIL, 1988).

Para a manutenção dos direitos e garantias individuais e coletivos, tendo como fonte axiológica a dignidade da pessoa humana, além da necessidade de políticas públicas estruturais, organizadas e efetivas, destacam-se alguns órgãos e entes que desempenham papel fundamental nesta ordem constitucional, quais sejam, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as associações, desde que constituídas há pelo menos 1 (um) ano e que incluam, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, assim como, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, as autarquias, empresas públicas, fundações ou sociedades de economia mista.

Estes órgãos e entidades possuem meios para a implementação de políticas públicas e para a efetivação de direitos fundamentais e sociais da população feminina carcerária. Garabini (2017) ressalta que todas as espécies de ações são aptas para tutela dos direitos fundamentais que impõe ao Estado uma obrigação de fazer, como a obrigação de distribuir kits básicos de higiene

³ A ideia de política pública notadamente gira em torno de uma série de ações governamentais com alocação de recursos dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas nos mais variados seguimentos da sociedade, tais como: política social para a efetivação dos direitos sociais, política macroeconômica relacionada com assuntos fiscais, monetários e cambiais; política setorial, que lida com temas como: meio ambiente, política agrária, direitos humanos, bem como políticas administrativas, que cuida da descentralização administrativa, participação social, dentre outras (MESQUITA, 2019, p. 77).

às detentas. Dentre estes meios, destaca-se o compromisso de ajustamento de conduta – CAC.

O Compromisso de Ajustamento ou Ajuste de Conduta, mais conhecido como Termo de Ajustamento ou Ajuste de Conduta (TAC) foi positivado no ordenamento jurídico brasileiro pela primeira vez através da Lei nº 8.069 de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, mais especificamente em seu artigo 221, atribuindo a este a natureza de título executivo extrajudicial (BRASIL, 1990).

Na Lei nº 7.347 de 1985, Lei da Ação Civil Pública, foi introduzido por meio do Código de Defesa do Consumidor, também com eficácia de título executivo extrajudicial, com escopo concretizador de determinação constitucional de regulamentação de atividade econômica, de promoção ao acesso à justiça e de melhor tutela aos direitos coletivos *lato sensu* (BRASIL, 1985). O CAC também encontrava previsão na Lei nº 8.884/1994 e fora mantido na Lei nº 12.529 de 2011, que estrutura o sistema brasileiro de defesa e concorrência, ainda sob a nomenclatura de compromisso de cessação da prática, que pode versar sob ato em investigação ou sobre seus efeitos lesivos (BRASIL, 2011)⁴.

Acerca da natureza jurídica deste instituto, a doutrina reserva uma série de divergências. Há quem o compreenda com a mesma natureza jurídica da transação, ou acordo, ou ainda quem o conceba tendo como parâmetro o direito administrativo, enxergando-o como ato administrativo.

Nery (2012, p. 274) considera o compromisso de ajustamento de conduta como uma transação híbrida, lavrado por instrumento público ou privado, celebrado entre o interessado e o poder público, por seus órgãos públicos, ou por seus agentes políticos, legitimados à propositura da ação civil pública, como mencionado, sendo este instrumento uma melhor solução para evitar-se ou para pôr fim à demanda judicial, que verse sobre ameaça ou lesão a bem de natureza individual homogênea, difusa ou coletiva.

Já Azevedo (2002) concebe o compromisso como um fato jurídico, concretizado através da declaração de vontade dirigida à produção de efeitos jurídicos previsíveis e desejáveis entre o tomador e o compromissário. Mazzilli (2006) coaduna do entendimento de que o compromisso de ajustamento de conduta reflete uma natureza jurídica de ato administrativo negocial, consubstanciando uma vontade do poder público, congruente à vontade do

4 Artigo 85. Nos procedimentos administrativos mencionados nos incisos I, II e III do art. 48 desta Lei, o CADE poderá tomar do representado compromisso de cessação da prática sob investigação ou dos seus efeitos lesivos, sempre que, em juízo de conveniência e oportunidade, devidamente fundamentado, entender que atende aos interesses protegidos por lei (BRASIL, 2011).

causador efetivo ou potencial do dano. Por seu turno, Rodrigues (2006), entretanto, o concebe como um negócio jurídico bilateral, não havendo superioridade por parte do tomador em relação ao causador efetivo ou potencial do dano.

A diversidade de entendimentos acerca do CAC reflete sua complexidade. Fato é que o ajustamento de conduta não pode ser imposto ao compromissário pelo tomador, nem é possível a exigência ao órgão ou ente competente, elencado na Lei de Ação Civil Pública, a sua celebração. É indiscutível a necessidade de existência de vontade por parte do interessado em ajustar sua conduta às demandas legais, assim como também é inquestionável a inevitabilidade do elemento volitivo também por parte do órgão ou ente tomador, em buscar restabelecer ou evitar danos a direitos coletivos. Desta forma, o CAC reflete uma conduta humana voluntária, materializada num negócio jurídico bilateral e extrajudicial, características importantes e que se destacam para combater o problema da pobreza menstrual nas prisões. Passa-se a explicar o porquê.

O CAC é efetivo na implementação de políticas públicas e na tutela de direitos coletivos das detentas, porque permite uma negociação e diálogo entre os envolvidos (potenciais tomadores, Departamentos Penitenciários Estaduais e Nacional, Estados e União, dentre outros), evitando a via essencialmente judicial e litigiosa. Cambi e Lima (2011, p. 124) elencam algumas vantagens na eleição do ajustamento de conduta com o objetivo de efetivar direitos coletivos, reunidos em três grupos, relacionados à eficácia preventiva do CAC, à otimização dos meios utilizados para sua celebração, e finalmente, aos resultados. Seu caráter preventivo, segundo os autores, refletiria um “controle extrajudicial de constitucionalidade das leis e dos atos normativos”. Além desta vantagem, o CAC seria um meio de comprometer o Poder Público na confecção e modificação de leis e atos normativos suficientes à implementação e ampliação da tutela dos direitos coletivos.

Ainda observando o viés preventivo do CAC, e também segundo os autores mencionados, a utilização profilática do instituto possibilitaria “equacionar” episódios de afronta e violação a direitos coletivos, e ainda, a harmonização de direitos colidentes e equânimes, em se tratando de igual legitimação. Isto porque, existem situações, em que a Administração Pública, observando uma limitação orçamentária, deva optar por políticas públicas distintas, que concretizam diferentes direitos fundamentais igualmente relevantes.

O compromisso de ajustamento de conduta profilático favorecerá assim, um planejamento orçamentário estratégico e não compromete a consolidação de prioridades. Outro ponto interessante do CAC estaria

relacionado ao seu caráter compensatório. Neste contexto, da mesma forma que existem direitos individuais de difícil quantificação, quando o assunto é recomposição do dano, o mesmo acontece em relação a determinadas categorias de direitos individuais homogêneos, difusos ou coletivos, que não são patrimonialmente quantificáveis, de modo que eventual reparação representaria em verdade, uma compensação, sendo inviável um retorno ao *status quo ante* ao dano efetivo.

O CAC é instrumento célere, justamente por seu caráter extrajudicial, haja vista a saturação do judiciário e complexidade do procedimento de elaboração legislativa. Como lembra Martins Junior (2019), o poder público ocupa o posto de maior litigante no sistema jurisdicional brasileiro, desta forma, não seria nem a via legislativa e nem a via judicial os melhores meios para solucionar a questão da pobreza menstrual no cárcere. A lentidão dos processos é justamente um dos fatores agravantes da pendência de efetivação dos direitos e garantias fundamentais. Além disto, o ajuste de conduta é um instrumento mais acessível e que demanda menor investimento.

Enfatizam Cambi e Lima (2011, p. 124) que apesar de envolverem verbas públicas nas tomadas de ajustamento de conduta, estas são menos onerosa ao erário, justamente por tratar-se de mecanismo extrajudicial, inexistindo a necessidade de movimentação da máquina jurisdicional.

Um outro ponto positivo do CAC como menciona Mazzilli (2006) é a possibilidade de execução em caso de inadimplemento da obrigação assumida pelo compromissário perante o tomador, isto porque o referido instrumento se materializa em um título executivo extrajudicial, que contém pelo menos uma obrigação de fazer ou de não fazer e a correspondente cominação para o caso de seu descumprimento.

Quanto a esta execução, Nery⁵ menciona que, esta poderá ser promovida pelos legitimados mencionados, mas que a propositura por um deles não desvincula os outros, quando há pertinência temática, ou seja, os efeitos do compromisso vinculam todos eles. Como menciona Chateaubriand Filho (2000, p. 739), os legitimados que não tomaram o compromisso não podem sequer, serem chamados de terceiros, “Nesse sentido, as partes de um termo de ajustamento de conduta são sempre as mesmas, independentemente de quem, na qualidade de legitimado ativo, o tenha firmado”.

5 O que é incoerente no raciocínio de alguns desses autores é eles entenderem que a execução possa ser promovida por qualquer um dos colegitimados, mas negarem a vinculação dos efeitos do compromisso a todos eles, vale dizer, que esses efeitos sejam restritos, apenas, às partes que o celebrem. Ou seja, para esses autores, os termos do compromisso não vinculariam os colegitimados que não participaram de sua celebração. Mas, ao revés, todos esses mesmos colegitimados que não integraram o compromisso seriam legitimados a exigir o cumprimento dessa avença. Falaremos, adiante, a respeito do desacerto desse posicionamento doutrinário, *venia concessa* (NERY, 2012, p. 274).

Nesse contexto, na situação hipotética de ter o Estado de Minas Gerais, juntamente com a Defensoria Pública estadual, optado por tomar compromisso, através da celebração de um CAC preventivo, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, ao invés de ajuizar uma ação civil pública que teria por objeto o cumprimento de obrigação de fazer (materializado na entrega de kits de higiene pessoal para a população carcerária feminina, contendo absorventes íntimos suficientes, ou coletores menstruais), restariam vinculados, os tomadores, o compromissário e todos os outros legitimados. E teriam legitimidade para propor a execução do título executivo extrajudicial, em caso de descumprimento da obrigação, qualquer um deles. Assim, o Ministério Público poderia executar o título, proveniente de uma tomada de compromisso entre Estado, Defensoria Pública e Secretaria de Estado. Tudo isto, porque o que se preza é a tutela efetiva dos direitos coletivos em questão. Nery (2012, p. 274)) também lembra, que há uma certa discordância doutrinária, quanto a esta vinculação⁶.

A eficácia do título executivo extrajudicial resultante da tomada de compromisso inicia-se no momento em que o legitimado toma o compromisso, dispensada qualquer formalidade, uma vez que não há qualquer imposição legal neste sentido. E, por tratar-se de um acordo extrajudicial, possuindo assim, uma essência consensual, possibilita melhores frutos, do que determinações impostas, seja por lei ou sentença, haja vista que nem sempre, estas estratégias estatais correspondem à complexidade conflitiva atual, como menciona Queiroz (2019, p. 119), “o que determina a necessidade de busca de outras estratégias, voltadas para os indivíduos, oferecendo-lhes possibilidades de tratamento consensual e autônomo dos seus conflitos”, como assim o é, o compromisso de ajustamento de conduta.

Por último, frisa-se a celeridade da adoção do ajuste de conduta frente à questão da pobreza menstrual. Demandas judiciais individuais já são morosas, demandas judiciais coletivas são ainda mais, visto que não são todos os operadores do direito que são acostumados com estes tipos de demandas. A demora é maior em ações coletivas que necessitam de provas técnicas e perícia. O CAC, desta forma, reduz o caminho para a efetivação do direito em questão.

⁶ O que é incoerente no raciocínio de alguns desses autores é eles entenderem que a execução possa ser promovida por qualquer um dos colegitimados, mas negarem a vinculação dos efeitos do compromisso a todos eles, vale dizer, que esses efeitos sejam restritos, apenas, às partes que o celebrem. Ou seja, para esses autores, os termos do compromisso não vinculariam os colegitimados que não participaram de sua celebração. Mas, ao revés, todos esses mesmos colegitimados que não integraram o compromisso seriam legitimados a exigir o cumprimento dessa avença. Falaremos, adiante, a respeito do desacerto desse posicionamento doutrinário, *venia concessa* (NERY, 2012, p. 274).

Passa-se à análise do legitimado mais indicado para utilizar o CAC para a implementação de uma política pública com o objetivo de sanar a pobreza menstrual no cárcere.

3 Legitimidade para a defesa extrajudicial das presas por meio do compromisso de ajustamento de conduta

São competentes para tomar compromisso de ajustamento de conduta, aqueles elencados no artigo 5º, da Lei nº 7.347, de 1985, já mencionados no item 3 deste estudo. Desta forma, podem figurar no polo ativo da ação de execução do título executivo extrajudicial, em caso de inadimplemento da obrigação assumida, estes mesmos atores, assim como a própria coletividade representada por uma das entidades ou órgãos legitimados (BRASIL, 1985).

Rocha (2016) menciona que a legislação não traça limites para a atuação de cada um dos legitimados, mas que isto é feito por meio doutrinário e jurisprudencial, e o cerne da questão é o respeito à vocação institucional de cada um dos entes ou órgãos elencados no artigo 5º, da Lei n. 7.347/1985 (BRASIL, 1985). Desta forma, é necessário um vínculo entre o objeto da tomada de compromisso e a missão institucional do tomador.

Sobre a legitimação específica da Defensoria Pública, outrora já existiu certa dúvida, principalmente quanto à atribuição deste órgão para uma atuação coletiva no âmbito do sistema prisional. Esta dúvida não mais existe.

Até 2007, somente o Ministério Público possuía a prerrogativa para ajuizar Ação Civil Pública. Isto mudou em 15 de janeiro do ano em comento, através da promulgação da Lei n. 11.448, que alterou o artigo 5º da Lei n. 7.347 de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública, passando então, a legitimar a Defensoria Pública para sua propositura (BRASIL, 1985).

Resolvida a questão anterior, a dúvida voltou-se a legitimidade da Defensoria Pública para a atuação coletiva no âmbito do sistema carcerário. Esta questão também fora resolvida, através da edição e promulgação da Lei nº 12.3121, de 19 de agosto de 2010, que alterou a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para prever a assistência jurídica ao preso encarcerado e atribuir competências à Defensoria Pública, destacando-se a edição do artigo 81- A, que incumbiu ao órgão em comento, o resguardo a “regular execução da pena e da medida de segurança, oficiando, no processo executivo e nos incidentes da execução, para a defesa dos necessitados em todos os graus e instâncias, de forma individual e coletiva” (BRASIL, 2010), (BRASIL, 1984).

Assim, observando o apontado por Rocha (2016), acerca da ausência de limite legal, mas necessário nexos entre a tomada de ajustamento de conduta e missão institucional do tomador, seria a Defensoria Pública o órgão mais indicado para a implementação de uma política pública sanitária, voltada à erradicação da pobreza menstrual no cárcere.

É função institucional da Defensoria Pública, sem mais dúvidas, o exercício da defesa dos interesses individuais, mas também coletivos de grupos vulneráveis, que necessitem de uma proteção especial do Estado. A população encarcerada, por si só, já é um grupo vulnerável, que possui afrontas constantes aos seus direitos. A população feminina presa é ainda mais vulnerável. O papel da Defensoria Pública na tutela coletiva das encarceradas é essencial para efetivar o direito coletivo à saúde e garantir a dignidade das mulheres privadas de liberdade.

É este o órgão que mais mantém contato com a população prisional e suas famílias, que conhece as mazelas do cárcere, que tem como função institucional a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos coletivos aos necessitados⁷. É a Defensoria Pública que possui e que deve auxiliar o Estado na construção de uma política pública efetiva para solucionar o problema apresentado ao longo deste estudo.

Por fim, por mais que a Lei complementar n. 80/1994 mencione que a Defensoria Pública da União deve primar pela descentralização, entende-se que para a efetiva implementação da política pública sanitária, voltada ao público feminino no cárcere, interessante seria a tomada de compromisso entre União e Defensoria Pública da União, tendo como compromissário o Departamento Penitenciários Nacional, visto que a pobreza menstrual é um problema presente em todos os Estados da Federação, e uma centralização da resolução da questão, auxiliaria na uniformização da implementação da solução (BRASIL, 1994).

4 Conclusões

A nota técnica nº 17 de 2020 do DPN, a PNAME e a própria Lei nº 7.210/1984 determinam a assistência sanitária por parte do Estado aos presos. Há a prescrição da distribuição de um kit básico de higiene, composto por alguns itens fundamentais de uso pessoal. Para as mulheres, neste kit,

⁷ Artigo 134, Lei complementar 80/1994. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do artigo 5º desta Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), (BRASIL, 1994).

deveriam estar incluídos os absorventes íntimos, de relativa qualidade e em quantidades suficientes. Estas presas necessitam de atendimento diferenciado quanto a diversos fatores, mas principalmente quanto à higiene e saúde, para que a pena cumpra uma função ressocializadora e não somente punitiva, e para que haja a garantia da dignidade das mulheres encarceradas.

Acredita-se que, pelo fato de representarem uma diminuta parcela da população carcerária, as necessidades das mulheres são negligenciadas, e quando presas, são tratadas como homens, sendo desconsideradas condições impostas pela própria fisiologia, configurando uma afronta aos direitos fundamentais das detentas. Como mencionado ao longo deste estudo, o sistema penitenciário não fora pensado nas mulheres, que possuem necessidades, dentre elas fisiológicas, específicas e particulares.

Apesar das determinações legais, o momento de execução penal é marcado por uma série de desrespeitos à integridade das mulheres presas, que têm precário ou nenhum acesso aos itens básicos de higiene, e que por vezes utilizam subterfúgios nada salutares nos períodos menstruais, como o miolo de pão.

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos recomendou a criação de um marco legal para superar a pobreza menstrual. Para tanto, apresentou-se o compromisso de ajustamento de conduta, tomado pela União e pela Defensoria Pública. Na modalidade repressiva, poderia sanar este problema presente na maioria dos Estados. E na modalidade preventiva, favoreceria um planejamento orçamentário estratégico, não comprometendo a consolidação de prioridades.

O CAC é o instrumento certo para implementar uma política pública sanitária nos presídios femininos. É célere, por possuir um caráter extrajudicial, evitando a movimentação da máquina legislativa e judiciária, além de representar um instrumento mais acessível e que demanda menor investimento. Obviamente, este envolve verbas públicas, mas a sua celebração onera de modo diminuto ao erário, justamente por tratar-se de mecanismo extrajudicial, como já mencionado.

Outro fator determinante para a escolha do CAC para tal tarefa é a possibilidade de execução em caso de inadimplemento da obrigação de fazer assumida pelo potencial compromissário, que no presente estudo sugere-se que seja o Departamento Penitenciários Nacional. Frisa-se que a execução pode ser promovida por qualquer um dos legitimados a tomar o compromisso, outro ponto favorável ao manejo do instrumento em questão.

Sugere-se a tomada de compromisso por parte da Defensoria Pública, visto que é função institucional do órgão o exercício da defesa dos interesses coletivos de grupos vulneráveis, que necessitem de uma proteção especial do Estado. Mais especificamente, recomenda-se a participação União, visto que a pobreza menstrual é uma questão que assola todos os Estados da Federação. E ainda, quanto ao menor impacto ambiental, mencionado pela Recomendação n. 21/2020, sugere-se a utilização de coletores menstruais, juntamente com assistência médica, para iniciarem-se práticas educacionais menstruais, a fim de sanar a precariedade menstrual no cárcere.

Referências

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio jurídico**: existência, validade e eficácia. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União** de 05/10/1988, Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 dez. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. **CPI Sistema Carcerário**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. 620 p. Série ação parlamentar. n. 384. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/2701>. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. **Diário Oficial da União** de 13/10/1941, Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Lei complementar n. 80, de 12 de janeiro de 1994. Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 13/01/1994, Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp80.htm. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União** de 12/07/1984, Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e

dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 25/07/1985, Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 14/07/1990, Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 12/09/1990, Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Lei n. 8.884, de 11 de julho de 1994. Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 12/07/1994, Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8884.htm. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Lei n. 11.448, de 15 de janeiro de 2007. Altera o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública, legitimando para sua propositura a Defensoria Pública. **Diário Oficial da União** de 16/01/2007, Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11448.htm#art2. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Lei n. 12.313, de 19 de agosto de 2010. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para prever a assistência jurídica ao preso dentro do presídio e atribuir competências à Defensoria Pública. **Diário Oficial da União** de 20/08/2010, Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12313.htm. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Lei n. 12.529, de 30 de novembro de 2011. Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 01/12/2011, Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm#art127. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. **Nota Técnica n.º 17/2020/DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ**. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/centrais-de-conteudo/publi->

cacoes/notas-tecnicas/procedimentos-com-custodiados/Procedimentos%20quanto%20a%20custodia%20de%20mulheres%20no%20sistema%20prisio-nal%20brasileiro.pdf. Acesso em: 06 jan. 2022.

BRASIL. **Portaria Interministerial n. 210, de 16 de janeiro de 2014.** Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_25232895_PORTARIA_INTERMINIS-TERIAL_N_210_DE_16_DE_JANEIRO_DE_2014.aspx. Acesso em: 03 jan. 2022.

CAMBI, Eduardo. LIMA, Thadeu Augimeri de Goes. Compromisso de Ajustamento de Conduta – Um eficaz instrumento à disposição do Ministério Público para a implementação de políticas públicas e à efetivação de direitos fundamentais sociais. **Revista dos Tribunais.** São Paulo, v. 908, p. 113-141, 2011.

CARVALHO, Jess. Pobreza menstrual expõe presas a riscos de saúde no PR. In: **Plural Curitiba.** Disponível em: <http://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/pobreza-menstrual-expoe-presas-a-riscos-de-saude-no-pr/>. Acesso em: 02 jan. 2022.

CHATEAUBRIAND FILHO, Hindemburgo. Compromisso de Ajustamento de Conduta. **Revista dos Tribunais.** São Paulo, v. 781, p. 733-740, 2000.

CNDH. **Recomendação n. 21, de 11 de dezembro de 2020.** Recomenda ao Presidente da República, ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Senado Federal, a criação de um marco legal para superar a pobreza menstrual e a garantia de isenções de impostos de produtos. Disponível em: http://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/SEI_MDH1638484Recomendacao21.pdf. Acesso em: 05 jan. 2022.

DEPEN. **Resultados 2019.** Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/relatorio-de-acoes-do-governo/1.RelatorioanualDepenverao20.04.2020.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2022.

DPESP. Defensoria Pública de SP e Estado firmam acordo na Justiça para garantir distribuição de itens de higiene e vestuário a 208 mil detentos. **JusBrasil.** Disponível em: <https://dp-sp.jusbrasil.com.br/noticias/100654799/defensoria-publica-de-sp-e-estado-firmam-acordo-na-justica-para-garantir-distribuicao-de-itens-de-higiene-e-vestuario-a-208-mil-detentos>. Acesso em: 11 nov. 2021.

DPU. **Portaria n. 190, de 04 de abril de 2011.** Disponível em: <https://www.justica.gov.br/Acesso/anexos-institucional/ri-defensoria-publica-da-uniao-dpu.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2022.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Detentos cobram kits de higiene:** “Como vamos dividir três sabões para 25 presos?”. 24/032020. Disponível em: <http://>

www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/03/24/interna_gerais,1131996/detentos-cobram-kits-de-higiene-como-vamos-dividir-tres-saboes-para.shtml. Acesso em: 02 jan. 2022.

GARABINI, Daniel Brocanelli. Direito material coletivo e proteção dos direitos fundamentais no âmbito da execução penal a partir da nova **summa divisio** constitucionalizada. 2017, 95 f. **Dissertação** (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação Strictu Senso, Universidade de Itaúna. Itaúna, 2017.

MARTINS JUNIOR, Wallace Paiva. Administração Pública, Resolução Extrajudicial de Conflitos e Compromisso de Ajustamento de Conduta. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 8, p. 87-126, 2019.

MAZZILLI, Hugo Nigro. Compromisso de Ajustamento de Conduta: evolução e fragilidade e atuação do Ministério Público. **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo, v. 41, p. 93-110, 2006.

MESQUITA, André Geraldo Santos Cardoso de. A legitimidade das decisões judiciais em sede de políticas públicas e os juízes legisladores. 2019, 92 f. **Dissertação** (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação Strictu Senso, Universidade de Itaúna. Itaúna, 2019.

NERY, Ana Luiza de Andrade. Compromisso de Ajustamento de Conduta – Teorias e análise de casos práticos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

ONU. Especialistas dizem que menstruação deve deixar de ser tabu. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/03/1662961>. Acesso em: 08 jan. 2022.

PEREIRA, Jardel Magalhães. Sistema prisional brasileiro: a pena e as intervenções do judiciário na efetividade dos direitos fundamentais do preso. 2016, 123 f. **Dissertação** (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação Strictu Senso, Universidade de Itaúna. Itaúna, 2016.

QUADROS, Aparecida Dutra de Barros. O desencarceramento da mulher como direito fundamental sob a ótica do estado de direito constitucional. 2018, 193 f. **Dissertação** (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação Strictu Senso, Universidade de Itaúna. Itaúna, 2018.

QUEIROZ, Lorrane. Justiça sem juízes: a mediação extrajudicial como técnica jurídico procedimento para efetivação do processo democrático. 2019, 130 f. **Dissertação** (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação Strictu Senso, Universidade de Itaúna. Itaúna, 2019.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**: a brutal vida das mulheres - tratadas como homens - nas prisões brasileiras. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RATHBONE, Cristina. **A World Apart: Women, Prison, and Life Behind Bars.** New York: Random House Trade Paperbacks, 2006.

ROCHA, Samir Vaz Vieira Rocha. Ação civil pública e a efetividade dos direitos fundamentais: aspectos relevantes em face do Novo Código De Processo Civil. 2016, 116 f. **Dissertação** (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação Strictu Senso, Universidade de Itaúna. Itaúna, 2016.

RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Forense, 2006

Recebido em maio de 2022

Aprovado em outubro de 2022

INCOMPATIBILIDADE ENTRE EDUCAÇÃO E OCUPAÇÃO: VIÉS DE GÊNERO ENTRE ECONOMISTAS EGRESSOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – MG

Aline Cristina da Cruz¹

Gustavo Carvalho Moreira²

Gabriela Santos Sousa³

Resumo: O objetivo dessa pesquisa foi investigar se há viés de gênero quanto à sobreeducação entre diplomados em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de São João del-Rei. Com a aplicação de questionários, foi coletada, dentre outras variáveis, a autodeclaração acerca da incompatibilidade entre educação e ocupação. Os resultados apontaram que 55% dos sobreeducados são do sexo feminino. Ademais, no mercado de trabalho, 67,6% dos entrevistados já vivenciaram alguma situação de diferenciação por gênero. Conclui-se que há barreiras conjunturais e estruturais que implicam, para as economistas, tenderem a aceitar ocupações demandantes de menor nível educacional e menores salários.

Palavras-chave: Sobreeducação; desigualdade de gênero; ciências sociais e aplicadas.

Abstract: The aim of this paper was to investigate whether there is a gender bias regarding overeducation among graduates in Economic Sciences at Federal University of São João del-Rei. Though a survey, the self-declaration about the incompatibility between education and occupation was collected, among other variables. The results showed that 55% of the overeducated are women. Furthermore, 67.6% of respondents have already experienced some situation of differentiation by gender in the labor market. It was concluded that there are conjunctural and structural barriers implying that women economists in Brazil tend to accept occupations that demand a lower educational level and lower wages.

Key-words: Overeducation; gender inequality; social and applied science.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Economia Aplicada. Docente do Departamento de Ciências Econômicas e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território (PGDPLAT) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: alinecruz@ufsj.edu.br.

2 Doutor em Economia Aplicada. Docente do Departamento de Economia, Administração e Sociologia (LES) da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo (Esalq/USP). E-mail: gustavocmoreira@usp.br.

3 Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de São João del-Rei. Analista Financeira da AMG Brasil, em São João del-Rei. E-mail: gabisaantos@gmail.com.

Introdução

O hiato existente entre a educação adquirida pelo profissional e a demandada em sua ocupação gera o fenômeno conhecido como *mismatch* educacional. Essa incompatibilidade pode se referir tanto a mais anos de escolaridade do que o exigido para a ocupação (sobreeducação) quanto a menos anos de escolaridade do que o exigido (subeducação) (REIS, 2012; HAUSSMAN *et al.*, 2018).

De maneira agravante, há evidências de que a sobreeducação afete, de maneira mais severa, as mulheres, quando comparadas aos homens. Em Minas Gerais, Urbano (2016) afirma que, apesar da melhor qualificação e do maior acesso à educação, as mulheres são, em maioria, sobreeducadas e recebem salários relativamente inferiores aos homens. Em abrangência nacional, de 1981 a 2005, Vianna e Oliveira (2010) também apontaram maior incidência de sobreeducação entre as mulheres. Portanto, dentro da temática do *mismatch* educacional, a discussão de desigualdade de gênero também é indispensável (REIS, 2012).

Dito isso, o objetivo dessa pesquisa foi investigar se há viés de gênero quanto à sobreeducação entre diplomados em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). De forma específica, os objetivos foram: identificar o perfil dos economistas formados pela UFSJ do ponto de vista da subeducação e da sobreeducação; definir as barreiras estruturais à inserção laboral de economistas sob a ótica do *mismatch* educacional e das diferenças de gênero; e discutir o sexismo no mercado de trabalho nacional para economistas.

Tendo como base a literatura teórico-empírica (URBANO, 2016; VIANNA E OLIVEIRA, 2010; CRUZ *et al.*, 2018), segue-se a hipótese de que a sobreeducação afeta, relativamente mais, as economistas do que os economistas, visto que as mulheres, em geral, são mais propensas à sobreeducação do que os homens. Para alcançar os objetivos propostos e testar a hipótese elencada, uma amostra de economistas egressos da UFSJ entre os anos de 1995 e 2021 foi entrevistada, com a aplicação de questionários com perguntas estruturadas e semiestruturadas, no período de janeiro a outubro de 2021.

A justificativa da investigação se deve ao fato de que a área das Ciências Sociais e Aplicadas tende a ser caracterizada pela desigualdade de gênero, como discutem Haussamnn *et al.* (2018) sobre os anos de 2013 a 2015, para o Brasil. Quanto à remuneração, no ano de 2013, foi observado que, entre as três profissões (economista, administrador e contador) mencionadas no

estudo, a desigualdade entre homens e mulheres é mais presente entre os economistas.

Quanto às características e inserção de economistas no mercado de trabalho, Dela Roca (1999) coletou dados dos graduados da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, para os anos de 1990 a 1997, e constatou diferença significativa entre os salários de homens e mulheres. Enquanto 52% das mulheres se concentravam na faixa salarial de cinco a dez salários mínimos, 36% dos homens se concentravam na faixa de remuneração de quinze a vinte salários mínimos.

Sobre a realidade do curso de Ciências Econômicas da UFSJ, segundo a Divisão de Controle Acadêmico da própria Universidade, para o segundo semestre de 2019, somente 31% dos alunos matriculados eram do sexo feminino, sendo a mesma realidade vivida pelos professores do curso. Dados de 2020 apontam que somente 25% do corpo docente do Departamento de Ciências Econômicas é composto por mulheres. Essa média de participação se mantém para as economistas brasileiras dado que, em 2020, 26,8% dos registros profissionais de economia eram de mulheres (JANSEN, 2020).

Este trabalho está estruturado em quatro seções, além dessa introdução. Na Seção 2, discute-se aspectos teóricos e empíricos do *mismatch* educacional em uma perspectiva de gênero. Na Seção 3, a metodologia do trabalho é apresentada. A Seção 4 aborda os resultados e consequentes discussões, enquanto as considerações finais são debatidas na Seção 5.

1 Participação da mulher no mercado de trabalho e mismatch educacional sob a ótica da Economia Feminista

Desde o surgimento do Movimento Feminista no século XIX, manifestado, inicialmente, por meio do sufrágio (LOURO, 1997), a preocupação com construções teóricas se tornou um dos objetivos desse movimento. Foi, nesse contexto, que a definição de gênero passou a ser estudada pelas feministas anglo-saxãs e, mais tarde, durante a chamada segunda onda feminista no final dos anos de 1960, esse conceito passa a se distinguir da definição de sexo (RAMOS, 2016).

Nessa perspectiva, o que é feminino ou masculino em uma sociedade não é definido com base nas características sexuais, exclusivamente, biológicas. São tomadas como base a visão da sociedade sobre as características de cada sexo. Isso equivale a dizer que são valorizadas a construção social e histórica sobre os sexos (LOURO, 1997). Por meio dessa nova visão de gênero é que se buscou provar que as justificativas para as desigualdades sociais não

devem ser propriamente biológicas, devendo, portanto, ter em consideração os papéis e expectativas que a sociedade tem sobre comportamentos que acompanham cada sexo. Desta forma, de acordo com Louro (1997), o gênero passa a ser entendido como constituinte da identidade dos sujeitos.

No âmbito do mercado de trabalho, e contrapondo-se à Economia ortodoxa ou tradicional, há uma nova perspectiva na investigação de fenômenos como diferenças salariais entre homens e mulheres, segregação sexual, trabalho não remunerado, inserção feminina em mercados mais precários e sobrecarga de trabalho. Essa nova perspectiva é tratada na literatura pela Economia Feminista, tema do trabalho de Fernandez (2018), o qual visa introduzir a discussão de gênero como categoria analítica no campo da Economia. Trata-se de uma vertente imersa no movimento feminista, o qual, em 2020, completou 45 anos de atuação no Brasil, na luta por acesso à contracepção, descriminalização do aborto, igualdade na repartição de tarefas domésticas, fim da violência doméstica, igualdade salarial, dentre outras pautas.

A Economia Feminista defende a máxima, de acordo com Fernandez (2018), de que há a valorização do trabalho remunerado em face do não remunerado, a qual precisa ser revista, já que o tempo gasto no trabalho doméstico afeta, relativamente mais e, diretamente, as mulheres. Ademais, o trabalho reprodutivo, na condição de não remunerado, é o responsável por ofertar mão de obra, por sua vez, de extrema relevância para a sociedade capitalista. À luz dessa linha de pensamento, Fernandez (2018) conclui que a Economia tradicional estabelece uma separação muito rígida daquilo considerado como tempo de trabalho e tempo de não trabalho e não distingue o trabalho doméstico do tempo de lazer. A consequência disso é a subvalorização das atividades realizadas, predominantemente, pelas mulheres.

Já Bohn (2017) discute duas temáticas entrelaçadas entre si: a mulher, enquanto sujeito da Ciência Econômica no Brasil, e a existência de uma Economia Feminista no Brasil. A autora afirma que foram necessários alguns anos até que o diferencial de salários entre homens e mulheres fosse estudado, considerando-se não só o diferencial de produtividade. O estudo avalia a teoria da Economia Feminista como pluralista, por sua vez, incompatível com o *mainstream*, sendo de público multidisciplinar e, sobretudo, com visão muito crítica.

Além da Economia Feminista, é válido apontar que é possível discutir a desigualdade de gênero no mercado de trabalho sob a ótica de outras correntes das Ciências Econômicas. Rafael (2020) avalia essa questão para o mercado de trabalho brasileiro, de 2016 a 2019, pelas óticas neoclássica, marxista e da Economia Feminista.

Para os neoclássicos, pioneiros em investigar o comportamento empírico da realidade, a desigualdade entre os sexos demonstra a competição capitalista. Por existir maior número de vagas disponíveis para homens, a produtividade dos primeiros é vista como mais alta. Quanto aos salários, a desigualdade é explicada pelo maior nível de capital humano, representado por todas as características das pessoas capazes de influenciar a produtividade do trabalho, normalmente, relacionadas à educação e experiência. A teoria neoclássica não reconhece que há relações de poder entre homens e mulheres na sociedade e, em sua visão, as relações de poder são baseadas, somente, em escolhas maximizadoras.

Já para os marxistas, o capitalismo é um empecilho à igualdade de direitos entre os sexos. As mulheres são vistas como força de trabalho reserva e, por isso, são colocadas em postos de trabalho que se comportam como extensões do que fazem em seus domicílios. Ademais, a opressão feminina é relacionada à luta de classes sociais, mesmo que, para os marxistas, a questão da exploração da mulher, dentro da lógica capitalista, seja mais voltada ao trabalho doméstico do que à questão de gênero em si. Rafael (2020) argumenta que a Economia Feminista apresenta um novo olhar para a questão da desigualdade, já que as outras correntes citadas não se debruçaram, profundamente, sobre as consequências negativas advindas das disparidades entre os gêneros.

Conforme mencionado, a Economia Feminista é, conhecidamente, como de perfil pluralista, sofrendo influência de várias áreas do conhecimento para sua formação. Nesse sentido, é a teoria que incorpora o gênero em seu escopo e enxerga o trabalho doméstico não remunerado como significativo e ressalta ser fundamental garantir a liberdade feminina para que as mulheres se desenvolvam socialmente, sem ter o peso do trabalho doméstico como obrigatório.

No que diz respeito à discriminação de gênero e aos diferenciais de salários entre homens e mulheres, alguns dos temas no arcabouço da Economia Feminista, um ponto a ser discutido nesse trabalho é a existência do viés de gênero presente na realidade de trabalhadores com incompatibilidade entre nível de educação adquirido e o exigido nos postos de trabalho, o que caracteriza o *mismatch* educacional. Tais fatos podem estar ligados, entre outros fatores, ao desalinhamento entre os sistemas de educação (público e privado) e à demanda educacional efetiva do mercado de trabalho (REIS, 2012).

Sobre essa questão, o trabalho de Vianna e Oliveira (2010) mensura a incompatibilidade entre o nível de escolaridade ofertado pelos trabalhadores

e o exigido por suas ocupações no Brasil. A partir do uso e análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), foi descrito o papel do ciclo de vida, da conjuntura de mercado e geração na sobre-escolarização das ocupações brasileiras. Os resultados obtidos mostram que houve aumento da escolaridade média, para ambos os gêneros, no período analisado de 1981 a 2005, e confirmou-se que as trabalhadoras possuem escolaridade média superior aos trabalhadores. Além disso, as mulheres apresentaram, em todos os anos, taxa de crescimento média da incompatibilidade educacional maior do que a dos homens. Isso corrobora o discutido na literatura existente acerca do nível educacional feminino ser relativamente maior e de maior incidência da sobreeducação.

Outra análise é feita por Reis (2012) acerca da análise da influência das características individuais e da região dos trabalhadores brasileiros sobre a possibilidade de inserção no mercado de trabalho com *mismatch* educacional. Os resultados demonstraram que a sobreeducação e subeducação têm como determinantes parciais fatores espaciais como o tamanho da região e a condição de migração dos indivíduos. O estudo conclui que o mercado de trabalho brasileiro ainda é bem segregado por raça e gênero e que os sobreeducados são remunerados a níveis mais baixos do que os compatibilizados, isto é, são penalizados pelos anos de estudo excedentes em relação aos requerimentos da ocupação.

Os diferenciais de remuneração dos profissionais que apresentam *mismatch* educacional são investigados em grande parte dos estudos dessa área. Annegues e Souza (2020), a partir de dados da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, investigaram os efeitos salariais da sobreeducação. Os egressos, nessa situação, possuem, em média, salário menor do que de seus pares com status de adequado. Ademais, os salários dos indivíduos sobreeducados com maior nível de habilidade são mais afetados. Nesse caso, aqueles indivíduos com maior nível de habilidade, em condição de sobreeducação, tendem a ter aumentos salariais em menor proporção, quando comparados aos trabalhadores em condição adequada às suas ocupações, do ponto de vista da demanda educacional.

Segundo Silva (2018), os indivíduos em situação de sobreeducação apresentam média salarial menor do que da amostra total de indivíduos, e são, em sua maioria, mulheres, não brancas, estudantes de escola pública e do setor de serviços. Ademais, a área do conhecimento com mais indivíduos em situação de sobreeducação é a de Negócios e Economia, seguida pelas áreas de Artes e Comunicação e de Ciências Humanas. Cabe destacar ainda que os egressos formados nessa área de conhecimento apresentam

menores chances de sair da situação de *mismatch* educacional do que aqueles graduados em outras áreas do conhecimento.

Annegues et al. (2018) investigaram também dados de egressos da UFPB e buscaram identificar o efeito da área de formação na probabilidade de estar em uma ocupação com nível de instrução abaixo do nível educacional possuído (status de sobreeducação). Em concordância com o estudo de Silva (2018), os resultados apontaram que os egressos das áreas de humanidades, artes e sociais aplicadas tem maior chance de estarem nessa situação e menor chance de sair desse contexto, quando comparados a profissionais de outras áreas do conhecimento.

Estudos recentes também mostram que houve ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho em conjunto com o aumento do nível de educação das mesmas (LEONE, 2019; COTRIM *et al.*, 2020; ALVES *et al.*, 2019). Apesar desse cenário, quando se toma como base os cursos de Ciências Econômicas e a profissão do economista, é notável que os homens permanecem como maioria. Como exemplo, no Curso de Ciências Econômicas da UFSJ, foco dessa pesquisa, considerando o segundo semestre de 2019, somente 91 dos 293 alunos matriculados eram do sexo feminino, ou seja, 31% do corpo discente. Entre os professores do curso, a representatividade feminina é baixa, sendo apenas quatro mulheres e quinze docentes do sexo masculino, a despeito da mesma titulação (doutorado).

Laviola e Funcia (2007) exploram os dados para o curso de Economia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. A participação feminina e masculina no curso seguiu a tendência geral dos cursos de Economia, que é de maior presença masculina, apresentando, 60% de participação. Verificou-se ainda que as estudantes já empregadas recebiam 81,5% da média salarial dos estudantes na mesma situação. Já Carvalhaes e Ribeiro (2019) interligam desigualdade de gênero, classe e raça no ensino superior brasileiro, nos anos de 2007 a 2009, contrapondo 34 cursos de graduação de diversas áreas. O estudo aponta que o curso de Ciências Econômicas ocupa o terceiro lugar no *ranking* quanto à maior presença masculina. Essa baixa participação feminina no curso de Economia e no mercado de trabalho corrobora o cenário adverso de discriminação de gênero na área de Ciências Econômicas.

Já o trabalho de Costa (2019) faz referência aos diferenciais de salários entre homens e mulheres economistas atuantes no mercado de trabalho privado no Brasil, por meio dos dados da PNAD, de 1995 a 2015. Na aplicação dessa metodologia, a pesquisa mostrou a existência de diferencial de 22% entre os salários dos economistas e das economistas, para os anos de 1995 a 2015. A inferência é de que parte dessa diferença é explicada por

motivos não discriminatórios, sendo a maior parte não explicada, e, por isso, considerada efeito da discriminação.

Mismatch educacional - aspectos teóricos

Diferentes teorias são utilizadas para explicar o desequilíbrio entre oferta e demanda por educação, discutidas a partir do termo *mismatch* educacional no mercado de trabalho. Reis (2012) faz esta abordagem e descreve, em seu trabalho, as mais importantes: teoria do capital humano; teoria do pareamento; teoria da mobilidade na carreira; teoria da sinalização; teoria da designação; e teoria da competição por emprego.

Na Teoria do Capital Humano (TCH), cujo precursoros foram Becker e Schultz, os trabalhadores são remunerados de acordo com sua produtividade, a qual depende de alguns fatores como qualificação, experiência, motivação, treinamento e habilidades em geral (REIS, 2012; REIS, 2020). Ainda, Nordin, Persson e Rooth (2010) destacam que, na TCH, os trabalhadores recebem seus salários de acordo com o produto marginal de seu trabalho e, desse modo, os salários devem sempre se igualar à produtividade marginal. Nesse sentido, para que o fenômeno da sobreeducação seja explicado pela TCH, deve ser considerado um fenômeno temporário e de desequilíbrio de curto prazo, ocasionado por restrições no mercado de trabalho, como exemplificado por Frank (1978). Tais restrições podem ser geográficas, de estado civil ou a presença de filhos (REIS, 2012; REIS, 2020).

Em concordância com a TCH, há a Teoria do Pareamento (*Matching Theory*), criada por Dale T. Mortensen e inserida na Teoria da Busca (*Search Theory*). Tal teoria é discutida por Dolton e Silles (2008) e trata os eventos de sobreeducação e subeducação como temporários, podendo ser efeitos da combinação inadequada entre trabalhador e sua ocupação e está atrelada, essencialmente, à falta de informações no mercado de trabalho. Na medida em que o trabalhador está sobreeducado, ele tende a buscar por um novo emprego com o intuito de conseguir uma remuneração melhor. Assim, quando esse trabalhador consegue a estabilidade empregatícia, as informações sobre a sua produtividade se tornam mais claras e a sobreeducação pode ser eliminada (REIS, 2012). Com ponto de vista semelhante, a Teoria da Mobilidade na Carreira sustenta a premissa de os trabalhadores aceitarem, voluntariamente, trabalhar em um emprego exigente de menor qualificação, para posterior ascensão na carreira e aquisição de experiência. Similar às teorias que enfatizam o papel da informação, conforme afirma Reis (2012), a Teoria da Sinalização, proposta por Spence, reitera a existência de habilidades dos trabalhadores não conhecidas pelos empregadores, o que pode causar

o fenômeno de *mismatch* educacional. No primeiro momento, a educação fornece um sinal positivo ao empregador, já que maior qualificação pode significar maior produtividade e melhores atributos, todavia, à medida que o trabalhador é conhecido pelo empregador, a importância dessa sinalização diminui.

Segundo a Teoria da Designação, difundida por Sattinger (1993), os salários são dependentes das características do emprego e do trabalhador. Desse modo, trabalhadores com a mesma qualificação podem ter salários diferentes, de acordo com o cargo que exercem. Contrapondo à TCH, o equilíbrio do mercado de trabalho pode ser caracterizado por um estado no qual parte dos trabalhadores não ocupa posições compatíveis com seus níveis educacionais.

Já a perspectiva da Teoria da Competição por Emprego, a qual surge nos anos 1970, por meio de Lester C. Thurow, aponta que os trabalhadores são classificados conforme a tendência de trazerem custos de treinamento para as empresas, ou seja, os trabalhadores de nível educacional mais alto trariam menor custo às empresas. Dessa forma, trabalhadores competiriam entre si para conquistar a melhor ocupação, já que a remuneração depende da ocupação exercida (REIS, 2012; VIANA, COSTA, 2014).

Nota-se que, enquanto parte das teorias considera as incompatibilidades entre nível de educação adquirido e nível de educação requerido para determinada ocupação um fenômeno temporário, outra parte as considera como não sendo momentâneo. Ainda cabe destacar que essa segunda parte de teorias acredita que esse *mismatch* pode causar implicações graves, as quais podem afetar o mercado de trabalho de forma permanente. Reis (2012) elenca, no âmbito individual, as consequências a respeito da redução de salários, da insatisfação profissional e da rotatividade.

2 Metodologia

O questionário da pesquisa, foi aplicado em formato *online*, por meio de formulário eletrônico com o envio de termo de consentimento a cada entrevistado, no período de janeiro a outubro de 2021. O método de divulgação do questionário foi através de contato com egressos, divulgação pela página da Coordenação do curso e em grupos de egresso em redes sociais. Foram aplicados 165 questionários, respondidos por 94 mulheres, 70 homens e 1 pessoa que optou por não responder essa questão.

O objetivo geral da aplicação do questionário foi, dentre outros, identificar se os egressos se autodeclararam como adequados, subeducados ou sobreeducados em suas ocupações. Tal estratégia vai ao encontro do que chamam da metodologia de *Worker Self-Assessment*. Segundo este referencial analítico, o próprio trabalhador é responsável por determinar a escolaridade requerida para sua ocupação. Isso difere da abordagem *Job Analysis*, que considera os graus de escolaridade necessários para cada ocupação definidos pela Classificação Brasileira de Ocupações - CBO. Esta é uma norma de classificação responsável por descrever as atribuições de cada ocupação, genericamente, de forma a padronizar o grau de escolaridade adequado para exercê-la. A abordagem empregada nessa pesquisa permite captar maior grau de subjetividade na questão a partir da *Worker Self-Assessment*. Portanto, apesar de perder em amplitude, limitando os resultados ao tamanho da amostra, ganha-se em profundidade, ao entender os fatores intrínsecos ligados à incompatibilidade entre educação e ocupação.

De posse dos dados, foi feita a tabulação dos resultados e eles são analisados por meio da estatística descritiva e confrontação da literatura existente, de forma a sintetizar valores de mesma natureza e permitir uma visão global da situação estudada (GUEDES *et al.*, 2005).

3 Resultados e discussão

Apresenta-se, nessa seção, a discussão dos resultados por meio das respostas obtidas na aplicação de 165 questionários, no período de janeiro a outubro de 2021. Cerca de 28,5% dos respondentes são egressos concluintes nos anos de 2018 (24 egressos), 2019 (12 egressos) e de 2011 (11 egressos). Entre as pessoas que optaram por se identificar como homens ou mulheres, 42,7% são homens e 57,3% mulheres.

A primeira seção do questionário aborda questões de gênero, sexo e orientação sexual. No que diz respeito ao gênero, as porcentagens obtidas foram as mesmas da pergunta anterior, para os gêneros feminino e masculino. Há presença de orientações sexuais diversas entre os entrevistados, sendo que a orientação sexual com maior número de representantes é a heterossexual (82,3%), seguida de gays (12,2%), bissexuais (2,4%), lésbicas (0,6%) e, com menor representação, pansexuais (0,6%).

Quanto à distribuição relativa dos egressos conforme sexo e escolaridade, verifica-se que a porcentagem de mulheres com pós-graduação *lato sensu* (23%) é bem maior em relação à de homens na mesma situação (13%). Por outro lado, entre os que possuem doutorado a porcentagem de homens é

maior (7%), enquanto a de mulheres que possuem doutorado é de apenas 1%. Sobre isso, vale a reflexão de que, apesar da literatura apontar para maior nível educacional das mulheres, em geral, as mulheres economistas enfrentam maiores barreiras quando atingem níveis educacionais mais altos, entre outras razões, devido ao trabalho doméstico não remunerado e aos cuidados com membros da família. Afinal, quando comparadas aos homens, as mulheres tendem a gastar mais tempo nessas atividades, o que prejudica a disponibilidade de tempo e recurso financeiro para investir na educação.

No que diz respeito à ocupação, observa-se o percentual de 9,09% dos egressos em situação de desemprego, “fazendo bico” ou trabalhando no setor informal. Isso reflete uma empregabilidade relativamente razoável para os economistas da UFSJ, visto que a taxa de desemprego nacional do segundo trimestre do ano de 2021 foi de 14,1% (IBGE, 2021). A maior parte dos economistas entrevistados formados na UFSJ possui carteira assinada em empresa privada (43,03%). O segundo posto cabe aos empregados do setor público (21,82%) e em terceiro lugar estão os autônomos (8,48%). De acordo com Pontes (2020), a representatividade de economistas no mercado de trabalho brasileiro aumentou 73,2% de 2006 a 2018, um sinal de maior demanda pelas habilidades e competências deste tipo de profissional lado a lado com o crescimento da quantidade de profissionais empregados na área. O setor com maior taxa de economistas empregados é o de administração técnica profissional (26%), o qual se enquadra no grupo de empresas privadas. Em segundo lugar, aparece a área de administração pública (11,1%), enquanto parte do setor público.

Entre os egressos empregados, para calcular a porcentagem de sobreeducados, foram analisadas as respostas das questões sobre o nível de instrução dos entrevistados e o nível de instrução da ocupação atual. Sob essa perspectiva, pode-se afirmar que 54,68% dos egressos empregados são sobreeducados, enquanto 45,32% são considerados adequados, não havendo nenhum caso de subeducado. Isso evidencia que, conforme esperado, tal como discutem Silva (2018) e Annegues *et al.*, (2018), os graduados em Ciências Econômicas possuem tendência a assumir, com maior probabilidade, o status de sobreeducados.

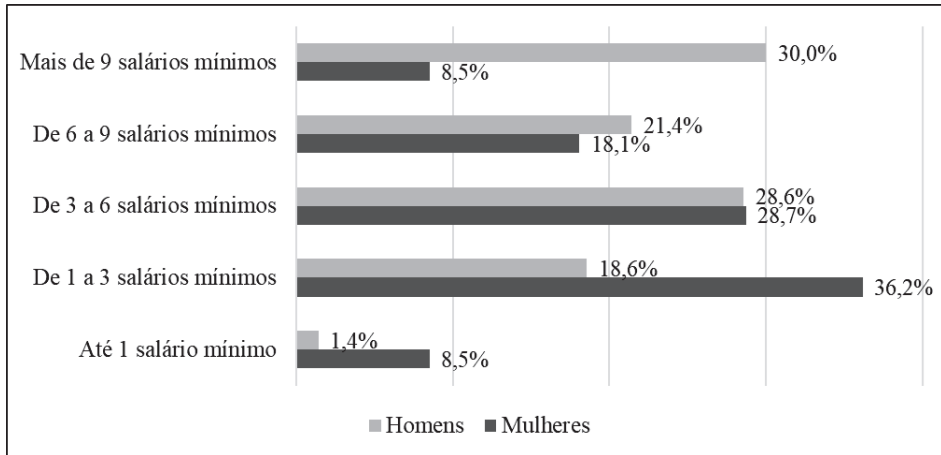
Ao considerar as respostas da pergunta sobre em qual categoria os entrevistados se autodeclararam (sobreeducado, adequado ou subeducado), as respostas apontam para a mesma tendência: quantidade bem superior de sobreeducados e adequados. A porcentagem de egressos que já se candidatou ou conquistou uma vaga de emprego exigente de nível educacional menor do que o possuído é de 58,79%. Isso corrobora com a tendência de maior

representatividade de sobreeducação entre os entrevistados já discutida na literatura (SILVA, 2018; ANNEGUES *et al.*, 2018).

É importante mencionar que, entre os egressos sobreeducados, 55% são mulheres. Isso demonstra que, de fato, as mulheres têm maior probabilidade de estar na condição de sobreeducadas do que os homens, conforme evidenciado por Vaz (2014). E isso se repete ao se avaliar o cenário de economistas formados pela UFSJ, a exemplo do que ocorre no resto do país. Isso pode ser justificado, entre outros pontos, pelas barreiras à conciliação entre trabalho remunerado e não remunerado (atividades domésticas e de cuidado). A consequência é a menor presença de trabalhadores do gênero feminino nos cargos mais elevados na hierarquia organizacional, a despeito de estas posições laborais requererem maior escolaridade, perfil observado entre as mulheres. Outras barreiras são a falta de igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para as mulheres. Há diferença entre os ganhos econômicos obtidos por elas, quando comparados àqueles auferidos pelos indivíduos do gênero masculino com mesma qualificação. Este fenômeno é conhecido como “piso pegajoso” e está aliado à dificuldade vivenciada pelas mulheres de sair das profissões e setores considerados, tradicionalmente, adequados para as mulheres (empregos femininos). Soma-se a isso os estereótipos que a sociedade forma acerca das mulheres, os quais se refletem, também, na cultura empresarial (FERNANDEZ, 2018).

Ao analisar a distribuição salarial dos entrevistados, observa-se um nível salarial das mulheres mais concentrado - 36,17% das entrevistadas na faixa de 3 a 6 salários mínimos (R\$ 3.135,01 a R\$ 6.270,00). Para os homens, a maior frequência (30% dos entrevistados) é observada em nível salarial superior a 9 salários mínimos (mais de R\$ 9.045,01). Além disso, quando é levada em conta a distribuição de cada gênero por faixa salarial, nota-se que, na faixa salarial mais baixa (menos de 1 salário mínimo - até R\$ 1.045,00), há mais mulheres, 8,51% das respondentes estão nessa faixa, ao passo que os homens são 1,43%. Por outro lado, na faixa salarial de renda do trabalho mais alta (mais de 9 salários mínimos - mais de R\$ 9.045,01), há maior número de homens (Figura 1).

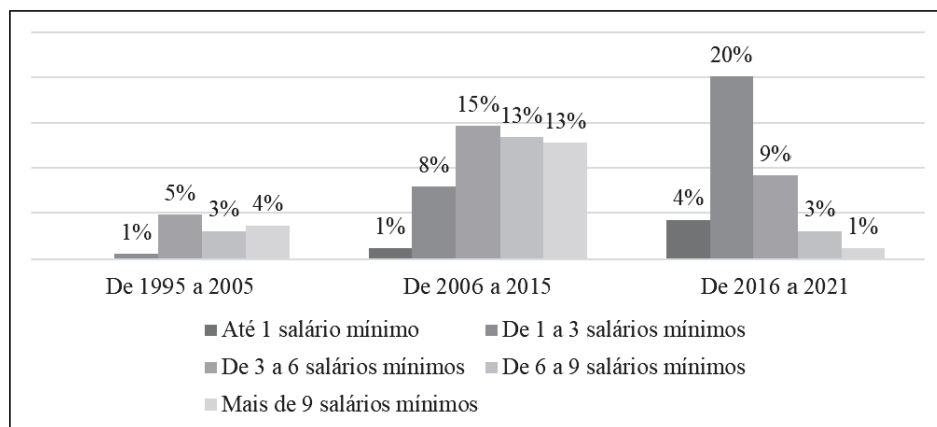
Figura 1 - Distribuição salarial dos egressos do curso de Ciências Econômicas da UFSJ, por sexo



Fonte: Elaborado pelos autores com base em resultados da pesquisa.
Nota: salário mínimo de referência é o vigente em 2020, no valor de R\$1.045,00.

Na Figura 2, os egressos foram divididos por faixa salarial e intervalo de ano de conclusão do curso. Essa análise se faz necessária, já que aqueles egressos que se formaram, há mais tempo, tem maior tendência de estarem alocados nas faixas salariais mais altas devido à experiência. Tal contexto tende a elevar a chance de promoção e contratação em posições de níveis hierárquicos mais elevados, quando compara-se às chances de os egressos com menor tempo de conclusão de curso. De acordo com a Figura 2, 26% dos egressos formados entre 2006 e 2015 recebem mais de 6 salários mínimos, ao passo que apenas 4% dos estudantes formados de 2016 a 2021 obtém o mesmo rendimento. Tal cenário pode indicar o peso das crises nacional de 2015 e da pandemia de 2020 sobre inserção laboral e contratação em ocupações de renda mais elevadas.

Figura 2 - Distribuição salarial dos egressos do curso de Ciências Econômicas da UFSJ, segundo ano de formação, entre 1995 e 2021



Fonte: Elaborado pelos autores com base em resultados da pesquisa.

Mesmo com um maior percentual de mulheres declarando sobreeducação, é possível perceber que a desigualdade de gênero é uma realidade entre os egressos do curso de Ciências Econômicas da UFSJ. Além da dinâmica de discriminação de gênero própria do mercado de trabalho, cabe lembrar que a maior parte dessas mulheres enfrenta sobrecarga de trabalho formal e não remunerado (doméstico), o que culmina em dupla jornada de trabalho, haja vista que a responsabilidade pelo trabalho doméstico afeta, relativamente, mais as mulheres do que os homens, conforme premissas defendidas pela Economia Feminista (FERNANDEZ, 2018).

Nesse contexto, vale a ressalva de que, historicamente, algumas ocupações são tidas como mais adequadas para mulheres, as quais, de alguma forma, reproduzem as atividades domésticas e de cuidado com filhos e família exercidas pelas mulheres. Essas ocupações são menos valorizadas, economicamente, o que se soma ao fato de as mulheres se depararem com maiores dificuldades de deixar as áreas que refletem tais estigmas. A profissão do economista enquadra-se no grupo de profissões consideradas “inadequadas” para mulheres. Esse tipo de estereótipo reforça a ideia da fragilidade física e emocional feminina, menor racionalidade, menor produtividade e emocional instável. O resultado é que os estereótipos sexistas ligados à profissão de economista contribuem para a desigualdade salarial, para além de outros aspectos.

As respostas dos entrevistados para o questionamento acerca da presença de mulheres economistas em cargos de alto nível hierárquico nos seus

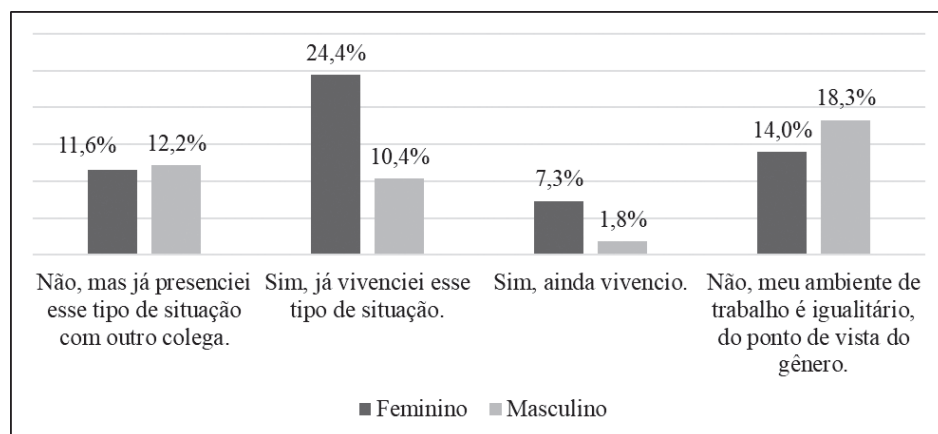
ambientes de trabalho confirmam que há pouca presença feminina nesses cargos. De acordo com os respondentes, os ambientes de trabalho, nos quais a presença de mulheres nesses cargos é vista com baixa frequência (nunca ou raramente) é de 32,61%, ao passo que 20,29% dos respondentes indicam que a presença de mulheres economistas em cargos de alto nível hierárquico é frequente (sempre e muitas vezes). Já o resultado sobre a porcentagem da frequência mediana (às vezes) foi de 47,10%.

De forma complementar, diante da discussão e inferência aqui apontada de que o trabalho doméstico (não remunerado) mantém-se como um dos fatos que contribui para a desigualdade salarial, e que a maternidade agrava esse contexto, foram feitos questionamentos sobre a estrutura familiar. As respostas indicam que 26,6% das mulheres respondentes possuem filhos, sendo de 20% o percentual de homens neste contexto.

O questionário também traz perguntas acerca da percepção dos egressos quanto à desigualdade de gênero observada tanto no ambiente acadêmico da UFSJ, quanto em seus postos de trabalho. Segundo as respostas, durante o curso de graduação, 42,07% dos egressos vivenciaram ou presenciaram algum tipo de situação de discriminação por identidade de gênero, ou seja, situações de tratamento diferenciado atreladas ao gênero. Por outro lado, 49,39% acreditam que o ambiente acadêmico da UFSJ é igualitário, do ponto de vista do gênero e não vivenciaram ou presenciaram alguma situação desse tipo.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, há evidências de maior presença de desigualdade de gênero no comparativo às respostas sobre o ambiente acadêmico. Infere-se que 67,6% dos entrevistados já presenciaram ou vivenciaram alguma situação de tratamento diferenciado entre homens e mulheres, com base em características que não refletem a produtividade no trabalho. De acordo com a Figura 3, pode-se destacar que 72% das pessoas que foram alvo (ou ainda são) de situações de desigualdade de gênero são do sexo feminino. Trata-se de um indicativo de alta incidência de mulheres sofrendo discriminação de gênero no mercado de trabalho, quando comparadas aos homens. Apenas 32,65% dos respondentes afirmam que o ambiente de trabalho, no qual estão inseridos é igualitário. Tais evidências corroboram a literatura acerca do mercado de trabalho sexista para economistas. Esse é caso de Costa (2019), o qual investiga os diferenciais de salários entre homens e mulheres economistas atuantes no mercado de trabalho privado no Brasil. Sua pesquisa mostrou a existência de diferencial entre os salários dos economistas e das economistas, sendo a maior parte dessa diferença explicada por motivos discriminatórios.

Figura 3 - Distribuição dos egressos do curso de Ciências Econômicas da UFSJ, segundo experiência de discriminação de gênero no mercado de trabalho



Fonte: Elaborado pelos autores com base em resultados da pesquisa.

Sobre as barreiras de inserção dos economistas no mercado de trabalho (Tabela 1), fatores como machismo, sexismo e racismo foram apontados por 6%, 2,4% e 1,8% dos respondentes, respectivamente. O sexismo é um termo que se refere às discriminações sexuais e ao conjunto de ideias ou ações que privilegiam um indivíduo de determinado sexo, ou seja, pode atingir pessoas de ambos os sexos e de diferentes orientações sexuais (VON SMIGAY, 2002), enquanto o machismo trata apenas de um comportamento que rejeita a igualdade de condições sociais e direitos entre homens e mulheres.

Ainda pela Tabela 1, as principais barreiras enfrentadas, foram: baixa oferta de vagas (26%), exigência de experiência no mercado de trabalho (24,5%) e perfil de vagas mais voltado a outros cursos de graduação de áreas afins com a Economia (21,2%). Cabe ressaltar que as mesmas barreiras foram observadas por Dela Roca (1999), ao analisar os egressos do curso de Ciências Econômicas da UFSC. As respostas mais citadas na pesquisa em questão foram: baixa oferta de emprego, perfil de vaga mais voltado a outros cursos de graduação de áreas afins com a Economia e falta de prática ou experiência na área.

Tabela 1 – Barreiras à inserção no mercado de trabalho observadas pelos egressos do curso de Ciências Econômicas da UFSJ

Tipo de barreira	Percentual de sinalizações
Baixa oferta de vagas	26,0%
Exigência de experiência no mercado	24,5%
Perfil de vaga mais voltado a outros cursos de graduação de áreas afins	21,2%
Não enfrentei nenhuma dificuldade	6,6%
Machismo	6,0%
Exigência de nível educacional maior	4,5%
Sexismo	2,4%
Racismo	1,8%
Discriminação ligada à orientação sexual	1,2%
Outros	6,0%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em resultados da pesquisa.

Quanto ao investimento em educação, foi observado um maior número de sobreeducados realizando investimentos constantes em qualificação, sendo que 52 respondentes fazem investimentos anualmente e 20 dos respondentes se qualificam, ao menos, uma vez, a cada 6 meses. De acordo com Reis (2020), os modelos de sinalização argumentam que os custos para investir em educação são menores para aqueles trabalhadores mais produtivos e esses tendem a investir mais para conquistarem vagas em melhores empregos, cuja consequência possível é a sobreeducação. Além disso, os sobreeducados tendem a fazer maiores investimentos em educação, já que buscam pela colocação em melhores cargos, cujo nível educacional requerido seja compatível com o possuído. Soma-se ainda o fato de a parcela de trabalhadores mais escolarizados, no cenário de indisponibilidade de emprego correspondente ao nível educacional obtido, tender a buscar por maior qualificação, o que retroalimenta o fenômeno da sobreeducação.

4 Considerações finais

Do ponto de vista da classificação dos egressos do curso de Ciências Econômicas da UFSJ, a partir dos entrevistados formados entre 1995 e 2021, quanto ao *mismatch* educacional, observou-se que 55% dos sobreeducados são do sexo feminino. Logo, os resultados corroboram a hipótese dessa pesquisa e a discussão na literatura de que mulheres são mais propensas ao status de sobreeducadas.

Quanto ao sexismo no mercado de trabalho para os economistas e ao longo do curso de graduação, os resultados apontam a presença de discriminação de gênero em ambos. Durante o curso, 42,07% dos egressos vivenciaram ou presenciaram situações de tratamento diferenciado por conta do gênero. No mercado de trabalho, 67,6% dos entrevistados já presenciaram ou vivenciaram alguma situação de tratamento diferenciado entre homens e mulheres, com base em características que não refletem a produtividade no trabalho.

Ademais, o sexismo e o machismo são elencados como barreiras importantes à inserção no mercado de trabalho dos economistas em 8,4% das respostas. Chama a atenção o fato de que a maior parte dos respondentes é do sexo feminino, mas o machismo não está entre os três principais entraves à entrada em postos de trabalho. Este destaque cabe à baixa oferta de vagas (26%), afinal, a maior parte dos respondentes vivenciaram a crise nacional de 2015 e estão enfrentando as mazelas da crise econômica, social e sanitária por conta da pandemia iniciada em março de 2020. O cenário mundial somado às barreiras estruturais contribui para manutenção da sobreeducação para economistas e para a grande representatividade de economistas, sobretudo, mulheres, tenderem a aceitar ocupações demandantes de menor nível educacional e menores salários. Fato é que a duração do desemprego é presente, após a conclusão do curso graduação em Economia. Afinal, cerca de 43,03% dos egressos relataram terem se passado mais de 6 meses, após concluírem o curso de graduação em Ciências Econômicas, para se inserirem no mercado de trabalho, sendo que parte considerável ainda está desempregada (7,27%).

Em suma, diante do exposto, cabe destacar que o presente estudo cumpre sua missão de contribuir com a literatura, ainda bastante escassa, sobre o tema que interliga sobreeducação, viés de gênero e a profissão de economista. Trazer a realidade do curso de Ciências Econômicas da UFSJ auxilia no levantamento de discussões quanto às práticas de ensino, ao longo da graduação também. Outro aspecto positivo é que o mesmo estudo pode ser feito para cursos de Economia de outras universidades, como forma de mensurar o fenômeno da sobreeducação e mapear iniciativas que possam ser tomadas quanto a atenuar os efeitos adversos desse tipo de *mismatch*, com foco à desigualdade de gênero, uma marca do campo de atuação de economistas. É importante ressaltar que uma limitação é o fato de os resultados serem condicionados à amostra selecionada e os resultados aqui obtidos não poderem ser extrapolados para outros contextos amostrais.

Referências

ALVES, D. F.; PEREIRAS, William E. N.; DO O'DE LIMA JÚNIOR, F. A participação da mulher no mercado formal de trabalho industrial cearense: comparativo entre os anos de 2006 e 2014. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 13, 2019.

ANNEGUES, A. C.; SOUZA, W. P. S. F. Retorno Salarial do Sobreeducação: Viés de Seleção ou Penalização ao Excesso de Escolaridade? **Revista Brasileira de Economia**, v. 74, n. 2, p. 119-138, 2020.

ANNEGUES, A. C. *et al.* **Sobreeducação e área de formação**: Evidências para os egressos da UFPB. XXIII Encontro Regional de Economia, Fortaleza, CE. Disponível em: 057-30545e4aac19d96be6b75873119c721d.pdf (anpec.org.br), 2018. Acesso em novembro de 2021.

BOHN, L. *et al.* **Inserção feminina na teoria e na prática**: ensaios sob o olhar da economia feminista. 2017.

CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social**, v. 31, n. 1, p. 195-233, 2019.

COSTA, A. A. E. **Discriminação no mercado de trabalho dos economistas**: uma aplicação da decomposição de Oaxaca-Blinder, 2019.

COTRIM, L; R.; TEIXEIRA, M.: PRONI, M. W. **Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil**. Instituto de Economia, UNICAMP, 2020.

CRUZ, A. C. *et al.* Análise da incidência de sobreeducação e subeducação no mercado de trabalho do estado da Bahia em 2014. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 49, n. 3, p. 171-186, 2018.

DELA ROCA, G. A. A inserção no mercado de trabalho dos economistas formados pela UFSC no período de 1990-97. **Monografia** (Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Catarina, p. 72. 1999.

DOLTON, Peter J.; SILLES, Mary A. The effects of over-education on earnings in the graduate labour market. **Economics of Education Review**, v. 27, n. 2, p. 125-139, 2008.

FERNANDEZ, B. P. Economia Feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, n. 3, p. 559-583, 2018.

FRANK, Robert H. Why women earn less: the theory and estimation of differential overqualification. **The American Economic Review**, v. 68, n. 3, p. 360-373, 1978.

GUEDES, T. A. *et al.* **Estatística descritiva**: Projeto de Ensino-Aprender Fazendo Estatística. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2005.

HAUSSMANN, D. C. S. *et al.* Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: uma análise na área de ciências sociais aplicadas. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 37, n. 3, p. 129-148, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: Desemprego | IBGE. Acessado em 29 de novembro de 2021.

JANSEN, Mariana. **Mulheres economistas**: reflexões sobre os avanços e limites no século XXI. Disponível em: <https://www.cofecon.org.br/2020/03/08/artigo-mulheres-e-a-economia/>. 2020.

LAVIOLA, M. C.; FUNCIA, F. R. Diferenças de gênero entre os estudantes de graduação em ciências econômicas da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – imes1. In: **congresso brasileiro de economistas**. 2007.

LEONE, E. T.. Participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro no contexto do crescimento econômico com distribuição de renda (2004-2013). **Texto para Discussão**, IE/Unicamp, n. 363, p. 14, 2019.

LOURO, G. L.. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista: Vozes, 1997.

MARIANO, S. A.. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 483-505, 2005.

NORDIN, Martin; PERSSON, Inga; ROOTH, Dan-Olof. Education–occupation mismatch: Is there an income penalty?. **Economics of education review**, v. 29, n. 6, p. 1047-1059, 2010.

PONTES, J. M. *et al.* O mercado de trabalho brasileiro para os economistas. 2020.

RAFAEL, A. P. *et al.* **A situação de desigualdade da mulher no mercado de trabalho brasileiro entre 2016-2019 à luz da economia neoclássica, marxista e feminista**: três paradigmas em disputa. 2020.

RAMOS, J. C.. O gênero dentro da perspectiva feminista e sua relação com o Direito, UFF – Universidade Federal Fluminense. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Faculdade de Direito, Niterói, 2016.

REIS, S. M. Incompatibilidades entre educação e ocupação: Uma análise regionalizada do mercado de trabalho brasileiro. 2012. 160f. **Tese** (Doutorado em Economia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG, Belo Horizonte, 2012.

REIS, M. C.. Os ensinos público e privado no Brasil e a incidência de sobreeducação no mercado de trabalho. **Economia Aplicada**, v. 24, n. 3, p. 367-392, 2020.

SATTINGER, Michael. Assignment models of the distribution of earnings. **Journal of economic literature**, v. 31, n. 2, p. 831-880, 1993.

SILVA, A. C. A.. Ensaios em Economia da Educação Superior. **Tese** (Doutorado em Economia Aplicada). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. 2018.

URBANO, S. R. S. O fenômeno da sobreeducação e da subeducação no mercado de trabalho em Minas Gerais no ano de 2014. **Monografia** (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal de São João del-Rei, 2016.

VAZ, C. C. F. L. M.. **Um estudo da (in) compatibilidade entre escolaridade e ocupação**: evidências para o mercado de trabalho das principais regiões metropolitanas do Brasil entre os anos de 2006-2011. 2014.

VIANA, D. W., COSTA, A. A. B. Diferenças salariais entre indivíduos sobreeducados e subeducados nos setores de atividades brasileiros em 2012. In: 16º Seminário sobre a economia mineira, 16, 2014, Diamantina. **Anais eletrônicos**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2014. Disponível em <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2014/diferencas-salariais-entre-individuos-sobreeducados-e-subeducados-nos-setores-de-atividades.pdf>. Acesso em 29 de novembro de 2021.

VIANNA, C. H.; OLIVEIRA, A. M. H. C. **Sobre-escolarização nas ocupações brasileiras**: uma análise dos efeitos de idade, período e coorte. 38º. Encontro Nacional De Economia. Anpec: Economia do Trabalho, 2010.

VON SMIGAY, K. E. **Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência**: desafios para a psicologia política. *Psicologia em Revista*, v. 8, n. 11, p. 32-46, 2002.

Recebido em março de 2022

Aprovado em janeiro de 2024

SEXTING E DIVULGAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE IMAGENS ÍNTIMAS SOB DIFERENTES ANÁLISES NO BRASIL

Laís Barbosa Patrocino¹

Paula Dias Bevilacqua²

Resumo: O trabalho analisou como o campo acadêmico brasileiro tem abordado a questão do *sexting* e da divulgação não autorizada de imagens íntimas. Empreendeu-se um estado da arte a partir das 30 teses e dissertações publicadas sobre o tema, representando os campos do Direito, Ciências Sociais, Educação, Saúde, Comunicação e Linguagens e Psicologia. Observou-se olhares heterogêneos dentre os mesmos campos do conhecimento, sobretudo quanto à valoração da prática do *sexting* e da inclusão ou não da abordagem de gênero e quanto às perspectivas que se opõem sobre a possibilidade de autonomia das mulheres que praticam *sexting* e seus efeitos políticos.

Palavras-chave: *Sexting*; Exposição da Intimidade; Mídia Digital.

Abstract: The work analyzed how the Brazilian academic field has approached the issue of sexting and the unauthorized disclosure of intimate images. A state of the art was undertaken from the 30 theses and dissertations published about the subject, representing the fields of Law, Social Sciences, Education, Health, Communication and Languages and Psychology. Heterogeneous views were observed within the same fields of knowledge, especially regarding the valuation of the practice of sexting and the inclusion or not of the gender approach and regarding the opposing perspectives on the possibility of autonomy of women who practice sexting and its political effects.

Keywords: Sexting; Intimacy Exposure; Sexuality; Digital Media.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Saúde Coletiva. Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: lais.patrocino@uemg.br.

2 Doutora em Saúde Coletiva. Pesquisadora do Instituto René Rachou/ Fiocruz Minas. E-mail: paula.bevilacqua@fiocruz.br.

Introdução

Em setembro de 2018, foi promulgada, no Brasil, a Lei Federal nº 13.718 (BRASIL, 2018). A Lei dispõe sobre os crimes de importunação sexual e torna crime a divulgação, sem consentimento, de foto ou vídeo com cena de nudez, sexo ou pornografia.

Em que pesem as limitações dos impactos sociais dos recursos legais para além do âmbito jurídico, fica nítido que a promulgação da lei culmina de um intenso processo de debate que vem crescendo acerca dessa questão nos últimos anos em diversos segmentos, seja midiático, político, de movimentos sociais, educacional, dentre outros, e não apenas no Brasil.

O termo *sexting*, comumente usado fora do Brasil, deriva da junção em inglês de *sex* (sexo) e *texting* (mensagem) (JUDGE, 2012). Este trabalho propõe a definição de *sexting* como prática de compartilhamento de mídia digital³ erótica entre pares, cujo conteúdo diz respeito à pessoa remetente. Tal conceituação tem por objetivo diferenciá-la das situações que envolvem práticas violentas, como aquelas em que o conteúdo compartilhado se refere a pessoas que não autorizaram sua divulgação e também daquelas relativas à pornografia infantil e ao assédio, conforme discutido em outro trabalho ().

A divulgação não autorizada de imagens íntimas, por sua vez, é o termo aqui adotado para se referir ao que tem sido chamado mais popularmente de pornografia não consensual e pornografia de vingança. Pornografia não consensual tem sido apontado como mais apropriado e abrangente que pornografia de vingança, já que não reduz uma prática tão difundida a uma única motivação. Entretanto, não é aqui adotado por apresentar dois problemas centrais. O primeiro deles é por haver registro do não reconhecimento do termo pornografia não consensual por parte de mulheres que passaram pela exposição (LINS, 2019). E o segundo trata do debate em torno do termo consentimento e sua manifestação tácita das desigualdades de gênero. Yolíniztli Hernández (2016), a partir de uma perspectiva feminista crítica, retoma Scott para argumentar que cabe aos homens propor e às mulheres a responsabilidade de consentir. Apesar da contribuição dos estudos feministas para o debate sobre o consentimento e a complexificação de sua compreensão (PEÑA E VARON, 2019), entendendo-o como um fenômeno estrutural, imerso em relações de poder e que, portanto, envolve privilégios (HERNÁNDEZ, 2016), na língua portuguesa, as acepções imediatas à palavra consentir revelam expressamente passividade, como

3 Por mídia digital, entende-se qualquer conteúdo eletrônico que pode ser facilmente divulgado com acesso à internet.

não impedir, tolerar. Isto é, a dimensão ativa, da escolha, do desejo, parece abstraída.

Ademais, conforme será melhor debatido na última seção deste trabalho, a análise da autonomia das mulheres não pode estar abstraída de seu contexto sociopolítico, da produção de valores e normas de comportamento (BIROLI, 2013a; MACKINNON, 1987). Desconsiderar a relação entre a posição social dos indivíduos e sua capacidade de agência constitui a tradição liberal e seu pressuposto de autonomia e voluntarismo (BIROLI, 2013b).

Tratamos aqui, portanto, da complexidade das manifestações em torno dessas novas práticas da sexualidade por meio do uso da internet, expandidas juntamente com o acesso aos smartphones, câmeras frontais (que facilitam o ato de se fotografar) e a popularização das redes sociais (LINS, 2019). Cabe apontar que, na prática violenta, em geral, as imagens não apenas são divulgadas, mas facilmente disseminadas para um grande número de pessoas em um curto tempo por meio da internet, o que traz proporção muito maior à exposição.

A essas práticas estão imbrincadas expressões das desigualdades e violência de gênero com consequências perversas para as mulheres, em que o ato do registro pode estar permeado por diversas outras formas de violência. Dentre essas violências constam até mesmo a exploração comercial pelo mercado erótico (MOHAN, 2020).

Conforme argumentam Sydow e Castro (2017), há diversas motivações para a exposição das mulheres que não podem ser reduzidas a vingança. Pode haver violência na distribuição e também na obtenção das mídias, como em casos de roubo ou extorsão (também chamados de sextorsão – que podem ter a obtenção da imagem como fim ou como meio para outra violência). A violência também pode ocorrer já na produção da mídia, como em situações em que as mulheres têm sua imagem registrada sem autorizar ou mesmo sem ter conhecimento. Como descrito em outro trabalho () e será discutido a partir da análise das pesquisas aqui apresentadas, as motivações para a exposição de mulheres pode envolver, além de vingança pelo fim do relacionamento, sextorsão e comercialização, controle e condenação da sexualidade das mulheres e afirmação da masculinidade.

Observa-se, a partir deste trabalho, que as produções acadêmicas brasileiras que têm por objetivo contribuir para uma melhor compreensão de tais questões têm início em 2014. Os primeiros trabalhos foram iniciados nos campos da Educação e Psicologia, por uma ligeira maioria de mulheres, devido a sua maior representação nos campos das Ciências Sociais e Educação.

Este trabalho apresenta um estado da arte sobre o *sexting* e a divulgação não autorizada de imagens íntimas no campo acadêmico brasileiro, cuja análise envolveu diferentes áreas do conhecimento. Objetivou-se não apenas avaliar o atual estado da produção de conhecimento sobre esses temas, mas sobretudo examiná-la criticamente e identificar aspectos que demandam maior aprofundamento. Não houve pretensão, assim, de apresentar todas as temáticas abordadas nos trabalhos aqui analisados, mas ressaltar suas principais questões e perspectivas divergentes.

Serão apresentadas as produções por área do conhecimento, seguidas de um debate sobre a possibilidade de efetiva autonomia das mulheres na prática do *sexting*, questão essa que encontrou abordagens conflitantes entre diferentes trabalhos.

1 Métodos

O estado da arte foi empreendido a partir da busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O Catálogo disponibiliza os trabalhos de pós-graduação stricto sensu publicados no Brasil.

A busca foi realizada durante o primeiro semestre de 2020. Foram utilizados os termos *sexting*, nudez e pornografia. A busca pelos termos abrangeu o título, as palavras-chave e o resumo dos trabalhos. A busca por *sexting* resultou o total de 12 trabalhos, dos quais um foi excluído por se tratar de práticas informacionais, restando, portanto, 11 trabalhos.

A busca por nudez resultou o total de 125 trabalhos, dos quais apenas sete tratavam sobre a prática de *sexting*. Os demais trabalhos tratavam de temas relativos à arte, literatura e exposição em diferentes contextos e mídias, como em situações de cuidados médicos, não necessariamente digitais. No campo do direito, também se observaram discussões sobre responsabilidades dos provedores de internet e detecção de pornografia no campo da ciência da computação, trabalhos também excluídos da presente análise.

Na busca por pornografia, foram encontrados 219 trabalhos, seguindo o mesmo padrão anterior quanto aos temas de que tratavam. Dessa busca, foram encontrados mais 12 trabalhos relativos ao tema de interesse.

As publicações encontradas nas buscas pelos três termos (*sexting*, nudez, pornografia) totalizaram 30 trabalhos (11+7+12). Dentre eles, 25 são dissertações de mestrado e cinco são teses de doutorado.

Os trabalhos foram analisados por área do conhecimento, categorizados nos campos Direito, Ciências Sociais, Educação, Saúde, Comunicação e Linguagens e Psicologia. Tal categorização foi feita a partir do caráter do programa de pós-graduação ao qual o trabalho estava vinculado e foi utilizada como forma de organização da produção. Entretanto, como característica constituinte do processo de categorização, tal classificação se mostrou arbitrária, já que determinados trabalhos tinham como objeto de análise questões caras a outros campos do conhecimento, como será observado a seguir.

A Tabela 1 apresenta a lista dos trabalhos analisados, sua autoria, programa de pós-graduação e instituição ao qual estavam vinculados, ano de publicação e disponibilidade do acesso. Ressalta-se que alguns trabalhos não tinham divulgação autorizada e não foram encontrados na íntegra, sobre os quais as análises sofreram limitações.

Tabela 1 – Trabalhos Analisados

Direito						
Autoria	Tipo	Título	PPG	Instituição	Ano	Acesso
MAZZARDO, Luciane de Freitas	Dissertação	Interfaces da desigualdade de gênero: os julgamentos morais implícitos nas ambiências sociais e judiciárias e a relevância da transversalidade das políticas públicas frente à violação dos direitos humanos das mulheres	Direito	Universidade de Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul)	2015	Sim
FERREIRA, Luis Eduardo e Silva Lessa	Dissertação	A Demarcação da Proteção da Intimidade Sexual no Brasil e nos Estados Unidos: um percurso sobre os instrumentos jurídicos de tutela	Direito	Universidade Federal de Pernambuco	2016	Sim
BEDIN, Ismael Junior Murbach	Dissertação	O dano moral em face da pornografia da vingança e a consequente violação dos direitos da personalidade: análise da culpa concorrente	Ciências Jurídicas	Centro Universitário de Maringá (Paraná)	2016	Não
COTRIM, Rafael Mendes	Dissertação	As ofensas aos direitos da personalidade no âmbito das redes sociais e os mecanismos judiciais de tutela: aspectos doutrinários e legais	Ciências Jurídicas	Centro Universitário de Maringá (Paraná)	2017	Não
SALIM, Alexandre Arnalde	Dissertação	<i>Sexting</i> , sextortion e a imunidade do corpo: uma compreensão garantista a partir da teoria dos direitos fundamentais de Luigi Ferrajoli	Direito	Universidade do Oeste de Santa Catarina	2018	Sim

Autoria	Tipo	Título	PPG	Instituição	Ano	Acesso
PINHEIRO, Rossana Barros	Dissertação	Tratamento da pornografia de vingança pelo judiciário maranhense: avaliando a atual divisão de competências entre vara de violência doméstica e familiar contra mulher e juizado especial criminal a partir do critério efetividade	Direito e Instituições do Sistema de Justiça	Universidade Federal do Maranhão	2018	Sim
RODRIGUEZ, Liziane Da Silva	Dissertação	Pornografia de Vingança: vulnerabilidades femininas e poder Punitivo	Ciências Criminais	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	2018	Sim
DOMINGUES, Diego Sigoli	Dissertação	Pornografia da vingança e a tutela dos direitos fundamentais da vítima	Direito	Universidade Nove de Julho (São Paulo)	2019	Sim

Ciências Sociais						
Autoria	Tipo	Título	PPG	Instituição	Ano	Acesso
PETROSILLO, Isabela Rangel	Dissertação	Esse nu tem endereço: o caráter humilhante da nudez e da sexualidade feminina em duas escolas públicas	Antropologia	Universidade Federal Fluminense	2016	Sim
SILVA, Sirlanda Maria Selau da	Dissertação	O discurso jurídico sobre pornografia de vingança no Brasil	Ciências Sociais	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Rio Grande do Sul)	2016	Sim
TRINDADE, Lorena De Andrade	Dissertação	Pornografia de Vingança: da vergonha à exposição positiva	Antropologia Social	Universidade Federal de Santa Catarina	2017	Sim
SILVA, Phillippe Giovanni Rocha Martins da	Dissertação	Pornografia não Consentida e Linchamento Virtual: uma análise da (re) territorialização da violência contra a mulher no ciberespaço	Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas	Universidade Federal da Paraíba	2018	Sim
MENEZES, Mariana Riserio Chaves de	Dissertação	Juventudes, Representações e Tecnologias: Uma Netnografia acerca da Exploração da Imagem Feminina na Cibercultura	Família Na Sociedade Contemporânea	Universidade Católica do Salvador	2018	Sim
LINS, Beatriz Accioly	Tese	Caiu na rede: mulheres, tecnologias e direitos entre nudes e (possíveis) vazamentos	Antropologia Social	Universidade de São Paulo	2019	Sim

Educação						
Autoria	Tipo	Título	PPG	Instituição	Ano	Acesso
BARROS, Suzana da Conceição de	Tese	<i>Sexting</i> na Adolescência: análise da rede de enunciações produzida pela mídia	Educação em ciências química da vida e saúde	Universidade Federal do Rio Grande (Rio Grande do Sul)	2014	Sim
FIGUEIREDO, Camila Detoni de Sa	Dissertação	Adolescentes na sociedade do espetáculo e o <i>sexting</i> : relações perigosas? Um estudo exploratório na busca de subsídios para programas de prevenção	Educação	Universidade do Estado de Santa Catarina	2015	Sim
MOTA, Bruna Germana Nunes	Dissertação	Pornografia de Vingança em Redes Sociais: perspectivas de jovens vitimadas e as práticas educativas digitais	Educação	Universidade Federal do Ceará	2015	Sim
SILVA, Luiza Cristina Silva	Dissertação	Currículo da Nudez: relações de poder-saber na produção de sexualidade e gênero nas práticas ciber culturais de nude selfie	Educação	Universidade Federal de Minas Gerais	2018	Sim
SANTOS, Fausi Dos	Tese	Corpo E Sexualidade nas Redes Sociais e sua Interfaces na Educação Escolar	Educação Escolar	Universidade Estadual Paulista	2019	Sim
FERREIRA, Juliana Silvestre Louven	Dissertação	Da Denúncia às Redes Sociais: a (in)visibilidade da violência contra a mulher no cotidiano	Educação	Universidade Federal Fluminense	2019	Sim

Saúde						
Autoria	Tipo	Título	PPG	Instituição	Ano	Acesso
LOPES, Marisa da Silva Prado	Dissertação	Crimes sexuais contra a dignidade sexual, através do uso da internet – uma revisão crítica à legislação brasileira	Saúde, medicina laboratorial e tecnologia forense	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2017	Não
FLACH, Roberta Matassoli Duran	Tese	Violência digital nas relações afetivo-sexuais adolescentes	Saúde da Criança e da Mulher	Fundação Oswaldo Cruz	2019	Não
MACHADO, Renata de Lima	Dissertação	Discutindo Gênero: pornografia de revanche	Saúde Pública	Fundação Oswaldo Cruz	2019	Não
MORAO, Kauan Galvão	Dissertação	Os efeitos do <i>sexting</i> no contexto esportivo universitário: uma tentativa de traçar o perfil dos envolvidos	Desenvolvimento Humano e Tecnologias	Universidade do Estado de São Paulo	2017	Sim

Comunicação e Linguagens						
Autoria	Tipo	Título	PPG	Instituição	Ano	Acesso
GUERRA, Suzana de Souza Klas	Dissertação	<i>Sexting: Do privado ao público</i>	Estudos de Linguagens	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2016	Não
CRAESMEYER, Bruno Ramos	Dissertação	Caiu na Net: Violação de intimidade e regime de vigilância distribuída	Comunicação	Universidade de Brasília	2017	Sim
SILVA, Thereza Nardelli e	Dissertação	“Seremos nosso portarretrato e já estamos portando essa tela”: Miradas em nudes autopublicados por mulheres no tumblr Bucepowergang	Comunicação Social	Universidade Federal de Minas Gerais	2018	Sim

Psicologia						
Autoria	Tipo	Título	PPG	Instituição	Ano	Acesso
SOARES, Rodrigo de Oliveira	Dissertação	Redes Sociais: como os adolescentes lidam com a vida na internet?	Psicologia	Universidade Federal do Maranhão	2014	Não
CARDOSO, André Tavares	Dissertação	<i>Sexting: percepções de adolescentes e pais sobre o fenômeno e sua relação com aspectos familiares</i>	Psicologia Clínica	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Rio Grande do Sul)	2017	Sim
SOUSA, Leticia de Melo	Dissertação	Slut Shaming e Porn Revenge: Vivências de mulheres jovens e as repercussões para a saúde mental	Psicologia Social	Universidade Federal da Paraíba	2017	Sim

Fonte: Elaboração própria.

2 O olhar do campo do Direito

De modo geral, as oito dissertações produzidas no campo do direito brasileiro sobre a divulgação não autorizada de imagens íntimas focaram nos danos causados às vítimas e na adequação dos instrumentos jurídicos de tutela. À exceção do trabalho de Domingues (2019), que avalia que, sobretudo após a promulgação da Lei Federal nº 13.718/2018, a legislação brasileira está adequada para a proteção da vítima, todos os trabalhos são anteriores à Lei.

É possível afirmar que todos os trabalhos tratam do tema como violência de gênero, à exceção do trabalho de Bedin (2016), que defende o uso da culpa concorrente (responsabilidade compartilhada) no caso em que a “pessoa” consentiu o registro ou envio da mídia. A equivocada perspectiva apresentada no trabalho, desvinculada até mesmo do aspecto empírico da questão ao ignorar que na grande maioria das vezes as pessoas são mulheres, não encontra respaldo nem mesmo na Lei Federal aprovada dois anos depois. Entretanto, reproduz o discurso de culpabilização da vítima tão disseminado socialmente, que nessas situações de violência revelam um verdadeiro paradoxo, posto que condenam mais as mulheres que disponibilizam voluntariamente as mídias posteriormente divulgadas - em oposição às que têm mídias roubadas ou produzidas sem seu conhecimento, o que é considerado muito mais grave pelas mulheres (LINS, 2019) -, em um expresso desprezo pela possibilidade de autonomia sexual das mulheres.

Os demais trabalhos focaram em outros aspectos dos instrumentos jurídicos. A incipiência da legislação brasileira na tutela das vítimas de divulgação de imagem íntima não autorizada foi debatida por Ferreira (2016) e Salim (2018). Ferreira (2016) procedeu a uma comparação com legislações estado-unidenses e chamou a atenção para a ampla possibilidade de interpretação sobre os danos causados e para o fato de não haver garantia de sigilo das partes envolvidas nos processos judiciais, questão também abordada por Silva (2016). Salim (2018) focou no direito à privacidade do corpo e da proteção de dados pessoais para argumentar que, até então, era mal tutelado no Brasil. Cotrim (2017) argumentou que os mecanismos de tutela devem prescindir do Poder Judiciário, como propõe o Marco Civil da Internet (BRASIL, 2014), por exemplo, que responsabiliza provedores de internet a retirar conteúdos inadequados sem necessidade de intervenção jurídica.

Já as pesquisadoras Mazzardo (2014), Pinheiro (2018) e Rodríguez (2018) procederam a análises explicitamente baseadas na perspectiva de gênero. Um ponto comum foi o debate sobre a condenação moral da manifestação da sexualidade por parte das meninas/mulheres. A primeira autora discutiu a relativização do conceito de vulnerabilidade em casos de menores em diversos processos judiciais, afirmando que os julgamentos ignoram a perspectiva das mulheres, partindo de um parâmetro masculino socialmente legitimado (MAZZARDO, 2014). Pinheiro (2018) relacionou o fato à dificuldade das mulheres de prestar queixa em delegacias comuns. E Rodríguez (2018) discutiu que a questão da divulgação não autorizada de imagens íntimas envolve a luta pela liberdade sexual feminina, ainda sob disputa pelo controle masculino.

Alguns exemplos de sentenças judiciais foram debatidos com intuito de evidenciar perspectivas sexistas e reacionárias entre operadores do direito. Mazzardo (2014) explorou um caso ocorrido no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em Uberaba, concluído no ano de 2007, analisado também em outros trabalhos (SALIM, 208; PINHEIRO, 2018, SILVA, 2016, LINS, 2019). Uma indenização de 100 mil reais prevista inicialmente foi reduzida a 5 mil reais, com argumentos do desembargador Francisco B. de Abreu de que fotos sensuais devem provocar a imaginação, ser no máximo eróticas, já que a nudez explícita revela falha na moral, e não poderiam ser enviadas para ex-namorado ou namorado recente. O último desembargador envolvido no processo, Otávio A. Portes, por sua vez, afirmou que o pudor é necessário, e não houve por parte da mulher. Já Pinheiro (2018) citou um caso ocorrido no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em 1999, ainda fora do contexto do uso da internet, mas envolvendo mídias tradicionais, em que o desembargador Wilson Marques afirmou que apenas mulheres feias poderiam se sentir agredidas ao terem seus corpos expostos, tendo descrito ainda quais são as características das mulheres feias, como gordura, celulite e estria. Por motivos diferentes, ambos julgamentos revelam a aparente dicotomia construída, conforme aponta Silva (2016), entre as mulheres que têm o direito à preservação e aquelas que não se preservam, e, portanto, não teriam o direito a ser preservadas.

A ausência de parâmetros científicos nos julgamentos é uma questão abordada por Pinheiro (2018). Em análise do Tribunal de Justiça maranhense, a autora critica a ausência de padrão nos julgamentos, que muitas vezes trata os casos de divulgação não autorizada de imagem íntima como crime de menor potencial ofensivo, também para aumentar a celeridade e a economia processual. A autora realizou grupo focal com operadores do direito e constatou que considera-se que a honra é o principal bem jurídico lesado nessas situações, estando a saúde mental em segundo plano. A autora também constatou que a prática não é compreendida como violência de gênero. Sendo os atos considerados de menor potencial ofensivo, as prescrições das sentenças envolvem baixos valores de indenização, podendo ser pagos ao órgão público e não necessariamente à vítima.

Outra contribuição do trabalho de Pinheiro (2018) é sua defesa da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) como instrumento complexo de proteção das mulheres. A autora argumenta que a divulgação não autorizada de imagens íntimas não é apenas crime contra a honra, podendo ser compreendida em todas as tipificações de violência da Lei, como moral; psicológica; sexual (como ato libidinoso por ameaça – já interpretado como estupro virtual em caso de 2017 no Piauí); patrimonial (devido a custos médicos, processuais

e com demissão do emprego e mudança de residência); e física (como somatização dos danos psicológicos e exposição ao suicídio).

Por fim, Rodríguez (2018) contribui com outra perspectiva jurídica ao analisar o poder punitivo a partir de uma abordagem feminista crítica, defendendo que esse é ineficiente, seletivo e estigmatizante, com pretensão de proteger, mas reforçando a vulnerabilidade e fragilizando as mulheres. A autora defende o foco nos Direitos Civis, afirmativos, e não no Direito Penal, ainda marcadamente patriarcal e reprodutor de violências. Segundo afirmou a autora, uma questão social não precisa ser necessariamente penal.

3 O olhar do campo das Ciências Sociais

A tese e as cinco dissertações produzidas no campo das Ciências Sociais no Brasil abordaram as características da violência contra a mulher nas situações de divulgação não autorizada de imagens íntimas, tendo alguns trabalhos abordado também os modos de resistência e autonomia das mulheres na prática do *sexting* (TRINDADE, 2017; MENEZES, 2018; LINS, 2019).

O trabalho de Silva (2016) procedeu a uma análise foucaultiana do discurso jurídico sobre pornografia de vingança por meio de uma etnografia de processos judiciais. A conclusão foi de que a moralidade presente nos discursos não se sobrepõe ao direito de proteção da intimidade.

Os demais trabalhos perpassaram diferentes contextos, questão explorada por Silva (2018a) em sua produção sobre as territorialidades da violência. O autor discutiu como o espaço digital é somado ao físico.

Petrosillo (2016) analisou a perspectiva de adolescentes sobre as práticas de se fotografar e de divulgação não autorizada de imagem íntima por meio de uma etnografia realizada em escolas públicas. A autora abordou a questão da identificação das meninas cujos conteúdos foram divulgados e destacou que essas experiências são marcadas pela vergonha, culpa e humilhação.

Trindade (2017) e Menezes (2018) exploraram o tema no universo digital. A primeira autora realizou uma etnografia em uma página na rede social *Facebook* de acolhimento a mulheres que passaram pela divulgação não autorizada de imagens íntimas, analisando a diferença entre as que compartilharam seus relatos de forma anônima e as que revelaram sua identidade, o que foi relacionado a uma possibilidade de agência. Menezes (2018) analisou casos de violência que vitimaram mulheres não só no Brasil, assim como iniciativas feministas no campo digital de promoção dos direitos das mulheres.

A tese de Lins (2019), por sua vez, traz uma contribuição no que concerne à discussão da prática de fotografar a própria nudez como experiências autônomas e prazerosas para as mulheres. A pesquisadora aborda como o ato de se olhar e registrar é atravessada por questões de gênero e raciais.

4 O olhar do campo da Educação

No campo da Educação, dois trabalhos analisaram os discursos midiáticos sobre o *sexting* (BARROS, 2014) e as situações de violência contra as mulheres (FERREIRA, 2019), dois exploraram tais questões no âmbito do contexto escolar (FIGUEIREDO, 2015; MOTA, 2015), um analisou a prática de auto fotografar a nudez no contexto das redes sociais (SILVA, 2018b) e um procedeu a uma análise teórica de perspectiva histórica sobre corpo e sexualidade (SANTOS, 2019).

Barros (2014) analisou os discursos midiáticos em torno do *sexting* com base nos preceitos foucaultianos, tendo abordado as competições entre adolescentes por maior quantidade de visualizações de seu material erótico disponibilizado na internet. A autora enfatizou, entretanto, a exposição das instituições escolares, e não das meninas, quando são identificadas suas estudantes disponibilizando material erótico. Por outro caminho, Ferreira (2019) analisou o tratamento midiático aos casos de violência contra a mulher, tendo debatido a espetacularização e a banalização da violência. A autora discutiu casos em que a violência e as próprias imagens do corpo da mulher sem vida foram divulgadas na internet. A autora abordou ainda a internet como meio de enfrentamento à violência.

Figueiredo (2015) realizou sua pesquisa a partir da aplicação de questionários entre adolescentes estudantes e definiu o *sexting* justamente pela ausência de consentimento, relacionando a prática a comportamento de risco e sem diferenciá-la das situações de violência. De outro modo, Mota (2015) ouviu estudantes que passaram pela divulgação não autorizada de imagem íntima, colegas e profissionais de uma escola privada em Fortaleza, em que notou-se uma compreensão geral de violência contra as meninas, embora a instituição não tenha oferecido acolhimento direto nem responsabilizado os divulgadores.

Silva (2018b) investigou as enunciações em torno da nudez em três grupos de compartilhamento de autorretratos da nudez no *Facebook*. A autora focou sua análise nas práticas de resistência diante de situações de violência, na produção de auto estima, de prazer, na produção estética-política relativas a questionamentos a padrões de beleza e à heteronormatividade e na construção de redes de segurança para o compartilhamento das mídias.

O trabalho ainda discutiu a contradição da maior condenação às mulheres que produzem ou autorizam o registro de sua imagem e as desigualdades de gênero em situações de divulgação não autorizada de imagens íntimas e na própria relação com a nudez.

Santos (2019) analisou as transformações comportamentais e suas relações com as mudanças tecnológicas, argumentando que o tabu e o silenciamento em torno do corpo deram espaço mais recentemente aos aparatos que facilitam o registro e a divulgação da nudez. O autor ainda discutiu como as redes sociais contribuem para uma percepção, sobretudo para as classes baixas, de uma horizontalidade de classe no que se refere às práticas de culto ao corpo.

Duas perspectivas opostas ficaram evidentes na análise desses trabalhos, sobretudo entre as duas teses (BARROS, 2014; SANTOS, 2019) e o trabalho de Silva (2018b). Há uma nítida objeção quanto à perspectiva de prática de resistência e seu sentido político encontrado no trabalho dessa autora e àquela encontrada nos primeiros trabalhos. Essa diferença também é marcada pela presença da abordagem de gênero, presente no trabalho da pesquisadora e muito timidamente nos outros dois. Para Barros (2014), o *sexting* entre adolescentes é uma forma de obter notoriedade, além de dar visibilidade para sua sexualidade. No trabalho de Santos (2019), a prática é associada à imaturidade, fragilidade, ingenuidade, desconhecimento e hiperexposição. Do mesmo modo, o trabalho de Figueiredo (2015) relaciona a prática do *sexting* à fragilidade, apresentando, em seu texto, certa subestimação da capacidade de discernimento sobre possíveis riscos por parte de adolescentes.

Embora sob diferentes perspectivas, a educação em sexualidade como ferramenta necessária no enfrentamento às violências foi diretamente defendida na maioria desses trabalhos (BARROS, 2014; FIGUEIREDO, 2015; SANTOS, 2019; FERREIRA, 2019).

5 O olhar do campo da Saúde

Duas dissertações produzidas no campo da Saúde realizaram análises voltadas para o campo legal. Lopes (2017) analisou os boletins de ocorrência sobre crime sexual na delegacia de crimes de informática no Rio de Janeiro e o modo como são tratados na legislação brasileira. Já Machado (2019), no mesmo caminho de Rodríguez (2018), analisou a divulgação não autorizada de imagens íntimas no âmbito legal brasileiro sob uma perspectiva crítica feminista, bem como os principais danos sofridos e formas de indenização

às vítimas. A autora também propõe modelos não adversariais de solução de conflitos e educação de gênero como alternativas de enfrentamento à violência.

A tese de Flach (2019), a partir da caracterização dos abusos no relacionamento por meio digital mais comuns entre adolescentes, abordou suas consequências para a saúde. Foram destacados os danos na autoestima, ansiedade, depressão, distúrbio do sono e ideação suicida.

A dissertação de Morão (2017), por fim, analisou a prática e os efeitos do *sexting* no contexto do atletismo, estimando a prevalência e características da prática entre atletas universitários e os efeitos sobre o desempenho esportivo. Entre o grupo pesquisado, considerou-se que situações internas à equipe podem impactar atletas negativamente. O trabalho apresenta, entretanto, um tom alarmista e de associação da prática da sexualidade com o uso de álcool e outras drogas, além de uma tentativa de traçar a personalidade das pessoas que praticam o *sexting*. Há uma dicotomização de praticantes entre vítima e autor, sendo autores dicotomizados em direto, aquele que possui má intenção, e indireto, que não teria má intenção. Nessa classificação, seria possível ser uma vítima intencional do *sexting*. No questionário utilizado na pesquisa, entre motivos para compartilhar o conteúdo digital, não consta prazer ou razão correlata. Observou-se, portanto, que a ingênua abordagem, que desconsiderou por completo as questões de gênero envolvidas no tema, reproduziu tanto uma perspectiva de negativização da prática, ainda que dela não decorram situações de violência, como uma própria desassociação entre essas situações, como fez Figueiredo (2015). Além disso, a afirmação da possibilidade de ser uma vítima intencional nada mais é que um discurso de culpabilização da vítima, que vai ao encontro da ideia de culpa concorrente utilizada no campo do Direito. Por último, caracterizar como autor indireto aquele que compartilha o conteúdo sem má intenção desresponsabiliza a ação daqueles que contribuem para a exposição e consequente sofrimento das pessoas expostas, que, embora ignorado pelo autor, são mulheres. De modo contrário, a desresponsabilização dos homens e culpabilização das mulheres é um aspecto analisado criticamente por Petrossillo (2016).

6 O olhar do campo da Comunicação e Linguagens

Dentre as três dissertações analisadas, o trabalho de Guerra (2016) destoa dos demais ao analisar as práticas discursivas nas novas tecnologias a partir do caso de uma adolescente canadense que cometeu suicídio. Foi tomado, como base teórica, a linguística aplicada, Foucault, dentre outras.

Já os trabalhos de Craesmayer (2017) e Silva (2018c) têm como ponto em comum a análise dos sentidos da produção do autorretrato nu, apresentando perspectivas divergentes. Craesmayer (2017), que praticamente não inclui em seu trabalho abordagem de gênero, discutiu a história da pornografia passando pelos aspectos socioculturais, históricos, morais, religiosos, estéticos, políticos e econômicos, argumentando que as formas de castigo se deslocaram do corpo para a imagem, o principal investimento subjetivo contemporâneo. O autor classificou três possíveis reações às situações de divulgação não autorizada de imagem íntima, uma econômica, que se aproveita da situação para gerar lucro, a reação política de reclamar autonomia sobre o próprio corpo, exibindo-se voluntariamente e a terceira de atuar politicamente em instâncias legais, educativas, sem foco na imagem. Ele apresentou ceticismo quanto à experiência de liberdade no ato de mulheres exporem a própria nudez, o que qualifica como uma tentativa de esconder a não liberdade. Para o autor, expor-se é necessariamente submeter-se ao regime de vigilância.

Silva (2018c), por sua vez, no mesmo caminho de Silva (2018b), realizou análise semiótica de autorretratos nus publicados em uma plataforma destinada a troca entre mulheres, explorando o potencial político da auto representação das mulheres, em geral, evidenciando aspectos físicos diferentes dos padrões reconhecidos socialmente. Contudo, a autora contribuiu com outra perspectiva no debate ao ponderar sobre as limitações de seus efeitos políticos, considerando sobretudo o contexto de capitalismo financeiro de exploração comercial e apropriação simbólica das lutas dos movimentos sociais.

7 O olhar do campo da Psicologia

As três dissertações analisadas no campo da Psicologia exploraram a perspectiva de jovens e os sentidos que atribuem à prática do *sexting* e às situações de violência. Uma delas não incluiu abordagem de gênero (CARDOSO, 2017).

Soares (2014) analisou a relação de adolescentes com a internet por meio de grupo focal com estudantes de uma escola privada da cidade de São Luís. O autor constatou que jovens conhecem riscos e problematizam questões relacionadas ao *sexting*, como superexposição e linchamento, o que, entretanto, não afeta o uso que fazem da internet ou a centralidade que ela assume em suas vidas.

Cardoso (2017) analisou a percepção geral de adolescentes e também de familiares sobre o *sexting*, por meio de entrevistas com estudantes de uma escola da região metropolitana de Porto Alegre e grupos focais com seus familiares. Entre o grupo de estudantes, prevaleceu a perspectiva de que a prática é comum e não negativa, mas sim a divulgação não autorizada de mídias, perspectiva compartilhada também por familiares. O grupo de adolescentes considerou importante o envolvimento de mães e pais nesse aspecto de suas vidas. Entretanto, por meio de grupos focais com familiares, foi observado que elas/es não se sentem preparadas/os para lidar com o envolvimento das/os filhas/os com o *sexting*.

Já Sousa (2017) buscou ouvir mulheres jovens que passaram pela experiência do compartilhamento não autorizado de imagens íntimas e outras formas de exposição, perseguição e ameaça pela internet. No mesmo caminho de Flach (2019), a autora evidenciou os danos sociais, familiares e na saúde mental das mulheres. Seu trabalho trouxe, ainda, uma importante contribuição no debate sobre o despreparo de profissionais da psicologia e psiquiatria a partir de relatos de comportamentos antiéticos e de desassociação dos sintomas às situações de violência. Por se tratar de violação dos direitos da mulher, com danos à saúde mental, ela propõe o acompanhamento das mulheres nos serviços de Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Por fim, foi possível observar em seu trabalho que as mulheres manifestaram necessidade da questão ser mais discutida socialmente e ressaltaram a importância do acolhimento nos âmbitos familiar e jurídico.

8 Entre Autonomia e Submissão

Há diversas variações nos modos, motivações e efeitos da prática do *sexting* entre as mulheres. Tais práticas produzem prazer e conflito, constituem ambiguidades nas experiências vivenciadas no que concerne ao exercício da sexualidade, e constroem relações tanto de autonomia como vulnerabilidade.

O modo de produção e divulgação das mídias, pelo fato de poder ser executado ou não pelas mulheres, e até mesmo com ou sem seu conhecimento, implica diversas experiências e sentidos que exigem melhor compreensão. Os termos *sexting* e divulgação não autorizada de imagens íntimas parecem contribuir para a compreensão da abrangência dessas questões, designando, respectivamente, atos não violentos e atos violentos.

Cabe refletir, entretanto, se a ausência de violência implica necessariamente em autonomia. A partir do debate na teoria política feminista sobre possibilidade de agência por parte das mulheres, Biroli (2013a) considera a dupla perspectiva de seu comportamento ser compreendido como reação às normas opressivas e, por outro lado, como modos de reproduzi-las. Embora a autora aponte para o risco do foco na opressão desvalorizar os modos de ressignificação das normas pelas mulheres (BIROLI, 2013a; 2014), discute como estruturas opressivas criam comportamentos adaptativos (BIROLI, 2013a).

Essa é a perspectiva de teóricas feministas como MacKinnon (1987), cética quanto à possibilidade de contextos de assimetria política de gênero possibilitarem relações livres de opressão, sobretudo no campo da sexualidade. A autora afirma que ter o consentimento como referência na diferenciação entre o sexo e a violência serve apenas a fins legais conformistas, já que desconsidera a complexidade analítica sobre o controle discursivo das estruturas de poder (MACKINNON, 1987; BIROLI, 2013b).

Dentre os trabalhos analisados, quatro deles, sob diferentes perspectivas, lançaram luz sobre os distintos significados que podem ser apreendidos da prática, entre as mulheres, de registrar e exibir a própria nudez. Foi possível observar que os trabalhos abrangeram as diferentes perspectivas apresentadas por BIROLI (2013a), de reação e adaptação à opressão por parte das mulheres. Dois trabalhos se opõem pela visão positiva (SILVA 2018b) e negativa (CRAESMEYER, 2017) e os outros dois se complementam ao problematizar, sob a perspectiva de gênero (LINS, 2019) e sociopolítica (SILVA, 2018c), as possibilidades de autonomia e liberdade na vivência da sexualidade das mulheres.

O trabalho de Silva (2018b), ainda que discuta as desigualdades e violências de gênero que permeiam a prática de auto fotografar a própria nudez, focou em seus sentidos de resistência coletiva e desconstrução de padrões impostos socialmente às mulheres, por meio da análise de suas enunciações em comunidades no *Facebook*. Curiosamente, também se valendo de base teórica foucaultiana, Craesmeyer (2017) negou a possibilidade de liberdade das mulheres ao se referir a elas como vítimas ingênuas adaptadas à sociedade de controle e vigilância, cujo comportamento pode ser traduzido categoricamente na sentença “sei que expor-me pode não significar o exercício da liberdade, mas como há muitos que nisso acreditam e assim se comportam, assim procederei para que ninguém, nem mesmo eu, desconfie de que não sou livre”. Cabe pontuar que nenhuma das abordagens

parte da análise direta da experiência das mulheres, sendo que, na segunda, as contribuições dos estudos de gênero para a compreensão de tais questões foram praticamente dispensadas pelo autor.

Lins (2019) e Silva (2018c) complexificaram a análise quanto às possibilidades de posições experienciadas pelas mulheres e suas limitações. A primeira autora discutiu os riscos de a distinção de práticas violentas centrar-se unicamente na questão do consentimento, já que ele assume diversas acepções, seja como exercício de poder ou aceitação passiva, exigindo sua compreensão no âmbito de suas relações estruturais. Por outro caminho, Silva (2018c) discutiu a apropriação simbólica e material das lutas políticas no contexto do capitalismo financeiro.

O debate exposto, entretanto, conduz a novas perguntas a serem exploradas. Tal como os estudos de gênero evidenciaram os privilégios das condições de consentir, seria preciso também perguntar sobre o privilégio de prescindir da autoafirmação política, da auto exposição. Isto é, pensá-las como demandas atravessadas por categorias, condicionadas por determinados contextos socioculturais. Nesse sentido, sujeitos e corpos que ocupam lugares sociais historicamente hegemônicos - brancos, masculinos, cisgênero, heterossexuais, ricos, magros etc. -, prescindiriam da auto exposição como estratégia de afirmação política. Fazendo um paralelo com os termos usados recentemente pelos movimentos sociais, trataria simplesmente do privilégio de existir sem ter que resistir - sendo a resistência uma condição para exercer o direito de existir (PEIXOTO, 2020) - fazer escolhas e vivê-las sem a demanda da exposição pública, da politização.

Tal afirmação conduz ainda a outra reflexão. Como pensar a autonomia das mulheres ao identificar, em seus atos, motivações, a princípio, externas, sejam elas políticas ou culturais? Parece mais simples atribuir ausência de autonomia no ato da mulher se expor em função do pedido de um homem, por exemplo, e não de seu próprio desejo, ou mesmo deixar de se expor, mesmo tendo desejo, pela coação dos julgamentos externos. Mas seria possível atribuir total autonomia à exposição guiada por razões políticas, como visibilidade, resistência, considerando que as demandas, são, a priori, externas, e não individuais? Seria considerar uma aproximação na oposição entre os atos de ceder à repressão da sexualidade da mulher e de enfrentá-la, ambos como respostas a enunciados externos e, portanto, passíveis de questionamento quanto ao grau de autonomia presente nesses atos. Tratam-se de indagações que não dispensam, de modo algum, a escuta mais aprofundada e de mais mulheres e experiências.

9 Considerações Finais

No campo do Direito, a aprovação da Lei Federal que torna crime a divulgação sem consentimento de imagens de nudez ou sexo parece não esgotar o debate sobre as desigualdades de gênero inerentes ao próprio sistema jurídico, sobretudo no que concerne ao *modus operandi* do Direito Penal. Nesse sentido, cabe perguntar como um sistema cuja estrutura é marcada por uma hegemonia masculina pode garantir a tutela dos direitos das mulheres, que encontram nas vivências da sexualidade pela internet novas formas de repressão e violência.

No que concerne à defesa da educação em sexualidade como ferramenta de enfrentamento às desigualdades e violências, cabe problematizar não só os entraves do atual contexto político a sua execução nas instituições escolares, mas ainda um segundo aspecto. Relacionado ao primeiro, esse aspecto trata da negação histórica dos direitos sexuais de adolescentes no Brasil, sendo o direito à educação sexual o primeiro deles.

O debate nos demais campos das Ciências Humanas evidenciou uma divergência central quanto à possibilidade de experiência das mulheres de autonomia, liberdade, rompimento com padrões socialmente legitimados e conquista política no ato de registrar e compartilhar a própria nudez. Em alguns trabalhos, tais dimensões são ignoradas, nos quais prevalecem associações desse comportamento à fragilidade, ingenuidade e submissão.

Como principais contribuições das áreas da Saúde e Psicologia, têm-se as evidências dos impactos das violências por meio digital sobre a saúde das mulheres, sobretudo a saúde mental, bem como a demanda por preparo dos serviços de saúde, assistência social e das redes de enfrentamento às violências contra as mulheres para o acolhimento nessas situações.

Por fim, a revisão empreendida neste trabalho permitiu afirmar que ainda há lacunas quanto à abordagem aprofundada de aspectos subjetivos da diversidade de experiências vivenciadas pelas mulheres, em seus diferentes contextos, na prática do *sexting* e na vivência das situações de exposição e violência.

Referências

BARROS, Suzana da Conceição de. **Sexting na adolescência**: análise da rede de enunciações produzida pela mídia. 2014. 187 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação em Ciências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande, 2014. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/6346>. Acesso em: 07 out. 2021.

BEDIN, Ismal Júnior Murbach. **O dano moral em face da pornografia de vingança e a consequente violação dos direitos da personalidade**: análise da culpa concorrente. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Jurídicas, Centro Universitário de Maringá, Maringá, 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018**. Dispõe sobre os crimes de importunação sexual. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm. Acesso em: 07 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 07 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 07 out. 2021.

BIROLI, Flávia. O debate sobre pornografia. In: BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 1-195.

BIROLI, Flávia. Autonomia, opressão e identidades: a resignificação da experiência na teoria política feminista. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 81-105, abr. 2013a. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2013000100005>.

BIROLI, Flávia. Democracia e tolerância à subordinação: livre-escolha e consentimento na teoria política feminista. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 48, p. 127-142, dez. 2013b. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782013000400008>.

CARDOSO, André Tavares. **Sexting**: percepções de adolescentes e pais sobre o fenômeno e sua relação com aspectos familiares. 2017. 73 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia Clínica, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Andr%C3%A9%20Tavares%20Cardoso_.pdf. Acesso em: 07 out. 2021.

COTRIM, Rafael Mendes. **As ofensas aos direitos da personalidade no âmbito das redes sociais e os mecanismos judiciais de tutela:** aspectos doutrinários e legais. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Jurídicas, Centro Universitário de Maringá, Maringá, 2017.

CRAESMEYER, Bruno Ramos. **Caiu na net:** violação de intimidade e regime de vigilância distribuída. 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23947>. Acesso em: 07 out. 2021.

DOMINGUES, Diego Sigoli. **Pornografia da vingança e a tutela dos direitos fundamentais da vítima.** 2019. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/2115>. Acesso em: 07 out. 2021.

FERREIRA, Luís Eduardo e Silva Lessa. **A demarcação da proteção da intimidade sexual no Brasil e nos Estados Unidos:** um percurso sobre os instrumentos jurídicos de tutela. 2016. 303 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29762>. Acesso em: 07 out. 2021.

FERREIRA, Juliana Silvestre Louven. **Da denúncia às redes sociais:** a (in) visibilidade da violência contra a mulher no cotidiano. 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

FIGUEIREDO, Camila Detoni Sá de. **Adolescentes na sociedade do espetáculo e o sexting: relações perigosas?:** um estudo exploratório na busca de subsídios para programas de prevenção. 2015. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://200.19.105.133/handle/tede/2486>. Acesso em: 07 out. 2021.

FLACH, Roberta Matassoli Duran. **Violência digital nas relações afetivo-sexuais adolescentes.** 2019. 129 f. Tese (Doutorado) - Curso de Saúde da Criança e da Mulher, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

GUERRA, Suzana de Souza Klas. **Sexting:** do privado ao público. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/GUERRA,%20Suzana.%20Sexting%20\(CAPA\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/GUERRA,%20Suzana.%20Sexting%20(CAPA).pdf). Acesso em: 07 out. 2021.

HERNÁNDEZ, Yolínztlí Pérez. Consentimiento sexual: un análisis con perspectiva de género. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 4, n. 78, p. 741-767, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032016000400741. Acesso em: 07 out. 2021.

JUDGE, Abigail. "Sexting" Among U.S. Adolescents: psychological and legal perspectives. **Harvard Review of Psychiatry**, Cambridge, v. 2, n. 20, p. 86-96, abr. 2012. Disponível em: https://journals.lww.com/hrpjournal/Abstract/2012/04190/_Sexting__Among_U_S__Adolescents__Psychological.2.aspx. Acesso em: 07 out. 2021.

LINS, Beatriz Accioly. **Caiu na rede**: mulheres, tecnologias e direitos entre nudes e (possíveis) vazamentos. 2019. 259 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-21022020-145523/>. Acesso em: 07 out. 2021.

LOPES, Marisa da Silva Prado. **Crimes sexuais contra a dignidade sexual através do uso da internet**: uma revisão crítica à legislação brasileira. 2017. 73 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde, Medicina Laboratorial e Tecnologia Forense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MACHADO, Renata de Lima. **Discutindo gênero**: pornografia de revanche. 2019. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

MACKINNON, Catharine A. Sexuality. In: MACKINNON, Catharine A. **Toward a Feminist Theory of the State**. Cambridge: Harvard University Press, 1987. p. 1-330. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/worts12&div=24&id=&page=>. Acesso em: 07 out. 2021.

MAZZARDO, Luciane de Freitas. **Interfaces da desigualdade de gênero**: os julgamentos morais implícitos nas ambiências sociais e judiciárias e a relevância da transversalidade das políticas públicas frente à violação dos direitos humanos das mulheres. 2014. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/LUCIANE%20DE%20FREITAS%20MAZZARDO.pdf>. Acesso em: 07 out. 2021.

MENEZES, Mariana Risério Chaves de. **Juventudes, representações e tecnologias**: uma netnografia acerca da exploração da imagem feminina na cibercultura. 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2018. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/510>. Acesso em: 07 out. 2021.

MOHAN, Megha. 'Eles me estupraram e postaram o vídeo do crime em um site pornô'. **Época**. São Paulo, p. 1-2. fev. 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/eles-me-estupraram-postaram-video-do-crime-em-um-site-porno-24239899>. Acesso em: 07 out. 2021.

MORÃO, Kauan Galvão. **Os efeitos do sexting no contexto esportivo universitário**: uma tentativa de traçar o perfil dos envolvidos. 2017. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Humano e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2017.

MOTA, Bruna Germana Nunes. **Pornografia de vingança em redes sociais: perspectivas de jovens vitimadas e as práticas digitais**. 2015. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Dissertacao%20de%20BRUNA%20GERMANA%20NUNES%20MOTA.pdf>. Acesso em: 07 out. 2021.

PEÑA, Paz; VARON, Joana. **Consentimento**: nossos corpos como dados - contribuições das teorias feministas para o debate da proteção de dados. Rio de Janeiro: Codin Rights, 2019. 29 p. Disponível em: <https://codingrights.org/docs/consentimento-pt.pdf>. Acesso em: 07 out. 2021.

PEIXOTO, Jayme. Resistir para (re)existir: reflexões sobre a produção de resistências por estudantes gays na escola de ensino médio. **Revista Relações Sociais**, Viçosa, v. 3, n. 3, p. 91-106, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/10215>. Acesso em: 07 out. 2021.

PINHEIRO, Rossana Barros. **Tratamento da pornografia de vingança pelo judiciário maranhense**: avaliando a atual divisão de competências entre vara de violência doméstica e familiar contra mulher e juizado especial criminal a partir do critério efetividade. 2018. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Direito, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018. Disponível em: <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/2431>. Acesso em: 07 out. 2021.

RODRÍGUEZ, Liziane da Silva. **Pornografia de vingança**: vulnerabilidades femininas e poder punitivo. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Criminais, Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8055>. Acesso em: 07 out. 2021.

SALIM, Alexandre Arenalde. **Sexting, sextortion e a imunidade do corpo**: uma compreensão garantista a partir da teoria dos direitos fundamentais. 2018. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Vers%C3%A3o%20final%20disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Alexandre%20Salim.pdf>. Acesso em: 07 out. 2021.

SANTOS, Fausi dos. **Corpo e Sexualidade nas Redes Sociais e suas Interfaces na Educação Escolar**. 2019. 181 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2019. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/5121. Acesso em: 07 out. 2021.

SILVA, Sirlanda Maria Selau da. **O discurso jurídico sobre pornografia de vingança no Brasil**. 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5699>. Acesso em: 07 out. 2021.

SILVA, Phillipe Giovanni Rocha Martins da. **Pornografia não consentida e linchamento virtual: uma análise da (re)territorialização da violência contra a mulher no ciberespaço**. 2018a. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, Cidadania e Direitos Humanos, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14626?locale=pt_BR. Acesso em: 07 out. 2021.

SILVA, Luiza Cristina Silva. **Currículo da nudez: relações de poder-saber na produção de sexualidade e gênero nas práticas ciberculturais de nude selfie**. 2018b. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B26MBS>. Acesso em: 07 out. 2021.

SILVA, Thereza Nardelli e. **“Seremos nosso porta-retrato e já estamos portando essa tela”**: miradas em nudes autopublicados no tumblr bucepowergang.. 2018c. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/30114>. Acesso em: 07 out. 2021.

SOARES, Rodrigo de Oliveira. **Redes sociais: como os adolescentes lidam com a vida na internet**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

SOUSA, Letícia de Mélo. **Slut Shaming e Porn Revenge: vivências de mulheres jovens e as repercussões para a saúde mental**. 2017. 73 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12168?locale=pt_BR. Acesso em: 07 out. 2021.

SYDOW, Spencer Toth; CASTRO, Ana Lara Camargo de. **Exposição pornográfica não consentida na internet: da vingança ao lucro**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

TRINDADE, Lorena de Andrade. **Pornografia de Vingança:** da vergonha à exposição positiva. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/65265948-Lorena-de-andrade-trindade-pornografia-de-vinganca-da-vergonha-a-exposicao-positiva.html>. Acesso em: 07 out. 2021.

Recebido em março de 2022

Aprovado em março de 2024

LAZER NO BRASIL E AS MULHERES RESIDENTES NAS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE

Cláudia Regina Bonalume¹

Marie Luce Tavares²

Edmur Antonio Stoppa³

Hélder Ferreira Isayama⁴

Resumo: Este estudo analisa a relação mulheres e lazer, a partir dos dados da pesquisa Lazer no Brasil, com um recorte direcionado às regiões nordeste e sudeste brasileiras. Os resultados demonstram a existência de disparidade entre o que as mulheres gostariam de vivenciar no lazer e o que de fato conseguem. Independentemente das regiões, os dados apontam que elas têm a garantia do seu direito ao lazer prejudicada pelas diferentes jornadas de trabalho; pela escassez na diversificação do lazer; pela falta de tempo, devido às questões relacionadas às tarefas culturalmente entendidas como função das mulheres e pela falta de recursos.

Palavras-chave: Atividades de Lazer; Direito social; Relações de gênero.

Abstract: This study analyzes the relationship between women and leisure, based on data from the research “Lazer no Brasil”, with a focus on the northeast and southeast regions from the country. The results demonstrate the existence of disparity between what women would like to experience in their leisure time and what they actually achieve. Regardless of the regions, the data show that they have the guarantee of their right to leisure impaired by the different working hours they exercise; by the scarcity in the diversification of leisure; by lack of time, due to issues related to tasks culturally understood as a function of women, and by the lack of financial resources.

Keywords: Leisure Activities; Social Right; Gender Relations.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Estudos do Lazer/UFMG. Oricolé/UFMG. E-mail: cbonalum@hotmail.com.

2 Doutora em Estudos do Lazer/UFMG. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG). E-mail: marie.tavares@ifmg.edu.br.

3 Doutor em Educação Física/UNICAMP. Universidade de São Paulo (USP). E-mail: stoppa@usp.br.

4 Doutor em Educação Física/UNICAMP. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: helderisayama@yahoo.com.br.

Introdução

Nas últimas décadas, as experiências das pessoas no âmbito do lazer passaram a ser compreendidas em intersecção com os outros temas do mundo contemporâneo, que perpassam pelas relações de poder, pelas desigualdades políticas e econômicas e pela construção de identidades, subjetividades e corporeidades. Esta abertura para novas temáticas e olhares, incluiu, também, a incorporação da perspectiva de gênero ao pensamento e à pesquisa social. Ressalta-se que tal perspectiva é aqui tratada como a problematização da construção social das masculinidades e das feminilidades e da forma com que a sociedade moderna elabora espaços, atividades e valorizações diferentes, hierárquicas e desiguais, para homens e mulheres. Deem (1982) já chamava atenção para a necessidade de se desenvolver uma teoria satisfatória do lazer feminino, a começar por incluir as mulheres em estudos e pesquisas enquanto sujeitos desse direito e não apenas como apêndices dos estudos focados nos homens.

Nesta direção, Parry e Fullagar (2013, p. 7) salientam que lazer é um conceito cotidiano e acadêmico que as feministas consideram como problemático, porque é utilizado de forma acrítica para universalizar uma experiência masculina que tem como norma a banalização e a categorização seu significado que negam a fluidez e as nuances do contexto de vida das mulheres.

Contemplando parte destes novos temas e relações, a Constituição Federal do Brasil de 1988 traz, no artigo sexto: ‘São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados’ (BRASIL 1988) e no *caput* do art. 5º afirma que ‘Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza’ (BRASIL, 1988). Podemos afirmar, então, que pelo marco legal, o lazer é um direito das mulheres brasileiras.

Entretanto, ressalta-se que as opções públicas e privadas de acesso ao lazer, historicamente, foram pensadas, formuladas e desenvolvidas a partir de premissas que encobriram a inclusão das mulheres enquanto sujeitos desse direito. A invisibilidade resultante desse processo impõe barreiras à prática, à fruição e à participação cultural das mulheres no lazer (BONALUME, 2020).

Enfrentar essas barreiras e pensar na promoção, na qualificação e no fortalecimento da participação das mulheres no lazer, não se dará de uma forma isolada. É necessário, antes de tudo, conhecer as barreiras e limites,

aprofundar, difundir e espalhar esse debate, contribuindo para que essas questões ganhem espaço nas agendas e envolvam as próprias mulheres, a sociedade civil e os órgãos governamentais, nas diversas esferas.

Visando contribuir com esse processo, o objetivo do presente estudo é tecer reflexões sobre a relação mulheres e lazer, analisando os dados coletados pela pesquisa *Lazer no Brasil*, desenvolvida sob coordenação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e financiamento do Ministério do Esporte, com um recorte direcionado às regiões sudeste e nordeste do País. O emprego da expressão ‘mulheres’ tem a ver com uma opção teórica feminista que assumimos, de pensar a pluralidade de sujeitos femininos a partir de múltiplos atravessamentos, tais como: raça, geração, etnia, classe, religião.

Reforçando essas especificidades, o Brasil é um país com dimensões continentais e uma diversidade entre as regiões, daí a opção por um recorte que contempla as duas maiores, o Nordeste e o Sudeste, marcadas por contrastes significativos. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (Instituto de Pesquisa Aplicada - IPEA, 2016), elaborado a partir de dados de 2010, todos os estados do Nordeste estavam na faixa de Médio Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁵, porém com índice abaixo da média nacional que é de 0,727. Contrastando, a região Sudeste exibe o maior IDHM do país, 0,766.

Outro dado que mostra o contraste entre as duas regiões é a renda per capita. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua - considerando a série histórica 2012 - 2017 - a região Sudeste é a que tem maior rendimento médio real habitual (R\$2.453,00), enquanto a Nordeste fica com a menor (R\$ 1.465,00). A média nacional é de R\$ 2.141,00 (IBGE, 2017).

A escolha por mulheres como sujeitos da pesquisa se constitui em um exercício político de dar visibilidade à vida e às experiências em relação ao lazer deste segmento social que representa, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 51,03% da população brasileira. Entre elas há uma diversidade de especificidades, imperativos, anseios, histórias, conquistas, preocupações e lutas.

Essas lutas ganharam destaque a partir da erosão da classe, enquanto identidade mestra, a qual trouxe a emergência de novos movimentos sociais. A

5 O IDH reúne três dos requisitos para a expansão das liberdades das pessoas: saúde, educação e renda. Já o IDHM foi adaptado para o Brasil e considera as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda. O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Os IDHM são classificados em: de 0 a 0,499 = muito baixo; de 0,500 a 0,599 = baixo; de 0,600 a 0,699 = médio; de 0,700 a 0,799 = alto e acima de 0,800 = muito alto.

identificação tornou-se politizada e é, por vezes, descrita como ‘constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença’ (HALL, 2015, p. 21). Esses movimentos contemplaram as variadas lutas dos anos de 1960 e 1970, a exemplo das de estudantes, mulheres, grupos étnicos, religiosos, pacifistas e outros.

O Brasil é signatário, desde 1974, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), considerada a Carta Magna dos Direitos das Mulheres, no entanto, é tido pelos movimentos feministas como garantidor de direitos tardios a elas (BONALUME, 2020).

Assim, considerando as especificidades territoriais e as perspectivas que movimentam a vida das mulheres, suas práticas sociais e suas possíveis articulações com o modo de cuidar de si, o que elas dizem sobre o lazer? Como se dão suas vivências desse direito?

1 O lazer na pesquisa Lazer no Brasil

Tendo presente a complexidade e amplitude da temática lazer, a pesquisa Lazer no Brasil adotou como referência a caracterização de lazer de Marcellino (2002), que o entende

como a cultura - compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída), no ‘tempo disponível’. É fundamental como traço definidor, o caráter ‘desinteressado’ dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A ‘disponibilidade de tempo’ significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (p.31).

Foram utilizados, ainda, os interesses culturais de vivência do lazer propostos por Dumazedier (1979). O autor identifica cinco conjuntos de interesses: 1. físicos: nos quais predomina o desejo de exercitar-se fisicamente, de colocar-se em movimento; 2. práticos ou manuais: atividades ligadas ao prazer de manipular, explorar e transformar a natureza, materiais e objetos; 3. artísticos: busca pelo imaginário, pelo sonho, o encantamento, o belo e o faz-de-conta; 4. intelectuais: busca por conhecimento, informação racional e objetiva, aprendizagem; 5. sociais: visam a sociabilidade, expressa no contato com as pessoas. Camargo (1986) acrescentou, como sexto conteúdo, o interesse turístico, enquanto busca da quebra da rotina temporal ou espacial, do contato com novas paisagens e culturas e os autores da pesquisa acrescentaram o ócio, como uma opção de nada fazer, de descansar.

Dumazedier é um pesquisador francês que teve destaque na construção teórica acerca do lazer no Brasil, apesar de ser alvo de inúmeras críticas. Pires e Antunes (2007), por exemplo, apontam que a classificação proposta pelo autor é limitada, tendo em vista as dificuldades em identificar-se claramente a demarcação das fronteiras de cada interesse/conteúdo, além de funcionalista, por tentar fragmentar o fenômeno do lazer, a despeito da sua complexidade como cultura. Contudo, do ponto de vista didático e para fins de elaboração de políticas públicas, a sistematização do lazer em interesses culturais ajudou a superar a concepção predominante acerca dele, marcada por uma visão ativista/recreativa.

Complementarmente, destacamos Russell (2009), que aborda a complexidade do conceito de lazer, pelos usos e significados diferentes que o constituem, a depender da época, das pessoas e dos lugares a que se refere, o que não permite a demarcação de limites claros. Há certo consenso de que não é possível tratar o lazer como um aspecto isolado na vida das pessoas, por permear e ser permeado pelo contexto histórico em que está inserido e pelas variáveis que compõem cada contexto.

Lazer é um tema muito amplo que é influenciado por vários fatores como sexo, gênero, sexualidade, raça, etnia, cultura, localização geográfica, status social, habilidades físicas, entre muitos outros aspectos e circunstâncias que definem e determinam a realidade de cada um de nós. Não é possível tentar definir lazer sem considerar 'lazer para quem' (BARBOSA, LIETCHTY e PEDERCINI, 2013, p. 16).

Situar culturalmente o lazer implica no entendimento de cultura. Giroux (2003) trata-a como dimensão do ser humano, cercada de produção de sentidos e significados, um palco de disputa, no qual diferentes grupos sociais procuram se situar na dinâmica social com vivências, valores e formas próprias de pensar, estar e agir no mundo. Hall (2015) aborda a significação enquanto lugar, onde diferentes grupos produzem, são produzidos e atribuem sentido aos objetos, aos costumes, às crenças, aos valores e às práticas. Para o autor, cada ação social tem uma dimensão cultural, uma vez que todas as práticas sociais são expressão de um significado e, como tal, práticas culturais.

Com o desafio de olhar para o lugar que compõe o campo cultural do lazer das mulheres das regiões Sudeste e Nordeste brasileiras, apresenta-se o percurso metodológico desse estudo.

2 Percurso Metodológico: a pesquisa Lazer no Brasil como ponto de partida

A pesquisa *O Lazer no Brasil* teve como objetivo coletar dados e informações acerca dos hábitos, interesses, vivências e barreiras relacionados ao lazer da população brasileira, com vistas a subsidiar políticas públicas e novos estudos (STOPPA; ISAYAMA, 2017). Foi construída por profissionais e pesquisadores da área, tendo como meta contemplar a diversidade regional, as relações que dialogam com o lazer e os segmentos transversais como mulheres, pessoas com deficiência e público LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais).

A coleta e a sistematização dos dados da pesquisa *Lazer no Brasil* foram realizadas entre 2012 e 2013, por entrevistas individuais face a face, com 2.400 pessoas, a partir dos sete anos de idade, residentes nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal e contemplou cidades de pequeno e grande porte e moradores das zonas rurais e urbanas. A amostra foi construída por cotas representativas da população, considerando as variáveis de região e unidade da federação. Ainda foram previstos, em cada estado, cotas de sexo, idade, escolaridade e renda familiar, conforme dados da população, apurados no Censo Demográfico (IBGE, 2010).

A pesquisa teve caráter quantitativo e qualitativo, realizada pela técnica de *survey*, por levantamento amostral, com os dados coletados por intermédio de entrevistas pessoais presenciais, em pontos de fluxo, nas cidades previamente sorteadas para compor a amostra. O instrumento de coleta foi um questionário estruturado, composto por perguntas abertas e fechadas. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG. Feita a coleta e a validação, os dados foram tabulados por profissionais da área de estatística, contratados pelo projeto e inseridos em uma base de dados desenvolvida especificamente para a pesquisa (STOPPA; ISAYAMA, 2017).

A análise aqui apresentada se restringe às respostas dadas às oito perguntas estruturadas⁶, classificadas no estudo como ‘hábitos relacionados aos usos do tempo livre’ (STOPPA; ISAYAMA, 2017, p. 17) com a categoria sexo, que aqui teve como recorte as mulheres. A distribuição total por sexo da pesquisa levou a um percentual 50,63% de mulheres, com 1.215 respondentes e de 49,38% de homens, com 1.185 entrevistados, conforme demonstra o gráfico 1. Dentre as mulheres participantes da pesquisa, 70,53% moram nas regiões selecionadas para este estudo, sendo 343, (28,23%) na região Nordeste e 514 (42,30%), na região Sudeste.

6 O que faz como obrigação (espontânea)? O que faz no tempo livre? O que gostaria de fazer no tempo livre? O que faz nas férias? O que gostaria de fazer nas férias? Por que não faz no tempo livre? Por que não faz nas férias? O que entende por lazer?

Segundo Stoppa e Isayama (2017), a pesquisa possui um erro amostral máximo de 2% para o país, e nível de confiança de 95%. Tendo em vista o recorte desta análise (sexo feminino e regiões), as margens de erro são maiores: Sudeste 4,3 e Nordeste 5,3.

Gráfico 01. Relação de entrevistadas por região do país.



Fonte: Elaborado pelos autores/as.

As buscas na base de dados da pesquisa, especificamente nas respostas às questões relacionadas aos ‘hábitos relacionados aos usos do tempo livre’ revelaram os dados apresentados e discutidos na sequência.

3 Resultados e discussão

O interesse pela busca e análise dos dados é instigado por pesquisas como a de Reis *et al.* (2015) que chamam atenção para as relações desiguais entre homens e mulheres em campos como o trabalho, o espaço público e o privado, o lazer, a educação, a segurança, entre outros. No caso do lazer, essa desigualdade seria responsável por construções e imposições culturais às mulheres, as quais tendem a dificultar as vivências de lazer e/ou o aproveitamento do tempo de livre como um tempo para si.

Um dos fatores inseridos nas discussões de práticas culturais de lazer das mulheres, diz respeito às relações de gênero e as territorialidades. Garcia (2008) afirma que os espaços urbanos de lazer que as mulheres podem usar são limitados e, muitas vezes, controlados, seja a partir de vivências e experiências adquiridas no período da infância, seja por imposições culturais, ou por medo. Outra relação abordada pela autora trata da questão mulheres e trabalho remunerado e não remunerado. Ela destaca que o modo naturalizado

como os afazeres domésticos e os valores androcêntricos⁷ são apresentados a homens e a mulheres, facilita o ajustamento para a dupla e até tripla jornada das mulheres, o que compromete o tempo livre para as práticas de lazer.

No entanto, a amplitude e diversidade do agenciamento mulheres aponta para a impossibilidade de se buscar generalizações, seja em cada uma das regiões, entre elas ou ainda mais amplas. Deem (1982, p. 29-30) destaca que as mulheres pesquisadas não são típicas de todas as outras da Grã-Bretanha, nem que suas experiências de lazer sejam parte de um padrão imutável.

Tendo presentes estes aspectos, analisar as respostas dos sujeitos de uma pesquisa implica conhecê-los. Para tal, no que diz respeito às questões de gênero, em 2013, a Comissão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission) organizou o Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero - CMIG (Minimum Set of Gender Indicators - MSGI), os quais visam a sistematização de informações relacionadas à produção nacional e à harmonização internacional de estatísticas de países e regiões em relação à igualdade de gênero e ao empoderamento feminino (IBGE, 2018).

Em 2018, o IBGE apresentou os primeiros resultados de parte desses indicadores para o Brasil. As informações foram organizadas a partir dos cinco domínios estabelecidos no CMIG: 1. estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos; 2. educação; 3. saúde e serviços relacionados; 4. vida pública e tomada de decisão; 5. direitos humanos das mulheres e meninas.

Os resultados apresentados pelo IBGE (2018) permitem o estabelecimento de um panorama para reflexão acerca das desigualdades de gênero. Para ilustrar, enquanto o rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos dos homens brasileiros é de R\$ 2.306,00 o das mulheres é de R\$ 1.764,00, ou seja, aproximadamente 24% a menos. No entanto, os mesmos dados mostram que 28,2% das mulheres trabalham em tempo parcial (menos de 30 horas semanais) contra 14,1% dos homens. Mesmo controlando o diferencial por horas trabalhadas a razão de renda, em 2016, mulheres recebiam proventos que equivalem a 86,7% do que auferem os homens, ou seja, 13,3% a menos.

A permanência desta desigualdade, ainda que em um patamar menor, pode estar relacionada com a segregação ocupacional e discriminação salarial das mulheres no mercado de trabalho. Nessa comparação, os resultados desagregados por nível de instrução apontam que o diferencial de

⁷ Valores androcêntricos são aqueles que tratam como universais as referências relativas às experiências dos homens e desconsideram o que delas difere, inclusive as especificidades das mulheres.

rendimentos é mais elevado na categoria ensino superior completo ou mais, em que as mulheres recebiam 63,4%, ou 36,6% a menos do que os homens, no ano de 2016.

Em relação ao tempo dedicado aos cuidados relacionados a pessoas da família e/ou afazeres domésticos, os homens gastam 10,9 horas semanais, enquanto as mulheres 18,1 horas. Jefferey (2017) salienta que trata-se da construção cultural que aponta esse tipo de trabalho como feminino e não reconhece seu valor, formando assim uma linha de segmentação flexível em que as mulheres, em geral, realizam ‘trabalho feminino’. Esse trabalho está associado a condições específicas: a informalidade; precariedade; abusos de todos os tipos, incluindo assédio sexual; funções subordinadas e ‘salários femininos’ e que são inferiores aos dos homens.

Ainda segundo o IGBE (2018) as mulheres são maioria quando se trata de pessoas cujo ano de escolaridade equivale à faixa etária prevista, com 73,5% contra 63,2% dos homens. Acima de 25 anos, 16,9% das mulheres têm ensino superior e 13,5% dos homens. Constata-se desigualdade entre mulheres por cor ou raça. O percentual de mulheres brancas com ensino superior é mais do que o dobro do de mulheres pretas ou pardas.

Na participação política no mundo, as mulheres ocupam 23,6% dos assentos dos legislativos. No Brasil, a partir de janeiro de 2019, são 15% (77 deputadas federais, sendo 66 brancas, 10 negras e uma indígena), percentual aproximado ao do Senado Federal.

Em relação à segurança, o Brasil possui legislação de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei nº. 11.340, de 07.08.2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Mesmo assim, segundo o cronômetro da violência, publicado pela Agência Patrícia Galvão (n.d.), no Brasil uma mulher é vítima de estupro a cada nove minutos, três são vítimas de feminicídio a cada dia, uma mulher registra agressão nas delegacias especializadas com base na Lei Maria da Penha a cada 2 minutos. Esses dados alertam para a necessidade de ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, em especial com ações que alterem a cultura machista presente na sociedade.

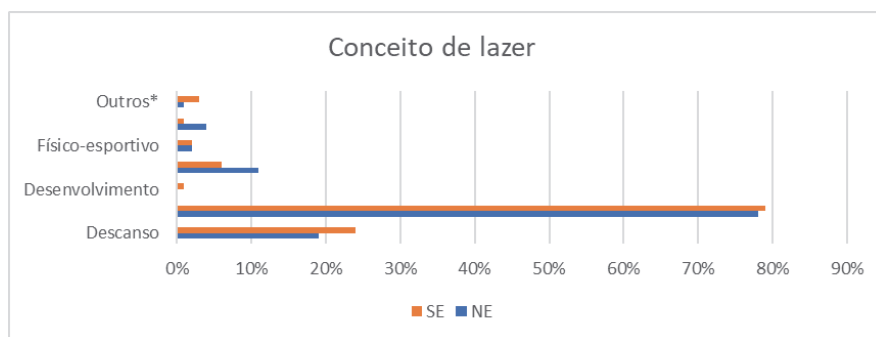
Este panorama geral, orienta a análise qualitativa dos dados coletados pela Pesquisa Lazer no Brasil, em relação às respostas das mulheres das regiões Sudeste (SE) e Nordeste (NE), acerca do que fazem por obrigação, do conceito de lazer, do que fazem no tempo livre, no final de semana e nas férias, do que gostariam de fazer no tempo livre e nas férias e dos motivos que as impedem de fazê-lo.

4 O que as mulheres do SE e do NE dizem sobre o lazer

Iniciando pela pergunta ‘O que você entende por lazer?’, as mulheres do Nordeste e do Sudeste responderam abordando funções atribuídas a ele (divertir-se, desenvolver-se), atitudes pessoais diante dele (descansar) e/ou elencando atividades (fazer turismo, ler, passear).

Tendo presente a amplitude e a complexidade da temática, o gráfico 2 traz os resultados compilados pela pesquisa como conceito de lazer. Observa-se a predominância do entendimento de lazer enquanto divertimento, tanto para as mulheres da região Sudeste quanto para as do Nordeste, seguido do descanso, o qual é mais lembrado no Sudeste. Entre as atividades destacadas como lazer, o turismo aparece mais no NE do que no SE.

Gráfico 2. Conceito de lazer das mulheres por região



* A pergunta permitia mais de uma opção, por isso o total ultrapassa a 100%. Na categoria ‘outros’ foram incluídas as respostas sobre ócio, atividades sociais e intelectuais.

Fonte: Elaborado pelos/as autores/as a partir do banco de dados da pesquisa *Lazer no Brasil*.

Uma comparação destes dados com os do sexo masculino das mesmas regiões mostra que 83.2% dos homens da região Sudeste relacionam lazer com divertimento, enquanto 78,5% das mulheres o fazem. Na proporção inversa, 20% dos homens vinculam lazer a descanso, contra 24.5% das mulheres. Estas diferenças não se repetem na região Nordeste. Estariam as mulheres do Sudeste com jornadas de trabalho mais extensas e, por isso, priorizam descansar no lazer?

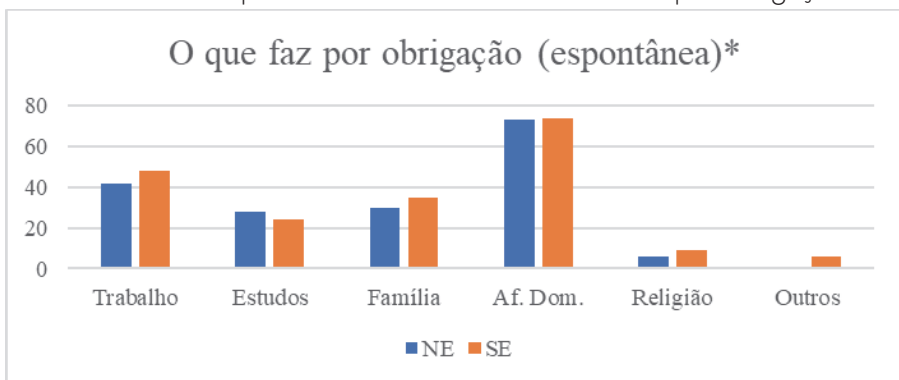
Jeffrey (2017) afirma ser necessário atentar para esse dado, tendo em vista que, historicamente, as mulheres tiveram mais mediações no acesso a diferentes experiências, linguagens e aprendizados, incluindo aqueles relacionados à tecnologia, engenharia, atividades esportivas, culturais e de lazer. O lazer feminino foi (e é) importante ser estudado, não apenas pelo tempo (ou seja, as mulheres têm menos tempo para se dedicar às atividades de lazer),

mas também porque permite a avaliação da escolha. O lazer pode fornecer às mulheres uma maneira de se valorizar e mudar os estereótipos de gênero.

A questão remete a perspectivas que movimentam a vida das pessoas, suas práticas sociais e suas possíveis articulações com o modo de viver e de cuidar de si mesma. O lazer é demarcado por vetores diversos, tais como: ser solteira, ser casada, ser mãe, ser idosa. Parece que, dependendo da condição, estão, ou não, autorizadas a usufruir certas formas de lazer (BERTOLLO S.H.J.; BERTOLLO M., 2015). Deem (1982: 30) ressalta o desafio aos Estudos de Lazer de compreender como as relações patriarcais afetam os interesses de lazer das mulheres e sua relativa “liberdade” de buscar atividades de lazer.

As atividades de lazer são associadas ao tempo livre, a um tempo para si mesma, em contraponto ao dedicado às obrigações relacionadas ao trabalho, seja ele remunerado ou não, e a outros compromissos assumidos pelas pessoas. Assim, ao analisar os hábitos, vivências, preferências e barreiras das mulheres das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil direciona-se o olhar para o que é considerado, por elas, obrigação. O gráfico 3 mostra que os afazeres domésticos, espontaneamente, aparecem entre as obrigações das mulheres, mais do que o trabalho formal, em especial no NE. Os cuidados para com filhos e outras pessoas da família ganham menos destaque nessa categoria ‘obrigação’.

Gráfico 3. O que as mulheres do SE e NE fazem por obrigação



* A pergunta permitia mais de uma opção, por isso o total ultrapassa a 100%.

Fonte: Elaborado pelos/as autores/as a partir do banco de dados da pesquisa *Lazer no Brasil*

Tomlinson (2006) destaca que, uma vez constituída a família reprodutiva, as mulheres costumam experimentar uma queda grande no acesso ao tempo livre e dificuldades para negociar um espaço para o lazer. Isso parece

independem de situação laboral e pode ser constatado tanto para mulheres que trabalham fora de casa quanto às que se dedicam ao lar. O autor constatou que o tempo efetivamente disponível para o lazer durante o dia ou a semana e o peso exercido pelas normas e atitudes culturais operam para que as pessoas tratem como natural a maior responsabilidade das mulheres para com os filhos e o bem-estar familiar. Dessa forma naturalizam o sacrifício de um tempo para si mesmas, ou fazem com que vivam seu lazer por meio de atividades compatíveis com os gostos e necessidades de seus/suas filhos/as.

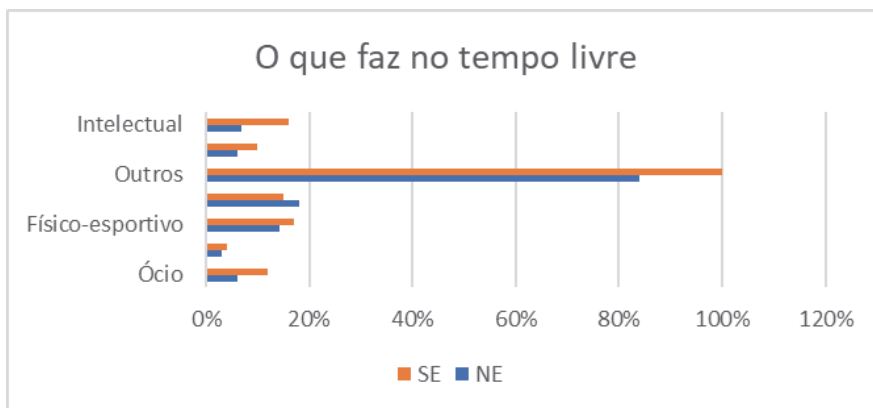
Perista (2002) afirma que o tempo é resultado de uma construção social estabelecida por e, concomitantemente, constitutiva de relações sociais. Expressa um modo de representar e pensar a organização social, por isso não é neutro, carrega consigo formas de quantificar, qualificar e atribuir valores às atividades humanas. Entre estas atividades, a autora analisa o trabalho nas duas formas: trabalho remunerado em contexto profissional e trabalho não remunerado no contexto dos afazeres domésticos.

A valorização social dos tempos se espelha de modo mais assimétrico. Com efeito, os quadros legais, os aparelhos estatísticos e, em muitos casos, a literatura científica limitam o conceito de trabalho ao trabalho remunerado, exercido a título de atividade profissional. Nesta acepção, o valor do «tempo» restringe-se quase exclusivamente a «tempo de trabalho» associado à produção, isto é, a um bem trocado por dinheiro no mercado de trabalho²³ (PERISTA, 2002, p. 447).

Pode-se observar, nas respostas das duas regiões, que parte significativa das obrigações, em especial relacionadas ao trabalho das mulheres, é invisibilizada. Trata-se do trabalho não pago, associado à reprodução, à execução de tarefas domésticas e à prestação de cuidados, como se não dissessem respeito ao campo do trabalho, ou mesmo das obrigações.

Ao estarem presentes estas questões e o que as mulheres do SE e do NE tratam por obrigações, como fica o tempo livre destas mulheres? A pesquisa questionou sobre o que as pessoas fazem no tempo livre em três momentos específicos, durante a semana, no final de semana e nas férias. Para esta análise, foram reunidos os dois primeiros, sendo o terceiro trabalhado separadamente. Os gráficos 4 e 5 trazem a compilação destas informações.

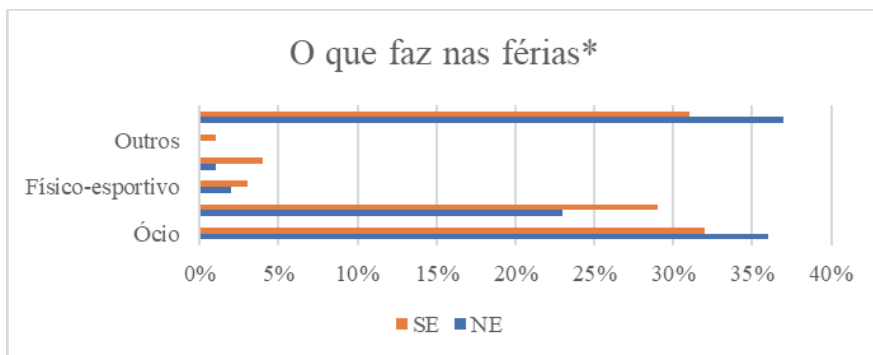
Gráfico 4. O que as mulheres do SE e do NE fazem no tempo livre



* A pergunta permitia mais de uma opção, por isso o total ultrapassa a 100%.

Fonte: Elaborado pelos/as autores/as a partir do banco de dados da pesquisa *Lazer no Brasil*

Gráfico 5. O que as mulheres do SE e do NE fazem nas férias



* A pergunta permitia mais de uma opção, por isso o total ultrapassa a 100%.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do banco de dados da pesquisa *Lazer no Brasil*.

Para fins de organização, as respostas foram agrupadas, pela equipe da Pesquisa, nos interesses culturais propostos por Dumazedier (1979) e Camargo (1986), acrescidos do ócio. Para ilustrar: 1. dormir, descansar, ficar em casa, e não fazer nada estão na categoria ócio; 2. acampar, andar de carro, tomar banho de cachoeira, de rio, ir a lugares como chácara, centro da cidade, praia e parque estão entre os interesses turísticos (aqui chama atenção que levar os filhos para brincar ou a passeios foi classificado como turismo); 3. ir à academia, andar a cavalo, praticar esportes, atividades físicas em geral, brincar e dançar foram agrupados na categoria físico-esportiva; 4. ter aulas

de música e dança, coral e ensaios, ir a shows, cinema, circo e escutar música são interesses artísticos; 5. fazer artesanato em geral, jardinagem, cuidar de animais e cozinhar estão na categoria de interesses manuais; 6. as respostas ler, ir à biblioteca, escrever e buscar desenvolvimento pessoal estão entre os conteúdos intelectuais; 7. refeições em família, com amigos e fora de casa, comemorações, visitas, conversas, idas a bares e aniversários são atividades sociais. Aparece na pesquisa, ainda, a categoria qualificação, que agrupou as respostas vinculadas a estudos, cursos, atividades escolares e universitárias.

Entre estes grupos, embora as diferenças não sejam significativas, as mulheres do Sudeste priorizam as atividades físico-esportivas, seguidas das sociais e do ócio, enquanto as do Nordeste optam prioritariamente por encontros sociais, seguidos das atividades físico-esportivas e depois artísticas, deixando o ócio em quarto lugar.

○ que chama atenção no gráfico 4 é o alto percentual de respostas classificadas como 'outras', por não terem sido consideradas entre os interesses anteriormente representados. O fato tanto pode estar relacionado à dificuldade de abarcar, na pesquisa, todos os aspectos que podem fazer parte das vivências de lazer das pessoas, quanto à dificuldade das entrevistadas de vincularem o que fazem no tempo livre com o lazer. Uma breve exploração das respostas que compõem o grupo 'outras' permite afirmar que as duas suposições fazem sentido. Há, no grupo, atividades como assistir programas televisivos diversos, acessar a internet, utilizar as redes sociais, beber, comer e cuidar de si que, a depender da forma como são vistas e tratadas pelas pessoas que as vivenciam, poderiam ser consideradas lazer. Já respostas relacionadas a afazeres domésticos em geral, cuidados para com familiares, vendas, trabalhos sociais e ou que visam ganho extra, tomar banho, ir a reuniões e às compras, embora ocupem o tempo livre das pessoas, estariam na categoria obrigações.

As mulheres do Sudeste mencionam mais atividades classificadas como 'outras', em relação às do Nordeste. Considerando que a pesquisa não destacou a quais dessas atividades elas se referiram, não é possível inferir se são as que podem ser consideradas lazer ou não. No entanto, tendo em vista as obrigações relacionadas no gráfico 3, fica a impressão de que parte destas atividades diz respeito aos cuidados com familiares, já que estes foram pouco elencados como obrigação.

Em relação a isso, Deem (1982) afirma que as mulheres da pesquisa realizada em Milton Keynes, no Reino Unido, também enfrentavam desigualdades no acesso a espaços e atividades de lazer. A autora vinculou as motivações aos papéis relacionados às questões de gênero e à

subordinação geral das mulheres, os quais restringem o prazer e interferem nas possibilidades de utilização do tempo livre. Tais aspectos dizem respeito ao trabalho doméstico, atitudes profissionais, comportamento e jornada de trabalho dos parceiros masculinos, creche, falta de renda independente e ausência de transporte (DEEM, 1982). Assim, o lazer é parte da subordinação e submissão das mulheres.

Nesta direção, Perista (2002) afirma que as mulheres convivem com a permanente tensão entre o desejo de desempenhar um bom trabalho e desenvolver uma carreira de sucesso e a necessidade de manterem uma distância destes, para garantirem a sobrevivência de outros espaços sociais nos quais elas gostariam de encontrar a realização pessoal. Fica evidente a interpenetração entre trabalho pago e vida familiar.

Essas questões alertam para o que Jeffrey (2017) afirma em relação a uma tendência, entre alguns dos Estudos do Lazer, que considera o que é feito fora do tempo no mercado de trabalho como lazer. Esta opção colocaria as tarefas domésticas e o cuidado entre as atividades que lhe dizem respeito.

As transformações neste contexto esbarram na persistência das próprias dicotomias naturalizadas de ‘diferenças’ de gênero, afincadas como estão na arraigada cultura da matriz heteronormativa discutida por Butler (2013). Sua ‘desconstrução’ no senso comum e nas práticas cotidianas dependerá da extensão e profundidade de mudanças culturais vivenciadas nas diversas regiões do país. Trata-se de processos lentos e confrontados por ideologias conservadoras de longa história.

No gráfico 5, que contém o agrupamento do que as mulheres fazem no tempo livre relacionado às férias, percebe-se que há diferença nas respostas, em relação ao gráfico anterior, sem, no entanto, deixar claro se este tempo é tratado como seu. Não fazer nada e não saber o que faz ou faria predominam para as mulheres do Nordeste e se destacam também entre as do Sudeste. Além destes, vivenciar o turismo é a opção lembrada por 23% das mulheres do NE e 29% das do Sudeste. Percebe-se que, apesar de a opção ‘outros’ ser restrita nas férias, a vivência deste momento enquanto lazer não é significativa para as mulheres das duas regiões, exceto pela opção do ócio, que poderia ser vinculado ao descanso. No entanto, vale lembrar que o conceito de lazer, para a maioria das respondentes, é vinculado ao divertimento e não ao descanso e que, se a diversão pode ser uma forma de descansar, não diríamos o mesmo do ócio em relação ao divertir-se.

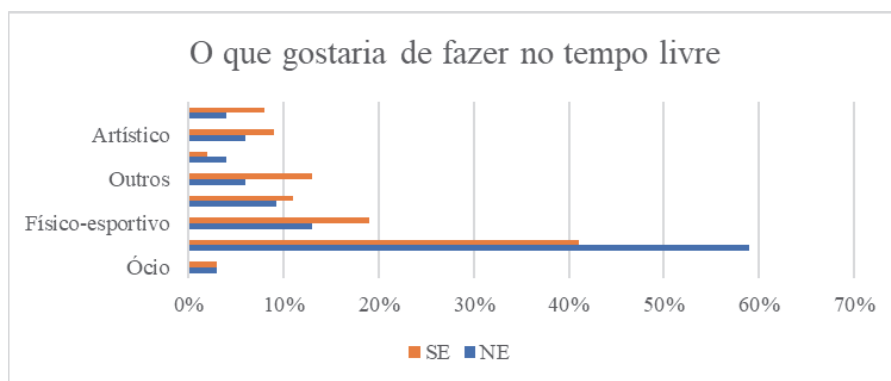
Na pesquisa Lazer nas Capitais, divulgada por Leiva e Meirelles (2018), uma das perguntas foi o que as pessoas fazem quando não estão trabalhando nem estudando. Os dados apontaram que as mulheres praticam menos atividades físicas do que os homens e ficam mais em casa.

Os dados da pesquisa Lazer nas Capitais mostram, ainda, que ter filhos na faixa etária de até 12 anos aumenta a chance de os homens irem a atividades fora de casa (como cinema, museus, concertos e festas populares), enquanto com as mulheres acontece o contrário. ‘Os homens parecem continuar fazendo o que faziam e ainda incorporam algumas das atividades culturais para levar os filhos, ao passo que às mulheres cabe cuidar das crianças em casa’ (LEIVA; MEIRELLES, 2018, p. 69). Segundo os dados da pesquisa as mulheres também participam de atividades dos filhos, mas em contrapartida reduzem as que faziam anteriormente.

Esses dados dialogam com os encontrados por Deem (1982), que a levaram a afirmar que a qualidade do lazer das mulheres, frequentemente é afetada pelas questões familiares, pois, quando esta conquista um tempo para si tende a ficar ‘de plantão’ para demandas de filhos/as e do companheiro. A autora chama atenção para o fato de que, apesar de a tecnologia e a participação de parcela dos homens nas tarefas domésticas e de cuidado terem contribuído com uma certa redução do trabalho doméstico, o aumento da centralidade em volta dos filhos ocupou esse tempo. Nesse contexto, o lazer das mulheres foi, novamente, deixado de lado em prol do lazer dos/das filhos/as e dos próprios homens.

Diante do cenário do que as mulheres brasileiras fazem no tempo livre, será que teriam outros desejos, anseios? O gráfico 6 traz as respostas e demonstra que, apesar de a maior parte das menções ao que faz no tempo livre terem sido o ‘outros’, este não é um desejo e sim uma provável imposição. Fazer turismo se destaca como anseio em todos os cenários, seguido pelas atividades físico-esportivas, em especial entre as mulheres do Nordeste.

Gráfico 6. O que as mulheres do NE e do SE gostariam de fazer no tempo livre



* A pergunta permitia mais de uma opção, por isso o total ultrapassa a 100%. As categorias intelectual e manual estão agrupadas em ‘outros’.

Fonte: Elaborado pelos/as autores/as a partir do banco de dados da pesquisa *Lazer no Brasil*.

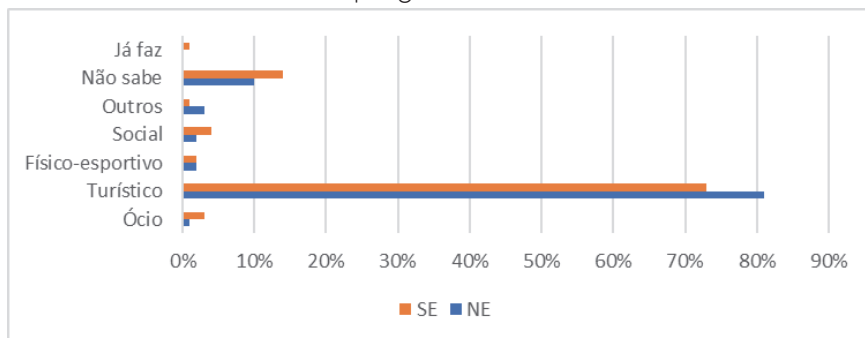
Goellner *et al.* (2010) realizaram uma pesquisa para perceber as motivações que envolvem a participação das mulheres nas atividades desenvolvidas no programa de esporte e lazer investigado. As conclusões indicam haver diferenças significativas entre as formas e as motivações que levam à participação de homens e mulheres em atividades. Além disso, nem sempre a desigualdade de oportunidade nas relações de gênero é observada na proposição de políticas públicas de esporte e de lazer, mas, quando o é, encontra obstáculos para a superação das dificuldades percebidas.

Questionados na pesquisa de Goellner *et al.* (2010) a respeito do que gostam de fazer no tempo livre e o que entendem por lazer, homens e mulheres deram respostas muito diferenciadas, ficando os homens no viés voltado para o espaço público, com esporte, convivência com amigos, festas e afins e as mulheres no âmbito doméstico, com descanso, atividade física, atividades familiares, assistir televisão e até pequenas atividades domésticas. Ou seja, enquanto a mulher foca no descanso, na saúde, na casa e na família, o homem pensa no lazer como diversão, liberdade, relaxamento.

Em relação a essa diversidade de papéis, McKeown e Parry (2018, p. 4) salientam que, tendo em vista a complexidade das experiências das mulheres, o lazer pode representar uma resistência às ideologias que buscam impor a elas lugares e papéis, assim como sua manutenção e reprodução, tendo em vista que os desejos escolhidos pelas mulheres são construídos, restringidos e disciplinados por estruturas sociais.

Essa situação, revelada pelo gráfico 6, fica ainda mais contrastante quando a pergunta é o que gostaria de fazer nas férias, conforme nos mostra o gráfico 7. Se as mulheres do NE e do SE afirmam não fazer nada nas férias, ou não saberem o que fazem, quando levadas a pensar e manifestar seus anseios, a maior parte sabe que gostaria de passear, viajar, fazer turismo. As nordestinas afirmam menos vivenciar o turismo nas férias e no tempo livre e apontam mais o desejo de fazê-lo.

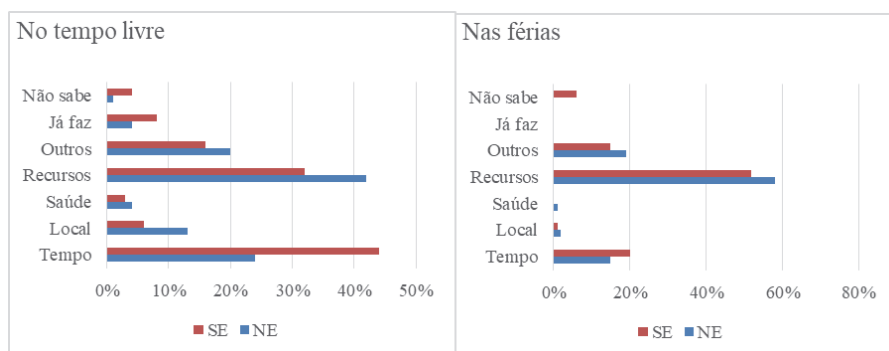
Souto Mayor e Isayama (2017) ressaltam que a escolha pelo turismo pode estar associada às barreiras socioeconômicas e às dificuldades relativas ao tempo disponível para a vivência do lazer. Consideram que o turismo exige maior investimento financeiro e temporal que os demais interesses e é menos acessível que a frequência a festas, reuniões familiares, bares e outras possibilidades incluídas no interesse social.

Gráfico 7 – O que gostaria de fazer nas férias

* A pergunta permitia mais de uma opção, por isso o total ultrapassa a 100%. As categorias intelectual e manual estão agrupadas em 'outros'.

Fonte: Elaborado pelos/as autores/as a partir do banco de dados da pesquisa *Lazer no Brasileiro*.

Estariam as razões elencadas por Souto Mayor e Isayama (2017) em consonância com os motivos alegados pelas mulheres participantes da pesquisa, para a não vivência do lazer na forma como gostariam? O gráfico 8 mostra que, de fato, as condições socioeconômicas são as respostas mais recorrentes à questão, em especial para as mulheres do NE, o que corrobora com os dados referentes à renda das duas regiões, apresentados anteriormente. Novamente, percebe-se que a falta de tempo afeta mais as mulheres do Sudeste, em especial durante e aos finais de semana, fator que pode estar relacionado ao perfil da Região.

Gráfico 8. Porque não faz o que gostaria no tempo livre e nas férias

* A pergunta permitia mais de uma opção, por isso o total ultrapassa a 100%.

Fonte: Elaborado pelos/as autores/as a partir do banco de dados da pesquisa *Lazer no Brasil*

Aprofundando as questões em relação às barreiras ao lazer, em especial às vivências fora do ambiente doméstico e familiar, Deem (1982) identificou em sua pesquisa, como causas: a atitude do marido em relação ao fato de sair sozinha para o lazer; o fato de as atividades fora de casa demandarem mais tempo liberado; a dificuldade de conciliar o lazer fora de casa com o cuidado dos/das filhos/as, especialmente quando pequenos/as e com o trabalho remunerado; a necessidade de atender às demandas de lazer dos filhos e filhas; a falta de transporte e de segurança; a falta de companhia para as atividades, ilustrada em falas como: se eu tivesse alguém com quem ir e a falta de dinheiro, principalmente no caso das mulheres dependentes financeiramente.

Souto Mayor e Isayama (2017) ressaltam que o fator tempo como percalço para a realização das atividades de lazer se remete, também, à configuração da sociedade atual, com a centralidade do trabalho, somando ao aumento do tempo destinado a ele, às novas e incessantes necessidades de consumo e às tecnologias empregadas. Ao analisarem os dados da pesquisa *Lazer no Brasil*, a partir das categorias sexo, estado civil e escolaridade, os autores ressaltam que o fator econômico, como motivo limitador do lazer, é mais significativo para as mulheres, inclusive se considerarmos as discriminações salariais referentes ao gênero, abordadas anteriormente.

Neste sentido, Marcellino (2002) aponta que as principais barreiras para a prática de lazer estão relacionadas aos fatores intra e inter classes sociais, ao sexo, à faixa etária, ao tempo e a apropriação dos espaços, nível de instrução, questões voltadas para a violência urbana e outros fatores. Além desses fatores, McKeown; Parry (2018) lembram que os papéis impostos às mulheres afetam de maneira diferente a cada uma e as ideologias de gênero podem ter um impacto maior nas mulheres que não se alinham com as ideias tradicionais de feminilidade.

Ou seja, as distinções existentes entre o masculino e o feminino demarcam modos de construção social distintos. Para Lipovetsky (2006), encontramos numa sociedade em modificação e associamos as transformações da participação social das mulheres na acepção de igualdade de comportamentos, enquanto pessoas que procuram seu próprio lazer. Compreendê-lo implica, como sugerem Parry; Fullagar (2013, p. 8), abordar o lazer pensado a partir de identidades, experiências, diversidade e interconexões de gênero.

5 Longe do fim, tecendo considerações

Pesquisar as experiências de lazer de mulheres pertencentes a duas regiões diferentes do país é tarefa complexa, em virtude da amplitude e multiplicidade de formas possíveis de focar o tema. É possível afirmar que as experiências não se dão ao acaso, tem a ver com o momento social, histórico, cultural em que estão inseridas.

Os dados apresentados permitem a identificação de gargalos, desigualdades, oportunidades e desafios ao campo do lazer e indicam rumos para quem atua nos setores público e privado. Ao buscar o que temos de novo, de diferente para apontar nos ocorre: se o que as teorias classificam como ‘outros’ é o que mais as mulheres (os homens também) vivenciam no tempo livre durante a semana, e o segundo que mais aparece nos finais de semana, estaríamos diante de um não direito ou de uma leitura limitada do que seria lazer para as pessoas?

○ contraponto poderia ser com o que gostaria, pois aí este ‘outro’ cai drasticamente, mas como maciçamente o que gostaria é vinculado ao turismo, seguido do ‘não-sabe’ estaríamos, novamente, diante da questão anterior, ou seja, por não ser reconhecido como direito as pessoas limitam seus anseios?

Outra questão que nos interpela é a resposta ‘não sabe, não opinou’ à pergunta ‘o que faz nas férias?’ ter sido muito significativa. ○ que representa isso para os estudos do lazer? Além disso, a vivência de ‘ócio’ nas férias, tratada como uma opção de lazer pela pesquisa, pode indicar, também, a falta de opção ou uma alternativa frente ao acúmulo de trabalho, formal ou não, remunerado ou não, compreendendo trabalho tanto no contexto profissional quanto no contexto dos afazeres domésticos, obrigações familiares e religiosas.

Interessante, também, observar que os interesses físico-esportivos foram pouco mencionados nas respostas. Estaria a atividade física não sendo vinculada ao lazer das mulheres e por isso pouco elencada? Enquanto 65% dos homens do Sudeste afirmam praticar atividades físicas no final de semana, apenas 20% das mulheres da região o fazem. No Nordeste a proporção é 58% para eles e 12% para elas. Ou seja, as atividades relacionadas a esse interesse ainda fazem parte, prioritariamente, do universo masculino, remetendo à história dos esportes e atividades físicas no Brasil, que marginalizou as mulheres quanto a escolha e vivência de muitas práticas de lazer.

Por fim, para além das generalizações sobre dificuldades e padrões estabelecidos, sabemos pouco sobre a evolução de costumes e práticas

específicas de mulheres brasileiras, urbanas e rurais, e/ou de classes e raças diferentes, dentre outros marcadores identitários. Esse estudo preliminar aponta que existe uma necessidade de se aprofundar a relação entre as mulheres e as experiências de lazer, assim como de formular políticas públicas para a garantia deste direito a elas e aos demais segmentos da população.

Referências

- Agência Patrícia Galvão. **Dossiê Violência contra as Mulheres**, n.d. <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/>.
- BARBOSA C, LIECHTY T, PEDERCINI, R. Restrições ao lazer feminino: particularidades das experiências de lazer de mulheres homossexuais. **Licere**, 16 (2), 2013. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2013.653>
- BERTOLLO S.H.J., BERTOLLO M. Gênero e Lazer: experiências de cinco gerações de mulheres. X ANPED SUL. **Anais...** 1-6, 2014. http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/577-0.pdf
- BONALUME, C. R. **O lazer das mulheres na mesa de negociações**: cartografando o lazer em movimentos sociais de mulheres brasileiras. (Tese de Doutorado – UFMG). Repositório Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BUTLER J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CAMARGO L.O. **O que é lazer?** São Paulo: Círculo do Livro, 1986.
- DEEM, R. Women, leisure and inequality. **Leisure Studies**, 1:1 p. 29-46, 1982. DOI: <https://doi.org/10.1080/02614368200390031>
- DUMAZEDIER J. **Sociologia empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- FOUCAULT M. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1 v., 2014.
- GARCIA, C.C. O lazer urbano e as mulheres: alguns pontos de discussão. In: SOLAZZI J.L.; RODRIGUES J.P. (Org.). **Neoliberalismo e políticas de lazer**: apontamentos críticos, 5 anos de pesquisa do Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer do Grande ABC/GEPOSEP, p. 141-158, Alpharrabio, 2008.

GIROUX H.A. **Atos Impuros**: a prática política dos estudos culturais. Artmed, 2003.

GOELLNER, S.V.; VOTRE S.J.; MOURÃO L.; FIGUEIRA M.L.M. Lazer e Gênero nos Programas de Esporte e Lazer das Cidades. **Licere**. 13(2), 2010. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2010.815>

HALL, S. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 12 ed. Lamparina, 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Brasileiro**, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua**, 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**, 2018.

Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2016. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/20160331_livro-idhm.pdf.

JEFFREY, H.L. A leisure of One's Own: a Feminist Perspective on Women's Leisure. **Annals of Leisure Research**. p.626-628, sep. 13, 2017. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/11745398.2017.1377858?journalCode=rantz20>

LEIVA J.; MEIRELLES R. (org.). **Cultura nas capitais**: como 33 milhões de brasileiros consomem diversão e arte. 17 Street Produção Editorial, 2018.

LIPOVETSKI G. **A Felicidade paradoxal**: Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. Edições 70, 2006.

MCKEOWN J. K. L.; PARRY D. C. First comes love, then comes marriage, then comes baby in the baby carriage? exploring how women can use leisure as resistance to gendered ideologies, **Leisure Studies**, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/02614367.2018.1553995>

MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer**: uma introdução. 3 ed. Autores Associados, 2002.

PARRY, D. C.; FULLAGAR, S. Feminist Leisure Research in the Contemporary Era. **Journal of Leisure Research**, (special issue on gender), 45(5), p. 571-582, 2013. DOI: <https://doi.org/10.18666/jlr-2013-v45-i5-4363>

PERISTA H. Gênero e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. **Análise Social**. 37 (163). p. 447-474, 2002.

PIRES G. L.; ANTUNES S.E. Revisitando os interesses intelectuais do lazer mediante as inovações tecnológicas de informação/comunicação. *In*: Marcellino N. C. **Lazer e cultura**. Alínea, 2007.

RAMOS, I. N. Gênero e sexualidade. *In*: LEIVA J.; MEIRELLES R. (Org.) **Cultura nas capitais**: como 33 milhões de brasileiros consomem diversão e arte. 17 Street Produção Editorial, 2018.

RAMOS, N.S. Qualidade de vida e lazer: Direitos sociais. **Revista Katálysis**. 5(1), p. 59-66, 2002.

REIS, A. L.; DOUSA, F. E.; SOUSA, I. R. C.; MENDES, M. T.; PRAZERES, M. M. V.; SAMPAIO, T. M. V. Quais são os fatores impeditivos para a prática de lazer de mulheres participantes do projeto lazer e cidadania? XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) e VI Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE). **Anais...**, 2015

RUSSELL, R. V. **Pastimes**: The context of contemporary leisure. 4 ed. Madison MI: Sports Publishing LLC, 2009.

SOUTO MAYOR S.; ISAYAMA H. F. O lazer do brasileiro: sexo, estado civil e escolaridade. *In*: Stoppa E. A., Isayama H. F. (Org.). **Lazer no Brasil**: representações e concretizações das vivências cotidianas. Autores Associados, 2017. p. 19-36.

STOPPA E. A.; ISAYAMA H. F. (Org.). **Lazer no Brasil**: representações e concretizações das vivências cotidianas. Autores Associados, 2017.

TOMLINSON, A. **Gender, Sport and Leisure**. Meyer and Meyer, Verlag, 2006.

Recebido em fevereiro de 2022

Aprovado em outubro de 2022

LUGAR DE FALA E QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA, DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Mariana da Silva Santos¹

Renata Kelen da Rocha²

Vilma da Silva Araújo³

Resumo: Este artigo objetiva analisar a importância e a reverberação de relatos como o de Carolina Maria de Jesus (2014), em sua obra de estreia, *Quarto de despejo: Diário de uma Favelada*, a partir do conceito de lugar de fala, o qual explicita as divergências nas experiências de grupos sociais, em razão da origem deles. Para isso, será utilizada, como parâmetro teórico, a obra de Djamila Ribeiro (2017): *O que é lugar de fala*. Com isso, espera-se ensejar uma reflexão sobre a trajetória e a recepção do produto literário, considerando o preconceito enfrentado em razão do locus social ocupado por ela.

Palavras-chave: Lugar de fala; Djamila Ribeiro; Carolina Maria de Jesus.

Abstract: This article aims to examine the significance and impact of narratives like that of Carolina Maria de Jesus (2014) in her seminal work, “Child of the Dark: The Diary of Carolina Maria de Jesus,” by employing the concept of “a place of speech.” This concept elucidates disparities in the experiences of different social groups based on their backgrounds. Drawing on Djamila Ribeiro’s (2017) theoretical framework in “O que é lugar de fala” (recently translated into English as “Where We Stand: Speech, Place, Justice” by Yale University Press), the objective is to prompt a reflection on the trajectory and reception of de Jesus’s literary output, considering the prejudice she faced due to her social position.

Keywords: A place of speech; Djamila Ribeiro; Carolina Maria de Jesus.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição - NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá. Estágio pós-doutoral na Universidade Estadual do Centro-Oeste, Campus Guarapuava. Email: marianassantos687@gmail.com.

2 Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual de Maringá. Email: renatarocha852@gmail.com.

3 Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual de Maringá. Email: vilmaaraujomga@gmail.com.

Introdução

Em 1958, o jornal *Folha da Noite*, publicou uma reportagem com trechos de um diário de uma das moradoras da favela do bairro Canindé, em São Paulo. O sucesso permitiu a reprodução do texto na revista *O Cruzeiro*, no mesmo ano. Após dois anos, a edição na íntegra foi traduzida em pelo menos treze línguas, tornando-se *bestseller*. *Quarto de despejo: Diário de uma Favelada*, de Carolina Maria de Jesus, foi a obra de estreia da autora, resultado do registro da sua experiência como mulher negra favelada na grande metrópole brasileira.

O diário, como gênero literário, é uma importante ferramenta de denúncia, como pode ser exemplificado através do livro *O diário de Anne Frank*. Nele, a partir do ponto de vista de uma garota, entre quatorze e dezesseis anos, ela relata como o nazismo modificou completamente a sua vida e o seu destino. A jovem de origem judaica revelou, adotando um tom intimista, as adversidades que ela e a sua família tiveram que enfrentar com a ascensão do governo ultraconservador liderado por Adolf Hitler. Diversas pessoas, incluindo Anne Frank, foram mortas, vítimas do Nazismo. Após a descoberta de seu caderno, ele foi publicado e lido por milhões de pessoas, em diversos países, auxiliando o desmantelamento da busca pela hegemonia absoluta da raça ariana, assim como a compreensão histórica e social de alguns eventos.

Como apontou Philippe Lejeune (2008), em *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*, o diário pode ser considerado uma “escrita ordinária”, invisível, o qual, por ser um epifenômeno, revela-se como uma prática. Ao tentar captar a narrativa de uma vida, é possível ter acesso não só ao contingente autobiográfico de alguém, como também, por meio disso, revela-se um sentido, uma revolução psicológica, política e literária (principalmente, após *Confissões*, de Rousseau). Ao seguir essa linha de pensamento, as escritas no diário podem apresentar uma linguagem cotidiana, viva, uma “arte da verdade”, que, ao colocar a enunciação no centro da narrativa, escaparia do caráter moral ou finalizado que uma argumentação ou ficção pode apresentar. Assim, considera-se que a escrita do diário, como gênero autobiográfico, cujo objeto é a escrita do “eu”, insere-se no campo do conhecimento histórico (movido pelo desejo de saber e compreender), no campo da ação (promessa de oferecer uma verdade a alguém) e no campo da criação artística (LEJEUNE, 2008).

Poder-se-ia argumentar que, em época da pós-verdade, não é possível acreditar que o gênero autobiográfico ofereceria uma verdade ao público leitor, já que, ao colocar-se por escrito, a entidade autora pode desenhar uma identidade narrativa que se mantém em processo de criação, isto é, haveria a reescrita, simplificação de rascunhos e a revisitação a momentos.

Contudo, assim como Lejeune (2008) explicou, as pessoas que andam na rua só permanecem em pé devido às suas verdades, às suas narrativas: “se a identidade é um imaginário, a autobiografia que corresponde a esse imaginário está do lado da verdade” (LEJEUNE, 2008, p. 104). Dessa maneira, é possível constatar que, apesar de a escrita autobiográfica ser uma construção imaginária, de escolhas, preenchimento de lacunas e invenções, com a sua produção, formas gerais são propostas, auxiliando quem lê a construir a sua identidade, tomar consciência de seu tempo, compreender outras verdades e valores.

Dito isto, pode-se pensar que Carolina Maria de Jesus, em seu diário, denuncia as amarguras daqueles que são condenados a resistir à extrema pobreza e à precariedade da favela. Com isso, ela contribui não só para a composição do campo literário, como também para a denúncia da falácia da hierarquia racial. O resgate da obra da autora brasileira é, portanto, uma tentativa deliberada do enfrentamento do racismo estrutural presente no Brasil, desde a sua colonização até os dias atuais.

○ Brasil, marcado por uma história de escravidão que perdurou por mais de três séculos, enfrenta desafios persistentes relacionados ao racismo, tanto em suas formas explícitas quanto nas mais sutis e estruturais. A escravidão no Brasil, que teve início no século XVI, foi uma instituição brutal que deixou marcas profundas na sociedade. A desumanização dos africanos escravizados, a negação de seus direitos fundamentais e a exploração de seu trabalho contribuíram para a formação de estruturas raciais arraigadas. Embora a escravidão tenha oficialmente terminado em 1888, a herança desse período persiste de maneira contundente. O racismo, hoje, não se manifesta apenas de forma explícita, mas também de maneira velada, infiltrando-se em instituições e estruturas sociais. As disparidades socioeconômicas, a falta de representatividade nas esferas de poder e os preconceitos cotidianos evidenciam a continuidade do racismo no Brasil.

Ainda hoje, há a insistência de que, em terras brasileiras, a escravidão foi mais branda, afirmando-se não haver preconceito racial no país, o que nos impede de entender de que maneira “o sistema escravocrata ainda impacta a forma como a sociedade se organiza” (RIBEIRO, 2019, p. 8). No entanto, pode-se notar que se trata de uma postura totalmente incongruente, especialmente, quando se relembra dados, como os referentes à expectativa de vida dos homens escravizados, no Brasil, que era de 25 anos, um número bem mais baixo que a média nos EUA, que era de 35 anos, para o mesmo grupo (RIBEIRO, 2019).

Diante disto, pesquisadores como Liliam Schwarcy, Grada Quilomba, Silvio Almeida, Djamila Ribeiro, entre outros, travam uma luta incansável a

fim de conscientizar a população sobre a temática. Para isso, segundo Ribeiro (2019),

O primeiro ponto a entender é que falar sobre racismo no Brasil é, sobretudo, fazer um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando as consequências. Deve-se pensar como esse sistema vem beneficiando economicamente por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas (RIBEIRO, 2019, p. 6).

Como pontuou Silvio Almeida (2019), no livro *Racismo estrutural*, para combater-se o racismo não basta não se identificar como não racista. Em verdade, o preconceito racial está intrínseco às estruturas sociais e apenas pode ser realmente desafiado em ações contrárias que favorecem o seu fortalecimento, pois a passividade nada mais é do que o estímulo para seu reforço:

Enfim, sem nada fazer, toda instituição irá se tornar uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas. De tal modo que, se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas (ALMEIDA, 2019, p. 57).

Neste sentido, este artigo propõe a análise da obra *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (2014), com foco no seu potencial de denúncia contra o racismo estrutural no Brasil, tendo em consideração a maneira como o fato de Carolina ser uma mulher interfere nessa experiência. Para tanto, como aporte teórico principal, foi escolhida a obra *O que é lugar de fala?*, de 2017, escrita por Djamila Ribeiro, cujo objetivo é “desvelar processos históricos que criam desigualdades” (RIBEIRO, 2022). Em seu texto, Ribeiro (2017) reforçou a ideia de que a origem social, assim como a identidade, são elementos determinantes nas oportunidades e falta de oportunidades que um indivíduo pertencente a um grupo irá vivenciar. A discussão torna-se então ponto fundamental para pensar-se a trajetória de Carolina Maria, cuja obra continua sendo revisitada para a compreensão de temas ainda problemáticos no Brasil atual.

1 Carolina Maria de Jesus: vida e obra

Conforme constatou Deise Quintiliano Pereira (2019), a maior parte da obra literária de Carolina Maria de Jesus caracteriza-se pela sua natureza memorialística. A autora indica que Carolina Maria de Jesus ganhou notoriedade nacional e internacional após ser descoberta pelo falecido jornalista Audálio Dantas, em 30 de maio de 2018. Ele a encorajou e viabilizou a publicação de seus diários, inicialmente em pequenos trechos veiculados em reportagens na revista *O Cruzeiro*. Posteriormente, em agosto de 1960, ocorreu o lançamento do livro *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*. O êxito da obra, na qual Carolina narra sua rotina na favela do Canindé em São Paulo, coincidiu com o clima populista predominante na sociedade brasileira na transição das décadas de 1950/60.

Como exposto por Daniela de Almeida Nascimento (2020), para Carolina, o êxito comercial da publicação apontava para sua inserção no universo literário e para o reconhecimento de sua habilidade como escritora. Entretanto, a análise crítica especializada discordava, considerando o diário carente de mérito literário, rotulando-o como um mero documento factual proveniente de uma pessoa identificada como “favelada” – um epíteto que desempenhou um papel crucial na percepção de sua obra. Por outro lado, ao assumir o papel de mulher negra, pobre, moradora de favela, com níveis educacionais limitados, mãe solteira e catadora de lixo, Carolina Maria de Jesus se estabeleceu como uma figura simbólica na luta contra as injustiças sociais, revelando a condição existencial dos oprimidos (PEREIRA, 2019).

Neste sentido, este artigo considera o objeto de análise selecionado como uma produção artística autobiográfica, escrita de si situada entre o discurso referencial, memorial e ficcional (NASCIMENTO, 2020). Apenas o verbete “diário”, impresso no título da obra, parece ser insuficiente para comprovar que a obra lida trata-se narrativa da existência de um sujeito, logo, de relatos autobiográficos. Parece pouco também categorizar a obra como uma “escrita de si” apenas com o conhecimento de mundo e de leitor que permita a constatação de que há um “eu”, cuja existência pode ser comprovada fora do texto (ou mesmo limitada ao texto), que documenta um passado recentemente concluído, com o respaldo de datas e diversas anotações, e fragmenta, assim, a suposta experiência de vida (ANDRADE, 2008 *apud* SILVA, 2013)⁴. Por isso, empreende-se uma breve discussão

4 Não é pretendido, neste artigo, discutir sobre os princípios da *autofiction* observados por Olmi (2006), na esteira de Philippe Forest. Segundo a autora, a consciência crítica poderia transformar qualquer narrativa de existência em romance, consequentemente, em fábula, pois, toda narrativa, mesmo que sob o propósito de dizer “a verdade” sobre a própria vida, transforma-se em ficção.

sobre os termos necessários para a compreensão da análise aqui empreendida que toma o livro de Maria Carolina como autobiográfico.

Conforme Alba Olmi (2006), nos círculos acadêmicos, a autobiografia, em especial, a feminina, tem despertado a atenção para a relevância e extensão que os estudos interdisciplinares e multiculturais vêm assumindo no campo da literatura. Essa abordagem pode revitalizar obras literárias consideradas marginais ou periféricas dentro de um contexto literário distinto, uma perspectiva bastante pertinente quando se discute o cânone e se busca resgatar a literatura periférica, especialmente a pós-colonial (OLMI, 2006).

Para considerar a obra autobiográfica, este artigo pauta-se na tese de Germana Henriques Pereira de Sousa, intitulada *Carolina Maria de Jesus: o estranho diário da escritora vira-lata*, apresentada na Universidade de Brasília, em 2004, e posteriormente publicada como um livro homônimo em 2012. Nessas produções, a autora destacou o valor estético da escritora por meio de uma análise de suas obras autobiográficas, incluindo os diários. Sousa (2012, p. 147) asseverou que nos estudos sobre a escritora Carolina Maria de Jesus, biografia e autobiografia se entrecruzam, sendo: “biografia, pois sua história de vida para muitos críticos suplanta a sua criação estética; e autobiografia, porque a gênese da criação literária da autora está intrinsecamente ligada à criação de um espaço autobiográfico”.

O estudo da obra literária de Carolina exige que se considerem os determinantes biográficos, os quais estão em sua origem, mas sem pautar as compreensões somente neles: “O diário de Carolina abre o espaço para o crítico estudar e compreender a sua obra por meio da autorreflexão que a autora faz dentro dele. Sendo também uma criação estética, o cotidiano da autora, sua condição social, é fator determinante da construção literária” (SOUSA, 2012, p. 147). Desse modo, a análise de *Quarto de Despejo: o Diário de uma Favelada* demanda a consideração de dados da vida da autora e a percepção da sua narrativa não apenas como um objeto artístico, mas como o relato de alguém que viveu aquelas situações.

É importante destacar que, apesar de o diário ser um gênero sem tanto prestígio entre o cânone literário, isso não interfere na compreensão de que o texto de Carolina Maria de Jesus representa um grande marco na literatura brasileira, cuja literariedade, estética, autenticidade e legitimidade são inquestionáveis. Há a necessidade desta ressalva, porque, seja devido ao tema, seja devido ao gênero, a obra *Quarto de despejo* é, muitas das vezes, reduzida à exemplificação de uma escrita estigmatizada como a de uma mulher pobre, cuja função é a de representar a “realidade” da favela, desmerecendo a literariedade ou o valor estético e composicional de sua obra (ROCHA, 2021).

Carlos F. Silva (2013) afirmou que a escrita de Carolina fala de si e do outro como instrumento de denúncia social. Ele destacou que, em *Quarto de despejo*, a autora fala de si, fala da rotina, da família, dos sonhos e fantasias, sendo ora a favelada que denuncia os sofrimentos vividos por ela e pelos moradores do local, ora a moradora que vai denunciar as atitudes ruins que os favelados cometem inclusive contra ela. Em consonância com Jandariane Nascimento Bispo (2019), isso evidencia que Carolina realiza uma avaliação de si mesma e do outro por meio da prática de escrita. Ao colocar no papel suas vivências, expectativas e desilusões, ela não apenas se revela como sujeito, mas também utiliza a escrita como um meio de denúncia social. Por isso, a escrita grafada da narrativa foi mantida conforme a edição de 2014, da editora Ática, utilizada nesta análise.

O livro acompanha a narrativa de Carolina Maria desde julho de 1955 até primeiro de janeiro de 1960, ano de lançamento da obra. Ela compartilha com o leitor todas as dificuldades enfrentadas pela migrante mineira dentro da favela do bairro do Canindé perto do Rio Tietê, em SP. Segundo a autora, a cidade era vista da seguinte maneira: “Eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 2014, p. 52). Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se pressupor o emprego do título do livro, pois, conforme ela:

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou objeto fora de uso, digno de um *quarto de despejo* (JESUS, 2014, p. 61, **grifo nosso**).

A protagonista, que havia se mudado para a cidade, para exercer a função de empregada doméstica, após ser despedida da casa em que trabalhava, com três filhos para criar sozinha, teve que se submeter à vida no “quarto de despejo”, tornando-se catadora de papel. Como tal, teve que trabalhar por horas, a fim de conseguir algum dinheiro com a venda do material, mas a renda poucas vezes garantia o alimento do dia e, muito menos, de suas crianças. A sobrevivência é o motor de Carolina, que nunca lhe permite descanso. Em sua voz: “[...] o pobre não repousa. Não tem o privilegio de gosar descanso” (JESUS, 2014, p. 17).

Durante a leitura de sua escrita, é indispensável também refletir sobre o próprio ambiente em que habitava, a favela, que, em várias ocasiões, foi retratada como um lugar, onde as pessoas revelavam o seu pior lado, deixando florescer vícios e comportamentos violentos. Em vários momentos, foram

narradas cenas de agressão doméstica: “A Silvia e o esposo já iniciaram o espetáculo ao ar livre. Ele está lhe espancando” (JESUS, 2014, p. 19); maltrato infantil: “As vezes eu saio, ela vem até a minha janela e joga o vaso de fezes nas crianças. Quando, eu retorno, encontro os travesseiros sujos e as crianças fétidas” (JESUS, 2014, p. 22); brigas entre vizinhos, além de extorsão e tantas outras violências.

Contudo, as intrigas não se limitavam àquele lugar, até mesmo os habitantes que circundavam a favela eram agentes das mais sórdidas ações:

Fiquei horrorizada! Haviam queimado meus cinco sacos de papel. A neta de D. Elvira, a que tem duas meninas e que não quer mais filhos porque o marido ganha pouco, disse: [...].

Percebi que foi ela quem queimou meus sacos. Resolvi retirar com nojo delas. Aliás já haviam dito-me que eles são uns portugueses malvados. Que a D. Elvira nunca fez um favor a ninguém. Para eu ficar prevenida. *Não estou ressentida. Já estou habituada com a maldade humana* (JESUS, 2014, p. 46, **grifo nosso**).

A familiaridade da protagonista com a perversidade humana não foi suficiente para corrompê-la. Carolina, no entanto, ao não reproduzir o mesmo comportamento, era em várias ocasiões repreendida, pois, conforme as suas palavras: “Aqui, todas imprecam comigo. Dizem que falo muito bem. Que sei atrair os homens. [...] Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo” (JESUS, 2014, p. 35). Esse trecho revela não só uma certa inadequação diante do outro, como também a eleição da escrita como um lugar seguro para expressar-se.

A autora, então, utilizava a escrita como um possível refúgio para os problemas cotidianos. Embora a sua origem social não lhe tivesse permitido que prosseguisse com os seus estudos para além da segunda série do ensino fundamental, ela era reconhecida pelo seu gosto pela arte clássica, tanto que escutava valsas vienenses e mantinha uma coleção de livros que manuseava diariamente: “Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem” (JESUS, 2014, p. 39). Essa proximidade que mantinha com os livros era tida pelos seus conhecidos ora com estranheza, ora com preconceito: “– Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você” (JESUS, 2014, p. 42).

A maneira com que era enxergada afetou-lhe a ponto de fazê-la questionar o seu esforço enquanto escritora: “Há tempos que eu pretendia fazer o meu diário. Mas eu pensava que não tinha valor e achei que era perder

tempo” (JESUS, 2014, p. 46). Entretanto, isso não lhe impedia de continuar sonhando e tentando mudar sua vida através da literatura: “É que eu estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro, comprar um terreno para eu sair da favela” (JESUS, 2014, p. 45).

As dificuldades que passava lhe faziam entender a importância da liderança política e da necessidade de ser feita por pessoas que compreendiam o sofrimento alheio. Por isso, dizia: “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças” (JESUS, 2014, p. 48). A realidade da política brasileira tirava-lhe a esperança, a confiança em seus representantes, mas não em sua luta:

A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso país tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo o que está fraco, morre um dia.

Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido (JESUS, 2014, p. 65).

Apesar disso, a fome era uma das poucas coisas que lhe fazia repensar a sua força. Ela era a sua companheira constante, o abutre que tentava lhe ceifar a vida, contra o qual diariamente se impunha: “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual – a fome!” (JESUS, 2014, p. 48). Às vezes, sem muita vontade para vencê-la, como é notório no excerto a seguir:

Levantei nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil? Eu estava descontente que até cheguei a brigar com o meu filho José sem motivo (JESUS, 2014, p. 54).

Infelizmente, o combate diário para garantir o mínimo para sobreviver, fazia-lhe relatar constantemente as suas dúvidas sobre a vida, questionando se valia a pena carregar um fardo tão pesado em nome dela. Tanto que, em até pequenos momentos de felicidade, essa reflexão pairava:

Eu estou começando a perder o interesse pela existência. Começo a revoltar. E a minha revolta é justa. [...] Contemplava extasiada o céu cor de anil. E eu fiquei compreendendo que eu adoro o meu Brasil. O meu olhar posou nos arvoredos que existe no início da rua Pedro Vicente. As folhas movia-se. Pensei: elas estão aplaudindo este meu gesto de amor a

minha Pátria. [...] Toquei o carrinho e fui buscar mais papéis. A Vera ia sorrindo. E eu pensei no Casimiro de Abreu, que disse: ‘Ri criança. A vida é bela’. *Só se a vida era boa naquele tempo. Porque agora a época está apropriada para dizer: ‘Chora criança. A vida é amarga’* (JESUS, 2014, p. 58, **grifo nosso**).

Neste trecho, Carolina Maria de Jesus estabelece uma relação com a literatura canônica, especialmente ao parafrasear Casimiro de Abreu. Quando menciona a expressão “Ri criança. A vida é bela” do poeta, ela reformula-a, sugerindo uma visão mais realista, irônica e crítica da vida, como se nota no trecho grifado. Essa releitura indica a vivência de Carolina diante de desafios e adversidades, inserindo uma perspectiva própria e contundente em seu diário sobre as leituras que realizava.

Além disso, ao mencionar seu amor pelo Brasil enquanto contempla o céu e as árvores, Carolina não apenas destaca sua relação afetiva com o país, mas também demonstra a influência da literatura canônica em sua percepção poética do ambiente. A referência a Casimiro de Abreu parece funcionar como uma ponte entre sua realidade e a idealização da vida proposta pelo poeta. Mesmo diante das dificuldades, como quando decide buscar mais papéis para continuar escrevendo, Carolina parece indicar a literatura como uma fonte de motivação e resistência. Essa relação com a escrita ilustra sua busca por uma vida melhor por meio das letras, destacando a importância da expressão literária como uma ferramenta para superar as amarguras da existência e manter viva a esperança.

Mesmo quando era capaz de sonhar com o que tanto almejava, sentia receio de ser tentada por um desejo que nunca poderia se materializar. O seu sonho era nada menos que uma vida digna, suficientemente confortável para não ver sua prole passando necessidade.

Passei uma noite horrível. Sonhei que eu residia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. Eu ia festejar o aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu ia comprar-lhe umas panelinhas que há muito ela vive pedindo. Porque eu estava em condições de comprar. Sentei na mesa para comer. A toalha era alva ao lírio. Eu comia bife, pão com manteiga, batata frita e salada. Quando fui pegar outro bife despertei. Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, nas margens do Tietê. E com 9 cruzeiros apenas. Não tenho açúcar porque ontem eu saí e os meninos comeram o pouco que eu tinha (JESUS, 2014, p. 66).

Ao longo de seus registros, Carolina também narrava o destino daqueles que não conseguiram perseverar como ela, especialmente, os homens que, sozinhos, eram levados pelo vício, sendo a morte precoce o resultado, seja

devido à fome ou à intoxicação alimentar daquilo que conseguiam no lixo.

Ao fim da sua obra, embora, a autora tenha conseguido o sucesso necessário para transformar a sua realidade e a de suas crianças, as dificuldades e preconceitos enfrentados ao se mudar para um bairro de classe média, como relata em seu segundo livro: *Casa de Alvenaria* (2021), demonstra o quanto o seu destino foi uma exceção entre aqueles que tinham a mesma origem social, já que o fato de ter vindo de uma favela, além de ser uma mulher negra e solteira, fazia com que ainda tivesse que enfrentar situações de discriminação e racismo.

Para compreender e problematizar as oportunidades, mas especialmente a falta delas, na vida daqueles indivíduos que tinham semelhante experiência com a escritora Carolina Maria, na próxima seção será discutido o conceito de lugar de fala, a partir de Djamila Ribeiro (2017).

2 Lugar de fala

No século XIX, a feminista negra Sojourner Truth, nascida escrava em 1797, já denunciava de maneira contundente as experiências diversas vividas pelas mulheres. Em seu famoso discurso, *Ain't I a woman?*, a militante protestava contra o apagamento da realidade que ela, como mulher negra, presenciava:

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar em carruagens, a serem levantadas sobre poças de lama e a terem o melhor lugar em todos os lugares. Ninguém nunca me ajuda a entrar em carruagens, ou sobre poças de lama, ou me dá o melhor lugar! E eu não sou uma mulher? Olhe para mim! Olhe para o meu braço! Eu arrotei e plantei, e colhi nos celeiros, e nenhum homem poderia me superar! E eu não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem - quando conseguia - e suportar o chicote também! E eu não sou uma mulher? Eu dei à luz treze filhos e vi quase todos serem vendidos como escravos, e quando chorei com a dor de mãe, só Jesus me ouviu! E eu não sou uma mulher?. (TRUTH, 1851, tradução nossa)⁵

⁵ No original: That man over there says that women need to be helped into carriages, and lifted over ditches, and to have the best place everywhere. Nobody ever helps me into carriages, or over mud-puddles, or gives me any best place! And ain't I a woman? Look at me! Look at my arm! I have ploughed and planted, and gathered into barns, and no man could head me! And ain't I a woman? I could work as much and eat as much as a man - when I could get it - and bear the lash as well! And ain't I a woman? I have borne thirteen children, and seen most all sold off to slavery, and when I cried out with my mother's grief, none but Jesus heard me! And ain't I a woman?

No trecho do seu discurso, a autora evidenciou a tentativa da universalização da categoria mulher, pois o gênero não garantia que as experiências fossem as mesmas entre os indivíduos que a compartilhassem e, sim, o patriarcalismo que cultua o sexismo e separa as pessoas devido ao sexo biológico (BUTLER, 2003). Como exemplo dessa ideia, Butler afirma: “Não é o caso de que exista um ‘eu’ anterior ao poder, ao qual ele se dirige, um ‘eu’ que pode ser libertado ou aprisionado por sua operação” (BUTLER, 2003, p. 10). Essa passagem destaca como as estruturas de poder moldam e constroem os próprios sujeitos, desafiando a noção de uma identidade essencial e pré-determinada.

O discurso de Truth revelou a tentativa de unificação da experiência de um grupo, erro cometido de maneira recorrente dentro da primeira onda feminista, como comprovado por Ribeiro (2017), além de vozes conhecidas como Bell Hooks, Tony Morisson, Françoise Vergès e Audre Lorde. Embora, não tenha faltado quem se posicionasse de maneira contrária à tentativa da universalização da experiência feminina, especialmente mulheres pertencentes a outros tipos de grupos periféricos ou de feministas neoliberais, o fato de que a epistemologia legitimada se justapõe ao privilégio econômico demonstra a razão da invisibilidade destas denúncias. Até porque:

[...] quem possui o privilégio social possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal da ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e, assim, inviabilizando outras experiências de conhecimento (RIBEIRO, 2017, p. 19).

Nesse sentido, não é surpresa o sucesso da obra de Carolina Maria de Jesus, responsável por relatar o cotidiano do sujeito marginalizado de São Paulo e da mulher evidenciada por Truth, cuja vicissitude enfrentada supera qualquer expectativa construída por um público leitor fora daquela realidade, especialmente no exterior, já que foi essa forte impressão causada por sua narrativa que lhe garantiu ser tão bem recepcionada em países estrangeiros. O que poderia demonstrar, de maneira ambivalente, um certo fetichismo ou deslumbramento da classe erudita e média diante da “realidade” da pessoa pobre.

Apesar do exposto, o relato de Carolina demorou a ser reconhecido pelo público, pois, embora ela buscasse há muito tempo se consolidar como escritora e publicar as suas obras, entre as justificativas para a não obtenção de êxito em suas primeiras tentativas pode-se pensar na própria origem da sua

escrita: uma mulher semianalfabeta negra, desfavorecida economicamente a tal ponto de sobreviver graças ao trabalho de reciclagem e doações.

Em 17 de julho de 2020, a Companhia das Letras anunciou que obras de Carolina Maria de Jesus seriam recuperadas a partir dos cadernos que escrevia. Conforme declaração da editora, a iniciativa revelaria o desejo de restituir a voz autêntica dela, oferecendo ao público o seu projeto literário na íntegra. Foi ressaltado ainda que o projeto editorial: “é ainda um esforço de reparar a rejeição e estigmatização que Carolina por décadas sofreu dos círculos literários, fruto de um racismo estrutural que lhe negava a presença nesses espaços” (BLOG DA COMPANHIA, 2020).

Revelando a seriedade do projeto, ele foi supervisionado por um conselho editorial composto por Vera Eunice de Jesus, filha de Carolina, pela escritora Conceição Evaristo e pelas pesquisadoras Amanda Crispim, Fernanda Felisberto, Fernanda Miranda e Raffaella Fernandez (BLOG DA COMPANHIA, 2020). É interessante pensar que, depois dessa iniciativa, Carolina Maria de Jesus recebeu uma homenagem póstuma, ganhando o título de *doutor honoris causa*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Indo além, deve-se considerar que a língua como instrumento de comunicação não está isenta das influências da ideologia e, como tal, auxilia na manutenção do poder, especialmente quando invalida formas de expressões não legitimadas pela língua padrão. Não por acaso, a assertiva pode ser comprovada na vida e obra de Carolina Maria de Jesus, pois, se por um lado alguns críticos como Wilson Martins, duvidavam na capacidade de uma mulher de origem tão humilde escrever obras de tamanha relevância, outros, por outro lado, descredenciavam o relato da escritora como uma obra artística, em razão dos erros gramaticais, os quais causaram bastante controvérsia, quando a editora Companhia das Letras anunciou as correções do original para a nova edição. Tal situação, entre muitas outras, auxiliam a demonstrar a importância da:

[...] decolonização do conhecimento e a refutação de uma neutralidade epistemológica. Importante ressaltar o quanto é fundamental para muitas feministas negras e latinas a reflexão de como a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção do poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional justo. A linguagem, a depender da forma como é utilizada pode ser uma barreira ao entendimento e criar mais espaços de poder em vez de compartilhamento, além de ser um – entre tantos outros – impeditivo para uma educação transgressora (RIBEIRO, 2017, p. 20-21).

Além disso, é possível perceber de que maneira a fala nunca pode ser recepcionada baseada apenas em seu conteúdo, a identidade também é um fator determinante. Nesse caso: “seria preciso, então, desestabilizar e transcender a autorização discursiva branca, masculina cis e heteronormativa e debater como as identidades foram construídas nesses contextos” (RIBEIRO, 2014, p. 22). Desse modo, vozes como a da Carolina Maria de Jesus não seriam inviabilizadas e apagadas, como tantas vezes tentaram.

Deve-se ainda tomar em consideração a trajetória da escritora, tanto como indivíduo quanto elemento de grupo identitário, cujas características reforçam a discrepância entre sua experiência de vida com a daquela considerada como padrão. Destarte,

Seguindo nesse pensamento, um projeto de descolização epistemológica necessariamente precisaria pensar a importância epistêmica da identidade, pois reflete o fato de que experiências em localizações são distintas e que a localização é importante para o conhecimento (RIBEIRO, 2017, p. 24).

Desse modo, políticas reducionistas, que desconsideram a heterogeneidade das identidades, por mais que aleguem visarem os benefícios indistintamente, apenas criam maiores lacunas de discriminação. Assim, ao “persistirem na ideia de que são universais e falam por todos, insistem em falar pelos outros, quando, na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais” (RIBEIRO, 2014, p. 24).

Seguindo essa linha de raciocínio, os autores Steinberg e Kincheloe, em *Smoke and Mirrors: More than One Way to Be Diverse and Multicultural* (2009), demonstram como a sociedade contemporânea é moldada pela supremacia branca, que é seu princípio padronizador. Além disso, é importante compreender que:

A supremacia branca atesta seu poder através da capacidade de se fazer imperceptível. A brancura não é descrita e nem separada como uma cultura à parte no mundo. Não é preciso introdução para apresentá-la e nem está presente em textos multiculturais. Porém, é um ‘nada’ mais poderoso que podemos conjurar (STEINBERG; KINCHELOE, 2009, p. 14, tradução nossa)⁶.

Em outras palavras, um dos fatores que garantem o poder da etnia caucasiana é o fato de sua categoria ser apagada, deixando de ser mais

⁶ No original: “The white supremacist power bloc assumes its power from its ability to erase its presence. As the measure of all others, whiteness is unhyphenated, undepicted in ‘cultures of the world’, in no need of introduction, and absent in most multicultural texts. Undoubtedly, it is one of the most powerful ‘nothings’ we can conjure”.

um grupo, para ser o padrão. O seu próprio apagamento ou apreensão por sistemas capitalistas, neoliberais, dificulta a sua contestação, o que ratifica a sua hegemonia. Tais observações podem ser verificadas no objeto de estudo deste trabalho, principalmente, por duas formas: a primeira, quando Carolina elogia os brancos, como se fossem “naturalmente superiores”; ou quando sofre preconceito racial.

Como exemplo do primeiro, tem-se os seguintes enunciados: “Antigamente eram os pretos que criavam os brancos. Hoje são os brancos que criam os pretos” (JESUS, 2014, p. 39); “Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz” (JESUS, 2014, p. 50). Por outro, o testemunho de situações em que foi discriminada são inúmeras vezes mais frequente: “Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles responderam-me: – É pena você ser preta” (JESUS, 2014, p. 112).

Os obstáculos enfrentados por Carolina eram explicitamente maiores do que de modo usual um homem branco teria e, simplesmente, em razão da sua identidade. Para compreender essa problemática, é interessante considerar a categoria do *Outro*, termo utilizado pela filósofa francesa Simone Beauvoir (1980), responsável pela expansão e fortalecimento da teoria feminista. O conceito foi criado tendo como parâmetro os estudos de Hegel sobre a dialética entre escravo e o seu senhor, que culminaram na publicação do aclamado livro *O segundo sexo* em 1949, em que a autora esclareceu:

[...] segundo Hegel, descobre-se na própria consciência uma hostilidade fundamental em relação a qualquer outra consciência; o sujeito só se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto (BEAUVOIR, 1980, p. 11-12).

Diante desta análise, Beauvoir (1980) teorizou sobre a construção da mulher, para ela, imagem simbólica criada e mantida em várias culturas, de que o sujeito feminino seria o *Outro* do homem. Sendo assim, ela não teria uma independência identitária, seria sempre vista como objeto, a partir de sua função. Por isso, ela nunca seria beneficiada com todas as oportunidades das quais o sexo oposto era privilegiado.

As ideias de Beauvoir (1980) foram expandidas, inclusive por Grada Kilomba, autora da obra *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism* (2012), na qual a feminista defende que a mulher negra, em razão da sua etnia, seria o *Outro do Outro*,

A realidade da mulher negra, no entanto, é um fenômeno híbrido, [...]. Um fenômeno que atravessa várias concepções de ‘raça’ e ‘gênero’, nossa realidade pode apenas ser adequadamente abordada quando esses respectivos conceitos forem considerados (KILOMBA, 2012, p. 56-57, tradução nossa)⁷.

Esta percepção justifica as inúmeras dificuldades que Carolina Maria teve de enfrentar enquanto mulher negra, que não podem ser discutidas separadamente, já que a sua identidade era uma fusão dessas características. Além disso, como mulher negra, pobre, catadora de papel, ela não possuía formação formal, o que a relegara a uma escrita que não chegaria à “alta” literatura, por ser considerada “errada”. A leitura de sua obra pode acionar inclusive preconceitos de raça, de classe, linguístico e intelectual (ROCHA, 2021).

Diante desse quadro, é possível argumentar a favor do *feminist standpoint*, termo criado para indicar a diversidade de experiências, salientando as divergências ocasionadas pela identidade e pela diferença social. Dessa forma, o conceito auxilia no entendimento de que os indivíduos percebem e vivem as situações de maneira diferente devido a suas idiossincrasias, o que também favorece a compreensão do papel da marcação do lugar de fala. Como defendeu Djamila Ribeiro:

a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de **lugar de fala**. Ao reivindicar os diferentes pontos de análises e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem as propõem, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica (RIBEIRO, 2017, p. 54, **grifos nossos**).

Como é o caso da escritora mineira, a sua trajetória, embora seja única, ajuda na compreensão das “experiências historicamente compartilhadas em grupo” (RIBEIRO, 2017, p. 54). A consideração desse fator ainda possibilita entender como o lugar social, ocupado por certos grupos, limita as suas oportunidades. Como afirmou a feminista Patricia H. Collins: “é a localização social comum nas relações hierárquicas de poder que cria grupos e não o resultado de decisões coletivas tomadas por indivíduos desses grupos” (COLLINS apud RIBEIRO, 2017, p. 56).

⁷ No original: “The Black female reality, however, is a hybrid phenomenon, [...]. A phenomenon that crosses several conceptions of ‘race’ and ‘gender’, our reality can only be adequately approached when these respective concepts are taken into account”.

Paralelamente, é necessário reforçar ainda que reduzir as experiências de um grupo baseado nas trajetórias individuais é não somente um equívoco como também um agravante para o progresso de políticas inclusivas. Outrossim,

Reduzir a teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala somente às vivências seria um grande erro, pois aqui existe um estudo sobre como as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito à fala, à humanidade. O fato de uma pessoa ser negra não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre as consequências do racismo. Inclusive, ela até poderá dizer que nunca sentiu racismo, que sua vivência não comporta ou que ela nunca passou por isso. E sabemos o quanto alguns grupos adoram fazer uso dessas pessoas (RIBEIRO, 2017, p. 62-63).

No cenário atual da política brasileira, há inúmeros casos utilizados pelos partidos de direita/conservadores, que se apropriaram de discursos individuais de sujeitos pertencentes a grupos em situação de periferia em relação ao centro, mas que dizem não compartilhar das convicções de movimentos progressistas. É, por isso, que a recuperação e a nova onda de estudos culturais brasileiros responsáveis pelo (re)descobrimto de escritores como Carolina Maria de Jesus representa um passo importante dentro de tais embates na contemporaneidade.

Em relação ao tema, é interessante também retomar o texto da professora indiana Gayatri Spivak, *Can the subaltern speak?*, que durante o capítulo do seu livro homônimo, conclui:

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à ‘mulher-negra, pobre’ como um item respeitoso na lista de prioridade globais. A representação não definiu. A mulher como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar como um floreio (SPIVAK, 2010, p. 126).

Embora a argumentação válida de Spivak (2010) esteja considerando que o periférico tem a sua voz invisibilizada pela sua origem social/identitária, a assertiva que faz é considerada problemática por muitos, pois reforçaria a ideia de que nunca lhe dariam a chance de se expressar e muito menos de ser ouvido. Por isso, para Patricia Collins e para Grada Kilomba (2012), compartilhar de tal pensamento é se justapor à norma colonizadora, mais do que isso, de:

[...] validar esse discurso como absoluto significaria também acreditar que grupos oprimidos só podem se identificar com

o discurso dominante e nunca serem capazes de pensar suas próprias condições de opressão a que são submetidos. Iguamente significaria a impossibilidade de pensar alguma interpretação válida independente que refute o discurso colonial (RIBEIRO, 2017, p. 70).

Mesmo que o sujeito subalterno, segundo Spivak (2010), não tenha uma voz autorizada, é preciso que seja promovida uma literatura brasileira cada vez mais diversa, representativa, que olhe para além dos muros que dividem e excluem os sujeitos e propicie mais espaços para sujeitos invisibilizados. Isso porque, segundo Dalcastagnè (2012), quando a literatura brasileira ignora as suas particularidades de formação, ela se torna cada vez mais acachapada, preguiçosa e nada relevante, uma vez que a representação ou performance escrita só (re)produz os estereótipos reservados ao homem branco, com formação superior, de classe média-alta, morador dos grandes centros urbanos.

Isto significa, por exemplo, ter acesso a representações clássicas, mas que reproduzem preconceitos estruturais da sociedade brasileira, como a feita por Jorge Amado – conhecido como um representante genuíno do povo, em sua mais conhecida obra, *Capitães de Areia*, de 1937. Ao retratar uma personagem adolescente negra, o autor baiano reproduziu grandes estereótipos, atravessados por uma visão misógina e racista, como no episódio em que Pedro Bala encontrou esta menina na praia e estuprou-a. Isso denotaria um preconceito, construído, estruturalmente, em uma sociedade que considera a mulher negra e pobre como uma espécie de bem público. Posto em comparação à garota Dora, o preconceito velado é atestado por meio do silenciamento da identidade da mulher negra (ORLANDI, 2005) recebendo não só um nome na narrativa, como também um porto seguro, quase santificado, ao lado do chefe dos meninos (ROCHA, 2021).

Paralelamente, outra problemática que se destaca quanto ao assunto, é o desconforto em escutar. Se é preciso ter oportunidade para falar, nem todos estão dispostos a tentar ouvir. Para Ribeiro (2017), isso estaria ligado à noção freudiana de repressão, já que há uma aparente tentativa de manter à distância da consciência verdades desagradáveis, como as desigualdades garantidas pelo patriarcado e pelo racismo. Não surpreendentemente,

Falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, “mimimi” ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva porque aí se está confrontando poder (RIBEIRO, 2017, p. 75).

Tal consideração pode ser ratificada quando se recorda da notícia do afastamento de uma professora em Salvador, por ter indicado como leitura a obra *Olhos D'água*, da autora negra Conceição Evaristo (CRUZ, 2021). A situação ocorreu no ano passado, em 2021, e revelou mais uma vez os problemas encontrados mesmo dentro da educação no embate contracultura colonial.

De maneira similar, Carolina também sofreu críticas por trazer à tona uma realidade que se tentava ignorar ou não ver (principalmente, num período de políticas desenvolvimentistas), da vida daqueles que viviam nas favelas de São Paulo, já que não é de interesse da hegemonia em solucioná-la. Em seu diário, ela relatava:

Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos (JESUS, 2017, p. 61).

A sua fala demonstraria a percepção da autora diante da vivência daquele grupo, ignorado pelo resto da sociedade paulista, pois, de acordo com ela: “**A favela é quarto de despejo**. E as autoridades ignoram que tem o quarto de despejo” (JESUS, 2017, p. 188, **grifos nossos**).

Ao relacionar essa informação com as pontuações de Foucault em “Power and Knowledge” (1980), podemos destacar que Carolina Maria de Jesus desafia as estruturas de poder estabelecidas ao revelar realidades marginalizadas e silenciadas pela sociedade. Enquanto Foucault abordou o poder como uma rede de relações que moldam e constroem os sujeitos, Carolina expôs a experiência das pessoas marginalizadas nas favelas, desafiando as narrativas dominantes e questionando quem tem o poder de definir o que é válido ou legítimo. O lugar de fala de Carolina Maria permite legitimar as problemáticas há muito debatidas causadas pela herança colonial, patriarcal e patrilinear. No entanto, como bem pontuou Ribeiro (2017), não é apenas o subalterno que deve carregar a responsabilidade de denunciar situações como essas. Assim como é necessário saber identificar o seu próprio lugar de fala:

[...] falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer se pensem. Em outras palavras, é preciso, cada vez mais, que homens brancos cis estudem branquitude, cisgeneridade, masculinos. Como disse Rosane Borges, para a matéria *O que é lugar de fala e como ele é aplicado no debate*

público, pensar lugar de fala é uma postura ética, pois “saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo” (RIBEIRO, 2017, p. 78).

Em conjunto, tais posturas auxiliam no desmantelamento das iniquidades, frutos de preconceito e hierarquização econômica. Diante disso, obras como a de Carolina Maria surgem como elemento chave em tal empreitada.

3 Considerações finais

A análise da obra *Quarto de despejo: Diário de uma Favelada*, de Carolina Maria de Jesus (2014), em conjunção com leitura do ensaio de Djamilia Ribeiro (2017), foi feita a fim de se pudesse ensinar uma reflexão sobre como o compartilhamento de experiências como a de Carolina Maria de Jesus, através da literatura, são ferramentas importantes para a consideração da ideia de lugar de fala.

Como advertido, anteriormente, a proposição se encaixa dentro das discussões promovidas atualmente, que, diante da ascensão de governos autoritários, cuja proposta de trabalho está ligada à tentativa do apagamento da heterogeneidade da população, precisam cada vez mais serem promovidas e legitimadas. Quando esse tipo de postura ganha força, há a tentativa de tornar invisíveis experiências coletivas, desconsiderando fatores imprescindíveis para o desmantelamento das desigualdades sociais.

Dentro desse cenário, entende-se a relevância da discussão sobre termos como lugar de fala, já que apenas com esse tipo de consideração medidas políticas mais inclusivas poderão se tornar realidade. Como bem exemplifica, Ribeiro em entrevista:

Qual o lugar social da população negra na atualidade? Quais são as experiências que essas pessoas compartilham como grupo. Quando se considera o Brasil, quais são as experiências que os homens negros compartilham? Alta taxa de encarceramento; alta taxa de letalidade; [...] desemprego [...] As mulheres? Alta taxa de mortalidade materna; feminicídio [...] para poder entender qual é essa realidade, quais são as consequências de partir deste lugar social [...]. E, logo, se essa população historicamente [...] está alijada de uma série de direitos as suas produções, as suas vozes, também serão alijadas de determinados espaços. Eu estou fazendo um desvelamento de um processo histórico que cria essas desigualdades e a partir disso pensar em saídas emancipatórias (RIBEIRO, 2022).

Assim, narrativas como a de Carolina Maria servem como testemunho e instrumento de conscientização social sobre realidades divergentes e, poucas vezes, reconhecidas, como ela mesmo objetivava: “Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros” (JESUS, 2014, p. 59). Em síntese, pode-se dizer que o constante esforço da autora em divulgar essas dificuldades foi importante tanto para ela como indivíduo como membro de um grupo social e, felizmente, reverbera até hoje.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Trad. Sérgio Miller. 4 ed. São Paulo: Difusão europeia do Livro, 1980.

BISPO, Jandariane Nascimento. **A escrita autobiográfica de Carolina Maria de Jesus**. 2019. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) – Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019.

BLOG DA COMPANHIA. **Carolina Maria de Jesus na Companhia das Letras**. 2020. Disponível em: <https://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/Carolina-Maria-de-Jesus-na-Companhia-das-Letras>. Acesso em: 17 jul. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRUZ, Márcia Maria. Livro vetado: professora é afastada por indicar obra de Conceição Evaristo. **Estado de Minas**, 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2021/11/22/noticia-diversidade,1324744/livro-vetado-professora-e-afastada-por-indicar-obra-de-conceicao-evaristo.shtml>. Acesso em: 21 jan. 2021.

DALCASTAGNÊ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. São Paulo: Horizonte; Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

FONSECA, Luciana Carvalho. Direitos das Mulheres: os discursos de Sojourner Truth em tradução. Migalhas, 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/migalaw-english/307474/direitos-das-mulheres--os-discursos-de-sojourner-truth-em-traducao>. Acesso em: 18 jan. 2022.

FOUCAULT, M. Power and knowledge. New York, Pantheon Books, 1980.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria**. São Paulo, Companhia das Letras, 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: Diário de uma Favelada. São Paulo, Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories**: Episodes of Everyday Racism. Münster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: https://schwarzemilch.files.wordpress.com/2012/05/kilomba-grada_2010_plantation-memories.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

NASCIMENTO, Daniela de Almeida. **Carolina Maria de Jesus e a escrita de si como lugar de memória e resistência**. 2020. 108 f. Dissertação (Mestre em Estudos Literários) – Programa de Estudos Literários da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, São Paulo, 2020.

OLMI, Alba. **Memórias e memórias**: dimensões e perspectivas da literatura memorialista. 1 ed. Santa Cruz do sul: EDUNISC, 2006. 162p.

ORLANDI, Euni P. **Análise de discurso**. 5 ed. Pontes, 2005.

PEREIRA, Deise Quintiliano. Diário de Bitita: a autobiografia ensaística de Carolina Maria de Jesus. Estud. **Lit. Bras. Contemp.**, Brasília, n. 58, p. 1-10, 2019.

ROCHA, Renata Kelen. **A inquietante presença de sujeitos invisíveis em “Quarenta dias”, de Maria Valeria Rezende**. 2021. 131 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista?** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo de lugar de fala?**. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3hhWTsTfdo4&t=1108>. Acesso em: 22 jan. 2022.

SILVA, Carlos Fernando Ribeiro. **Contradições em Carolina Maria de Jesus**. 2013. 32f. Monografia (Graduação em Letras) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

SOUSA, Germana Henriques Pereira de. Autobiografia e escrita pessoal. In: SOUSA, Germana Henriques Pereira de. **Carolina Maria de Jesus: o estranho diário da escritora vira-lata**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012. p. 147-168.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STEINBERG, Shirley; KINCHELOE, Joe. Smoke and Mirrors: More than One Way to Be Diverse and Multicultural. In: STEINBERG, Shirley. **Diversity and multiculturalismo: a reader**. New York, NY: Peter Lang Publishing, 2009.

Recebido em fevereiro de 2023

Aprovado em março de 2024

DIRETRIZES PARA OS AUTORES

A revista publica trabalhos em língua portuguesa, espanhola e inglesa que contribuam para o estudo das relações de gênero, escritos a partir de diferentes tradições disciplinares, dentro de um arco de questões que digam respeito à condição feminina, às homossexualidades, às masculinidades e outros temas correlatos. Todas as colaborações são submetidas ao sistema de avaliação por pares, cabendo ao Conselho Editorial a decisão final sobre os trabalhos a serem publicados. A simples remessa de originais à revista implica a autorização para publicação.

Os autores dos trabalhos publicados farão jus a um exemplar da revista.

Não serão pagos direitos autorais. O copyright dos trabalhos publicados pertence aos seus autores e os direitos autorais de cada edição pertencem ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/NUTEG/Universidade Federal Fluminense. Portanto, caso os autores queiram republicá-los, pede-se, apenas, que mencionem a primeira publicação na revista Gênero.

Os artigos, que não devem exceder 9000 palavras, escritos em fonte times New Roman 12, em espaço 1/5, com todas as margens em 2cm, devem ser submetidos através do site <http://www.revistagenero.uff.br>. Os artigos devem vir acompanhados de resumo em português e inglês, com no mínimo 70 e no máximo 100 palavras. Três palavras-chave em português e inglês também devem ser enviadas. As resenhas não devem exceder 2000 palavras.

As notas de rodapé devem ser exclusivamente explicativas, substantivas e escritas da forma mais sucinta possível. Os dados bibliográficos relativos a citações de outros trabalhos devem ser localizados no corpo do texto, entre parênteses, limitando-se ao sobrenome do autor, ano, e página (quando for o caso). Trabalhos de dois e três autores serão citados pelos nomes de todos, e mais de três, pelo nome do primeiro seguido de “et al.”,

Exemplos:

(ABREU, 1999, p. 21-35)

(BRASIL, 2000, p. 116)

(SILVA; ABREU, 1999)

(SILVA et al., 2000)

Todos os trabalhos citados devem ser listados em ordem alfabética na seção “Referências”. Não devem ser ali adicionados trabalhos que não tenham sido mencionados no texto. As referências deverão ser apresentadas de acordo com os seguintes exemplos:

Livros

BOURDIEU, P. O campo científico. (Coleção Grandes Cientistas n. 39). São Paulo: Ática, 1983.

Capítulos de Livro

PERROT, M. A juventude operária da oficina à fábrica. In: LEVY, Giovanni; SCHIMITT, J. C. Histórias dos jovens. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Artigos

LIMA, B. S. Quando o amor amarra: reflexões sobre as relações afetivas e a carreira científica. Revista Gênero, v. 12, n.1, 2013.

Monografias

QUADRATT, S. Poder e Informação: os sistemas de inteligência e o regime militar no Brasil. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

Trabalhos publicados em anais**Material da Internet**

DELPHY, C. The main enemy. 1980. Disponível em: <https://libcom.org/files/delphymainenemy.pdf>. Acesso em: 14 de agosto de 2014.

ALVES, A., MELO, A. e CRUZ, M. A Mulher no sistema penitenciário em Sergipe: o imaginário na construção de identidade. In: 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1995, Salvador. Cadernos de Comunicações. Brasília: CFESS, 1995.

Legislação

BRASIL. Lei 10.055, de 12 de dezembro de 2000. Cria cargos na carreira Policial Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, ano 138, n. 239-E, p. 1, 13 dez. 2000. Seção I.

Artigo de jornal

MORAES, Andréa. L. Artes plásticas ilustram cardápios da Esplanada Grill. Gazeta Mercantil, São Paulo, 28 fev. 1997. Caderno Empresas & Negócios, p. C.-8.

Antes de serem submetidos, todos os trabalhos devem passar por criteriosa revisão profissional com vistas a assegurar o respeito à norma culta da língua portuguesa.